

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICA PÚBLICA**

VANUSA VISSOZI DE OLIVEIRA

**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E BEM-ESTAR:
ENTRE DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS NA PERMANÊNCIA
UNIVERSITÁRIA**

**São Borja
2025**

VANUSA VISSOZI DE OLIVEIRA

**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E BEM-ESTAR:
ENTRE DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS NA PERMANÊNCIA
UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Políticas Públicas – PPGPP da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: César Luciano Filomena
Co-orientação: Solange Emilene Berwig

**São Borja
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

48p de Oliveira , Vanusa
POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E BEM-ESTAR:
ENTRE DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS NA PERMANÊNCIA
UNIVERSITÁRIA / Vanusa de Oliveira .
261 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2025.
"Orientação: Cesar Filomena ".

1. Assistência estudantil. 2. Programa Nacional de
Assistência Estudantil (PNAES). 3. Bem-estar estudantil. 4.
Permanência e pertencimento. 5. Justiça social. I. Título.

VANUSA VISSOZI DE OLIVEIRA

**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E BEM-ESTAR: ENTRE
DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS NA PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 16 de dezembro de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cesar Luciano Filomena
Orientador
(Unipampa)

Prof.^a Dr.^a Rosana Rodrigues Heringer
(UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Cibele Cheron
(UFRGS)

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **CESAR LUCIANO FILOMENA, PESSOAL VOLUNTÁRIO**, em 17/12/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Rosana Rodrigues Heringer, Usuário Externo**, em 17/12/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/12/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CIBELE CHERON, Usuário Externo**, em 19/12/2025, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sci.unipampa.edu.br/sci/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1907254** e o código CRC **0E7EBAE9**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus orientadores, pela contribuição singular de cada um neste percurso. Ao Professor César Luciano Filomena, expresse profundo reconhecimento pelas discussões instigantes e pelo rigor intelectual que marcaram a construção deste estudo. Suas provocações teóricas e questionamentos críticos foram decisivos para o amadurecimento das reflexões e para a consolidação dos resultados aqui apresentados.

À Professora Solange Emilene Berwig, minha sincera gratidão pela escuta sensível, pelo apoio constante e pela presença acolhedora nos momentos de maior desafio. Sua orientação cuidadosa e comprometida foi essencial para que este trabalho se concretizasse com serenidade e confiança.

Agradeço também aos(as) professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Unipampa, pelo compromisso com a formação acadêmica e pela partilha de saberes que ampliaram minha visão sobre o campo das políticas públicas e o papel das instituições na promoção do bem-estar social.

Meu reconhecimento especial vai aos colegas de curso, pela parceria, apoio mútuo e pelas trocas que tornaram esta caminhada mais leve, colaborativa e significativa. Cada diálogo, risada e desafio compartilhado fortaleceu o sentido coletivo da trajetória acadêmica.

Estendo meus agradecimentos aos colegas de trabalho da Universidade Federal do Pampa, pela convivência, pelo incentivo e pela compreensão diante das múltiplas demandas conciliadas ao longo deste processo. Agradeço de modo especial à Honória, pela sensibilidade e pela compreensão em momentos decisivos, demonstradas ao ajustar exigências e permitir que eu pudesse dividir minhas atenções entre o trabalho e a pesquisa. E à Melissa, pela amizade, pelo acolhimento e pelo apoio emocional generoso, que tantas vezes serviram de amparo e encorajamento durante o percurso. Ambas foram fundamentais para que eu conseguisse seguir com equilíbrio e confiança até a conclusão deste trabalho.

Estendo também meus agradecimentos às colegas das três Instituições Federais de Ensino Superior — Unipampa, UFSM e UFFS — que gentilmente participaram das entrevistas. Sua disponibilidade e partilha de experiências foram fundamentais para a construção deste estudo e para a compreensão dos desafios e das possibilidades da Política Nacional de Assistência Estudantil e do bem-estar universitário.

Registrar este percurso também significa reconhecer o desafio de conciliar o trabalho com a vida acadêmica, sem afastamento profissional. Permanecer em exercício durante o curso exigiu dedicação redobrada, gestão do tempo e um compromisso profundo com o propósito que

move esta pesquisa: contribuir, a partir da prática cotidiana, para o fortalecimento das políticas públicas e para a promoção do bem-estar estudantil.

Minha profunda gratidão à minha família, fonte de amor, paciência e inspiração em todos os momentos. Ao meu esposo, pelo companheirismo, compreensão e apoio incondicional nas longas jornadas de estudo e escrita. Aos meus filhos, pela presença afetuosa, pela força silenciosa e por me lembrarem diariamente da importância de acreditar na educação como caminho de transformação. E à minha neta, que simboliza o futuro e me motiva a continuar acreditando em um mundo mais justo, solidário e acolhedor.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho — colegas, amigos, estudantes e profissionais da Universidade Federal do Pampa — pela convivência, pelas trocas e pelo estímulo a seguir acreditando na potência da política pública e da coletividade.

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de implementação e institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas universidades federais, com foco comparativo na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Fundamentada nos referenciais teóricos de Rawls (2002), Fraser (2001; 2003; 2009), Dubet (2011), Simmel (2006) e Lipsky (1980; 2019), a pesquisa compreende a assistência estudantil como política pública de justiça social ampliada, articulando dimensões materiais e imateriais do bem-estar discente. A investigação combina análise documental e empírica, por meio de estudo de casos múltiplos (Yin, 2015) e Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), focalizando a relação entre norma, estrutura e prática nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os resultados demonstram que a efetividade da PNAES não depende apenas da redistribuição de recursos financeiros, mas da capacidade institucional de integrar ações imateriais — como saúde mental, cultura, esporte e apoio pedagógico — que fortalecem o pertencimento e a convivência universitária. Na Unipampa, essa integração se expressa na criação de programas inovadores, como o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes, o Programa de Esportes e Bem-Estar e o Vale Cultura Estudante, evidenciando um processo de institucionalização intersetorial e participativa. A pesquisa confirma as hipóteses de que a permanência qualificada exige a complementaridade entre ações materiais e imateriais, a mediação ativa dos burocratas de nível de rua e a consolidação de arranjos de governança baseados em bem-estar e pertencimento. Conclui-se que a assistência estudantil, ao transitar de uma lógica compensatória para uma política de convivência e emancipação, consolida-se como expressão do direito à educação e à dignidade no ensino superior público brasileiro.

Palavras-Chave: Assistência estudantil; PNAES; Bem-estar estudantil; Permanência e pertencimento; Justiça social

ABSTRACT

This dissertation analyzes the implementation and institutionalization process of the National Student Assistance Policy (PNAES) in Brazilian federal universities, focusing on a comparative study of the Federal University of Pampa (Unipampa), the Federal University of Santa Maria (UFSM), and the Federal University of Fronteira Sul (UFFS). Grounded in the theoretical frameworks of Rawls (2002), Fraser (2001; 2003; 2009), Dubet (2011), Simmel (2006), and Lipsky (1980; 2019), the study conceives student assistance as a public policy of expanded social justice, integrating material and immaterial dimensions of student well-being. The research combines documentary and empirical analysis through multiple case studies (Yin, 2015) and Discursive Textual Analysis (Moraes, 2003), focusing on the relationship between norms, structures, and practices within Federal Institutions of Higher Education (IFES). Findings reveal that the effectiveness of PNAES depends not only on financial redistribution but also on the institutional capacity to incorporate immaterial actions—such as mental health, culture, sports, and pedagogical support—that foster belonging and social integration. At Unipampa, this integration materializes through innovative programs such as the Sustainable Mental Health Program for Students, the Sports and Well-being Program, and the Student Cultural Voucher, reflecting an intersectoral and participatory institutionalization process. The study confirms that qualified student retention requires the complementarity between material and immaterial actions, the active mediation of street-level bureaucrats, and governance arrangements oriented toward well-being and belonging. In conclusion, student assistance, by shifting from a compensatory to a relational and emancipatory model, consolidates itself as an expression of the right to education and dignity in Brazilian public higher education.

Keywords: Student Assistance; PNAES; Student Well-being; Belonging and Retention; Social Justice

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento do PIB per capita do Brasil US\$ e redução da desigualdade – GINI (1991 a 2023).....	56
Gráfico 2 - Desempenho dos indicadores de retenção e evasão beneficiários do PNAES e total (2014 a 2024).....	80
Gráfico 3 - Evolução do comprometimento dos gastos da educação com o PNAES 2000 a 2024.	82

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Gastos do Ministério da Educação e PNAES entre 2000 e 2024 (2024).	81
---	----

LISTAS DE QUADROS

Quadro Geral 1 - Fundamentos teóricos da justiça social e sua tradução no modelo analítico da assistência estudantil.....	33
Quadro Geral 2 - Área predominante dos periódicos que publicaram artigos sobre Assistência Estudantil.....	59
Quadro Geral 3 - Área predominante dos periódicos que publicaram artigos sobre Assistência Estudantil.....	60
Quadro Geral 4 - Artigos científicos selecionados para a pesquisa bibliográfica	62
Quadro Geral 5 - Produções acadêmicas com a temática Programa Nacional de Assistência Estudantil.....	66
Quadro Geral 6 - Modelo analítico para avaliação in itinere da PNAE	91
Quadro Geral 7 - Dados das Instituições Federais de Ensino Superior analisadas	102
Quadro Geral 8 - Ações e benefícios de assistência estudantil nas IFES analisadas	107
Quadro Geral 9 - Ações e benefícios de assistência estudantil nas IFES analisadas	136
Quadro Geral 10 - síntese comparativo: Benefícios diretos × indiretos.....	158
Quadro B.1 - Comparativo das falas sobre o eixo geral da política de assistência estudantil. 184	
Quadro B.2 - Comparativo das falas sobre o eixo Cultura.....	185
Quadro B.3 - Comparativo das falas sobre o eixo Esporte.....	186
Quadro B.4 - Comparativo das falas sobre o eixo Saúde	188
Quadro B.5 - Comparativo das falas sobre o eixo Apoio Pedagógico	189
Quadro B.6 - Comparativo das falas sobre o eixo Inclusão e Acessibilidade	191
Quadro B.7 - Comparativo das falas sobre o eixo Saúde e Saúde Mental	192
Quadro B.8 - Comparativo das falas sobre Institucionalização, Permanência e Impactos	193
Quadro B.9 - Síntese comparativa da institucionalização da assistência estudantil nas IFES analisadas.....	196
Quadro C.1 - Cultura & Pertencimento	198
Quadro C.2 - Esporte e Bem-Estar	201
Quadro C.3 - Apoio Pedagógico.....	202
Quadro C.4 - Inclusão & Acessibilidade	204
Quadro C.5 - Saúde & Saúde Mental	206
Quadro C.6 - Institucionalização, Permanência e Impactos	208

Quadro D.1 - Excertos do processo de unitarização e sua relação com as categorias emergentes	213
Quadro E.1 - Dicionário de Códigos e Categorias	215
Quadro E.2 - Sínteses codificadas dos Apêndices B e C	216
Quadro F.1 - Matriz analítica por categoria	221
Quadro J.1 - Controle das entrevistas	226
Quadro J.2 - Exemplo de planilha de categorização e codificação	226
Quadro K.1 - Correspondência entre as categorias empíricas e dimensões teóricas.....	228
Quadro M.1 - Legislação Nacional.....	233
Quadro M.2 - Normativas Institucionais da Unipampa.....	234
Quadro M.3 - Documentos e marcos normativos complementares (referência comparativa das IFES).....	235
Quadro M.4 - Diretrizes e marcos internacionais de referência	236
Quadro N.1 - Convergências e Divergências entre Gestão e Execução das IFES	237

LISTA DE SIGLAS

AE - Assistência Estudantil

ANDIFES - Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ATD - Análise Textual Discursiva

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BSE - Benefício Socioeconômico

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial

CONSUNI - Conselho Universitário

DAE - Divisão de Assistência Estudantil

DEIA - Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade

Fonaparace - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GT - Grupo de Trabalho

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação

NAE - Núcleo de Acessibilidade

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PASP - Programa de Apoio ao Sucesso Pedagógico

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil

PROCADI - Pró-reitoria de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão

PRODAE - Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil

PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PROEC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU -Restaurante Universitário

SESu – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

TSG -Taxa de Sucesso na Graduação

TLE - Taxa Longitudinal de Evasão

TLR - Taxa Longitudinal de Retenção

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIPAMA – Universidade Federal do Pampa

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFFS – Universidade Federal Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	21
1.1	Justificativa e relevância da pesquisa	24
1.2	Problema, hipóteses e objetivos	25
1.3	Referencial teórico e modelo analítico	29
1.3.1	A justiça social como fundamento da política de permanência.....	31
1.3.2	A política como experiência de justiça e pertencimento	34
1.3.3	A implementação como espaço de mediação: burocratas de nível de rua.....	35
1.3.4	O bem-estar estudantil como categoria explicativa.....	36
1.3.5	O modelo analítico da pesquisa	37
1.3.6	Síntese integradora	38
1.4	Estrutura e percurso metodológico da pesquisa	39
1.4.1	Natureza e delineamento da pesquisa.....	41
1.4.2	Estratégia de análise: o modelo material–imaterial.....	42
1.4.3	Fontes de dados e corpus da pesquisa	43
1.4.4	Procedimentos de coleta e análise dos dados	45
1.4.5	Limites e potencialidades do estudo.....	46
1.4.6	Estrutura geral da dissertação	47
2	A CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	49
2.1	Contextualização das políticas de assistência estudantil	49
2.2	Justiça social e o papel da assistência estudantil	54
2.3	Assistência estudantil à luz da produção teórica	58
3	MODELO ANALÍTICO DA PNAES E INTEGRAÇÃO ENTRE DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS.....	75
3.1	Institucionalização da política pública: menos retenção e evasão.....	76
3.2	Assistência Estudantil e a Promoção do Bem-Estar Estudantil: entre as dimensões materiais e imateriais	83
3.3	O conceito de bem-estar na perspectiva do modelo de análise	89
4	ANÁLISE DOCUMENTAL COMPARATIVA DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES	97
4.1	Caracterização das instituições ou casos	99
4.1.1	Estrutura organizacional e princípios orientadores	101
4.1.2	Procedimentos de análise documental.....	105

4.2	Análise comparativa das ações de assistência estudantil nas IFES	112
4.2.1	Dimensões materiais: consolidação e heterogeneidade institucional	112
4.2.2	Dimensões imateriais: estágio incipiente e práticas dispersas	113
4.2.3	Padrões comparativos e estágios de institucionalização.....	114
5	ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS COM SERVIDORES DAS IFES	116
5.1	Enquadramento teórico da análise empírica.....	116
5.2	Corpus e procedimentos de análise	118
5.3	Análise comparativa dos eixos da política de assistência estudantil.....	119
5.3.1	Eixo Cultura.....	121
5.3.2	Eixo Esporte e Bem-Estar.....	123
5.3.3	Eixo Apoio Pedagógico	125
5.3.4	Eixo Inclusão e Acessibilidade.....	127
5.3.5	Eixo Saúde e Saúde Mental	129
5.3.6	Eixo Institucionalização, Permanência e Impactos	130
5.4	Comparações gestão × execução (perspectiva <i>bottom-up</i>).....	133
5.4.1	Comparações por instituição	134
5.4.2	Síntese comparativa interinstitucional.....	136
5.5	Interpretação integrada e inferências analíticas.....	137
6	SÍNTESE ANALÍTICA E RECOMENDAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA COM PERTENCIMENTO.....	141
6.1	Síntese do percurso da pesquisa	142
6.2	A PNAES e o novo paradigma da Lei nº 14.914/2024.....	147
6.3	Dimensões materiais e imateriais na prática institucional.....	150
6.4	Benefícios diretos × indiretos e o desafio da universalização	152
6.5	Recomendações à Unipampa: consolidação da assistência estudantil como política de bem-estar e pertencimento.....	159
6.6	Considerações Finais	164

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS E BLOCOS TEMÁTICOS

APÊNDICE B – ANÁLISE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS (GESTÃO × EXECUÇÃO – UFSM, UFFS E UNIPAMPA)

APÊNDICE C – SÍNTESE COMPARATIVA POR EIXOS

APÊNDICE D – PROCEDIMENTOS DETALHADOS DA ATD E EXEMPLOS DE UNITARIZAÇÃO

APÊNDICE E – DICIONÁRIO DE CÓDIGOS E CATEGORIAS

APÊNDICE F – MATRIZ ANALÍTICA POR CATEGORIA, IFES E DIMENSÃO  / 

APÊNDICE G – TRECHOS INTEGRAIS SELECIONADOS POR CATEGORIA

APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

APÊNDICE I – OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS

APÊNDICE J – REGISTRO DE INSTRUMENTOS E MATRIZES UTILIZADOS NA ANÁLISE

APÊNDICE K – QUADRO DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE CATEGORIAS EMPÍRICAS E DIMENSÕES TEÓRICAS

APÊNDICE L – QUADRO-SÍNTESE DE VALIDAÇÃO METODOLÓGICA

APÊNDICE M – REFERENCIAL NORMATIVO DA PESQUISA

APÊNDICE N – SÍNTESE COMPARATIVA POR IFES (GESTÃO × EXECUÇÃO)

ANEXOS

Anexo 1 - Portaria Unipampa nº 1062/2025 – Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes

Anexo 2 - Portaria Unipampa nº 1404/2025 – Programa de Esportes e Bem-Estar

Anexo 3 - Chamada Interna PRODAE/PROECUnipampa nº 04/2025 – Vale Cultura Estudante

Anexo 4 - Portaria nº 1494, de 10 de outubro de 2025 - Designa servidores para comporem o Grupo de Trabalho (GT) para tratar da política de saúde mental da Unipampa

Anexo 5 - Portaria nº 302, de 14 de fevereiro de 2025 - Designa servidores para comporem o Grupo de Trabalho (GT) para tratar da política de saúde mental da Unipampa

Anexo 6 - Portaria nº 651, de 25 de abril de 2025 - Designa servidores para comporem o Grupo de Trabalho (GT) para tratar da política de saúde mental da Unipampa

A justiça social requer uma orientação programática ampla, capaz de fazer justiça a todas as atuais lutas contra a injustiça.

Nancy Fraser

(Da redistribuição ao reconhecimento. São Paulo: Boitempo, 2001.)

1 INTRODUÇÃO E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, provocou profundas transformações no perfil do corpo discente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A criação de novas universidades e campi por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007), associada às políticas afirmativas e de interiorização, resultou na democratização do ingresso, mas também trouxe novos desafios para a permanência estudantil. Nesse cenário, a assistência estudantil assumiu papel estratégico como política pública voltada à garantia de condições equitativas de formação e ao enfrentamento das desigualdades que atravessam o percurso universitário.

A institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), inicialmente pela Portaria Normativa MEC nº 39/2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.234/2010 e recentemente consolidada pela Lei nº 14.914/2024, representa um marco na consolidação da permanência como dimensão indissociável do direito à educação superior. Essa política reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a justiça social ao reconhecer que o acesso à universidade não se efetiva apenas pela matrícula, mas pela garantia de condições materiais e simbólicas que permitam ao estudante concluir sua formação com dignidade e bem-estar.

A permanência estudantil passa, portanto, a ser compreendida em sua amplitude material e imaterial. A ênfase histórica nos auxílios financeiros e nos serviços de alimentação, transporte e moradia, embora essenciais, revela-se insuficiente para assegurar uma permanência qualificada. A evasão e a retenção permanecem como fenômenos complexos, influenciados não apenas por fatores econômicos, mas também por dimensões subjetivas, relacionais e institucionais — como pertencimento, reconhecimento, saúde mental e integração acadêmica. Esse cenário evidencia a necessidade de repensar a assistência estudantil para além do viés compensatório, incorporando perspectivas que articulem redistribuição de recursos e promoção do bem-estar integral.

A redação do art. 3º, inciso II, da Lei nº 14.914/2024, ao mencionar “outras hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social”, expressa esse deslocamento conceitual, ampliando o entendimento de que a permanência envolve tanto a mitigação das carências materiais quanto o enfrentamento das desigualdades simbólicas e relacionais. Esse

avanço normativo exige das IFES uma revisão de seus arranjos institucionais, de suas práticas de gestão e de seus indicadores de avaliação, incorporando de maneira estruturante os eixos imateriais da política.

Nesse contexto, a presente dissertação nasce da articulação entre a trajetória profissional da autora e seu compromisso ético-institucional com a consolidação da assistência estudantil como política de justiça social. Inserida no Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Unipampa, a investigação articula teoria e prática a partir da atuação cotidiana da pesquisadora como assistente social e gestora da Divisão de Assistência Estudantil (DAE/PRODAE). Essa experiência evidencia que os desafios da permanência ultrapassam as fronteiras da vulnerabilidade econômica e alcançam múltiplas dimensões da vida estudantil — emocional, cultural, relacional e pedagógica — reforçando a importância de uma abordagem integral e multidimensional.

Ao mesmo tempo, essa vivência prática revela que, embora a Unipampa tenha avançado na institucionalização de programas de caráter material — como auxílios financeiros, moradias estudantis e restaurantes universitários — persistem lacunas significativas nas dimensões imateriais da permanência, relacionadas à saúde mental, cultura, esporte, apoio pedagógico e sociabilidade. Reconhecer essas demandas permitiu conceber esta pesquisa como um exercício analítico e propositivo, orientado tanto pela observação empírica quanto pela busca por soluções sustentáveis e integradas.

Nesse percurso, observou-se ainda que entre 2023 e 2025 importantes inovações institucionais foram desenvolvidas, tais como o Programa de Saúde Mental Sustentável (Portaria nº 1062/2025), o Programa de Esportes e Bem-Estar (Portaria nº 1404/2025) e o Vale Cultura Estudante (Chamada Interna nº 04/2025), além da reestruturação da DAE/PRODAE com a criação de novos núcleos temáticos. Essas iniciativas, experienciadas simultaneamente à elaboração desta dissertação, evidenciam a potência da articulação entre pesquisa e prática na consolidação do bem-estar como eixo estruturante da permanência estudantil.

Esses resultados demonstram que a investigação não se limita à produção de conhecimento teórico, mas constitui um processo de intervenção institucional. O diálogo entre teoria e prática, aqui, não é apenas metodológico, mas ético e político: investigar, propor e implementar tornam-se movimentos complementares de um mesmo compromisso com a justiça social e com a educação pública.

O cenário nacional reforça a relevância dessa abordagem. A transformação do PNAES em política pública permanente amplia o horizonte de responsabilidades das IFES, ao

reconhecer que a prevenção da evasão e da retenção requer ações integradas de promoção do bem-estar. Nesse contexto, a Unipampa constitui um caso exemplar de transição institucional: uma universidade jovem, multicampi e interiorizada, marcada por grande diversidade territorial e social, cuja consolidação depende da capacidade de articular redistribuição e reconhecimento em uma perspectiva de justiça ampliada.

Teoricamente, este estudo ancora-se nas formulações de Rawls (2002), que compreende a justiça como equidade (*justice as fairness*), fundamentada na distribuição equitativa dos bens primários e na garantia de oportunidades reais; de Fraser (2001; 2003; 2009), que propõe uma concepção tridimensional de justiça — redistributiva, de reconhecimento e de representação — e introduz a noção de paridade participativa, segundo a qual a justiça requer que todos tenham condições equitativas de participar como pares nas interações sociais; e de Dubet (2011), que distingue entre os modelos de igualdade de oportunidades e de igualdade de posições, defendendo este último como fundamento de uma justiça social capaz de reduzir as desigualdades estruturais e legitimar as posições sociais em um quadro de coesão institucional¹. Complementarmente, Simmel (2006) contribui ao evidenciar que o vínculo entre indivíduo e sociedade se constitui na experiência relacional e intersubjetiva, em que o sentido de pertencimento e de integração social é produzido nas interações cotidianas — perspectiva que fundamenta a compreensão da justiça e do bem-estar como fenômenos simultaneamente individuais e coletivos. Soma-se a essas bases a contribuição de Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012) sobre a implementação das políticas públicas pelos burocratas de nível de rua, bem como as abordagens metodológicas de Moraes (2003) e Yin (2015), que fundamentam, respectivamente, a análise textual discursiva e o estudo de casos múltiplos adotados nesta dissertação.

Assim, esta pesquisa propõe um olhar ampliado sobre a PNAES, considerando a institucionalização das dimensões materiais e imateriais como condição necessária para a efetividade da política. A hipótese orientadora é que ações imateriais institucionalizadas — como programas de saúde mental, esporte, cultura e apoio pedagógico — potencializam a

¹ A leitura de Dubet (2011) aqui adotada baseia-se na distinção entre os modelos de igualdade de oportunidades e de igualdade de posições. O autor defende que uma justiça social substantiva deve priorizar a redução das desigualdades estruturais e a legitimação das posições sociais, assegurando coesão e estabilidade no corpo social. Essa formulação não constitui citação literal, mas síntese interpretativa da concepção de justiça desenvolvida em *Repensar a Justiça Social*.

permanência e reduzem a evasão, ao fortalecer laços de pertencimento, reconhecimento e convivência acadêmica.

1.1 Justificativa e relevância da pesquisa

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a permanência estudantil para além da dimensão econômica, reconhecendo que fatores subjetivos, relacionais e institucionais influenciam profundamente o percurso acadêmico. A consolidação da assistência estudantil como política de Estado exige a incorporação de abordagens que articulem condições materiais e dimensões imateriais do bem-estar, reconhecendo que vulnerabilidades contemporâneas envolvem aspectos emocionais, culturais, identitários e de pertencimento.

A literatura recente tem demonstrado que abandono, retenção e baixo desempenho acadêmico não resultam apenas da insuficiência de recursos financeiros, mas de múltiplas vulnerabilidades interligadas — emocionais, sociais, pedagógicas e culturais — que afetam a adaptação, o engajamento e a permanência no ensino superior (Araújo; Mariano; Oliveira, 2021; Lammers et al., 2017; Scher; Oliveira, 2020).

Nesse sentido, a Lei nº 14.914/2024 avança ao reconhecer, em seu art. 3º, inciso II, que a assistência estudantil deve atuar preventivamente diante de “outras hipossuficiências associadas à vulnerabilidade social”, ampliando o escopo das ações e demandando das IFES uma reconfiguração institucional que incorpore dimensões imateriais como cultura, saúde mental, esporte, apoio pedagógico e convivência.

Sob a ótica da justiça social, esta pesquisa ancora-se nas formulações de Fraser (2001; 2003; 2009), Rawls (2002), Dubet (2011) e Simmel (2006), que concebem a justiça como articulação entre redistribuição, reconhecimento e participação. Essa base teórica sustenta a compreensão de que políticas públicas efetivas são aquelas capazes de integrar condições materiais equitativas, valorização das identidades e garantia de participação social — dimensões essenciais para a construção do pertencimento acadêmico e da permanência qualificada.

A pertinência institucional da pesquisa também se evidencia no caráter multicampi da Unipampa, cujos desafios de equidade territorial, logística e de recursos humanos requerem análises contextualizadas sobre como a assistência estudantil se estrutura em diferentes realidades. Conforme apontam Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012), a implementação de políticas públicas ocorre no cotidiano dos burocratas de nível de rua, cujas interpretações e práticas concretas moldam a efetividade da política nacional.

Além da contribuição teórica, este estudo possui relevância aplicada direta, ao dialogar continuamente com a prática profissional da autora. Durante o desenvolvimento do mestrado, a reflexão acadêmica alimentou debates internos e subsidiou a formulação de programas e ações institucionais da Unipampa, evidenciando a potência da pesquisa aplicada e situada.

Além de sua relevância teórica e institucional, esta pesquisa insere-se no campo da avaliação de políticas públicas, ao propor uma análise das ações da assistência estudantil na Unipampa à luz de seus efeitos sobre o bem-estar e a permanência dos estudantes. Nesse sentido, o estudo contribui para a realização de uma avaliação *ex post* do Programa Nacional de Assistência Estudantil, subsidiando os processos decisórios da gestão institucional.

Conforme definido por Brasil (2018), a avaliação *ex post* consiste em uma ferramenta fundamental para orientar a tomada de decisão durante ou após a execução de uma política pública, ao produzir evidências sobre seu desempenho, sua eficiência, eficácia e efetividade. Trata-se de um processo baseado na reflexão crítica, que permite identificar limites, potencialidades e necessidades de reorientação das ações, contribuindo para o aprimoramento contínuo da política.

Ao analisar a integração entre dimensões materiais e imateriais da assistência estudantil, esta pesquisa oferece subsídios empíricos e analíticos para a qualificação das práticas institucionais, fortalecendo a gestão baseada em evidências e a consolidação da permanência estudantil como política estruturante.

Do ponto de vista social, a relevância da pesquisa reside na defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade, fortalecendo os princípios constitucionais de igualdade de oportunidades e desenvolvimento humano. Ao propor caminhos concretos para a consolidação de uma política de permanência integral, esta dissertação contribui com gestores, formuladores de políticas e pesquisadores comprometidos com a construção de universidades mais inclusivas, equitativas e humanizadoras.

1.2 Problema, hipóteses e objetivos

A efetividade da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ao longo de seus quinze anos de implementação, tem sido majoritariamente avaliada por indicadores quantitativos — como taxas de evasão e retenção — e pela execução orçamentária voltada ao atendimento das necessidades materiais dos estudantes. Contudo, as experiências institucionais nas universidades federais indicam que tais parâmetros, embora relevantes, não captam a

complexidade da permanência universitária nem os fatores subjetivos que condicionam o sucesso acadêmico. A permanência é um fenômeno multidimensional, resultante da interação entre condições econômicas, contextos institucionais, trajetórias individuais e experiências relacionais vividas pelos estudantes no espaço universitário.

Conforme já indicado na literatura, a evasão e o baixo desempenho acadêmico estão associados a múltiplas vulnerabilidades interligadas — emocionais, sociais, pedagógicas e culturais — que impactam o pertencimento e o bem-estar dos estudantes.

Apesar disso, observa-se que parte das políticas institucionais ainda se orienta por uma lógica de focalização econômica, limitando-se à redistribuição material. Essa ênfase histórica reforça a concepção da assistência estudantil como política compensatória, e não como política estruturante de equidade e justiça social.

À luz das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.914/2024, observa-se a necessidade de institucionalizar, de forma integrada, as dimensões imateriais da assistência estudantil, como cultura, esporte, saúde mental e apoio pedagógico. Entretanto, a institucionalização desses eixos permanece, em muitos contextos, incipiente, fragmentada e dependente de iniciativas locais, carecendo de arcabouço normativo, orçamentário e de monitoramento contínuo.

Problema de pesquisa

Em que medida e de que modo a integração entre as dimensões materiais e imateriais da PNAES se realiza nas universidades federais, e como essa integração pode elevar o bem-estar estudantil e reduzir evasão e retenção, especialmente no contexto multicampi da Universidade Federal do Pampa (Unipampa)?

Perguntas de pesquisa

Como as dimensões materiais e imateriais da assistência estudantil se articulam nas políticas e práticas institucionais das IFES?

De que modo essa integração potencializa o bem-estar estudantil e contribui para a redução de evasão e retenção?

Quais estratégias institucionais podem consolidar, na Unipampa, uma assistência estudantil que ultrapasse a lógica do repasse econômico e promova a permanência como experiência de pertencimento e justiça social?

Hipóteses de pesquisa

H1 — Condição necessária, mas não suficiente.

As ações voltadas às necessidades materiais — como moradia, alimentação, transporte e auxílios financeiros — são essenciais para a permanência estudantil, mas não garantem, por

si sós, o bem-estar e o sucesso acadêmico. Elas asseguram condições básicas de subsistência, porém não produzem, isoladamente, vínculos de pertencimento, engajamento e satisfação institucional. Nessa perspectiva, conforme Simmel (2006), o pertencimento e a coesão social não derivam apenas da satisfação das necessidades objetivas, mas se constroem nas relações e interações cotidianas, nas quais o indivíduo se reconhece como parte do grupo.

H2 — Dimensões imateriais como fator de permanência qualificada.

A ausência de institucionalização das dimensões imateriais — como saúde mental, cultura, esporte, apoio pedagógico e inclusão — fragiliza a efetividade do PNAES, limitando-o à garantia de condições básicas de subsistência. Quando presentes e integradas, essas ações atuam como fatores de proteção, promovendo bem-estar psicossocial e fortalecendo vínculos de pertencimento e identidade acadêmica. À luz de Fraser (2009), a efetividade da política amplia-se quando articula redistribuição e reconhecimento, assegurando não apenas a justiça material, mas também o reconhecimento simbólico das diferenças. Em consonância com Simmel (2006), o pertencimento e a integração emergem das interações cotidianas, nas quais o estudante se percebe parte legítima da coletividade universitária.

H3 — Integração e justiça social ampliada.

A integração entre redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2009; 2003) promove uma justiça ampliada, capaz de articular igualdade e diferença, universalidade e especificidade. À luz da paridade participativa (Fraser, 2003), a efetividade das políticas cresce quando os sujeitos têm voz, representação e participação nas decisões coletivas. Em consonância com Dubet (2011), essa justiça torna-se socialmente significativa quando contribui para reduzir as desigualdades de posições e fortalecer os laços de coesão e pertencimento entre os grupos. Sob a perspectiva de Simmel (2006), tais vínculos emergem das interações cotidianas e constituem a base relacional do sentimento de inclusão e reconhecimento mútuo que sustenta a vida social.

H4 — Implementação como mediação institucional.

A efetividade da política depende não apenas de seu desenho normativo, mas das práticas cotidianas dos burocratas de nível de rua (Lipsky, 2019; Lotta, 2012), que interpretam, adaptam e negociam as diretrizes com base nas condições locais de execução. Em contextos universitários multicampi, essa mediação é decisiva para traduzir as normas em práticas contextualizadas, influenciando diretamente a legitimidade social da política, compreendida, à luz de Dubet (2011), como a capacidade das instituições de reduzir desigualdades de posições e de serem reconhecidas como justas pelos sujeitos que delas participam.

Essas hipóteses estruturam o modelo analítico apresentado no Capítulo 3, que distingue duas dimensões complementares da política:

- Dimensão material: ações redistributivas que asseguram condições básicas de permanência;
- Dimensão imaterial: ações de reconhecimento e convivência que promovem sociabilidade, saúde, apoio pedagógico e pertencimento.

A análise comparativa entre UFSM, UFFS e Unipampa, aliada à análise empírica das entrevistas com assistentes sociais, permite examinar em que medida essas dimensões se articulam — ou se dissociam — nas práticas institucionais. Busca-se compreender não apenas o que está normatizado, mas como é vivido o processo de implementação da assistência estudantil, considerando as especificidades de cada contexto universitário.

A escolha da Universidade Federal de Santa Maria, da Universidade Federal da Fronteira Sul e da Universidade Federal do Pampa fundamenta-se em suas trajetórias institucionais, em sua configuração multicampi e nas distintas formas de expansão no âmbito do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A UFSM, originalmente estruturada como instituição de campus único, expandiu-se para o modelo multicampi a partir do REUNI. A UFFS, por sua vez, é oriunda desse programa e se distingue por sua atuação em três estados da Região Sul, configurando-se como uma experiência singular de interiorização e integração regional. A Unipampa, também criada no contexto do REUNI, apresenta um modelo multicampi com dez campi distribuídos em municípios do interior do Rio Grande do Sul, constituindo-se no foco central desta investigação, em razão de sua relevância institucional e da inserção profissional da autora.

Essas distintas trajetórias permitem analisar comparativamente como diferentes arranjos organizacionais, contextos territoriais e processos de institucionalização influenciam a implementação da assistência estudantil, ampliando a compreensão sobre seus limites, potencialidades e efeitos nas múltiplas realidades universitárias.

Com o objetivo de subsidiar teoricamente esta pesquisa, foi realizada uma investigação bibliográfica sistemática, voltada à identificação e análise da produção acadêmica sobre o PNAES e suas abordagens na literatura científica. Essa etapa permitiu mapear tendências, lacunas e convergências teóricas, oferecendo a base conceitual que sustenta a interpretação das dimensões material e imaterial do modelo analítico adotado.

Objetivo geral

Propor melhorias na política de assistência estudantil da Unipampa, considerando as dimensões materiais e imateriais do bem-estar estudantil, com vistas à redução da evasão e à consolidação de políticas permanentes de permanência.

Objetivos específicos

1- Analisar a produção teórica e as experiências institucionais sobre bem-estar no âmbito da assistência estudantil, identificando práticas e dimensões relevantes para consolidar políticas de permanência nas IFES.

2 - Mapear e avaliar as práticas e ações de assistência estudantil adotadas pelas IFES, com ênfase nas estratégias voltadas à promoção do bem-estar e da permanência.

3 - Comparar as políticas e práticas da Unipampa com as da UFSM e UFFS, identificando semelhanças, diferenças e oportunidades de aprimoramento.

4 - Elaborar recomendações para o aperfeiçoamento da política de assistência estudantil da Unipampa, com base em evidências teóricas e empíricas, priorizando ações voltadas à promoção integral do bem-estar estudantil.

Esses objetivos se articulam por uma lógica de progressão analítica: parte-se da identificação de lacunas teóricas (Capítulo 2) e do desenvolvimento do modelo analítico (Capítulo 3), avança-se para a análise comparativa das políticas institucionais (Capítulo 4), aprofunda-se a compreensão empírica das práticas de implementação (Capítulo 5) e culmina-se na formulação de recomendações aplicadas à realidade da Unipampa (Capítulo 6).

1.3 Referencial teórico e modelo analítico

A compreensão da assistência estudantil como política pública de permanência requer um marco teórico capaz de integrar dimensões estruturais, institucionais e subjetivas do fenômeno educacional. A análise aqui desenvolvida insere-se na perspectiva das políticas públicas enquanto instrumentos de justiça social, tomando como eixo interpretativo a articulação entre redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2009) e ampliando o debate clássico sobre igualdade de oportunidades (Rawls, 2002). A partir desse referencial, a política de assistência estudantil é situada como um campo de tensões entre o direito à educação, a equidade e o bem-estar.

A concepção de justiça como equidade, proposta por Rawls (2002), fornece a base normativa deste estudo. Para o autor, a igualdade formal de acesso não é suficiente: é preciso garantir condições equitativas de permanência, de modo que todos os indivíduos possam desenvolver plenamente suas potencialidades. Transposta ao contexto da educação superior,

essa perspectiva legitima a assistência estudantil como instrumento de justiça distributiva, orientado à correção das desigualdades de ponto de partida que comprometem o êxito acadêmico.

Entretanto, como enfatiza Fraser (2003; 2009), a justiça social não pode ser reduzida à redistribuição de recursos materiais. Ela exige também o reconhecimento das diferenças culturais e simbólicas que estruturam as desigualdades e, posteriormente, o direito à participação equitativa nos processos de decisão — o que a autora denomina de paridade participativa. Assim, uma política pública é efetiva quando conjuga redistribuição, reconhecimento e representação, promovendo tanto a igualdade de condições quanto o respeito às singularidades e a inclusão na esfera pública.

Complementarmente, a reflexão de Dubet (2011) sobre a experiência de justiça introduz uma dimensão interpretativa essencial. O autor argumenta que uma política é percebida como justa quando é vivida pelos sujeitos como tal, produzindo sentimento de pertencimento, dignidade e legitimidade social. No âmbito da assistência estudantil, isso significa que a efetividade da política não se mede apenas por indicadores quantitativos, mas também pela vivência subjetiva de inclusão e valorização experimentada pelos estudantes no cotidiano universitário.

Essa perspectiva dialoga com a Sociologia da Sociabilidade de Georg Simmel (2006), segundo a qual as interações e os laços de convivência são fundamentais para a constituição da identidade e do bem-estar coletivo. A universidade, como espaço social, é também um espaço de formação de vínculos, solidariedade e pertencimento. Desse modo, políticas de cultura, esporte, saúde e convivência constituem componentes estruturantes — e não acessórios — do projeto educativo.

No campo da implementação, a contribuição de Lipsky (2019) e Lotta (2012) complementa esse referencial ao evidenciar que as políticas públicas se concretizam nas práticas cotidianas dos burocratas de nível de rua (*street-level bureaucrats*). São esses agentes — assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnicos e gestores locais — que interpretam as normas e mediam a relação entre o Estado e os cidadãos. Essa leitura “de baixo para cima” (*bottom-up*) revela que a efetividade da assistência estudantil depende da autonomia interpretativa, da articulação intersetorial e da criação de soluções institucionais contextualizadas.

Nesse sentido, a presente pesquisa adota um modelo teórico-analítico multidimensional, fundamentado em quatro eixos de análise:

- Institucionalização normativa – existência de marcos legais e administrativos que sustentem a política;
- Cobertura e acesso – alcance e amplitude das ações materiais e imateriais;
- Integração intersetorial – articulação entre diferentes áreas e políticas (educação, saúde, cultura, esporte);
- Continuidade e sustentabilidade – permanência e monitoramento das ações ao longo do tempo.

Esse modelo, detalhado no Capítulo 3, combina a dimensão material (redistributiva) e a dimensão imaterial (relacional e simbólica) da assistência estudantil, compreendendo-as como complementares e interdependentes. A análise comparativa entre UFSM, UFFS e Unipampa permite observar o grau de maturidade institucional de cada uma, identificando padrões, especificidades e lacunas na integração dessas dimensões.

Em síntese, o referencial teórico e o modelo analítico adotados sustentam uma leitura ampliada da PNAES como política de justiça social e bem-estar. A partir de Rawls (2002), reafirma-se a necessidade de redistribuição equitativa de recursos; com Fraser (2009; 2003), reconhece-se que a justiça requer também reconhecimento das diferenças e paridade participativa; com Dubet (2011), compreende-se que a política é justa quando é vivida como experiência de pertencimento e legitimidade; com Simmel (2006), valoriza-se a convivência como fundamento do bem-estar; e, com Lipsky (2019) e Lotta (2012), reconhece-se que a política se realiza nas práticas cotidianas dos implementadores.

Essa articulação teórico-metodológica sustenta a análise proposta nas demais seções e capítulos, nos quais se investiga como as universidades federais — especialmente a Unipampa — vêm construindo uma política de assistência estudantil que integre redistribuição, reconhecimento e pertencimento, configurando o que Fraser (2009) denomina de justiça social ampliada.

1.3.1 A justiça social como fundamento da política de permanência

A teoria da justiça de John Rawls (2002) constitui uma das bases normativas deste estudo. Ao propor o princípio da igualdade equitativa de oportunidades, Rawls sustenta que as desigualdades sociais e econômicas só são moralmente aceitáveis se contribuírem para o benefício dos menos favorecidos e se todos tiverem reais possibilidades de alcançar posições desejáveis na estrutura social. Transposta ao campo da educação superior, essa concepção implica reconhecer que a igualdade formal de acesso não garante igualdade substantiva de

permanência, exigindo o provimento de condições materiais e institucionais que permitam aos estudantes desenvolver plenamente suas potencialidades.

Nessa perspectiva, a assistência estudantil configura-se como mecanismo de justiça distributiva, voltado à correção das desigualdades de origem que comprometem a permanência e o êxito acadêmico. Contudo, como destaca Nancy Fraser (2009), a redistribuição, embora necessária, é insuficiente para uma justiça social efetiva. A autora propõe que a equidade depende da articulação entre redistribuição e reconhecimento, de modo que as políticas públicas não apenas compensem carências materiais, mas também valorizem diferenças, experiências e identidades.

Ao ampliar essa formulação, Fraser (2003) introduz o conceito de paridade participativa, segundo o qual a justiça requer não apenas redistribuir e reconhecer, mas também assegurar igualdade de voz e representação nos processos de decisão. Essa abordagem tridimensional é particularmente relevante para a política de permanência, pois evidencia que a efetividade da PNAES pressupõe tanto condições materiais equitativas, quanto ambientes institucionais inclusivos e participativos, em que os estudantes possam expressar demandas e co-construir políticas.

Complementarmente, Dubet (2011) desloca o foco da igualdade de oportunidades para a igualdade de posições sociais, argumentando que a justiça só se realiza quando as instituições reduzem as distâncias estruturais e asseguram posições reconhecidas como justas e dignas. Essa perspectiva reforça que políticas de permanência não devem apenas oferecer acesso, mas transformar condições sociais, promovendo coesão e legitimidade entre os grupos.

Em diálogo com essa dimensão estrutural, Simmel (2006) acrescenta uma leitura relacional da justiça: o pertencimento e o bem-estar derivam das interações e vínculos de sociabilidade que constituem o tecido da vida social. Assim, políticas que fomentam cultura, esporte, convivência e saúde mental tornam-se parte essencial da permanência, ao fortalecer os laços de integração e o reconhecimento mútuo no cotidiano universitário.

Dessa forma, a teoria da justiça social oferece o alicerce conceitual para compreender a assistência estudantil como política de permanência emancipatória, sustentada pela articulação entre redistribuição, reconhecimento e representação (Fraser), pela redução das desigualdades de posições (Dubet) e pelo pertencimento relacional que se constrói nas interações cotidianas (Simmel). No plano empírico, esses princípios se traduzem nas dimensões materiais e imateriais do bem-estar estudantil, centrais ao modelo analítico desenvolvido nesta pesquisa

Quadro Geral 1 - Fundamentos teóricos da justiça social e sua tradução no modelo analítico da assistência estudantil

Autor(a)	Concepção de justiça	Contribuição para a compreensão da assistência estudantil	Dimensão teórica associada	Tradução no modelo analítico / hipóteses
Rawls (2002)	Justiça como equidade (<i>justice as fairness</i>): desigualdades só são legítimas se beneficiarem os menos favorecidos e todos tiverem reais oportunidades de acesso.	Fundamenta a dimensão redistributiva da política, justificando o provimento de condições materiais para permanência (moradia, alimentação, transporte, auxílios).	Material / Redistributiva	H1 – Condição necessária, mas não suficiente: as ações materiais asseguram a subsistência, mas não produzem, isoladamente, pertencimento nem sucesso acadêmico.
Fraser (2003; 2009)	Justiça tridimensional: requer redistribuição, reconhecimento e representação.	Inspira o conceito de justiça social ampliada, que articula igualdade e diferença, universalidade e especificidade, incluindo voz e participação nos processos institucionais.	Material e Imaterial / Integrativa	H2 – Dimensões imateriais como fator de permanência qualificada e H3 – Integração e justiça social ampliada: a efetividade cresce quando redistribuição e reconhecimento se articulam, promovendo bem-estar e inclusão.
Dubet (2011)	Justiça como igualdade de posições sociais: a legitimidade social depende da redução das desigualdades estruturais e da dignidade das posições ocupadas.	Fundamenta a necessidade de instituições justas e legítimas, capazes de reduzir distâncias sociais e produzir coesão e pertencimento institucional.	Estrutural / Institucional	H3 – Integração e justiça social ampliada: políticas justas fortalecem a coesão e a legitimidade social; H4 – Implementação como mediação institucional: a justiça se efetiva quando traduzida em práticas legítimas e reconhecidas.
Simmel (2006)	Justiça como relação de sociabilidade: o bem-estar decorre das interações cotidianas e do sentimento de pertencimento produzido na vida social.	Sustenta a dimensão relacional e simbólica da política, ressaltando que convivência, cultura e laços de integração são essenciais à experiência de reconhecimento e bem-estar.	Imaterial / Relacional	H1 e H2: o pertencimento e o bem-estar resultam das relações e vínculos estabelecidos no cotidiano institucional.
Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012)	Implementação como processo de mediação exercido pelos burocratas de nível de rua, que interpretam e adaptam as políticas às condições locais.	Enfatizam a autonomia e a mediação institucional na concretização das políticas públicas, revelando que sua efetividade depende das práticas cotidianas dos implementadores.	Operacional / Prática institucional	H4 – Implementação como mediação institucional: a efetividade depende da ação interpretativa dos implementadores e de sua capacidade de contextualizar as normas.

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em Rawls (2002), Fraser (2001; 2003; 2009), Dubet (2011), Simmel (2006), Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012).

1.3.2 A política como experiência de justiça e pertencimento

Complementarmente, a perspectiva de François Dubet (2011) oferece uma chave interpretativa essencial para compreender a vivência subjetiva da política. Ao discutir os limites da “igualdade de oportunidades” como ideal de justiça, Dubet propõe o conceito de “experiência de justiça”, segundo o qual uma política pública é justa não apenas quando distribui recursos de forma equitativa, mas quando é vivida e percebida pelos sujeitos como justa. Nesse sentido, o sentimento de reconhecimento e pertencimento torna-se elemento central para a legitimidade e efetividade das políticas educacionais.

Aplicada à assistência estudantil, essa leitura implica reconhecer que a política deve ser vivida como experiência de justiça cotidiana. Mais do que prover auxílios financeiros, ela precisa produzir sentimentos de inclusão, valorização e respeito, fortalecendo o vínculo dos estudantes com a universidade. A ausência dessas dimensões imateriais — como saúde mental, convivência, acolhimento, cultura e esporte — compromete o sentido emancipatório da política, reduzindo-a a um instrumento meramente compensatório.

Essa compreensão aproxima-se da teoria tridimensional da justiça de Nancy Fraser (2001; 2003), que articula redistribuição, reconhecimento e representação como dimensões complementares. Para que uma política seja justa, ela deve equilibrar a compensação econômica das desigualdades, o respeito às diferenças culturais e a participação efetiva dos sujeitos nos processos decisórios (paridade participativa). Assim, uma política de assistência estudantil só se realiza plenamente quando, além de garantir condições materiais, reconhece as identidades estudantis e promove espaços de voz e protagonismo, permitindo que os estudantes sejam coautores das soluções que os afetam.

Essa concepção de justiça encontra ressonância na Sociologia da Sociabilidade de Georg Simmel (2009), segundo a qual as interações sociais constituem espaços de construção da identidade, da solidariedade e do pertencimento. No contexto universitário, a convivência, a troca simbólica e o engajamento coletivo são dimensões fundamentais da formação cidadã e emocional. Garantir espaços e práticas de sociabilidade — como eventos culturais, atividades esportivas, ações de saúde e convivência — é também garantir o direito à convivência e ao bem-estar, elementos centrais da experiência universitária.

Essa perspectiva amplia o entendimento da permanência como processo relacional e experiencial, cuja efetividade depende da mediação cotidiana dos profissionais que implementam as políticas. Nesse ponto, dialoga com Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012), para

quem os burocratas de nível de rua são atores-chave na produção da justiça cotidiana, pois traduzem as normas e princípios em práticas concretas de atendimento, acolhimento e cuidado.

Dessa forma, o modelo teórico que sustenta esta pesquisa combina a ética distributiva rawlsiana, a justiça tridimensional de Fraser, a experiência de justiça de Dubet e a sociabilidade simmeliana, articulando fundamentos normativos e interpretativos. Essa articulação permite analisar a assistência estudantil como política de redistribuição, reconhecimento, representação e convivência, capaz de promover equidade, pertencimento e bem-estar em múltiplas dimensões — materiais e imateriais.

1.3.3 A implementação como espaço de mediação: burocratas de nível de rua

Se a justiça social constitui o fundamento normativo da política de permanência, a teoria da implementação fornece o eixo explicativo para compreender seus desafios no cotidiano institucional. Nesse campo, a contribuição de Michael Lipsky (1980; 2019) é central. O autor define os burocratas de nível de rua (*street-level bureaucrats*) como os agentes públicos que interagem diretamente com os cidadãos e, ao fazê-lo, exercem um poder discricionário e interpretativo na aplicação das políticas. Esses profissionais — assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, professores e técnicos administrativos — são responsáveis por traduzir diretrizes abstratas em decisões concretas, mediando o encontro entre Estado e sociedade.

A atuação desses agentes é permeada por dilemas cotidianos, como a escassez de recursos, as demandas excessivas, a ambiguidade normativa e as tensões entre regras e necessidades reais. Nesse contexto, a implementação não é compreendida como mera execução mecânica de normas, mas como um processo de interpretação, negociação e reconstrução das políticas públicas. Como argumenta Lipsky, as práticas implementadas pelos agentes locais não apenas aplicam as políticas, mas as redefinem continuamente, conferindo-lhes sentido e forma.

Essa abordagem é aprofundada por Lotta (2012), que, ao estudar o contexto brasileiro, evidencia que os burocratas de nível de rua constroem arranjos institucionais próprios, orientados pelas condições locais de trabalho e pelos valores que atribuem à sua função pública. Assim, a implementação é um campo de mediação e criatividade institucional, em que os agentes equilibram diretrizes formais, recursos limitados e demandas concretas, influenciando diretamente os resultados e a efetividade das políticas públicas.

No campo da assistência estudantil, essa perspectiva mostra-se particularmente pertinente. A execução da PNAES nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) depende de equipes locais com alto grau de autonomia decisória. São esses profissionais que

operacionalizam as políticas, avaliam vulnerabilidades, acolhem estudantes, organizam editais e desenvolvem ações de apoio psicossocial, pedagógico, cultural e de convivência. Desse modo, compreender a PNAES sob o enfoque da implementação *bottom-up* (de baixo para cima) significa reconhecer que a efetividade da política se realiza na interação cotidiana entre gestores, servidores e estudantes, onde se constrói a experiência concreta de justiça e pertencimento.

Essa leitura complementa o quadro teórico apresentado neste capítulo, ao conectar a dimensão normativa da justiça (Rawls, Fraser e Dubet) com a dimensão operacional da política (Lipsky e Lotta). A justiça, para ser vivida, depende da ação dos sujeitos que a implementam. São eles que transformam princípios abstratos — redistribuição, reconhecimento e paridade participativa — em práticas de acolhimento, equidade e bem-estar estudantil.

O presente estudo adota essa abordagem como referência metodológica, buscando analisar como os agentes implementadores — especialmente assistentes sociais — percebem, interpretam e transformam a política em práticas concretas. Essa opção teórica, detalhada no Capítulo 3, permitiu evidenciar os modos diferenciados de institucionalização da assistência estudantil entre as IFES analisadas e o papel decisivo dos atores locais na construção do bem-estar estudantil e na efetividade da política de permanência.

1.3.4 O bem-estar estudantil como categoria explicativa

A categoria bem-estar estudantil, central neste trabalho, é compreendida como síntese das dimensões materiais e imateriais da permanência. Inspirada nas abordagens de Fraser (2001; 2003), Dubet (2011) e Simmel (2009), a noção de bem-estar aqui adotada ultrapassa a perspectiva individual de satisfação subjetiva e abrange o conjunto de condições objetivas e simbólicas que permitem ao estudante viver, conviver e aprender com dignidade. Trata-se, portanto, de uma categoria relacional e institucional, que articula o econômico, o simbólico e o político como dimensões constitutivas da experiência universitária.

Sob a ótica de Fraser, o bem-estar estudantil reflete a capacidade das políticas públicas de produzir justiça social ampliada, integrando redistribuição de recursos, reconhecimento das diferenças e representação participativa dos sujeitos nos espaços institucionais. Já em Dubet (2011), o bem-estar é expressão da experiência de justiça vivida: os estudantes sentem-se pertencentes e valorizados quando percebem que as regras, práticas e relações institucionais lhes são justas e respeitadas. A essas dimensões soma-se o aporte de Simmel (2009), ao destacar

que o pertencimento e a convivência são formas de sociabilidade que sustentam o sentimento de integração e reconhecimento recíproco nos grupos sociais.

O bem-estar estudantil, portanto, não deve ser entendido como mero efeito colateral das políticas de assistência, mas como dimensão constitutiva do direito à educação. Ele expressa a capacidade institucional de prover suporte financeiro e emocional, oportunidades de desenvolvimento e espaços de convivência e participação que favoreçam a autonomia e o pertencimento. Sob essa perspectiva, políticas de alimentação, moradia e transporte só alcançam plena efetividade quando articuladas a políticas de cultura, esporte, saúde mental e apoio pedagógico, compondo um ecossistema de permanência integral.

No modelo analítico desta pesquisa, o bem-estar estudantil opera como categoria explicativa transversal da efetividade da política de permanência. Quanto mais integradas e institucionalizadas estiverem as dimensões materiais e imateriais, maior tende a ser o nível de bem-estar percebido e, conseqüentemente, menor a propensão à evasão e à retenção. Assim, o bem-estar é simultaneamente resultado e indicador de justiça social, funcionando como medida qualitativa da capacidade da PNAES de transformar o acesso à educação em experiência plena de permanência, equidade e desenvolvimento humano.

1.3.5 O modelo analítico da pesquisa

Com base no referencial teórico apresentado, foi desenvolvido um modelo analítico multidimensional (detalhado no Capítulo 3) destinado a avaliar o grau de institucionalização da política de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Esse modelo parte da concepção de que a efetividade da política decorre da capacidade institucional de articular dimensões materiais e imateriais em uma lógica integrada de justiça, bem-estar e pertencimento.

O modelo organiza-se em quatro eixos de análise interdependentes, que permitem avaliar diferentes níveis de maturidade institucional:

- Institucionalização normativa – existência de marcos legais, administrativos e procedimentais que sustentam a política, assegurando continuidade, legitimidade e transparência;
- Cobertura e acesso – amplitude e alcance dos programas e benefícios, considerando a equidade territorial e o perfil socioeconômico do público atendido;

- Integração intersetorial – articulação entre os eixos materiais e imateriais, por meio da cooperação entre áreas e núcleos (saúde mental, esporte, cultura, moradia, alimentação e apoio pedagógico);

- Continuidade e sustentabilidade – permanência, monitoramento e avaliação das ações ao longo do tempo, indicando o grau de consolidação da política e sua inserção na gestão institucional.

Esse modelo foi aplicado comparativamente às três universidades estudadas — UFSM, UFFS e Unipampa —, permitindo identificar padrões, especificidades e estágios de institucionalização. Ao mesmo tempo, orientou a análise empírica das entrevistas com os servidores implementadores, revelando percepções, desafios e estratégias que caracterizam a implementação da PNAES em contextos distintos.

A lógica do modelo é relacional e complementar:

As dimensões materiais foram observadas a partir dos programas de auxílio e infraestrutura (moradia, alimentação, transporte e auxílios financeiros);

As dimensões imateriais foram analisadas com base nas ações de saúde mental, cultura, esporte, convivência e apoio pedagógico.

A combinação entre os dados normativos e empíricos possibilitou construir uma visão integrada da política de assistência estudantil, evidenciando que a maturidade institucional da PNAES está diretamente associada à capacidade das universidades de articular, de modo sistêmico, as dimensões materiais e imateriais. Essa articulação traduz a passagem de uma política compensatória para uma política emancipatória, orientada pela promoção do bem-estar estudantil como expressão concreta de justiça social ampliada.

1.3.6 Síntese integradora

Em síntese, o referencial teórico e o modelo analítico desta dissertação sustentam uma leitura ampliada da assistência estudantil como política pública de justiça social, bem-estar e emancipação. A partir desse arcabouço, a permanência no ensino superior é compreendida não apenas como resultado de políticas de redistribuição econômica, mas como processo relacional, simbólico e institucional, no qual se articulam condições materiais, reconhecimento e pertencimento.

Com Rawls (2000), reafirma-se a importância da redistribuição equitativa de recursos como condição necessária para a igualdade substantiva de oportunidades.

Com Fraser (2001; 2003), amplia-se a noção de justiça ao incluir o reconhecimento das diferenças culturais e simbólicas e a representação participativa dos sujeitos nas decisões que os afetam, na perspectiva da paridade participativa.

Com Dubet (2011), compreende-se que a política só se realiza plenamente quando é vivida como experiência de justiça, produzindo sentimentos de valorização, pertencimento e legitimidade.

Com Simmel (2009), reconhece-se o valor da sociabilidade e da convivência como fundamentos do bem-estar e da formação cidadã.

E, com Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012), entende-se que a política se concretiza na prática dos implementadores, no espaço de mediação entre norma e realidade, onde a justiça se traduz em ações cotidianas de acolhimento e cuidado.

Essas perspectivas formam o arcabouço teórico integrado que sustenta o percurso metodológico e analítico desenvolvido nos capítulos seguintes, orientando a investigação sobre como as IFES — especialmente a Unipampa — vêm construindo uma política de assistência estudantil que se aproxime daquilo que Fraser denomina “justiça social ampliada”: a conjugação equilibrada entre redistribuição, reconhecimento, representação e pertencimento, articulando dimensões materiais e imateriais em favor de uma permanência universitária digna, equitativa e humanizadora.

1.4 Estrutura e percurso metodológico da pesquisa

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e analítica, voltada à compreensão dos modos pelos quais a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é institucionalizada e implementada nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com ênfase nas dimensões imateriais da política e em sua relação com o bem-estar estudantil.

A abordagem qualitativa permite examinar fenômenos complexos em profundidade, valorizando significados, contextos e interações sociais, o que é particularmente relevante no campo das políticas educacionais, cujas práticas se constroem na interseção entre normas, instituições e experiências.

Como destacam Yin (2015) e Moraes (2003), a análise qualitativa é apropriada quando se busca compreender fenômenos contemporâneos em contextos reais, articulando teoria e empiria. Essa orientação fundamenta esta pesquisa, que analisa comparativamente as experiências de implementação da PNAES, relacionando o discurso dos sujeitos entrevistados

ao modelo analítico desenvolvido no Capítulo 3, centrado na distinção entre dimensões materiais (voltadas à mitigação de vulnerabilidades socioeconômicas) e dimensões imateriais (orientadas à promoção do bem-estar, pertencimento e legitimidade institucional).

O delineamento metodológico adotado é o de estudo de casos múltiplos, conforme Yin (2015), adequado à análise de fenômenos institucionais cuja complexidade demanda compreender a interação entre desenho normativo, contexto organizacional e prática cotidiana.

Foram selecionadas três universidades federais multicampi — UFSM, UFFS e Unipampa —, cujas diferenças em trajetória e estrutura institucional permitem observar distintos estágios de institucionalização da PNAES. Essa configuração oferece uma base comparativa que combina relevância analítica e diversidade contextual, possibilitando identificar padrões comuns, variações institucionais e arranjos inovadores.

Em cada instituição, foram definidas duas unidades de análise internas (*embedded units*):

- Gestão central: servidores das pró-reitorias ou diretorias responsáveis pela formulação e normatização da política de assistência estudantil;
- Execução local: equipes de assistência estudantil dos *campi*, responsáveis pela implementação direta junto aos estudantes.

Essa estrutura metodológica viabiliza dois níveis complementares de análise:

- Intracaso, comparando gestão e execução dentro de cada IFES;
- Intercasos, contrastando as três universidades entre si.

De acordo com Yin (2015), essa lógica baseia-se na replicação teórica, na qual cada caso é examinado como unidade autônoma, mas articulada a um modelo analítico comum. Assim, busca-se compreender em que medida as instituições incorporam, de modo integrado, as dimensões materiais e imateriais da política e como essa integração se relaciona com o bem-estar e a permanência estudantil.

Para a análise empírica — composta por entrevistas semiestruturadas com representantes da gestão central e da execução local — foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme Moraes (2003). A ATD, ao decompor e reconfigurar sentidos, permite interpretar as narrativas institucionais e relacioná-las às categorias de redistribuição, reconhecimento, representação e pertencimento, conforme Fraser (2001; 2003; 2009), Dubet (2011) e Simmel (2006).

A combinação entre estudo de casos múltiplos (Yin, 2015) e ATD (Moraes, 2003) oferece uma perspectiva integrada, que articula níveis macro (normas e estruturas) e micro

(práticas e percepções), em consonância com o princípio da justiça social ampliada (Fraser, 2009).

Conforme Quivy e Campenhoudt (2008), o percurso metodológico deve garantir coerência entre problema, objetivos e instrumentos de análise. Assim, esta pesquisa estruturou-se em três movimentos:

- Análise documental comparativa, identificando marcos normativos e organizacionais;
- Análise de conteúdo das entrevistas, interpretando discursos e práticas institucionais;
- Síntese interpretativa, articulando teoria, dados e modelo analítico.

Complementarmente, realizou-se uma investigação bibliográfica sistemática nas bases SciELO Brasil e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com o objetivo de mapear a produção científica recente sobre a PNAES e suas dimensões materiais e imateriais.

Esse percurso metodológico, orientado pela perspectiva *bottom-up* e pela pesquisa aplicada, assegura coerência entre teoria, empiria e prática institucional, constituindo a base para o desenvolvimento dos capítulos seguintes.

1.4.1 Natureza e delineamento da pesquisa

A pesquisa é de natureza aplicada, pois busca gerar subsídios teórico-práticos para o aperfeiçoamento da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), respondendo a um problema concreto da gestão universitária.

Seu delineamento é exploratório e comparativo, pois examina três IFES — UFSM, UFFS e Unipampa —, com o propósito de identificar convergências, divergências e estágios distintos de institucionalização das dimensões materiais e imateriais da PNAES.

A abordagem qualitativa é orientada pela compreensão das políticas públicas como fenômenos relacionais e institucionais, em que teoria e prática se entrelaçam. Essa perspectiva permite captar significados, percepções e práticas produzidas pelos agentes implementadores, valorizando o contexto social e institucional da permanência.

O estudo de casos múltiplos, conforme Yin (2015), fornece um marco analítico comparativo que permite avaliar como diferentes configurações organizacionais interpretam e operacionalizam a PNAES.

Dessa forma, a pesquisa articula uma perspectiva analítica e aplicada, na qual a investigação empírica subsidia recomendações para o fortalecimento da política de permanência na Unipampa, em consonância com a justiça social ampliada (Fraser, 2009), a legitimidade institucional (Dubet, 2011) e o pertencimento relacional (Simmel, 2006).

1.4.2 Estratégia de análise: o modelo material–imaterial

A estratégia metodológica adotada fundamenta-se no modelo analítico das dimensões materiais e imateriais, desenvolvido especificamente para esta pesquisa e detalhado no Capítulo 3. Esse modelo parte do pressuposto de que a efetividade da PNAES depende da integração equilibrada entre redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001; 2003; 2009), articulando dimensões econômicas, simbólicas e relacionais da permanência estudantil.

Inspirado em Dubet (2011) e Simmel (2006), o modelo reconhece que a assistência estudantil não se realiza apenas no plano distributivo, mas também na legitimidade institucional e na convivência social, esferas nas quais se produzem pertencimento, coesão e bem-estar. Assim, compreender a PNAES requer ultrapassar o enfoque compensatório e considerar a política como espaço de interação e reconhecimento, em que o sentido de justiça é socialmente construído.

Cada dimensão foi operacionalizada por indicadores analíticos, que expressam o grau de consolidação e integração institucional da política, conforme descrito a seguir:

Dimensão material (■) – ações redistributivas, voltadas à garantia das condições básicas de permanência: moradia, alimentação, transporte, auxílios financeiros e infraestrutura.

Dimensão imaterial (■) – ações de reconhecimento, convivência e pertencimento, relacionadas a cultura, esporte, saúde mental, apoio pedagógico e inclusão.

A aplicação do modelo envolveu a análise documental e empírica das políticas institucionais das três universidades (UFMS, UFFS e Unipampa), orientada por quatro critérios operacionais, que expressam o grau de maturidade institucional e a capacidade de integração entre as duas dimensões da política:

- Institucionalização normativa – existência de marcos legais, portarias, resoluções e estruturas administrativas que sustentem a política;
- Cobertura e acesso – alcance, capilaridade e equidade das ações em relação ao público estudantil;
- Integração intersetorial – articulação entre eixos materiais e imateriais, e entre diferentes setores e políticas institucionais;
- Continuidade e sustentabilidade – permanência temporal das ações, com mecanismos de monitoramento, recursos estáveis e planejamento sistemático.

Esses critérios orientaram tanto a análise comparativa documental (Capítulo 4) quanto a análise de conteúdo das entrevistas (Capítulo 5), permitindo avaliar o grau de maturidade

institucional da assistência estudantil nas IFES estudadas e identificar os fatores que fortalecem ou fragilizam a articulação entre redistribuição e reconhecimento.

A integração entre os dois conjuntos de dimensões — materiais (■) e imateriais (■) — constitui, portanto, o núcleo interpretativo do modelo e a base empírica da síntese final apresentada no Capítulo 6, na qual são formuladas recomendações institucionais para o aprimoramento da política de assistência estudantil na Unipampa.

Esse modelo permite compreender a PNAES como política bidimensional e interdependente, cuja efetividade resulta da conjugação entre redistribuição (material), reconhecimento (simbólico) e pertencimento (relacional), em consonância com o horizonte da justiça social ampliada proposto por Fraser (2009) e com as contribuições de Dubet (2011) e Simmel (2006) acerca da legitimidade institucional e da sociabilidade como fundamentos do bem-estar e da justiça social.

1.4.3 Fontes de dados e corpus da pesquisa

A definição das fontes de dados buscou assegurar a articulação entre teoria e empiria, condição essencial para compreender a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em diferentes contextos institucionais. O corpus foi constituído de forma híbrida e complementar, combinando fontes documentais e fontes empíricas de natureza qualitativa, alinhadas ao modelo analítico material–imaterial (Capítulo 3) e aos referenciais de redistribuição, reconhecimento e representação (Fraser, 2001; 2003; 2009), igualdade de posições e legitimidade institucional (Dubet, 2011) e sociabilidade e pertencimento (Simmel, 2006). Essa triangulação teórico-metodológica permitiu examinar a relação entre o desenho formal da política, sua implementação cotidiana e as experiências de bem-estar e pertencimento vividas nos *campi*.

a) Fonte documental

Inclui leis, portarias, resoluções, editais, planos e relatórios institucionais que normatizam e operacionalizam a assistência estudantil nas três IFES analisadas. Os documentos foram examinados por meio da análise de conteúdo temática (Moraes, 2003), com o objetivo de identificar padrões, lacunas, avanços e inovações na institucionalização das dimensões materiais (■) e imateriais (■).

Essa etapa sustentou a análise comparativa apresentada no Capítulo 4, possibilitando compreender a configuração normativa e organizacional da PNAES em cada instituição e o grau de integração intersetorial e sustentabilidade das ações de permanência.

b) Fonte empírica

A fonte empírica constituiu-se de entrevistas semiestruturadas individuais realizadas com duas assistentes sociais em cada IFES — totalizando seis participantes. Em cada universidade, foi entrevistada uma profissional atuante na execução direta da política (no campus) e uma profissional vinculada à gestão da política (na pró-reitoria responsável pela assistência estudantil), sem ocupar cargo de direção ou coordenação superior.

Essa configuração buscou contemplar diferentes níveis operacionais do processo de implementação, abrangendo tanto a execução local quanto a mediação institucional. As participantes se enquadram na categoria dos burocratas de nível de rua, conforme Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012), por atuarem na interface entre o Estado e o público-alvo, interpretando, negociando e traduzindo as diretrizes normativas em práticas cotidianas. Por meio de suas ações e julgamentos profissionais, elas dão forma concreta à política pública, influenciando diretamente sua efetividade, legitimidade e sentido vivido pelos estudantes.

O roteiro de entrevistas foi elaborado com base nas categorias do modelo analítico e nas dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação (Fraser, 2001; 2003; 2009), de modo a captar percepções, práticas e sentidos atribuídos à política. As entrevistas foram tratadas pela Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003), o que possibilitou identificar regularidades e singularidades nos discursos e interpretá-las à luz da igualdade de posições e legitimidade institucional (Dubet, 2011) e da sociabilidade e pertencimento (Simmel, 2006). Os resultados dessa etapa compõem o Capítulo 5, dedicado à análise de conteúdo das entrevistas.

Seleção dos casos: A escolha das três universidades foi intencional e estratégica, orientada por critérios de afinidade institucional, comparabilidade e diversidade territorial e histórica. Todas são universidades federais multicampi, o que assegura uma base estrutural comum, mas apresentam trajetórias e configurações distintas, o que permite uma análise aprofundada das dualidades e potencialidades na implementação da PNAES.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) — representa uma instituição consolidada e pioneira em políticas de permanência, com ações de assistência estudantil desenvolvidas antes mesmo da formalização da PNAES. Com o Programa REUNI (2007), a UFSM expandiu-se e tornou-se multicampi, permitindo observar como uma política amadurecida se adapta a novos contextos regionais.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) — criada no contexto do REUNI, é uma instituição jovem e multicampi, com *campi* distribuídos em três estados da Região Sul (RS, SC e PR). Sua experiência de interiorização e atuação em áreas de fronteira social e geográfica

oferece uma perspectiva singular sobre os desafios de consolidar a PNAES em contextos de dispersão territorial.

Universidade Federal do Pampa (Unipampa) — também criada pelo REUNI, apresenta características semelhantes às da UFFS quanto à juventude institucional e estrutura multicampi, porém com atuação concentrada exclusivamente no território do Rio Grande do Sul, onde mantém dez *campi* distribuídos pelo interior do estado. Essa configuração combina interiorização e concentração regional, permitindo observar dinâmicas próprias de articulação entre sedes multicampi em um mesmo território estadual. A Unipampa constitui ainda o campo de atuação profissional da pesquisadora, possibilitando uma análise aprofundada e propositiva sobre o aprimoramento da política local.

Essa composição de casos assegura diversidade analítica e permite observar diferentes estágios de institucionalização da PNAES, revelando tanto as dualidades — entre consolidação e fragilidade, centralização e autonomia — quanto as potencialidades de integração entre as dimensões materiais e imateriais da política de permanência.

A seguir, descrevem-se os procedimentos de coleta e análise dos dados, detalhando as etapas e a lógica de triangulação entre evidências documentais e empíricas, em consonância com o modelo material–imaterial e com o horizonte de justiça social ampliada (Fraser, 2009).

1.4.4 Procedimentos de coleta e análise dos dados

O processo de coleta e análise dos dados foi concebido de forma sistemática e integrada, articulando cada etapa empírica ao modelo analítico das dimensões materiais e imateriais e aos referenciais de redistribuição, reconhecimento, representação e pertencimento (Fraser, 2001; 2003; 2009; Dubet, 2011; Simmel, 2006). A metodologia adotada buscou assegurar coerência interna entre os instrumentos de coleta, o corpus de dados e os objetivos da pesquisa, garantindo a rastreabilidade entre as evidências empíricas e o referencial teórico. O desenho metodológico foi estruturado em sequência temporal e analítica, de modo a possibilitar uma leitura processual da implementação da PNAES nas três IFES estudadas, considerando tanto os marcos normativos quanto as práticas cotidianas dos agentes implementadores.

- Levantamento documental — fevereiro–julho/2024: Análise dos marcos normativos e administrativos das três IFES, com destaque para portarias, resoluções, planos estratégicos, relatórios de gestão e documentos institucionais das pró-reitorias responsáveis pela assistência estudantil, graduação e extensão. Essa etapa permitiu caracterizar o estágio de

institucionalização de cada dimensão da política e identificar avanços, lacunas e especificidades institucionais.

- Entrevistas com servidores — outubro – dezembro/2024: Realizadas com assistentes sociais que atuam diretamente na execução do PNAES nas três universidades selecionadas. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, organizado em cinco blocos temáticos (Apêndice A), abrangendo percepções sobre os eixos materiais (redistributivos) e imateriais (relacionais), dificuldades operacionais, avanços institucionais e perspectivas de aprimoramento. Essa etapa possibilitou captar a dimensão vivencial da política, evidenciando como os implementadores interpretam e traduzem as diretrizes nacionais em práticas concretas.

- Análise e triangulação dos resultados — dezembro/2024–outubro/2025: Essa etapa consistiu na articulação entre evidências documentais e empíricas à luz do modelo analítico proposto. Conforme Yin (2015), a triangulação fortalece a validade interna dos achados e permite construir interpretações integradas sobre a forma como as dimensões materiais e imateriais se expressam nas políticas institucionais.

A análise do material empírico seguiu os procedimentos da Análise Textual Discursiva (ATD), conforme Moraes (2003), compreendendo três momentos:

- Unitarização – fragmentação dos textos em unidades de sentido;
- Categorização – agrupamento das unidades em categorias temáticas alinhadas ao modelo analítico;
- Construção dos metatextos interpretativos – síntese reflexiva que articula as categorias empíricas ao referencial teórico.

Essa técnica permitiu relacionar as práticas institucionais observadas aos princípios da justiça social ampliada (Fraser, 2009), à igualdade de posições e legitimidade institucional (Dubet, 2011) e ao pertencimento relacional e simbólico (Simmel, 2006). Assim, a análise combinou teoria e empiria em um processo contínuo de interpretação, consolidando uma visão relacional entre norma, prática e experiência de política pública, coerente com o caráter aplicado e analítico desta dissertação.

1.4.5 Limites e potencialidades do estudo

A reflexão sobre os limites e potencialidades da pesquisa é indispensável para assegurar transparência metodológica e avaliar o alcance interpretativo dos resultados. Considerando o caráter qualitativo e aplicado deste estudo, reconhece-se que a amostra intencional de universidades e participantes não permite generalizações estatísticas, mas oferece

interpretações transferíveis a contextos institucionais semelhantes, conforme a lógica de replicação teórica (Yin, 2015).

O principal limite refere-se à dupla inserção da pesquisadora, que atua simultaneamente como gestora pública e investigadora acadêmica na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Essa condição, embora traga risco de envolvimento interpretativo, também representa uma potencialidade analítica singular, pois possibilita observação participante, acesso aprofundado às dinâmicas institucionais e diálogo direto entre teoria e prática.

A integração entre pesquisa e gestão pública revelou-se um diferencial metodológico relevante, permitindo confrontar as reflexões teóricas com a realidade cotidiana da implementação da política. Essa interação gerou efeitos concretos na prática institucional da Unipampa, como a criação de novos programas e núcleos temáticos de assistência estudantil, detalhados no Capítulo 6.

Desse modo, o estudo ultrapassa o papel descritivo e assume uma dimensão interventiva e propositiva, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas de permanência e para a consolidação de uma assistência estudantil orientada ao bem-estar, pertencimento e justiça social ampliada — conceitos que, conforme Fraser (2001; 2003; 2009), Dubet (2011) e Simmel (2006), articulam redistribuição, reconhecimento e vínculo social como fundamentos de uma política pública justa e legitimada.

1.4.6 Estrutura geral da dissertação

A estrutura da dissertação foi organizada de forma lógica e progressiva, acompanhando o percurso teórico, metodológico e analítico da pesquisa. Cada capítulo desempenha uma função específica na construção do argumento central: demonstrar que a assistência estudantil, quando compreendida em suas dimensões materiais e imateriais, constitui um instrumento de justiça social ampliada e de promoção do bem-estar estudantil.

Capítulo 1 – Introdução e percurso metodológico: apresenta o tema, a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos, o referencial teórico e o modelo analítico, além do delineamento metodológico que orienta o estudo.

Capítulo 2 – Assistência estudantil e bem-estar: fundamentos e abordagens teóricas: discute o conceito de bem-estar estudantil e sua relação com a PNAES, situando as dimensões materiais e imateriais no contexto das políticas públicas e da justiça social.

Capítulo 3 – Modelo analítico: descreve o modelo de análise proposto, fundamentado nos referenciais de Fraser (redistribuição, reconhecimento e representação), Dubet (igualdade de posições e legitimidade institucional) e Simmel (sociabilidade e pertencimento).

Capítulo 4 – Análise documental comparativa: examina os marcos normativos e programáticos das políticas de assistência estudantil nas três IFES, identificando padrões de institucionalização e integração entre dimensões materiais e imateriais.

Capítulo 5 – Análise das entrevistas: apresenta e interpreta os resultados das entrevistas com assistentes sociais, enfatizando as percepções e práticas associadas aos eixos materiais e imateriais da PNAES.

Capítulo 6 – Considerações finais e recomendações: sintetiza os principais achados, reavalia as hipóteses e propõe diretrizes para o fortalecimento da política de assistência estudantil na Unipampa, à luz da justiça social ampliada.

Em síntese, esta estrutura reflete o movimento do teórico ao empírico, e do diagnóstico à proposição, sustentando uma leitura integrada da PNAES como política pública de redistribuição, reconhecimento, pertencimento e legitimidade institucional (Fraser, 2001; 2003; 2009; Dubet, 2011; Simmel, 2006).

Assim, o Capítulo 1 estabelece as bases conceituais e metodológicas da investigação, que se desdobra, nos capítulos seguintes, em análises comparativas, empíricas e propositivas, culminando em uma visão ampliada da permanência universitária como experiência de justiça social e bem-estar.

2 A CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A consolidação da assistência estudantil como política pública no Brasil resulta de um processo histórico e institucional marcado por transformações profundas no ensino superior. A partir dos anos 2000, com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), ampliou-se significativamente o acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essa expansão, embora represente um avanço democratizador, trouxe consigo novos desafios relacionados à garantia de condições de permanência e equidade para um corpo discente social, econômica e culturalmente mais heterogêneo (Araújo; Mariano; Oliveira, 2021; Lammers; Santos; Toassi, 2017).

Nesse contexto, a assistência estudantil passou a ocupar um papel estratégico no enfrentamento das desigualdades educacionais, articulando-se com políticas de acesso e de democratização do ensino superior. A trajetória de sua institucionalização evidencia tanto avanços normativos e programáticos quanto lacunas e assimetrias na implementação entre instituições e contextos regionais. A promulgação da Lei nº 14.914/2024 representa um marco nesse percurso, ao conferir à Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) caráter permanente e estruturante dentro das IFES, estabelecendo dez eixos para o desenvolvimento das ações de assistência estudantil, reforçando a necessidade de integração entre dimensões materiais e imateriais.

Este capítulo busca analisar a consolidação histórica e normativa da assistência estudantil no Brasil, destacando os marcos legais, os contextos políticos e institucionais que moldaram sua configuração atual e os principais debates teóricos que a cercam. Para isso, parte-se de uma perspectiva que combina a análise documental e bibliográfica com uma leitura crítica das transformações recentes no campo das políticas públicas educacionais. A discussão fornece a base para compreender, no capítulo seguinte, como essas diretrizes se materializam — ou não — nas práticas institucionais de diferentes universidades federais.

2.1 Contextualização das políticas de assistência estudantil

A expansão da educação superior exigiu mudanças na oferta de ações de permanência para os estudantes brasileiros. Historicamente, a política de educação superior pública no Brasil possuía características excludentes, com oferta de vagas limitadas e desarticuladas frente às demandas sociais por qualificação profissional. Nas suas origens desenvolveu-se de forma fragmentada e sem planejamento efetivo de longo prazo. Conforme destacam Ganam e Pinezia

(2021), o processo de ampliação da escolaridade no Brasil foi historicamente comprometido por fatores como improvisação nas políticas públicas, precariedade estrutural, número insuficiente de vagas, dificuldades de aprendizagem e acesso restrito.

A partir de 2003, teve início um movimento para superar esse legado excludente, cujo objetivo era o de ampliar o acesso à educação superior e promover maior equidade². Esse novo direcionamento envolveu ações como a expansão da rede federal de ensino superior, o aumento das oportunidades de ingresso, a reformulação dos critérios de admissão nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a criação de mecanismos voltados à permanência dos estudantes.

Entre os programas implementados nesse período, destaca-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 (Brasil, 2007a). Com foco na democratização do ensino superior, o programa buscou ampliar o acesso e a inclusão social, favorecendo a entrada de pessoas oriundas das classes populares e diversificando o perfil dos estudantes universitários.

No âmbito do REUNI, foi estabelecido um modelo de contrato de gestão entre o governo federal e as universidades federais, com metas de desempenho associadas ao repasse de recursos financeiros. As diretrizes do programa visavam ampliar o número de matrículas, reduzir a evasão e retenção, ocupar vagas ociosas e fortalecer ações de inclusão, como a assistência estudantil. O objetivo era aumentar as taxas de conclusão dos cursos de graduação, consolidando uma política de permanência no ensino superior (Brasil, 2007a).

A ampliação do acesso também implicou a emergência de novos desafios para as políticas de permanência, exigindo respostas mais abrangentes e articuladas. Como destacam Heringer et al. (2025), observa-se nas universidades federais brasileiras um processo de diversificação das estratégias de permanência, que busca ir além da provisão de auxílios financeiros e de infraestrutura básica, incorporando dimensões culturais, pedagógicas e psicossociais às políticas institucionais — ainda que de forma desigual entre as instituições. Essa tendência reforça a importância de compreender a assistência estudantil em sua totalidade, articulando redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001), e superando abordagens focalizadas e compensatórias (Leite, 2013; Rocha, 2022), para responder adequadamente à heterogeneidade social, econômica e territorial do corpo discente.

² Equidade é um conceito que se assenta em estabelecer mecanismos de equilíbrio para que desiguais (principalmente, economicamente) tenham igualdade de condições para à Justiça (Rawls, 2002). Esse conceito é aprofundado nesse capítulo.

Outro marco importante foi a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2009, que representou um avanço na democratização do acesso ao ensino superior público. Utilizando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção, o SISU permitiu que estudantes de qualquer parte do país concorressem a vagas em IFES de diferentes regiões, ampliando a mobilidade acadêmica e provocando mudanças significativas na composição do corpo discente.

Esse processo de democratização do acesso ao ensino superior foi aprofundado com a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que instituiu o sistema de cotas sociais e raciais nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio – IFES (Brasil, 2009). A lei determinou a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes adicionais de renda, raça e etnia, consolidando um modelo de ingresso mais equitativo. A Lei de Cotas contribui para a diversificação do perfil socioeconômico e étnico-racial do corpo discente, ampliando significativamente a presença de estudantes historicamente excluídos do ambiente universitário.

Com a nacionalização do processo seletivo, tornou-se comum o ingresso de estudantes oriundos de localidades distantes das instituições. Essa nova dinâmica, embora tenha ampliado o acesso, impôs desafios às IFES, especialmente relacionados ao acolhimento de estudantes distantes de suas famílias e à criação de redes de apoio. Tais desafios evidenciaram a necessidade de políticas públicas integradas que garantissem não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos com qualidade.

Nesse cenário, tornou-se imprescindível a implementação de ações de assistência estudantil. Embora ações pontuais já existissem, elas careciam de recursos específicos e de regulamentação nacional. Na esteira do REUNI e no mesmo ano, a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, representou um marco nesse processo de afirmação de uma política de assistência aos estudantes das IFES (Brasil, 2007b). O PNAES passou a tratar a assistência estudantil como uma política pública estruturada, destinando recursos financeiros específicos e institucionalizando o atendimento às necessidades dos estudantes.

Na sua origem, o PNAES definiu suas áreas prioritárias de atuação que se relacionaram a garantias à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à assistência à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, aos serviços de creche para estudantes pais e ao apoio pedagógico: nove (9) áreas. A descentralização da execução orçamentária permitiu que cada IFES adaptasse a política às necessidades de seus estudantes, respeitando as especificidades institucionais.

A ampliação do acesso às IFES, impulsionada pelo SISU, intensificou as demandas por políticas de permanência. Muitos estudantes passaram a estudar longe de suas cidades de origem, sem suporte familiar ou estrutura local. O PNAES, então, se tornou instrumento essencial para mitigar os efeitos da vulnerabilidade social e garantir condições mínimas de permanência e sucesso acadêmico.

Reconhecendo a necessidade de ampliar o escopo do programa, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 regulamentou o PNAES e acrescentou uma décima área de atuação: o apoio à inclusão e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Observou-se ao longo do tempo que, por mais que também existissem ações nos regramentos ações direcionadas ao atendimento de condições psicológicas e sociológicas aos estudantes, a ênfase se concentrou nas ações voltadas às necessidades materiais (como alimentação, moradia e transporte). As demais áreas – como cultura, esporte, apoio pedagógico e saúde – foram, em geral, executadas de forma pontual e sem regularidade nas IFES. Essa assimetria na implementação revelou limitações na capacidade do programa de lidar com as múltiplas vulnerabilidades que impactam a permanência dos estudantes.

A recente promulgação da Lei Federal nº 14.914, de 3 de julho de 2024, conferiu novo *status* jurídico ao PNAES, o transformando em política de Estado e consolidando suas diretrizes legais. A Lei incorporou as ações previstas no Decreto de 2010 e reafirmou o compromisso com a permanência no ensino superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. Ela manteve os dez campos de atuação, introduzindo avanços como o desdobramento do décimo campo, que passou a prever:

- X - acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes:
 - a) com deficiência, nos termos da legislação;
 - b) com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação;
 - c) beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação (Brasil, 2024).

A Lei também inovou ao explicitar a necessidade de atendimento a outras formas de vulnerabilidade social. Segundo o artigo 3º, os programas e ações de assistência estudantil devem considerar:

- (...) a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir, preventivamente, nas situações de risco de retenção e de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras ou **de outras hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social** (Brasil, 2024, grifo nosso).

Apesar de a descentralização orçamentária permitir autonomia às IFES, essa flexibilidade gerou como efeito indesejado disparidades no modo de atendimento aos estudantes. Muitas instituições concentram seus esforços nas ações de cunho financeiro, deixando em segundo plano as áreas relacionadas ao bem-estar imaterial, àquelas que atendem condições psicológicas e de sociabilidade, como será aprofundado no capítulo 3. A prática reforçou uma política assistencial fragmentada que não considerava a totalidade das condições que afetam a trajetória estudantil.

A promulgação da Lei nº 14.914/2024 buscou corrigir essa distorção ao reconhecer que as causas da evasão e da retenção são complexas e multifatoriais. Com a nova regra, a assistência estudantil deve ir para além da mitigação das carências materiais, incorporando dimensões subjetivas como saúde mental, pertencimento, sociabilidade e suporte emocional.

Com esses ajustes, a PNAES deve se consolidar como eixo estruturante das políticas de permanência no ensino superior federal, evoluindo de ações pontuais e emergenciais para uma política pública articulada, com respaldo legal e abrangência nacional. A criação do programa em 2007, sua regulamentação em 2010 e sua elevação a política de Estado em 2024 representam etapas fundamentais nesse processo.

Compreendido esse percurso, é possível analisar como a assistência estudantil se configura hoje como estratégia essencial de combate à evasão e à retenção (dois principais indicadores para aferir o sucesso da política), fortalecendo a permanência dos estudantes nas IFES. A integração entre as dimensões materiais e imateriais das políticas assistenciais se torna fundamental para promover o bem-estar, a inclusão e o sucesso acadêmico.

Nesse contexto, a assistência estudantil consolida-se como uma ferramenta estratégica para a promoção da equidade no ensino superior, ao enfrentar tanto as barreiras socioeconômicas quanto simbólicas que comprometem o percurso acadêmico de milhares de estudantes. Ao reconhecer a autonomia das IFES na implementação do PNAES, a legislação reforça a importância de desenvolver estratégias institucionalizadas, alinhadas às especificidades de cada realidade local, que contemplem de forma integrada as necessidades financeiras e não financeiras dos discentes.

O reconhecimento da assistência estudantil como direito de cidadania, conforme delineado por Leher (2017), reforça a importância de uma abordagem que transcenda o imediatismo e o assistencialismo. Não se trata apenas de fornecer auxílio financeiro, mas de criar ambientes acadêmicos inclusivos, onde os estudantes possam desenvolver seu potencial pleno.

Assim, consolidar a assistência estudantil como pilar das políticas de acesso e permanência nas IFES significa reconhecer que o sucesso acadêmico está vinculado a múltiplas dimensões do bem-estar. Esta pesquisa busca contribuir para esse cenário, não se limitando à análise comparativa, mas apontando caminhos para fortalecer tanto as condições objetivas quanto subjetivas dos estudantes. Com isso, busca-se uma universidade mais equitativa, solidária e capaz de promover trajetórias acadêmicas transformadoras.

A consolidação da assistência estudantil como política pública de Estado evidencia o amadurecimento das estratégias voltadas à democratização do ensino superior no Brasil. A trajetória do PNAES — da sua criação em 2007 à sua elevação à política de Estado em 2024 — demonstra a progressiva incorporação da permanência estudantil como dimensão estruturante da educação pública federal. Ao reconhecer a diversidade de vulnerabilidades e integrar dimensões materiais e imateriais do bem-estar discente, a política supera a lógica focalizada e compensatória que historicamente marcou as ações de apoio ao estudante. A PNAES se afirma como um direito social e um instrumento de promoção da equidade e da qualidade das formações universitárias.

Na seção 2.2 subsequente, como forma de reforçar a importância da PNAES como instrumento de promoção de justiça social, um breve estudo sobre as condições socioeconômicas que cercam a assistência estudantil como política pública é desenvolvido.

2.2 Justiça social e o papel da assistência estudantil

A concepção predominante de justiça social nas sociedades ocidentais baseia-se na igualdade de oportunidades. Segundo Dubet (2011), essa concepção compreende que todos os cidadãos devem ter o direito de disputar as melhores posições sociais segundo princípios meritocráticos. No entanto, como defende Rawls (2002), em contextos marcados por profundas desigualdades econômicas e sociais, a justiça por mérito só é possível se forem asseguradas condições de equidade que possibilitem o acesso real a essas oportunidades. Nesse sentido, políticas como o REUNI e, por consequência, a PNAES, orientam a assistência estudantil sob a lógica da justiça como equidade.

Como ponto inicial, para que o objetivo de elaboração do modelo analítico em curso seja alcançado (aprofundado no capítulo 3), é necessário definir justiça social na perspectiva da PNAES. Para tanto, a abordagem remete, primeiro, ao debate acerca de um dos grandes dilemas contemporâneos, o da definição política de qual rumo seguir para que a justiça social seja

alcançada - o da concepção da igualdade de posições, de lugar, ou da igualdade de oportunidades (Dubet, 2011).

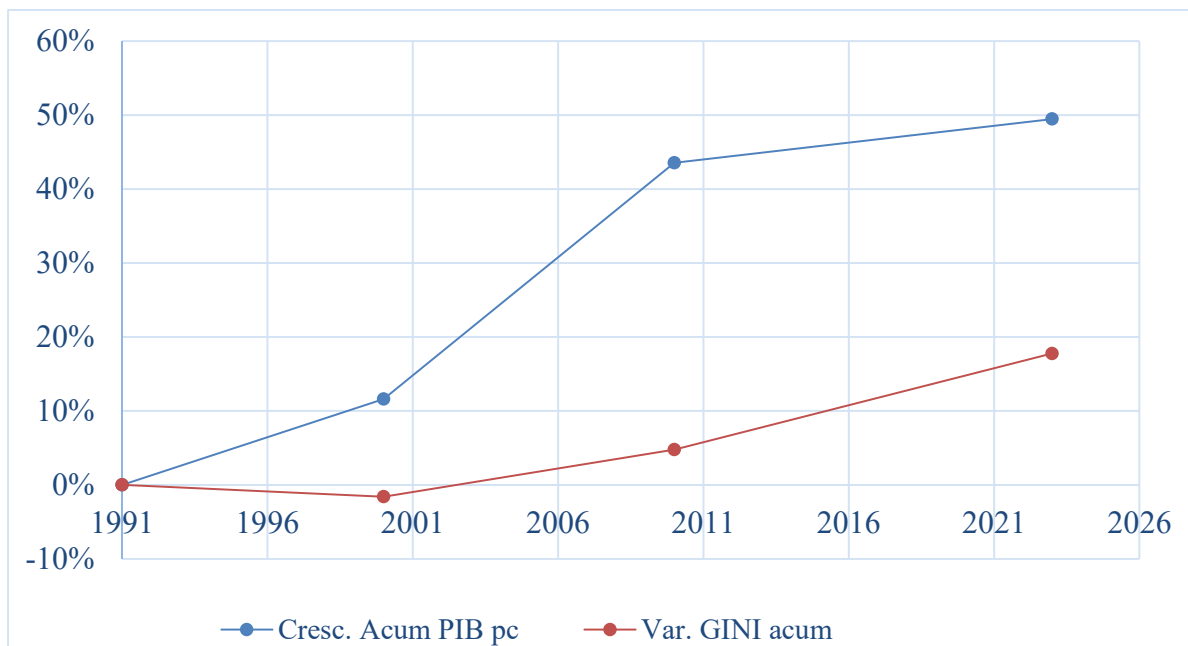
A igualdade de posições pressupõe que a justiça social se fundamenta na necessidade de reduzir as desigualdades econômicas e sociais, visando à construção de sociedades mais igualitárias. Nessa perspectiva, seja a partir da concepção de Dewey sobre “o público e seus problemas” (Parsons, 2007) ou da definição de Dye (2013) de que políticas públicas correspondem ao que os governos fazem ou deixam de fazer, observa-se que tais políticas possuem caráter eminentemente estrutural. Independentemente de tipologias deterministas, por seu alcance e pelo potencial de gerar conflitos em toda a sociedade, essas políticas se configuram como redistributivas e transformativas, pois, ao enfrentar a desigualdade, afetam a organização econômica e as relações sociais (Fraser, 2001; Lowi, 2008).

Políticas públicas voltadas à redução das desigualdades têm se tornado cada vez mais raras. De acordo com Piketty (2014), desde o final da década de 1970, nos países europeus e em outras economias capitalistas, observa-se um crescimento contínuo da concentração de renda. Assim, a riqueza das nações passa a ser apropriada por um número cada vez menor de pessoas, resultando no aprofundamento da desigualdade social.

No Brasil, a par das políticas redistributivas afirmativas de mitigação da pobreza e de assistência social, somadas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a concentração da renda nas últimas décadas não fugiu à regra mundial. Enquanto a riqueza nacional per capita cresceu em dólar (US\$) 49,4% entre 1991 e 2023, a desigualdade medida pelo índice GINI³ foi reduzida em 17,7% no mesmo período, como mostra o gráfico 1.

³ Índice GINI mede a concentração de renda. Quanto mais próximo de zero, menor a concentração de renda. Entre 1991 e 2023 o GINI variou de 0,630 para 0,518. No Brasil, a fonte do GINI foi o IPEA (2024).

Gráfico 2.1 - Crescimento do PIB per capita do Brasil US\$ e redução da desigualdade – GINI (1991 a 2023).



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do World Bank (2024) e IPEA (2024).

Observa-se, nas últimas décadas, um movimento global de intensificação da concentração de renda, frente ao qual o Brasil não obteve avanços. Nas sociedades de economia liberal contemporâneas, onde as desigualdades são vistas como naturais, e, em certa medida, valorizadas para a manutenção da dinâmica do capital, prevalece a concepção de igualdade de oportunidades como via de ascensão social. Nessa perspectiva, a justiça social é buscada a partir de critérios meritocráticos aplicados aos cidadãos (Dubet, 2011).

A igualdade de oportunidades em sociedades desiguais só é concebível se houver justiça como equidade. Segundo Rawls (2000), garantir igualdade formal não assegura acesso real à justiça ou às oportunidades sociais. Para igualdade de oportunidades, os governos devem promover educação e cultura para todos, permitindo que pessoas igualmente motivadas possam disputar, em condições justas e equânimes, as melhores posições no mercado de trabalho.

As políticas de assistência estudantil importam para assegurar a equidade. São de ordem afirmativa, como classifica Fraser (2001), o que não se enquadra no *stricto sensu* nas ações mais frequentes focadas na assistência social.⁴ Tendo o mérito dos discentes como ideia-força,

⁴ Diferente da assistência estudantil que se circunscreve a um público específico de discentes da educação superior para fins de equidade, a assistência social é um direito social e fundamental que deve ser garantido ao cidadão de modo efetivo e qualificado (*vide* Colin, 2016). Segundo sua Lei Orgânica, da assistência social é política de seguridade social não contributiva que provê mínimos sociais enquanto direito das pessoas e dever do Estado, cujos objetivos constam descritos no art. 2º. (Brasil, 1993, *online*).

é a concepção de equidade como igualdade de oportunidades que orienta a PNAES, como editado ainda em 2007 na Portaria Normativa do Ministério da Educação:

Art. 3º As ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando suas especificidades, **as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente.**

§ 1º As **ações de assistência estudantil** devem considerar a **necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades**, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da **insuficiência de condições financeiras** (Brasil, 2007b, *online*, grifo nosso).

Essa concepção de igualdade de oportunidades está diretamente relacionada ao conceito de bem-estar estudantil, desenvolvido no capítulo 3. As taxas de retenção (repetência) e evasão constituem indicadores centrais para o monitoramento da PNAES como política pública (Secchi et al., 2023). Embora historicamente avaliados a partir de ações de caráter material, esta pesquisa propõe também sua análise sob a perspectiva das ações imateriais, como forma de ampliar a compreensão sobre o bem-estar dos estudantes.

Em síntese, pode-se afirmar que há uma relação direta entre as políticas de justiça por equidade e as ações de assistência estudantil no ensino superior federal. Nesse sentido, a próxima seção apresenta o mapeamento da produção acadêmica recente, com o objetivo de verificar em que medida vêm sendo desenvolvidas e institucionalizadas ações voltadas ao atendimento das necessidades imateriais no âmbito da PNAES.

A discussão sobre justiça social evidencia que a assistência estudantil, ao se orientar pela lógica da equidade, constitui um dos principais instrumentos de democratização do ensino superior público. Suas ações, ao integrarem dimensões redistributivas e de reconhecimento, materializam o compromisso do Estado com a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar estudantil. Entretanto, compreender em que medida essa concepção tem se refletido nas práticas institucionais e na produção científica sobre o tema é essencial para avaliar o estágio de maturidade e de institucionalização da política.

Assim, a próxima seção apresenta o mapeamento da produção teórica recente acerca da PNAES, buscando identificar tendências, lacunas e avanços relacionados à consolidação das ações voltadas tanto às necessidades materiais quanto às necessidades imateriais dos estudantes.

2.3 Assistência estudantil à luz da produção teórica

Com o objetivo de subsidiar teoricamente esta pesquisa, foi realizada uma investigação bibliográfica sistemática em duas plataformas de amplo reconhecimento acadêmico: SciELO Brasil e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Na base SciELO, a busca pelo descritor “Assistência Estudantil” resultou na identificação de 53 artigos, dos quais 20 foram selecionados para análise aprofundada, com base nos seguintes critérios: (a) relevância temática, (b) área de conhecimento predominante e (c) ano de publicação.

Paralelamente, na plataforma da CAPES, foram mapeadas dissertações e teses que abordam o PNAES. A busca resultou em 42 trabalhos acadêmicos, sendo que 32 deles apresentaram aderência direta aos objetivos desta pesquisa e, por isso, foram incorporados à análise.

As produções selecionadas foram organizadas segundo duas dimensões analíticas: "necessidades materiais" — que abrangem estudos focados no repasse financeiro e na garantia de condições físicas básicas, como moradia, alimentação e transporte —, e "necessidades imateriais" (como previamente apresentadas na introdução e aprofundadas no capítulo 3), que reúnem investigações voltadas para aspectos subjetivos e relacionais, tais como saúde mental, inclusão social, desenvolvimento psicossocial, pertencimento e ações afirmativas de caráter não exclusivamente econômico.

Essa categorização permitiu uma análise mais estruturada e crítica da literatura acadêmica disponível, contribuindo para a identificação de tendências, lacunas e desafios no campo da assistência estudantil no Brasil, especialmente no que se refere à implementação e institucionalização das ações previstas no âmbito do PNAES.

A partir da análise das publicações selecionadas na plataforma SciELO Brasil, identificaram-se as áreas predominantes dos periódicos que abordam a temática da assistência estudantil. Os dados revelam que os campos da avaliação de políticas públicas e da educação concentram a maior parte das produções científicas, refletindo a relevância atribuída às abordagens interdisciplinares na análise das ações implementadas. Essa distribuição reforça o entendimento de que a assistência estudantil é um objeto de interesse tanto para pesquisadores comprometidos com a avaliação de políticas sociais quanto para aqueles vinculados à pesquisa educacional crítica. O Quadro Geral 2, a seguir, apresenta a categorização dos periódicos conforme a área predominante de publicação.

Quadro Geral 2 - Área predominante dos periódicos que publicaram artigos sobre Assistência Estudantil.

PERIÓDICOS	ARTIGO
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	8
Educação & Sociedade	1
Educação e Pesquisa	1
Educação em Revista	2
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2
Jornal Brasileiro de Psiquiatria	1
Psicologia Escolar e Educacional	2
Psicologia USP	1
Revista de Administração Pública	1
Serviço Social & Sociedade	1
10 Periódicos	20 Artigos

Fonte: Elaborado pela autora com base na plataforma SciELO Brasil

A análise do Quadro Geral 2 evidencia que a produção acadêmica sobre assistência estudantil, veiculada em periódicos da SciELO Brasil entre 2016 e 2022, se concentra majoritariamente nas áreas de avaliação de políticas públicas e educação. Esse dado está alinhado à trajetória de consolidação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2007 como uma iniciativa do Governo Federal para ampliar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior público.

Ao longo dos anos, como anteriormente destacado, a PNAES passou por um processo de ampliação e qualificação, culminando na sua transformação em política de Estado por meio da Lei nº 14.914, sancionada em julho de 2024 (Brasil, 2024). O aumento significativo das publicações, especialmente a partir de 2020, pode ser compreendido como reflexo desse amadurecimento institucional e da crescente preocupação da comunidade científica com a efetividade e os desafios da política.

Além disso, o contexto da pandemia da COVID-19 contribuiu para expor com maior nitidez as desigualdades educacionais, impulsionando pesquisas que buscam avaliar o papel da assistência estudantil como vetor de inclusão, equidade e justiça social no ambiente universitário.

A categorização dos artigos selecionados também permitiu identificar as áreas predominantes dos periódicos que publicaram estudos sobre assistência estudantil. Observou-se uma concentração significativa de publicações em revistas da área da Educação, seguidas por periódicos voltados à Avaliação de Políticas Públicas. Além dessas, áreas como Psicologia, Psiquiatria, Administração Pública e Serviço Social também estiveram representadas, evidenciando o caráter interdisciplinar do debate acadêmico sobre o tema.

Essa diversidade de campos do conhecimento demonstra que a assistência estudantil tem sido abordada sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, refletindo a complexidade dos fatores que impactam a permanência e o bem-estar dos estudantes no ensino superior, como sintetiza o quadro geral 3.

Quadro Geral 3 - Área predominante dos periódicos que publicaram artigos sobre Assistência Estudantil.

ÁREA	
Avaliação de Políticas Públicas de Educação	10
Educação	4
Psiquiatria	2
Psicologia	2
Administração Pública	1
Serviço Social	1
TOTAL	20

Fonte: elaboração própria com base na plataforma SciELO Brasil

A análise do Quadro Geral 3 revela que os periódicos das áreas de Avaliação de Políticas Públicas e Educação concentram a maior parte das publicações sobre assistência estudantil. Esse dado reforça a centralidade dessas disciplinas na discussão sobre a formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas à permanência estudantil. A forte presença desses periódicos sugere uma ênfase nos estudos que buscam compreender a eficácia das ações da PNAES, suas limitações institucionais e suas potencialidades.

A prevalência de análises voltadas à avaliação de políticas públicas indica uma tendência acadêmica em produzir subsídios que contribuam para o aprimoramento da assistência estudantil como instrumento de promoção da equidade no ensino superior, ressaltando a importância de mecanismos contínuos de avaliação, reavaliação e aperfeiçoamento das estratégias adotadas pelas instituições federais de ensino.

A análise dos dados obtidos na plataforma SciELO revelou que os estudos sobre assistência estudantil foram veiculados em 10 periódicos distintos, distribuídos entre seis grandes áreas do conhecimento. Destaca-se, entre elas, a área da Educação, responsável por 14 dos 20 artigos selecionados, o que evidencia a centralidade desse campo na produção acadêmica sobre o tema.

Em paralelo, periódicos voltados à Avaliação de Políticas Públicas também demonstraram expressiva participação, sendo responsáveis por uma parte significativa das publicações — como é o caso das revistas *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* e *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Esses periódicos, embora

classificados sob uma mesma temática, integram abordagens diversas, incluindo perspectivas da administração pública, economia da educação e planejamento institucional.

As demais áreas identificadas — psicologia, psiquiatria, administração pública e serviço social — contribuíram com um número menor de estudos, mas importantes por introduzirem olhares complementares sobre as múltiplas dimensões da assistência estudantil. Essa distribuição reflete a natureza interdisciplinar do debate, ao integrar aspectos pedagógicos, psicossociais e institucionais na compreensão da permanência e do bem-estar estudantil.

No que se refere à distribuição temporal das publicações, observa-se que, desde 2016, a produção científica sobre o tema tem se mantido constante, com um crescimento expressivo a partir de 2020. Do total de artigos analisados, 13 foram publicados entre 2020 e 2022, o que representa uma intensificação no interesse acadêmico pela temática. Esse aumento pode ser atribuído a fatores como o contexto da pandemia da COVID-19, que acentuou as vulnerabilidades estudantis, e ao amadurecimento da PNAES, criado em 2007 e recentemente elevado à condição de política de Estado com a sanção da Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024).

Esses achados indicam não apenas a consolidação do tema da assistência estudantil na agenda de pesquisa, mas também a crescente preocupação da comunidade científica em compreender os efeitos, os limites e as potencialidades dessa política pública. A identificação das áreas predominantes, bem como da evolução temporal da produção, contribui para mapear as tendências do debate acadêmico, evidenciar lacunas de investigação e sugerir caminhos para futuras pesquisas que ampliem a compreensão sobre a permanência estudantil no ensino superior público brasileiro.

A pesquisa realizada na plataforma SciELO possibilitou a identificação de uma série de artigos científicos publicados entre 2016 e 2022, evidenciando um aumento gradual do interesse acadêmico pela temática da assistência estudantil. A intensificação das publicações a partir de 2020 sugere uma crescente preocupação da comunidade científica com a permanência de estudantes no ensino superior. Reforçando a centralidade da assistência estudantil no debate sobre políticas públicas educacionais, destacando sua relevância para a garantia do acesso, da equidade e do bem-estar no ambiente universitário.









A seguir, apresenta-se o Quadro Geral 4, intitulado “*Artigos científicos selecionados para a pesquisa bibliográfica*”, que reúne os 20 (vinte) artigos extraídos de periódicos indexados na plataforma SciELO, escolhidos com base na relevância temática, na área predominante do periódico e no período de publicação. Esses artigos compõem o corpus teórico deste estudo e foram analisados segundo o modelo analítico proposto no Capítulo 2, que

distingue entre ações e abordagens de natureza material (■) — associadas à redistribuição e às condições objetivas de permanência — e ações e abordagens de natureza imaterial (■) — relacionadas ao reconhecimento, pertencimento e bem-estar estudantil.

Dessa forma, o quadro permite visualizar como a produção acadêmica sobre a PNAES se distribui entre essas duas dimensões, evidenciando tendências de pesquisa e possíveis lacunas na institucionalização das políticas de assistência estudantil.

Quadro Geral 4 - Artigos científicos selecionados para a pesquisa bibliográfica

Autor/a	Ano	Título	Dimensão Analítica
BLEICHER; OLIVEIRA	2016	Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais	■ Necessidades Imateriais
DUTRA; SANTOS	2017	Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções	■ Necessidades Materiais
ANDRADE; TEIXEIRA	2017	Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários	■ Necessidades Imateriais
IMPERATORI	2017	A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira	■ Necessidades Materiais
MATTEI <i>et al.</i> ,	2018	Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias	■ Necessidades Imateriais
SILVA; SILVA	2019	Psicologia Escolar na Assistência Estudantil: estudo de caso no Cefet - MG Araxá	■ Necessidades Imateriais
ANDRIOLA, <i>et al.</i>	2019	Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro	■ Necessidades Materiais

Autor/a	Ano	Título	Dimensão Analítica
OLIVEIRA; SCHER	2020	Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR	 Necessidades Materiais
LIMA; MENDES	2020	Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas	 Necessidades Materiais
MACEDO; SOARES	2020	Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba	 Necessidades Materiais
ABREU; XIMENES	2021	Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial	 Necessidades Imateriais
GANAM; PINEZI	2021	Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil	 Necessidades Imateriais
SILVA, <i>et al.</i>	2021	Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas	 Necessidades Imateriais
CESPEDES, <i>et al.</i>	2021	Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo	 Necessidades Materiais
PALAVEZZIN	2021	A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR	 Necessidades Materiais

Autor/a	Ano	Título	Dimensão Analítica
SANTOS; FREIRE	2022	Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB	■ Necessidades Imateriais
AMARAL; SOARES	2022	A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação	■ Necessidades Imateriais
SILVA; SAMPAIO	2022	Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro	■ Necessidades Materiais
SOUZA <i>et al.</i>	2022	Sintomas de ansiedade generalizados entre estudantes de graduação: prevalência, fatores associados e possíveis consequências	■ Necessidades Imateriais
GOMES <i>et al.</i>	2023	Saúde mental na universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes	■ Necessidades Imateriais

Legenda: ■ Dimensões Materiais | ■ Dimensões Imateriais

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da plataforma SciELO.

A análise dos 20 artigos selecionados revela uma diversidade de abordagens no tratamento da assistência estudantil, contemplando desde avaliações de políticas públicas até discussões sobre saúde mental, inclusão social e os impactos de ações específicas em diferentes instituições de ensino superior. Essa variedade de enfoques evidencia o caráter multidimensional da temática e sua interlocução com distintas áreas do conhecimento, como educação, psicologia, serviço social e gestão pública.

A presença de estudos distribuídos ao longo de vários anos reforça a atualidade e a permanência da pauta no cenário acadêmico, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de aprofundar as investigações, especialmente no que se refere à efetividade das ações da PNAES e à ampliação de políticas que promovam o bem-estar integral dos estudantes.

A leitura analítica dos artigos apresentados no Quadro Geral 4 evidencia que a produção científica recente sobre a PNAES vem articulando, de forma crescente, dimensões materiais (■) e imateriais (■) da permanência universitária. Embora predomine a abordagem redistributiva — centrada na avaliação dos auxílios financeiros e das condições socioeconômicas dos estudantes —, observa-se uma ampliação significativa de estudos voltados às dimensões simbólicas e relacionais da política, especialmente aqueles que discutem pertencimento, reconhecimento e saúde mental como componentes do bem-estar estudantil.

Os trabalhos classificados na dimensão material (■) priorizam a análise da eficácia redistributiva das políticas e seus impactos na redução das desigualdades, enquanto as pesquisas situadas na dimensão imaterial (■) destacam o papel das relações interpessoais, do acolhimento e da integração cultural como fatores decisivos para a permanência. Essa distinção reforça a concepção de justiça bidimensional proposta por Fraser (2001) — na qual redistribuição e reconhecimento devem operar de forma integrada — e encontra respaldo nas noções de equidade procedimental em Rawls (2000) e de justiça vivida em Dubet (2023).

Em síntese, a literatura revela que o fortalecimento da assistência estudantil como política de Estado depende da capacidade institucional de articular condições materiais de permanência (■) e condições imateriais de bem-estar e pertencimento (■), reafirmando o papel da universidade como espaço de justiça educativa e de formação integral dos estudantes.





A análise das teses e dissertações sobre o PNAES, apresentadas na plataforma CAPES, revelou uma diversidade de abordagens, organizadas em duas categorias principais, conforme o modelo analítico proposto neste estudo: “Necessidades Materiais (■)” e “Necessidades Imateriais (■)”.

As pesquisas classificadas como Necessidades Materiais (■) concentram-se em aspectos ligados à redistribuição de recursos e à garantia de condições objetivas de permanência, como repasses financeiros, moradia estudantil, alimentação e atendimento às necessidades básicas.

Já as produções voltadas às Necessidades Imateriais (■) abordam temas como saúde mental, inclusão social, pertencimento, cultura e desenvolvimento psicossocial, refletindo o reconhecimento das dimensões simbólicas e relacionais da permanência.





Essa categorização evidencia a complexidade das ações de assistência estudantil e a necessidade de uma leitura integrada entre dimensões materiais (■) e imateriais (■), conforme demonstra o Quadro Geral 5, a seguir.





Quadro Geral 5 - Produções acadêmicas com a temática Programa Nacional de Assistência Estudantil


Autor	Ano	Título	Programa	Categoria	Dimensão Analítica
BARCELLOS	2012	Interdiscursividade e práticas cotidianas: Modos de fazer/operar a política de reserva de vagas na UERJ	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio	Tese	 Necessidades Materiais
ANDRADE	2014	Desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários: relação com indicadores de assistência estudantil	Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação	 Necessidades Imateriais
DURAT	2015	A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre assistência estudantil	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE	Dissertação	 Necessidades Materiais
LEITE	2015	As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de Doutora em Serviço Social.	Tese	 Necessidades Materiais

Autor	Ano	Título	Programa	Categoria	Dimensão Analítica
NASCIMENTO	2017	A trajetória da assistência estudantil no processo de reestruturação e expansão das universidades federais: a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora no período de 2007 a 2017	Programa de Pós-graduação em Serviço Social, área de concentração: “Políticas Sociais e Gestão Pública” da Universidade Federal de Juiz de Fora	Dissertação	 Necessidades Materiais
OLIVEIRA	2017	A Universidade Promotora da Saúde: uma revisão de literatura	Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia	Dissertação	 Necessidades Imateriais
MOURA	2017	O programa de assistência estudantil sob a ótica da inclusão social e da garantia de direitos: Um estudo realizado no Instituto Federal do Amapá	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	Dissertação	 Necessidades Materiais
BACK	2017	Política de assistência estudantil: interfaces com o reconhecimento das diferenças e a promoção da equidade	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim	Dissertação	 Necessidades Imateriais

Autor	Ano	Título	Programa	Categoria	Dimensão Analítica
TEOTONIO	2018	Avaliação da implementação do Programa de Atenção à Saúde do Estudante do Instituto Federal da Paraíba	Programa de Pós Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Dissertação	■ Necessidades Imateriais
DILLY	2018	O desenvolvimento do esporte enquanto política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora	Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora	Dissertação	■ Necessidades Imateriais
PEREIRA	2018	Políticas culturais de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais	Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais	Dissertação	■ Necessidades Imateriais
GONÇALVES	2019	O Sistema de Saúde na Assistência Estudantil da UFV: A Percepção dos Estudantes de Graduação Beneficiados Pelo PNAES	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Federal de Viçosa	Dissertação	■ Necessidades Imateriais

Autor	Ano	Título	Programa	Categoria	Dimensão Analítica
COSTA	2019	Atenção à saúde do escolar no Instituto Federal de Brasília: desafios para a consolidação de políticas intersetoriais	Mestrado em Políticas Públicas em Saúde da Escola Fiocruz de Governo	Dissertação	 Necessidades Imateriais
OIKAWA	2019	Implicações do contexto universitário na saúde mental dos estudantes	Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar Campus Sorocaba	Dissertação	 Necessidades Imateriais
PAULA	2019	Percepções da equipe sociopedagógica do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de São Paulo sobre o acompanhamento de alunos em situação vulnerável	Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID	Dissertação	 Necessidades Imateriais
POZOBON	2019	Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Dissertação	 Necessidades Materiais

Autor	Ano	Título	Programa	Categoria	Dimensão Analítica
TITON	2019	Psicologia escolar em contexto de educação profissional, científica e tecnológica: desafios e possibilidades de um trabalho construído em parceria	Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina	Tese	 Necessidades Imateriais
VIEIRA	2019	Reflexões sobre saúde mental, vulnerabilidade e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira.	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia	Dissertação	 Necessidades Imateriais
CHAVES	2020	Análise e melhoria dos processos de trabalho do psicólogo na assistência estudantil	Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes - Mestrado Profissional da Universidade Federal da Paraíba	Dissertação	 Necessidades Imateriais
RIBEIRO	2020	Política de assistência estudantil: limites e possibilidades para formação de uma rede de atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília	Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional - PPGE/MP da Faculdade de Educação - FE da Universidade de Brasília - UnB	Dissertação	 Necessidades Imateriais

Autor	Ano	Título	Programa	Categoria	Dimensão Analítica
ARAÚJO	2020	Ações de assistência estudantil em saúde mental frente ao sofrimento psíquico em graduandos nas instituições federais de ensino superior brasileiras	Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Dissertação	 Necessidades Imateriais
SILVA	2021	Avaliação das políticas institucionais voltadas à garantia da permanência dos estudantes do ensino superior da UNEMAT Campus Alta Floresta	Programa de Pós-Graduação em Políticas públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) da Universidade Federal do Ceará	Dissertação	 Necessidades Materiais
ARAÚJO	2021	Evasão universitária e possibilidades para a atuação do Psicólogo no ensino superior.	Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Federal de Campina Grande	Dissertação	 Necessidades Imateriais
RODRIGUES	2021	Protocolo de organização de serviços para o enfrentamento do sofrimento psíquico de universitários	Mestrado em Enfermagem da Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho,” Campus de Botucatu	Dissertação	 Necessidades Imateriais
CARVALHO	2021	Saúde mental e estratégias de enfrentamento de universitários no contexto da pandemia de Covid-19	Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde (PPGPS) – Mestrado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Dissertação	 Necessidades Imateriais

Autor	Ano	Título	Programa	Categoria	Dimensão Analítica
CARVALHO	2022	A atenção à saúde na assistência estudantil nas universidades federais do Nordeste	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior na Modalidade Profissional (MPPGAV) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Dissertação	■ Necessidades Imateriais
NACASU	2022	Análise das práticas de atenção à saúde na assistência estudantil da Universidade Federal do Maranhão – campus Bacanga	Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão	Dissertação	■ Necessidades Imateriais
TOTI	2022	Apoio pedagógico nos serviços de assuntos estudantis das Universidades Federais brasileiras: mapeamento, tendências e desafios	Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas	Tese	■ Necessidades Imateriais
FÉR	2022	Arte e cultura na política e ações de assistência estudantil na universidade pública: uma via para a permanência?	Mestrado em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo	Dissertação	■ Necessidades Imateriais
ALMEIDA	2022	Contribuições da Psicologia Escolar e Educacional para um estudo sobre as nuances da evasão em um campus universitário	Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação	■ Necessidades Imateriais

Autor	Ano	Título	Programa	Categoria	Dimensão Analítica
BAUMGARTEN	2022	Os efeitos da política de austeridade fiscal no orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil entre os anos de 2015 e 2021	Programa de Pós-Graduação em Política Social como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília	Dissertação	■ Necessidades Materiais
LIMA	2022	Análise das políticas de assistência estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS	Tese	■ Necessidades Imateriais

Legenda: ■ Necessidades Materiais | ■ Necessidades Imateriais

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Plataforma CAPES.

A categorização das teses e dissertações sobre o PNAES em duas dimensões — “Necessidades Materiais (■)” e “Necessidades Imateriais (■)” — evidencia a complexidade e a evolução conceitual da assistência estudantil como política pública.

As pesquisas voltadas às necessidades materiais (■) concentram-se nos mecanismos de redistribuição de recursos, discutindo moradia, alimentação, transporte e repasses financeiros, e reforçando o papel da assistência na garantia das condições básicas de permanência. Entre as produções analisadas, oito estudos abordam diretamente esses aspectos, enfatizando a importância dos auxílios financeiros e das políticas de subsistência para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas.

Por outro lado, as produções centradas nas necessidades imateriais (■) expandem o olhar sobre a política, ao tratarem de saúde mental, inclusão, desenvolvimento psicossocial, cultura, esporte, acolhimento e pertencimento. Essas pesquisas representam 24 trabalhos da amostra total e indicam um amadurecimento do debate acadêmico em direção a uma concepção multidimensional e relacional da permanência, na qual o bem-estar é elemento constitutivo da equidade e da justiça educativa.

A distribuição temporal dos estudos confirma esse amadurecimento progressivo do campo, com crescimento expressivo a partir de 2020 — período marcado pelo impacto da

pandemia de COVID-19 e pela consolidação da PNAES como política de Estado (Lei nº 14.914/2024). Essa intensificação da produção científica reflete a preocupação crescente com o bem-estar e a inclusão, sobretudo nas dimensões imateriais (■), ainda pouco institucionalizadas nas universidades.

Apesar dos avanços, as análises revelam lacunas persistentes na consolidação de ações voltadas às dimensões imateriais (■), que frequentemente permanecem em caráter pontual ou fragmentado, sem estrutura normativa e continuidade institucional. Essa assimetria entre o material (■) e o imaterial (■) demonstra que, embora o atendimento das necessidades básicas tenha se expandido e se normatizado, o reconhecimento das dimensões simbólicas e subjetivas da permanência ainda demanda fortalecimento institucional e intersetorial.

De modo geral, a literatura confirma que uma política de assistência estudantil efetiva deve integrar ações redistributivas (■) e estratégias de reconhecimento (■), articulando recursos financeiros, serviços de apoio, acolhimento e pertencimento em um mesmo projeto de justiça educativa (Fraser, 2001; Rawls, 2000; Dubet, 2011; Simmel, 2009).

Esses achados reforçam a importância de consolidar práticas que promovam o bem-estar integral dos estudantes e sustentem a permanência acadêmica em sua dimensão plena — material, simbólica e relacional. Ao final, evidencia-se que o fortalecimento da PNAES depende não apenas do financiamento, mas da capacidade das universidades de institucionalizar o cuidado, a escuta e o pertencimento como princípios estruturantes da política de permanência estudantil.

Em síntese, a produção acadêmica sobre a assistência estudantil revela um campo em expansão, que avança da ênfase nas necessidades materiais (■) para uma compreensão ampliada das necessidades imateriais (■), integrando dimensões simbólicas, relacionais e de pertencimento ao debate sobre permanência universitária.

Essa trajetória demonstra que o bem-estar estudantil emerge como categoria explicativa e horizonte normativo da política, conectando redistribuição e reconhecimento como fundamentos de uma justiça educativa em construção.

Com base nesse percurso teórico e analítico, o Capítulo 3 aprofunda a discussão sobre a assistência estudantil e a promoção do bem-estar, examinando os fundamentos conceituais, as dimensões materiais e imateriais do bem-estar e sua relação com os princípios de equidade e justiça social que orientam a Política Nacional de Assistência Estudantil.

3 MODELO ANALÍTICO DA PNAES E INTEGRAÇÃO ENTRE DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS

A consolidação de políticas públicas não se esgota na definição de marcos legais e normativos. Para que uma política alcance efetividade em contextos institucionais diversos, é fundamental dispor de instrumentos analíticos capazes de orientar e avaliar sua implementação de forma sistemática. Com base nessa premissa, este capítulo apresenta o modelo analítico proposto para avaliar a PNAES nas IFES. O objetivo é oferecer uma estrutura conceitual e operacional que permita analisar a política de maneira comparativa e abrangente, articulando os marcos legais da Lei nº 14.914/2024 às diferentes realidades organizacionais das universidades federais brasileiras.

A proposta parte da compreensão da assistência estudantil como uma política complexa, atravessada por dimensões materiais e imateriais que incidem diretamente sobre as condições de permanência e o bem-estar dos estudantes. Para captar essa complexidade, o modelo integra um conjunto de dimensões, categorias e indicadores que permitem observar diferentes níveis de institucionalização, cobertura, integração e continuidade das ações. Assim, busca-se superar abordagens centradas exclusivamente em benefícios financeiros, incorporando também aspectos qualitativos e estruturantes da política.

Essa perspectiva dialoga com análises recentes que apontam para a ampliação das dimensões imateriais nas políticas de permanência, mas também para a persistência de desigualdades entre as universidades. Heringer et al. (2025) mostram que, embora haja avanços significativos na incorporação de ações culturais, esportivas e de apoio psicossocial, sua presença ainda depende fortemente de iniciativas locais e da capacidade institucional de cada campus. Nesse sentido, torna-se ainda mais relevante dispor de um modelo analítico capaz de avaliar de forma comparativa e multidimensional os diferentes estágios de institucionalização das políticas de assistência estudantil, permitindo identificar padrões de maturidade e lacunas de consolidação.

Para garantir consistência entre o plano teórico e o empírico, o modelo foi elaborado de modo a articular fundamentos conceituais com procedimentos analíticos. A construção do modelo fundamenta-se em dois referenciais principais: (1) a técnica de análise de conteúdo proposta por Moraes (1999), utilizada para categorizar os dados empíricos; e (2) a literatura sobre implementação de políticas públicas (Lipsky, 2019; Lotta, 2012), que destaca o papel dos burocratas de nível de rua e das condições institucionais na tradução das normas em práticas cotidianas. Com isso, o modelo combina elementos normativos, empíricos e analíticos,

configurando-se como um instrumento avaliativo capaz de apreender tanto diretrizes legais quanto dinâmicas locais de implementação.

O capítulo está organizado em três seções. A primeira apresenta a lógica geral e os fundamentos conceituais do modelo analítico. A segunda detalha as dimensões e categorias propostas para a avaliação das políticas de assistência estudantil. Por fim, a terceira explicita os indicadores que poderão ser utilizados para mensurar e comparar o grau de consolidação das políticas nas IFES.

A escolha de iniciar a análise pela institucionalização (Seção 3.1) não é fortuita: conforme destacam Secchi (2023) e Quivy e Campenhoudt (2008), a institucionalização é um elemento estruturante para a efetividade das políticas públicas, pois condiciona sua capacidade de produzir resultados consistentes ao longo do tempo. No caso da PNAES, a forma como cada instituição internaliza e estrutura a política impacta diretamente sua sustentabilidade, abrangência e potencial para reduzir taxas de evasão e retenção. Assim, o modelo analítico toma a institucionalização como ponto de partida para compreender as variações na implementação e orientar a construção de indicadores comparativos.

3.1 Institucionalização da política pública: menos retenção e evasão

A assistência estudantil na IFES no Brasil vem passando por transformações desde 2007, quando formalmente foi instituída na Portaria Normativa do MEC nº 39 como Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2007b). No curso dos governos da União desde então, mesmo com as alterações instituídas pelo Decreto nº 7.234 de 2010 (Brasil, 2010) e, recentemente em 2024, quando ganhou a condição de política pública via Lei nº 14.914 de 2024 (Brasil, 2024), a PNAES⁵ pouco mudou no tocante às suas ações e objetivos. Desde o início, os principais indicadores operacionais de desempenho propostos são as taxas de retenção (repetência) e de evasão dos discentes.

No início em 2007, foram elencadas 9 (nove) ações para serem atendidas pelas IFES no programa de assistência estudantil juntos ao público discente: (1) moradia estudantil, (2)

⁵ Com a instituição da Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – os que especificamente era o Programa Nacional de Assistência Estudantil (também PNAES) passou a se chamar Programa de Assistência Estudantil (PAE). A regulação da PAE, como consta nos artigos 5º, 6º e 7º da Lei 14.914 de 2024 (Brasil, 2024), manteve a integralidade das ações que já estavam delineadas no Decreto de 2010 (Brasil, 2010). Como política, porém, houve incrementos nos seus objetivos e, boa parte das ações se transformaram em programas, o que se esclarece ao longo dessa seção 3.1.

alimentação, (3) transporte, (4) assistência à saúde, (5) inclusão digital, (6) cultura, (7) esporte, (8) creche, e (9) apoio pedagógico.

Com elas, os 3 (três) objetivos pretendidos eram: (i) viabilizar a igualdade de oportunidades, (ii) contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e, preventivamente, (iii) agir nas situações de repetência e evasão. O foco do programa então era o de mitigar as dificuldades que os alunos com insuficiência financeira tinham para percorrerem regularmente suas formações (Brasil, 2007b). Esse foi um período de expansão de vagas nas IFES via REUNI, no qual a frequência de alunos que dependiam dessas ações aumentou.

No momento seguinte, como antes referido, com a edição do decreto, a assistência estudantil ainda como programa adicionou uma décima ação às demais, esta dirigida aos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Mais apurados, mas pouco diferentes dos lançados anteriormente na Portaria, sobre os objetivos, diz o texto do Decreto:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - **reduzir as taxas de retenção e evasão**; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010, *online*, Grifo nosso).

Assim como disposto no texto do decreto de 2010, taxas de retenção e de evasão permaneceram como medidas operacionais de desempenho do PNAES como programa.

Já como política, no texto legal da PNAES foram incluídos outros três objetivos nos incisos do art. 2º, sem que houvesse alteração dos demais:

V - apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países;

VI - estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica;

VII - estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil (Brasil, 2024, *online*).

As mesmas ações específicas de assistência estudantil foram encaminhadas para uma das 13 modalidades de programas e ações da PNAES sob a denominação de Programa de Assistência Estudantil (PAE) – art. 5º, § 1º e incisos, da Lei nº 14.914 de 2024 (Brasil, 2024). Traz como novidade em relação ao decreto de 2010 garantias à inclusão dos estudantes e de

suas entidades em todas as etapas do PAE para fins de formulação, de execução, de acompanhamento, de monitoramento e de avaliação de suas ações, inclusive na fase de seleção daqueles a serem atendidos (vide § 2º do art. 5º da Lei).

A PNAES é uma resposta a um conjunto de demandas que surgiram no curso das formulações e da execução da assistência estudantil desde 2007. Demandas que foram oriundas de grupos de interesse como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ADIFES) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaparace), como política pública. Enfim, a PNAES e seus programas traduzem um esforço para adaptar a assistência estudantil às necessidades contemporâneas do ensino superior (Silva; Carvalho, 2022).

Apesar dos avanços da política de assistência estudantil, a retenção e a evasão permanecem variáveis centrais na avaliação de seus resultados, pois influenciam diretamente o insucesso acadêmico (Araújo et al., 2021). Esses fenômenos estão incorporados, com maior ou menor precisão, aos indicadores oficiais de desempenho utilizados pela PNAES, como a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) e a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação, além de indicadores complementares que buscam corrigir distorções, como a Taxa Longitudinal de Evasão (TLE) e a Taxa Longitudinal de Retenção (TLR) (Lima Júnior et al., 2019). Para este modelo analítico, faz-se necessário explicitar os conceitos-chave dessas medidas.

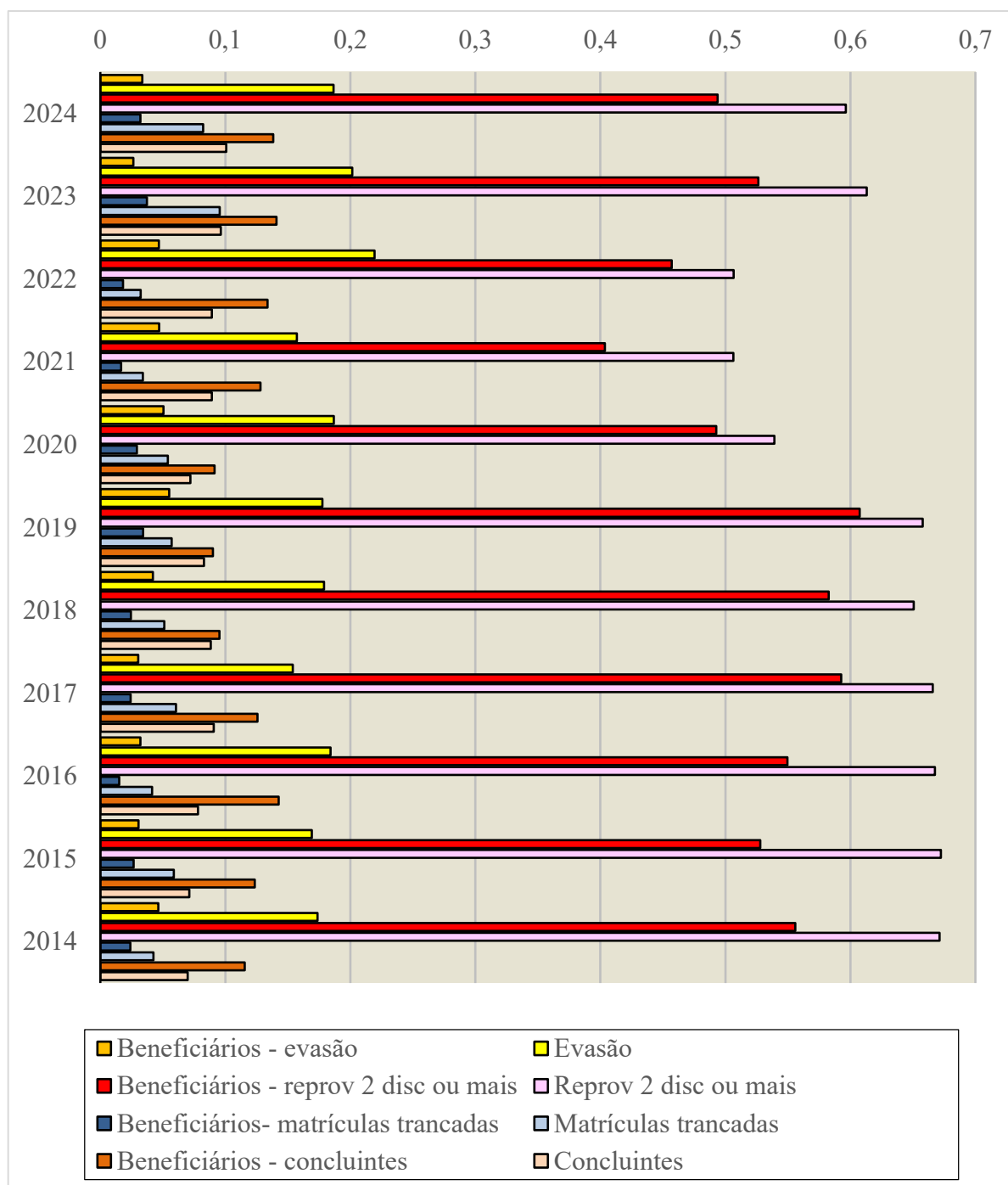
A **retenção** consiste na permanência do estudante na universidade além do período previsto para a conclusão do curso, manifestando-se por reprovação, cancelamento, trancamento de matrícula ou afastamento (Lammers et al., 2017). Segundo Araújo et al. (2021), trata-se de um fator que favorece a evasão e representa perda social, uma vez que implica em gastos adicionais que comprometem o retorno esperado dos investimentos públicos.

A **evasão** refere-se ao desligamento do estudante antes da conclusão do curso (Scher; Oliveira, 2020). Pode ocorrer em diferentes instâncias (curso, instituição ou sistema), segundo a autoria da decisão (estudante ou instituição), em função do tipo de saída (abandono, transferência ou desligamento), do caráter do afastamento (temporário ou definitivo) e do momento em que se verifica (início, meio ou final do curso) (Lammers et al., 2017).

Na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), a análise dos indicadores de retenção e evasão entre 2014 e 2024 evidencia a efetividade do PNAES. Nesse período, a frequência média de beneficiários foi de 0,185 (2.178 estudantes) em relação a uma população média anual de 11.805 discentes. Em todos os anos, o desempenho dos beneficiários superou o da média institucional. Quanto à retenção, a taxa de conclusão foi, em média, (0,0361) superior entre

beneficiários (0,1205) em comparação ao total de estudantes (0,0844). O número médio de trancamentos também foi menor (0,0256 versus 0,0554), assim como a frequência de reprovações em duas ou mais disciplinas (0,52637 versus 0,61341). Em relação à evasão, beneficiários apresentaram média 0,1407 inferior à da população total (0,0401 contra 0,1808). O gráfico 1 apresenta a série histórica dessas diferenças nos indicadores de desempenho, evidenciando a relevância do programa.

Gráfico 3.1 - Desempenho dos indicadores de retenção e evasão beneficiários do PNAES e total (2014 a 2024).



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados gerenciais da Unipampa.

As ações priorizadas pelas IFES concentram-se em garantir condições mínimas de permanência aos estudantes em situação de vulnerabilidade, por meio da oferta de serviços e benefícios como moradia, alimentação e transporte, aqui tipificados como de ordem material.

No período de 2000 a 2024, os gastos da União com custeio e financiamentos do Ministério da Educação vêm sendo incrementados. Com base na atualização monetária para o

ano base de 2024⁶, as liquidações de gastos com o Ministério da Educação cresceram de R\$ 56,7570 bilhões ao ano (2000) para R\$ 159,0121 bilhões (2024): incremento de 2,80 vezes de gastos no período, superior ao da União (1,81 vezes), como mostra a tabela 01. Em média, a fração de gastos liquidados da União com a pasta foi da ordem de 0,0300 (3%) neste século. Porém, se o recorte temporal de análise for entre os anos de 2007 (ano da institucionalização do Reuni e PNAES) e 2024, o comprometimento de gastos com a pasta vai a 0,0350 (3,5%). Os gastos com a assistência estudantil cresceram 28,1408 de 2000 a 2024; e 9,7666 de 2007 a 2024, período do PNAES. Esse crescimento fez com que a pasta da educação dedicasse 0,68% dos seus recursos ao PNAES, demonstrado na tabela 01 e no gráfico 02.

Tabela 1 - Gastos do Ministério da Educação e PNAES entre 2000 e 2024 (2024).

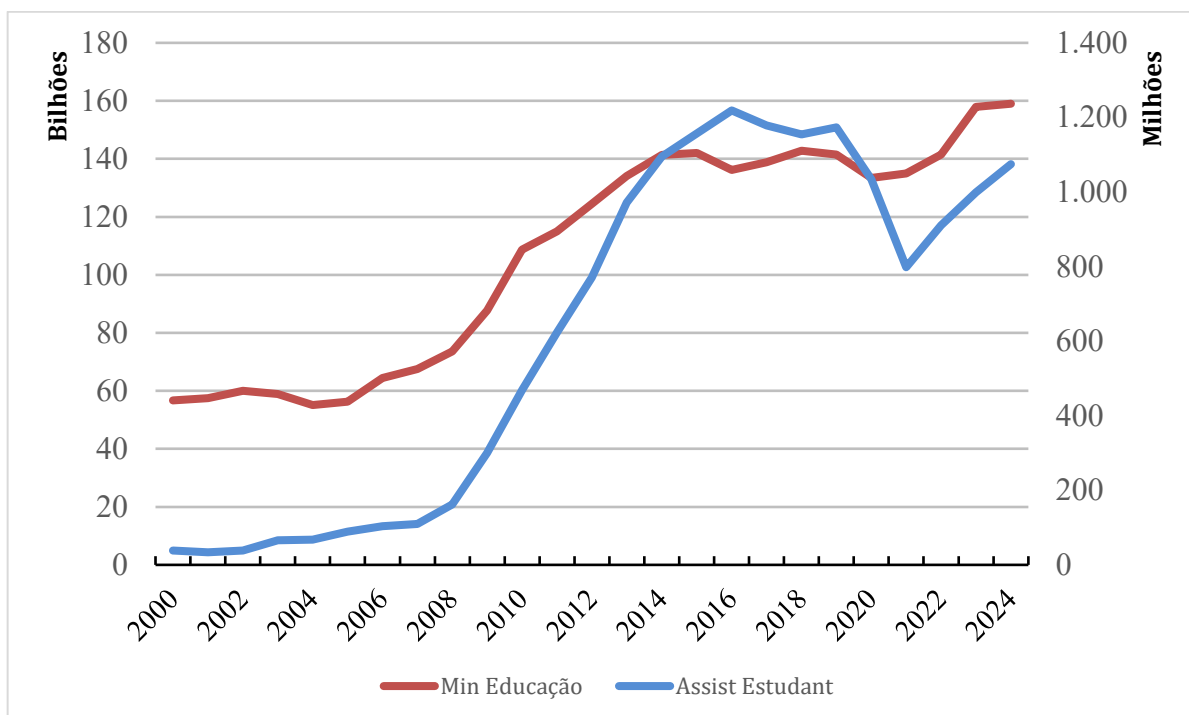
Ano	Gastos liquidados			Comprometimento gastos	
	União em R\$ trilhões	Min Ed em R\$ bilhões	PNAE em R\$ bilhão	Min Ed/União	PNAE/Min Ed
2000	2,6135	56,757	0,0382	0,0217	0,0007
2001	2,3946	57,4814	0,0338	0,024	0,0006
2002	2,4306	59,9952	0,0386	0,0247	0,0006
2003	2,8482	58,8747	0,0656	0,0207	0,0011
2004	2,7223	55,1185	0,0677	0,0202	0,0012
2005	3,112	56,3139	0,0888	0,0181	0,0016
2006	3,1886	64,4482	0,104	0,0202	0,0016
2007	3,0502	67,5195	0,11	0,0221	0,0016
2008	2,9765	73,6425	0,1625	0,0247	0,0022
2009	3,1647	87,7442	0,3007	0,0277	0,0034
2010	3,1988	108,6663	0,4688	0,034	0,0043
2011	3,3444	114,9739	0,6234	0,0344	0,0054
2012	3,4282	124,5209	0,7706	0,0363	0,0062
2013	3,3824	134,1177	0,9713	0,0397	0,0072
2014	3,8716	141,4166	1,0955	0,0365	0,0077
2015	3,7377	141,9921	1,1568	0,038	0,0081
2016	3,876	136,2348	1,2188	0,0351	0,0089
2017	3,5866	138,8115	1,1787	0,0387	0,0085
2018	3,7066	142,8366	1,1543	0,0385	0,0081
2019	3,6856	141,4493	1,1737	0,0384	0,0083
2020	4,5896	133,3768	1,0343	0,0291	0,0078
2021	4,664	134,9555	0,7983	0,0289	0,0059
2022	4,5514	141,4811	0,9108	0,0311	0,0064
2023	4,6577	157,9631	0,9995	0,0339	0,0063

⁶ As variações dos valores de gastos foram ajustadas segundo o acumulado de variações do IPCA (IBGE), atualizando até o ano base de 2024.

2024	4,7391	159,0121	1,0748	0,0336	0,0068
Média	3,5008	107,5881	0,6256	0,03	0,0048
Média desde 2007	3,984	132,6835	0,8794	0,035	0,0066
Incremento 2007 a 2024	1,8133	2,8016	28,1408	1,545	10,0444
Incremento desde 2007	1,5537	2,3551	9,7666	1,5158	4,1471

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do SIOP (2025)

Gráfico 3.2 - Evolução do comprometimento dos gastos da educação com o PNAES 2000 a 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do SIOP (2025)

As ações priorizadas pelas IFES são, em geral, aquelas que garantem as condições mínimas ou necessárias para permanência dos discentes na universidade. Estas ações destinadas aos estudantes em vulnerabilidade estão centradas na concessão de serviços e benefícios como por exemplo: moradia estudantil, alimentação e transporte - tipificadas neste estudo como de ordem material. É observável que as ações mais recorrentes de assistência estudantil estão direcionadas à prestação de benefícios de ordem material nas IFES.

A hipótese, ou premissa no caso, orientadora do modelo analítico é a de que sem elas sequer os alunos teriam condições de dar início à marcha da sua formação universitária: são condições mínimas para garantir equidade. No entanto, no curso do processo investigativo, exploratório, foi possível observar que outras ações da PNAES (ou Programa de Assistência Estudantil - PAE) foram secundarizadas ou até não-atendidas, principalmente aquelas que

tocam na subjetividade dos estudantes, nas condições de socialização e na sociabilidade – essas imateriais – como as relacionadas ao incentivo à cultura e às práticas esportivas. A hipótese, para a qual até então há limitadas investigações, é a de que a incorporação do atendimento a essas dimensões imateriais de forma a institucionalizá-las na PNAES importa como incentivo à redução de taxas de retenção e evasão.

Em síntese, a institucionalização da assistência estudantil por meio da PNAES evidencia que, embora a política tenha avançado significativamente no atendimento das necessidades materiais dos estudantes — garantindo moradia, alimentação, transporte e outros auxílios essenciais —, a efetividade da permanência e do sucesso acadêmico depende da articulação entre essas ações redistributivas e medidas de reconhecimento que valorizem identidades, promovam sociabilidade e incentivem o pertencimento à comunidade acadêmica. A análise dos indicadores de retenção e evasão demonstra que o suporte material é condição necessária, mas insuficiente, como mostra o caso da Unipampa, para assegurar a permanência e o bem-estar integral dos discentes.

A partir desse entendimento, torna-se essencial aprofundar a discussão sobre a dimensão imaterial da assistência estudantil, considerando aspectos subjetivos, relacionais e culturais que influenciam o desenvolvimento e a adaptação dos estudantes no ensino superior. É nesse contexto que o próximo subtítulo aborda a promoção do bem-estar estudantil, explorando como as ações da PNAES podem integrar dimensões materiais e imateriais para favorecer uma experiência acadêmica mais completa, inclusiva e satisfatória.

3.2 Assistência Estudantil e a Promoção do Bem-Estar Estudantil: entre as dimensões materiais e imateriais

No âmbito desta pesquisa, o conceito de "promoção do bem-estar estudantil" é central para a compreensão dos objetivos propostos. O bem-estar, aqui, é entendido de forma multidimensional, envolvendo não apenas condições materiais, mas também aspectos subjetivos e relacionais que impactam diretamente a permanência acadêmica.

Segundo Almeida e Teixeira (2018), fatores como a gestão do tempo, a qualidade das relações interpessoais e a ansiedade relacionada ao desempenho acadêmico exercem influência direta sobre a experiência universitária. A relação com os pares, em especial, é apontada como um forte preditor de bem-estar, evidenciando o papel das interações sociais no ambiente acadêmico.

Segundo Diener et al. (apud Teixeira; Costa, 2017, p. 21), "o conceito de bem-estar subjetivo associa componentes cognitivos e emocionais como afetos, crenças de autoeficácia, autonomia, competências emocionais e intelectuais, adaptação e experiências". Para Teixeira e Costa (2017), a crença na própria capacidade de lidar com desafios e alcançar metas influencia positivamente o bem-estar, promovendo sentimentos de competência e eficácia. A extroversão, caracterizada por traços como sociabilidade e otimismo, está associada a emoções positivas, interações sociais satisfatórias e adaptação ao ambiente acadêmico. Já a amabilidade, que envolve empatia e cooperação, favorece relações interpessoais positivas, apoio social e senso de conexão, impactando diretamente o bem-estar emocional e social dos estudantes.

Lourenço e Guerra (2017) apontam que as instituições de ensino desempenham papel crucial na formação e no desenvolvimento dos indivíduos, influenciando diretamente o bem-estar e o funcionamento positivo dos estudantes e demais membros da comunidade escolar.

Segundo Freire (apud Coleta; Coleta, 2006, p. 534), "o bem-estar subjetivo nem sempre é afetado por condições materiais, de saúde, conforto e riqueza, sabendo-se que a influência destes aspectos depende dos valores e expectativas do indivíduo, do grupo a que pertence e da sociedade em que vive".

De acordo com Coleta e Coleta (2006), existe uma correlação entre o bem-estar subjetivo dos estudantes e seu comportamento acadêmico. Isso sugere que o bem-estar dos alunos está associado a uma vida psicologicamente rica e saudável no ambiente universitário, influenciando suas condutas.

Esses conceitos ressaltam a importância das vivências acadêmicas, do suporte social e institucional na adaptação e sucesso dos estudantes no ensino superior. Evidenciam a complexidade e a multidimensionalidade dos fatores que influenciam o bem-estar e a adaptabilidade dos estudantes universitários, fornecendo *insights* para intervenções e políticas educacionais que visem promover o sucesso e o bem-estar dos estudantes universitários.

Diante do exposto, o conceito de "promoção do bem-estar" transcende o atendimento das necessidades oriundas da ausência de recursos financeiros ou das dificuldades acadêmicas enfrentadas pelos estudantes. Busca-se uma abordagem abrangente e holística, onde o bem-estar engloba não apenas a estabilidade econômica, mas também o desenvolvimento integral dos discentes. Refere-se a um estado em que os estudantes não apenas superam barreiras socioeconômicas, mas também experimentam um ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento pessoal e intelectual. Isso implica não apenas em fornecer suporte financeiro

ou infraestrutura adequada, mas também em criar condições que promovam a saúde mental, a inclusão social, o engajamento acadêmico e a sensação de pertencimento.

A noção de bem-estar também está fortemente associada ao sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica. Nesse contexto, busca-se entender como as políticas de assistência estudantil podem fortalecer o vínculo entre os estudantes e a instituição, promovendo um ambiente onde cada indivíduo se sinta parte integrante da comunidade universitária. O sentimento de pertencimento não apenas contribui para o bem-estar emocional, mas também impacta positivamente a motivação acadêmica e a permanência.

O conceito de bem-estar é multifacetado. Para incorporá-lo à avaliação da PNAES, propõe-se uma análise que considere elementos subjetivos do estudante (psicológicos), sua inserção em grupos sociais, o sentimento de pertencimento e fatores externos à universidade. O PNAES, enquanto política pública, contempla ações afirmativas tanto redistributivas (voltadas às carências materiais) quanto de reconhecimento (voltadas às identidades e às culturas), que, segundo Fraser (2001), funcionam como "remédios" para mitigar desigualdades. No entanto, esses remédios não promovem, por si só, transformações estruturais, podendo gerar antagonismos entre beneficiários e não beneficiários da política, o que contraria o objetivo de bem-estar coletivo.

O bem-estar envolve satisfação pessoal e coletiva nos espaços de estudo e trabalho, abarcando saúde física e mental, estabilidade financeira e relações sociais saudáveis. Siqueira e Padovam (2008) apontam duas vertentes epistemológicas do bem-estar: a hedonista (focada na felicidade subjetiva, com dimensões emocional e cognitiva) e a eudemonista (focada na realização do potencial humano, incluindo autoaceitação, autonomia e crescimento pessoal).

A do estado subjetivo de felicidade (hedonista) comporta duas dimensões: a emocional, avaliada segundo afetos positivos e negativos do indivíduo; e a cognitiva, onde a avaliação recai sobre a concepção de satisfação pessoal. A psicológica (eudemonismo) é aquela na qual o foco é no estado pleno da potencialidade humana. Nela, aspectos afeitos ao indivíduo como autoaceitação, relacionamento positivo com os outros, autonomia, domínio do ambiente e crescimento pessoal são considerados.

Ambas as abordagens dialogam com a teoria utilitarista, que associa bem-estar à ausência de dor ou ao controle dela (Mill, 2000). O bem-estar exige sanidade física e mental, bem como condições econômicas dignas. No contexto da PNAES, essas condições estão vinculadas ao princípio de justiça social, com a aplicação de medidas redistributivas para assegurar equidade, como visto no capítulo 2 (Rawls, 2000).

O conjunto das condicionantes para os tipos de bem-estar expostos até aqui são, em regra, subjetivos. Ao estendê-los para o contexto do indivíduo nos espaços coletivos de vivência e de produção dos indivíduos, como no trabalho e no estudo, o conceito de bem-estar ganha um sentido social. Segundo Siqueira e Padovam (2008), para esse fim, outras aferições específicas são introduzidas ao bem-estar. Ao considerar o bem-estar em ambientes coletivos, como o universitário, a análise deve incluir **satisfação** com as atividades, **envolvimento** com o cotidiano acadêmico e **comprometimento afetivo** com a instituição.

Nessa perspectiva, o conceito de "sociação" (Simmel, 2006) torna-se central, pois representa os impulsos e interesses que, presentes no indivíduo, produzem efeitos sociais e de pertencimento.

A sociação abrange fatores como reconhecimento de diferenças, necessidades e tradições, que transformam agrupamentos em comunidades integradas. Problemas de pertencimento ocorrem quando há exclusão em razão de desigualdades socioeconômicas e culturais. Mathias (2023) diferencia três vetores do pertencimento: social, corporal e emocional. O pertencimento social envolve o compartilhamento de objetivos e valores; o corporal, a adaptação ao corpo social dominante; e o emocional, o sentimento existencial de ser parte integrante da comunidade.

Mesmo quando as causas da exclusão são externas às IFES, seus efeitos se manifestam na convivência cotidiana entre estudantes, professores e demais membros da comunidade acadêmica. As dez ações previstas pelo PNAES — moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e atendimento a estudantes com deficiência — foram concebidas para mitigar desigualdades. No entanto, o êxito dessas ações depende do fortalecimento de iniciativas que promovam integração, cooperação e respeito à diversidade.

Essas ações de potencial transformador se desenvolvem em ambientes onde a cooperação supera os antagonismos (Fraser, 2001). Aqui, em situações de representação (como nas artes) e de compartilhamento de esforços (como no esporte), as diferenciações por sociação cedem espaço à sociabilidade, onde em um jogo de cena entre os participantes a alegria do indivíduo está associada à felicidade dos outros (Simmel, 2006). A estrutura ético-democrática da sociabilidade abre caminho para o respeito e o diálogo, com os quais a satisfação do indivíduo só tem curso compartilhado com os demais integrantes da comunidade.

O bem-estar social, no contexto das IFES, não se limita à mitigação de desigualdades econômicas. Fraser (2001) argumenta que há uma relação intrínseca entre as políticas de

redistribuição (voltadas à justiça socioeconômica) e as de reconhecimento (voltadas à justiça cultural). O êxito do PNAES depende de sua capacidade de articular ambas, promovendo, ao mesmo tempo, equidade e respeito às diferenças.

A compreensão da PNAES como política transdisciplinar - que atravessa áreas como psicossociologia, economia e políticas públicas - é essencial para reconhecer seu papel na transformação das condições de permanência, no fortalecimento da cidadania estudantil e na construção de uma educação superior mais justa e inclusiva.

Assim, compreender o bem-estar estudantil a partir de uma abordagem integrada - que articule políticas redistributivas e de reconhecimento - é fundamental para o aprimoramento da assistência estudantil nas IFES. Ao adotar essa perspectiva ampliada, a PNAES pode superar o viés compensatório e consolidar-se como instrumento efetivo de permanência, inclusão e justiça social no ensino superior público brasileiro.

O bem-estar social, quando observado no contexto de uma comunidade acadêmica de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), ultrapassa a função meramente compensatória das políticas públicas. No caso específico do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), à subsistência material dos estudantes - como alimentação, moradia e transporte -, é necessário reconhecer que sua atuação opera em um campo mais amplo, que perpassa dimensões simbólicas, culturais e relacionais da vida universitária.

Bem-estar-social – numa comunidade acadêmica de uma IFES, para uma leitura ajustada ao objeto – não se limita a mitigação das injustiças socioeconômicas, ultrapassa a função meramente compensatória das políticas públicas. No caso específico do PNAES, ainda que a política tenha forte ancoragem em ações remediadoras voltadas à subsistência material dos estudantes - como alimentação, moradia e transporte -, é necessário reconhecer que sua atuação opera em um campo mais amplo, que perpassa dimensões simbólicas, culturais e relacionais da vida universitária. Segundo Fraser (2001), existe uma intrínseca ligação entre políticas de enfrentamento a injustiças socioeconômicas e a injustiças culturais, às quais a autora denomina, respectivamente, de redistributivas e de reconhecimento.

Nesse sentido, a teoria proposta por Fraser (2001) oferece uma importante chave de leitura. A autora propõe uma concepção tridimensional da justiça, articulando as dimensões da redistribuição (ligada às injustiças socioeconômicas), do reconhecimento (referente às injustiças culturais) e da representação (voltada às desigualdades políticas). No caso das políticas educacionais brasileiras, o PNAES pode ser compreendido como uma **política de redistribuição afirmativa**, cuja função é mitigar os efeitos da desigualdade de classe ao

garantir condições mínimas para que estudantes em vulnerabilidade possam permanecer na universidade.

Entretanto, conforme aponta Fraser, políticas com ênfase redistributiva, ainda que bem-intencionadas, podem, como destacado anteriormente, gerar tensões e antagonismos sociais quando não articuladas a mecanismos de reconhecimento das diferenças. Isso se evidencia, por exemplo, nas resistências à presença de estudantes negros, indígenas, quilombolas, mães e pessoas com deficiência em espaços historicamente elitizados. Assim, as ações de assistência estudantil, ao mesmo tempo em que promovem acesso a recursos materiais, também se inserem em disputas simbólicas por pertencimento, dignidade e visibilidade social.

É nesse ponto que se torna necessário ampliar a compreensão da assistência estudantil para além da lógica da subsistência, reconhecendo que o bem-estar social dos estudantes envolve tanto a redistribuição de recursos quanto o reconhecimento de identidades, trajetórias e direitos e, necessariamente, com incentivos à sociabilidade. Como propõe Fraser, a justiça somente se realiza de forma plena quando há articulação entre essas dimensões.

Nas políticas mais focadas na medição pelo reconhecimento, a justiça tem curso principalmente pela legitimação das diferenças sustentadas em ações afirmativas (respeito a identidades étnicas, de gênero, de minorias, entre outras) ou de transformação de uma realidade. A compreensão da PNAES revela sua atuação transdisciplinar, atravessando áreas do conhecimento como a psicossociologia e a economia. Essa interdisciplinaridade é fundamental para entender suas implicações sociais e estruturais, bem como suas potencialidades de transformação na vida dos estudantes e na sociedade como um todo.

Dessa forma, para fins analíticos, propõe-se a organização das ações da PNAES em duas grandes dimensões:

- Dimensão material, que compreende os auxílios diretos à subsistência dos estudantes (como moradia, alimentação, transporte, apoio à saúde, etc.);
- Dimensão imaterial (não-material), que abrange os aspectos simbólicos, relacionais e subjetivos da permanência estudantil, como o fortalecimento da identidade acadêmica, a valorização da diversidade, o apoio psicossocial e o estímulo à participação estudantil.

A integração dessas dimensões exige estratégias institucionais que promovam a sociabilidade universitária, entendida como o conjunto de relações e pertencimentos que sustentam a trajetória dos estudantes. Isso inclui ações que favoreçam o acolhimento, a convivência, o cuidado e o respeito às diferenças, elementos que operam como antídotos às

tensões e resistências que podem emergir da ampliação do acesso e da diversidade nas universidades públicas.

Assim, ao analisar o PNAES por essa perspectiva ampliada, compreende-se que a assistência estudantil, quando bem orientada, não apenas mitiga desigualdades materiais, mas também contribui para a construção de um ambiente universitário mais justo, plural e democrático.

Em síntese, a assistência estudantil, quando analisada sob a ótica do bem-estar, revela-se uma política pública de natureza complexa e interdependente, cuja efetividade depende da articulação entre dimensões materiais e imateriais. A PNAES, ao conjugar medidas redistributivas e de reconhecimento, avança na direção de uma justiça social ampliada, capaz de enfrentar a diversidade de vulnerabilidades e integrar múltiplas dimensões que afetam a permanência universitária. Assim, a assistência estudantil não se limita à mitigação de vulnerabilidades, mas se afirma como instrumento de redistribuição e reconhecimento, promovendo inclusão e igualdade de oportunidades. O bem-estar estudantil, nesse contexto, emerge como categoria explicativa fundamental para compreender o alcance e os limites da política, por refletir a qualidade das experiências acadêmicas, o sentimento de pertencimento e a integração social dos discentes. A próxima seção aprofunda esse conceito na perspectiva do modelo de análise proposto, discutindo seus desdobramentos teóricos e metodológicos na avaliação da PNAES.

3.3 O conceito de bem-estar⁷ na perspectiva do modelo de análise

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008), a etapa de elaboração de um modelo de análise para pesquisa social parte de uma investigação exploratória que, à medida que avança, faz sobressair conceitos-chave e hipóteses, além das relações que são úteis serem estabelecidas. Tanto para estratégia de estudos de caso (Yin, 2010), como para análises de políticas comparadas (Perissinotto et al., 2022), esse processo progressivamente vai dando coerência ao modelo que o investigador vai lançar mão na procura de explicações para os fenômenos sociais.

Taxas de retenção e evasão são dois dos fenômenos a serem explicados para aferição de desempenho da PNAES. Como conceitos-chave de resultados, o questionamento recai sobre qual fator explica melhoras ou piores nessas taxas. O conceito-chave explicativo encontrado

⁷ Parte deste texto foi socializado sem o aprofundamento que está tratado neste documento, em evento acadêmico, com previsão de publicação nos anais do evento.

durante o momento exploratório da pesquisa foi o de bem-estar estudantil. A hipótese inicial que orienta a elaboração desse modelo de análise para a PNAES é a de que qualificar o bem-estar dos estudantes na universidade contribui para redução de taxas de retenção e de evasão.

No modelo de análise proposto, as ações da PNAES são organizadas em dimensões materiais (econômicas e de infraestrutura) e imateriais, cada uma contribuindo para a avaliação do bem-estar estudantil. Essas ações são examinadas a partir de variáveis como aplicação de recursos, percepções subjetivas, fatores de socialização e de sociabilidade. Parte-se da premissa de que, sem garantir o mínimo material, os estudantes não conseguem dar continuidade à sua formação. Contudo, são as ações imateriais, associadas às políticas de reconhecimento, que diferenciam qualitativamente o apoio prestado.

No modelo, a organização analítica permite investigar o conceito-chave de bem-estar estudantil na PNAES, tanto na perspectiva daqueles que trabalham pela consecução dessas ações na IFES, como estendido e detalhado na percepção dos imediatos beneficiários da política pública e dos demais integrantes da IFES. O foco desse modelo analítico proposto, para a dissertação, porém, se concentra prioritariamente nas informações da competência daqueles que operam a PNAES⁸. A síntese se encontra no esquema proposto que segue no Quadro Geral 6.

⁸ A pesquisa que orientou a elaboração dessa proposta de modelo analítico não se estende nesse momento para uma investigação que envolva os discentes da IFES. Tem para atender o objetivo de avaliação da política pública *in itinere* investigar o desempenho de bem-estar estudantil segundo a perspectiva nas IFES.

Quadro Geral 6 - Modelo analítico para avaliação in itinere da PNAE

Conceito-chave	Dimensão	Conteúdo	Indicadores/ variáveis ⁹
Bem-estar estudantil		Moradia	Razão entre o nº de estudantes beneficiários PNAES por total de discentes matriculados em cursos de graduação presencial
			Razão do desempenho acadêmico entre assistidos e não assistidos
			Tempo de médio de conclusão entre assistidos e não assistidos
			Número percentual de assistidos e não assistidos que se formaram
	Alimentação	Satisfação dos usuários dos restaurantes universitários	
		Custo por refeição ao beneficiário PNAES	
	Transporte	Razão entre nº de auxílios transporte por modal para beneficiários PNAES por total de discentes matriculados em cursos de graduação presencial	
		Custos aluno beneficiário PNAES com transporte	
	Creche	Material	Razão entre nº de estudantes atendidos pela modalidade auxílios creche por total de discentes pais ou mães de criança menos de 6 anos matriculados em cursos de graduação presencial
			Razão do desempenho acadêmico entre assistidos e não assistidos (pais ou mães de criança menos de 6 anos)
Tempo de médio de conclusão entre assistidos e não assistidos (pais ou mães de criança menos de 6 anos)			
Número percentual de assistidos e não assistidos que se formaram (pais ou mães de criança menos de 6 anos)			
Inclusão digital (infraestrutura)		Disponibilidade ou não de computadores para os discentes	
		Fornecimento ou não de modem móveis para aluno da PNAES	
		Custo por aluno da PNAES com equipamentos digitais	
Inclusão digital	Material/imaterial	Disponibilidade ou não de computadores para os discentes	
		Fornecimento ou não de modem móveis para estudante atendido pela PNAES	
		Oferta ou não de suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade quanto ao uso de tecnologias digitais	

⁹ O modelo analítico apresentado sugere um conjunto de indicadores de natureza quantitativa, como exemplos de possíveis indicadores a serem considerados na avaliação dos objetivos da PNAES pelas IFES. Contudo, é importante observar que há uma possibilidade muito grande de construção de novos indicadores considerando informações quantitativas e qualitativas como aprimoramento da avaliação.

Conceito-chave	Dimensão	Conteúdo	Indicadores/ variáveis ⁹	
			<p>Razão do desempenho acadêmico entre assistidos pela ação de serviço de suporte quanto ao uso de tecnologias digitais e não assistidos</p> <p>Existência ou não de apoio especializado para aprendizado com softwares e demais componentes digitais</p>	
		Integração de Estudantes Especiais	<p>Acessibilidade plena nos ambientes da IFES</p> <p>Fornecimento ou não de equipamentos para estudantes com necessidades especiais</p> <p>Oferta ou não de materiais didática adaptados</p> <p>Oferta ou não de serviço de apoio especializado ao aluno com necessidades especiais</p>	
		Apoio pedagógico	<p>Existência ou não de ação de acompanhamento pedagógico aos alunos da PNAES</p> <p>Histórico de retenção dos alunos da PNAES com e sem acompanhamento pedagógico</p> <p>Desempenho analítico acadêmico dos alunos da PNAES</p>	
	Imaterial	Assistência à saúde		<p>Existência ou ações de promoção ou prevenção em saúde geral</p> <p>Existência ou ações de promoção ou prevenção em saúde mental</p>
		Cultura		<p>Oferta de cursos/oficinas de artes plásticas, artes cênicas e de música para os estudantes</p> <p>Existência ou não de agenda de apoio da IFES para a participação dos estudantes em festivais culturais na universidade</p> <p>Histórico de desempenho analítico acadêmico dos alunos da PNAES que participam das oficinas ligadas à cultura e dos que não participam</p> <p>Variação de desempenho analítico acadêmico dos alunos da IFES que participam das oficinas ligadas à cultura</p> <p>Variação de desempenho analítico acadêmico dos alunos da IFES que participam das oficinas ligadas à cultura em relação aos que não participam</p> <p>Avaliação de sociabilidade junto aos alunos que participam das atividades culturais e entre os que não participam</p>
		Esporte		<p>Ação de oferta regular de práticas desportivas extracurriculares para os estudantes</p> <p>Existência ou não de agenda de apoio regular a competições esportivas focadas nos discentes na IFES</p> <p>Existência ou não de espaços institucional que possibilitem práticas de atividades físicas e esportivas</p> <p>Existência ou não de incentivo à organização de atléticas</p> <p>Existência ou não de agenda de apoio da IFES para a participação dos estudantes em eventos esportivos fora da instituição</p>

Pressuposto: A taxa de retenção e evasão estudantil diminuem na medida que o bem-estar estudantil melhora.

Fonte: elaboração própria (2025)

No modelo de análise, agrupadas segundo dimensões materiais (econômicas e de infraestrutura) e imateriais, cada ação se torna um ou mais componentes de investigação do conceito multifacetado de bem-estar. Esses componentes se dividem em indicadores ou variáveis de aplicação de recursos, subjetivas, de sociação e de sociabilidade que podem ser analisadas para fins de avaliação do bem-estar dos estudantes na PNAES. Para dar curso à hipótese de que o bem-estar reduz retenção e evasão, há o pressuposto de que sem garantir as ações ditas de dimensões materiais, os estudantes atendidos pela política nacional sequer teriam condições de dar andamento a sua formação nas IFES. Logo, o diferencial analítico recai sobre ações imateriais, normalmente associadas a políticas de “reconhecimento”.

A análise do conceito de bem-estar, em suas dimensões materiais e imateriais, demonstra que sua promoção está diretamente associada à efetividade da assistência estudantil enquanto política pública. O bem-estar dos estudantes, ao integrar aspectos subjetivos, relacionais e estruturais, revela-se não apenas como resultado das ações do PNAES, mas também como condição necessária à permanência e à equidade no ensino superior. Nesse sentido, compreender o bem-estar como indicador de justiça social permite reconhecer que a assistência estudantil não se limita à mitigação de vulnerabilidades, mas atua como instrumento de redistribuição e reconhecimento, promovendo inclusão e igualdade de oportunidades. Essa relação entre bem-estar e justiça social constitui, portanto, a base analítica do próximo subtítulo, que discute o papel da assistência estudantil na promoção da justiça social e na consolidação de uma universidade mais democrática e equitativa.

O capítulo seguinte retoma o modelo analítico desenvolvido neste trabalho para orientar a análise documental das políticas institucionais de assistência estudantil das IFES selecionadas — Unipampa, UFSM e UFFS. Essa análise tem como foco examinar os marcos normativos, programas e instrumentos institucionais que operacionalizam a PNAES em cada universidade, buscando identificar o grau de institucionalização, abrangência e integração das ações desenvolvidas.

A partir dessa análise documental, será possível observar como os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.914/2024 e demais normativos nacionais são traduzidos em estruturas e práticas institucionais. Essa etapa fornece as bases para a análise comparativa que será aprofundada nos capítulos seguintes, permitindo identificar convergências, lacunas e especificidades entre as IFES quanto à consolidação de políticas que articulem dimensões materiais e imateriais da assistência estudantil.

4 ANÁLISE DOCUMENTAL COMPARATIVA DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa, concentrando-se na análise documental das políticas institucionais de assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) selecionadas. O objetivo é compreender como a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14.914/2024, é apropriada e institucionalizada nos contextos locais de universidades multicampi, evidenciando os diferentes níveis de consolidação normativa e programática. Para isso, foram examinados documentos normativos disponíveis nas páginas institucionais — como portarias, resoluções, editais e programas —, bem como instrumentos de planejamento estratégico, tais como os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e regulamentos internos das universidades. Esses materiais permitem compreender não apenas os marcos legais e administrativos que estruturam as ações de assistência estudantil, mas também os modos pelos quais cada instituição organiza e operacionaliza suas políticas.

A abordagem adotada parte do pressuposto de que a efetividade das políticas de assistência estudantil depende da articulação equilibrada entre dimensões materiais e imateriais. Assim, a análise busca compreender de que forma as ações voltadas à subsistência — como moradia, alimentação e auxílios financeiros — se integram a iniciativas de natureza subjetiva e psicossocial, como saúde mental, cultura, esporte e pertencimento. Políticas de assistência estudantil efetivas, nesse sentido, devem transcender a lógica focalizada e assistencialista (Leite, 2013; Rocha, 2022), assumindo caráter contínuo, normatizado e integrado, a fim de promover permanência qualificada e reduzir os índices de evasão e retenção (Secchiet al., 2023; Araújo et al., 2021).

A seleção das instituições — Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) — se fundamenta em suas características comuns enquanto universidades multicampi¹⁰, realidade que impõe desafios adicionais de gestão e execução da assistência estudantil. Como argumenta Fraser (2001), políticas públicas voltadas à justiça social devem articular

¹⁰ Não há uma aplicação rígida dos princípios que orientam o método comparativo da diferença em política comparada nesse trabalho e nesse capítulo (*vide* Perissinotto et al., 2022). Segundo um desenho de máxima semelhança (MSSD), as diferenças de condução e de resultados nas IFES que vão sendo destacadas no curso da análise são potenciais explicações para explicar os traços da PNAES em cada uma delas. Segundo Yin (2010), a comparação analítica nesse trabalho se enquadra na perspectiva de comparações entre estudos de casos múltiplos.

redistribuição e reconhecimento, contemplando tanto a provisão de recursos materiais quanto estratégias capazes de responder às especificidades culturais e territoriais das populações atendidas. No caso das IFES multicampi, essa articulação é particularmente relevante diante da diversidade social, econômica e geográfica que caracteriza seus públicos estudantis.

Essa diversidade institucional encontra eco nas análises de Heringer et al. (2025), que evidenciam avanços importantes na ampliação de ações voltadas às dimensões imateriais, mas também destacam limitações persistentes no que se refere à integração, coordenação intercampi e equidade no acesso. Essas assimetrias tornam-se particularmente visíveis em universidades multicampi, onde diferenças territoriais e estruturais condicionam a efetividade das ações, reforçando a importância de uma análise comparativa que considere a articulação entre dimensões materiais e imateriais e as capacidades institucionais locais.

A análise documental apresentada neste capítulo constitui, portanto, um passo fundamental para compreender os diferentes arranjos institucionais que moldam a implementação da PNAES nas IFES selecionadas. Ao examinar as normas, programas e instrumentos administrativos, busca-se identificar como as diretrizes nacionais são traduzidas em políticas institucionais, considerando as dimensões materiais e imateriais previstas na Lei nº 14.914/2024.

Essa etapa analítica permite identificar níveis diferenciados de institucionalização, integração e cobertura, revelando padrões e singularidades entre as universidades. Conforme enfatizam Lipsky (2019) e Lotta (2012), a efetividade das políticas públicas depende não apenas da existência de marcos normativos, mas também da forma como esses instrumentos estruturam e condicionam as práticas dos burocratas de nível de rua. Do mesmo modo, Parsons (2007) ressalta que o estudo das políticas públicas requer a análise articulada entre desenho institucional e práticas locais, a fim de compreender a política “em ação”.

Assim, esta análise documental comparativa estabelece as bases para, nos capítulos seguintes, examinar como essas normativas são efetivamente operacionalizadas no cotidiano institucional, iluminando convergências, divergências e oportunidades de fortalecimento da política de assistência estudantil.

Para orientar a análise comparativa das políticas institucionais, adotaram-se princípios de comparação de dados qualitativos (Yin, 2010; Perissinotto et al., 2022), que possibilitam explorar segundo um desenho de máxima semelhança as diferenças entre casos como fatores explicativos da situação da PNAES nas IFES, tendo como base as categorias previamente definidas pelo modelo analítico desenvolvido no Capítulo 3. Essa escolha metodológica é

inspirada na tradição da política comparada ou de comparação de casos múltiplos, na qual a comparação constitui uma estratégia fundamental para identificar padrões, variações e singularidades institucionais (*vide* Yin, 2010; Perissinotto et al., 2022). A aplicação desse método com as devidas relativizações quanto aos limites e adaptações permite compreender a política de assistência estudantil de forma relacional, evidenciando como diferentes arranjos organizacionais e capacidades administrativas moldam a implementação da PNAES nos contextos locais.

4.1 Caracterização das instituições ou casos

As três instituições selecionadas para esta pesquisa — Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) — compartilham características estruturais e organizacionais que tornam sua análise particularmente relevante para compreender a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Todas são universidades multicampi, criadas ou reestruturadas no contexto das políticas de expansão e democratização do ensino superior federal nas décadas de 2000 e 2010, especialmente com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e com o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Tais iniciativas ampliaram significativamente o acesso de novos perfis estudantis ao ensino superior, tornando ainda mais premente o desenvolvimento de políticas de permanência que respondam à diversidade social, econômica e territorial dos discentes (Araújo; Mariano; Oliveira, 2021; Lammers; Santos; Toassi, 2017).

A condição multicampi impõe desafios administrativos e pedagógicos específicos. Como destaca Parsons (2007), as estruturas organizacionais definem fluxos de decisão e níveis de coordenação que influenciam diretamente os modos de implementação das políticas públicas. No caso das IFES multicampi, a gestão da assistência estudantil exige estruturas capazes de articular diretrizes centralizadas — geralmente sediadas nas pró-reitorias — com a execução descentralizada realizada por equipes locais em cada campus. Essas equipes multidisciplinares operacionalizam desde auxílios materiais, como alimentação e moradia, até iniciativas pedagógicas e psicossociais voltadas à inclusão, saúde mental e bem-estar. Tal configuração institucional evidencia a necessidade de políticas que combinem redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001), articulando instrumentos universais de apoio com ações sensíveis aos contextos locais.

Do ponto de vista territorial, as três universidades estão inseridas em regiões com forte presença de populações vulneráveis e em cidades de médio ou pequeno porte, o que influencia diretamente a implementação das ações de assistência estudantil. Na UFFS e na Unipampa, por exemplo, os *campi* estão localizados em áreas de fronteira ou de interiorização recente do ensino superior federal, em contextos em que a infraestrutura urbana e os serviços públicos locais não suprem plenamente as demandas estudantis, sobretudo nas áreas de moradia e saúde. Como destaca Rocha (2022), políticas de permanência bem-sucedidas devem reconhecer a heterogeneidade territorial e institucional, adaptando seus instrumentos para garantir justiça social em múltiplas dimensões.

Além disso, a caracterização institucional permite observar diferentes estágios e formas de institucionalização da assistência estudantil nas três universidades analisadas. A UFSM apresenta uma longa trajetória de ações na área, desenvolvidas mesmo antes da formalização da PNAES como política pública. Essa história confere continuidade às práticas, mas não foi acompanhada pela consolidação de um arcabouço normativo unificado, resultando em discrepâncias significativas entre os *campi*. A ausência de diretrizes comuns compromete a equidade no acesso aos programas e serviços, gerando desigualdades e fragilidades na execução descentralizada. Essa realidade ilustra a importância de políticas que articulem redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001), de modo a evitar que as diferenças locais se convertam em assimetrias estruturais.

Nesse contexto, os servidores locais assumem papel central na tradução das diretrizes nacionais em práticas institucionais. Como argumentam Lipsky (2019) e Lotta (2012), os burocratas de nível de rua atuam na interface entre o Estado e os cidadãos, exercendo discricionariedade para adaptar normas e procedimentos às condições concretas de trabalho. No caso das IFES multicampi, a fragilidade normativa amplia esse espaço de interpretação, resultando em variações na implementação entre *campi*, dependendo dos recursos disponíveis, da iniciativa individual e da capacidade administrativa local.

Na Unipampa, observa-se um movimento recente de fortalecimento normativo e de expansão dos programas, buscando consolidar uma política mais integrada e alinhada à legislação nacional. Já a UFFS combina avanços na formalização de alguns programas — como no eixo do esporte — com limitações operacionais e estruturais que dificultam a execução uniforme nos diferentes *campi*. Essa diversidade de arranjos organizacionais e normativos confirma a relevância de uma abordagem comparativa (Yin, 2010; Perissinotto et al., 2022),

capaz de identificar padrões e singularidades e de evidenciar como trajetórias institucionais distintas moldam a tradução da política nacional em contextos locais.

Por fim, esta caracterização estabelece o pano de fundo necessário para a análise documental desenvolvida nas próximas seções. A partir do exame das normativas internas, editais, programas e PDIs, busca-se compreender como cada instituição estrutura suas ações nos dez eixos definidos pela Lei nº 14.914/2024, articulando dimensões materiais e imateriais e revelando diferentes estratégias de institucionalização da assistência estudantil.

Essa etapa também constitui a base empírica para os objetivos específicos desta pesquisa, que incluem mapear e caracterizar as ações de assistência estudantil nas três universidades; analisar convergências, singularidades e lacunas nas práticas institucionais voltadas à promoção do bem-estar e da permanência estudantil; e propor recomendações para o fortalecimento e integração das dimensões materiais e imateriais da política.

4.1.1 Estrutura organizacional e princípios orientadores

O Quadro Geral 7 apresenta informações essenciais sobre as três IFES analisadas — UFSM, UFFS e Unipampa —, incluindo ano de fundação, origem, localização dos *campi*, número de cursos por campus, total de cursos, presença de reitoria/sede, restaurantes universitários (RUs), moradias estudantis e equipes multidisciplinares. Essas informações constituem a base para compreender os arranjos institucionais que estruturam a política de assistência estudantil em cada instituição.

Quadro Geral 7 - Dados das Instituições Federais de Ensino Superior analisadas

Instituição	Ano	Origem	Campus (Municípios)	Nº de Cursos por Campus	Total de Cursos	Estados	Reitoria	RUs	Moradias	Equipes Multidisciplinares
UFSM	1960	Tradicional	Santa Maria/RS	74	92	RS	Santa Maria	✓	✓	✓ (varia por campus)
			Cachoeira do Sul/RS	6						
			Frederico Westphalen/RS	6						
			Palmeira das Missões/RS	6						
			Chapecó/SC	17						
UFFS	2009	REUNI	Cerro Largo/RS	11	75	SC, RS, PR	Chapecó	✓	✓ em nenhum campus	✓ (varia por campus)
			Erechim/SC	18						
			Passo Fundo/RS	2						
			Laranjeiras do Sul/PR	21						
			Realeza/PR	8						
Unipampa	2008	REUNI	Alegrete/RS	7	68	RS	Bagé	✓	✓ em 5 campus e o sexto em fase de conclusão da obra	✓ (varia por campus)
			Bagé/RS	12						
			Caçapava do Sul/RS	6						
			Dom Pedrito/RS	5						
			Itaqui/RS	6						
			Jaguarão/RS	6						
			Santana do Livramento/RS	5						
			São Borja/RS	7						
			São Gabriel/RS	6						
			Uruguaiana/RS	8						

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e informações disponíveis nos sites oficiais das universidades (UFSM, UFFS e Unipampa), 2025.

Legenda visual:

- Sede/Reitoria: campus que concentra a gestão administrativa (UFESM: sede; UFFS e Unipampa: reitoria)
- RUs: ✓ indica presença de restaurante universitário (pode variar entre *campi*)
- Moradias Estudantis: ✓ indica presença de residência estudantil (pode variar entre *campi*)
- Equipes Multidisciplinares: ✓ indica a existência de equipes de apoio local, compostas por diferentes tipos de profissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnicos administrativos), que podem variar de campus para campus.

As três universidades compartilham uma origem vinculada aos processos de expansão e democratização do ensino superior federal no início do século XXI, o que lhes confere características estruturais comuns e desafios semelhantes no campo da assistência estudantil. Como argumenta Parsons (2007), a estrutura organizacional das instituições constitui um elemento fundamental para a compreensão da implementação de políticas públicas, pois define fluxos de decisão, níveis de centralização e possibilidades de coordenação intersetorial. Nesse sentido, analisar os princípios organizativos e administrativos de cada IFES é essencial para entender como a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é apropriada e traduzida em práticas institucionais.

A condição multicampi impõe desafios administrativos e pedagógicos específicos. A gestão da assistência estudantil demanda estruturas capazes de articular diretrizes centralizadas — normalmente sediadas nas pró-reitorias — com a execução descentralizada realizada por equipes locais em cada campus. Essas equipes multidisciplinares são responsáveis por operacionalizar ações que vão desde auxílios materiais, como alimentação e moradia, até iniciativas pedagógicas e psicossociais voltadas à inclusão, saúde mental e bem-estar. Tal configuração institucional evidencia a necessidade de políticas que combinem redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001), articulando instrumentos universais de apoio com ações sensíveis aos contextos locais.

Do ponto de vista territorial, as três universidades estão inseridas em regiões com forte presença de populações vulneráveis e em cidades de médio ou pequeno porte, o que influencia diretamente a implementação das ações de assistência estudantil. Na UFFS e na Unipampa, por exemplo, os *campi* estão localizados em áreas de fronteira ou de interiorização recente do ensino superior federal, em contextos nos quais a infraestrutura urbana e os serviços públicos locais nem sempre suprem plenamente as demandas estudantis, sobretudo nas áreas de moradia

e saúde. Como destaca Rocha (2022), políticas de permanência bem-sucedidas devem reconhecer a heterogeneidade territorial e institucional, adaptando seus instrumentos para garantir justiça social em múltiplas dimensões.

Além disso, a caracterização institucional permite observar diferentes estágios e formas de institucionalização da assistência estudantil nas três universidades analisadas. A UFSM apresenta uma longa trajetória de ações na área, desenvolvidas mesmo antes da formalização da PNAES como política pública. Essa história confere continuidade às práticas, mas não foi acompanhada pela consolidação de um arcabouço normativo unificado, resultando em discrepâncias significativas entre os *campi*. A ausência de diretrizes comuns compromete a equidade no acesso aos programas e serviços, gerando desigualdades e fragilidades na execução descentralizada. Essa realidade ilustra a importância de políticas que articulem redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001), de modo a evitar que as diferenças locais se convertam em assimetrias estruturais.

Nesse contexto, os servidores locais assumem papel central na tradução das diretrizes nacionais em práticas institucionais, como destacam Lipsky (2019) e Lotta (2012). A fragilidade normativa amplia a discricionariedade desses burocratas de nível de rua, que, ao atuarem na interface entre o Estado e os estudantes, adaptam regras e procedimentos às condições de cada campus. Embora essa flexibilidade possa favorecer respostas contextualizadas, também produz variações significativas na implementação, dependendo dos recursos disponíveis, da iniciativa individual e da capacidade administrativa local.

Na Unipampa, observa-se um movimento recente de fortalecimento normativo e de expansão dos programas, buscando consolidar uma política mais integrada e alinhada à legislação nacional. Já a UFFS combina avanços na formalização de alguns programas — como no eixo do esporte — com limitações operacionais e estruturais que dificultam a execução uniforme nos diferentes *campi*. Essa diversidade de arranjos organizacionais e normativos confirma a relevância de uma abordagem comparativa de casos (Yin, 2010; Perissinotto et al., 2022), capaz de identificar padrões e singularidades, e de evidenciar como trajetórias institucionais distintas moldam a tradução da política nacional em contextos locais.

Os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) reforçam essas diferenças. O PDI da UFSM (2016–2026) enfatiza a inclusão social e a permanência estudantil como pilares de equidade. O da UFFS (2025–2032) prioriza o desenvolvimento regional e a diversidade cultural das fronteiras. Já o da Unipampa (2025–2029) destaca a interiorização da educação superior e a promoção do bem-estar em municípios do interior. Essas orientações revelam princípios

institucionais distintos, que moldam a maneira como cada IFES interpreta e operacionaliza a PNAES.

Dessa forma, a análise integrada do Quadro Geral 8 e dos PDIs evidencia que as características históricas, territoriais e organizacionais influenciam decisivamente a implementação da assistência estudantil. A comparação entre os três casos permite identificar diferentes graus de centralização, normatização e integração das ações, revelando tanto boas práticas quanto lacunas estruturais a serem enfrentadas. Tais variações confirmam que a institucionalização efetiva da política requer, além de marcos legais, capacidade administrativa, clareza normativa e articulação entre dimensões materiais e imateriais — elementos fundamentais para promover permanência qualificada e reduzir desigualdades entre *campi* (Fraser, 2001; Lipsky, 2019; Lotta, 2012; Leite, 2013; Rocha, 2022).

4.1.2 Procedimentos de análise documental

A análise documental constitui uma etapa central para compreender como as diretrizes nacionais da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14.914/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 7.234/2010, são apropriadas e institucionalizadas nos contextos locais das IFES. De acordo com Yin (2010), os documentos oficiais representam fontes fundamentais de evidência em estudos de políticas públicas, pois oferecem acesso direto à lógica institucional que orienta as ações, revelando como normas e programas são formalizados, operacionalizados e articulados internamente.

Para essa etapa, foram examinados dois conjuntos principais de documentos: (1) os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) das três universidades analisadas (UFES, UFFS e Unipampa), que apresentam diretrizes estratégicas e princípios institucionais de médio e longo prazo; e (2) as normas institucionais e instrumentos administrativos — resoluções, portarias, instruções normativas, editais e programas — sistematizados no Quadro Geral 8 – Ações e benefícios de assistência estudantil nas IFES analisadas. Esses documentos foram obtidos a partir das páginas institucionais das universidades e de repositórios públicos, compondo um panorama abrangente da estrutura normativa e programática de cada instituição.

A análise foi guiada pelas dimensões e categorias analíticas propostas no Capítulo 3, que distinguem entre ações voltadas às necessidades materiais (moradia, alimentação, auxílios financeiros, transporte) e ações voltadas às necessidades imateriais (saúde mental, cultura,

esporte, pertencimento e apoio pedagógico). Essa distinção, inspirada na abordagem de Fraser (2001) sobre redistribuição e reconhecimento, permite compreender em que medida as políticas institucionais buscam integrar dimensões materiais e simbólicas para promover o bem-estar e a permanência estudantil de forma articulada.

Além de mapear os dispositivos normativos existentes, a análise documental busca identificar níveis diferenciados de institucionalização — isto é, o grau de formalização, integração e abrangência das ações dentro de cada IFES. Conforme argumentam Secchi, Moraes e Pereira (2023), a análise de políticas requer examinar a coerência entre diretrizes legais, instrumentos normativos e arranjos administrativos, a fim de avaliar a capacidade institucional de implementação e os padrões de equidade gerados. Essa abordagem também dialoga com Lipsky (2019) e Lotta (2012), ao reconhecer que as normas não determinam mecanicamente a ação, mas estabelecem o contexto no qual os burocratas de nível de rua interpretam e aplicam as políticas no cotidiano.

O Quadro Geral 8, a seguir, sintetiza o conjunto de programas e benefícios identificados nas três instituições, categorizados conforme as dimensões materiais e imateriais da assistência estudantil.

Quadro Geral 8 - Ações e benefícios de assistência estudantil nas IFES analisadas

Instituição	Especificação da ação	Material	Imaterial	Normatizado?	Implementado	Situação atual	Modalidade	Ano	Detalhamento
UFFS	Programa de Esporte e Lazer		✓	RESOLUÇÃO N° 10/CONSUNI CGAE/UFFS/2019 (ALTERADA)	Sim	Ativo	Serviço	2019	Realização de eventos de práticas de atividades físicas, e recreativas, oficinas e gincanas; auxílio à participação em eventos esportivos; aquisição de materiais esportivos
	Programa de Auxílios Socioeconômicos	✓			Sim	Ativo	Benefício		Alimentação, transporte, creche, moradia, materiais didáticos e Auxílio Ingresso;
	Programa de Alimentação e Nutrição		✓		Sim	Ativo	Benefício e Serviço		Serviços de Rus e Auxílios financeiros
	Programa de Acompanhamento Pedagógico e/ou Psicossocial		✓		Descontinuado	Inativo	Serviço		Suporte pedagógico aos estudantes- Programa de Monitorias; Planos de Acompanhamento; Projetos de Inclusão Digital; Ações Psicopedagógicas e Programa de Tutoria Acadêmica
	Programa de Ações Afirmativas	✓			Sim	Ativo	Serviço		Inclusão e Acessibilidade: pessoa com deficiência e Diferenças Étnicas e Socioculturais para indígenas e para estrangeiros

Instituição	Especificação da ação	Material	Imaterial	Normatizado?	Implementado	Situação atual	Modalidade	Ano	Detalhamento
	Programa de Apoio a Eventos Acadêmicos	✓			Sim	Ativo	Benefício		Auxílio financeiro para a participação em eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, esportivos, culturais, de formação complementar
	Programa de Cultura e Arte		✓		Sim	Ativo	Benefício		- Programa Bolsa Cultura, auxílio financeiro a estudantes de graduação;
	Programa de Promoção à Saúde		✓				Serviço		- Encaminhamentos à rede pública de saúde; - desenvolver projetos de promoção de saúde; - realizar parcerias com a rede de saúde; - prestar atendimento de saúde mental, - promover campanhas de promoção à saúde; - realizar para avaliar demandas na área da saúde; SUS. - Contribuir nas campanhas de promoção e vigilância da saúde
	Programa de Moradia Estudantil	✓				Não implementado	Serviço		Moradia estudantil
	Auxílio emergencial	✓			Sim	Ativo	Benefício		Concessão de auxílio financeiro não continuado no valor de e 1 a 2 salário-mínimo

Instituição	Especificação da ação	Material	Imaterial	Normatizado?	Implementado	Situação atual	Modalidade	Ano	Detalhamento
UFMS	Bolsa para o apoio materno infantil	✓			Sim	Ativo	Serviço		Bolsa trabalho
	Programa de Benefício Socioeconômico -PBSE	✓		Resolução UFMS nº 142/2023	Sim	Ativo		2023	
	Auxílio à Aquisição de Materiais Pedagógicos	✓		Resolução N. 035/2013 – PROPLAN	Sim	Ativo	Benefício	2013	Auxílio aquisição de Materiais Pedagógicos
	Bolsa Orquestra	✓		Resolução N. 020/2014 – PROPLAN	Descontinuado	inativo	Benefício	2014	Revogada em 2024- Bolsa Orquestra Sinfônica
	Programa de Auxílio Formação	✓		Resolução N. 017/1999 – PROPLAN	Sim	Ativo	Benefício	1999	Revogada em 2024- Apoio ao Ensino
UNIPAMPA	Regulamenta a concessão de auxílios financeiros para discentes	✓		RESOLUÇÃO UFMS Nº 176/2024 – PROPLAN	Sim	Ativo	Benefício	2024	Auxílios financeiros 3 (três) categorias: I – bolsas; II – benefícios; e III – auxílios eventuais;
	Plano de Permanência	✓		Resolução Nº 84/2014	Sim	Ativo	Benefício e serviços	2014	Transporte, creche, Alimentação (benefício e serviço), moradia (benefício e serviço) - Ofertava auxílios alimentação, moradia transporte desde 2007
	Moradias Estudantis	✓		Resolução Nº 353/2022	Sim	Ativo	Serviço	2014	Oferta de infraestrutura de moradia estudantil

Instituição	Especificação da ação	Material	Imaterial	Normatizado?	Implementado	Situação atual	Modalidade	Ano	Detalhamento
	Plano de apoio à Permanência Indígena e quilombola	✓		Portaria N° 20/2024	Sim	Ativo	Benefício e serviços	2024	Transporte, creche, Alimentação (benefício e serviço), moradia (benefício e serviço)
	Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes.		✓	Portaria N° 1062/2025	Sim	Ativo	Serviço	2025	Realizavam ações pontuais e descontinuadas desde 2014, se efetivando como programa apenas em 2024
	Programa de Esportes e Bem-estar da Universidade Federal do Pampa.		✓	Portaria N° 1404/2025	Sim	Ativo	Serviço	2025	Realizavam ações pontuais e descontinuadas desde 2014, se efetivando como programa apenas em 2024
	Restaurantes Universitários	✓		Portaria N° 6/2019	Sim	Ativo	Serviço	2019	Serviço de alimentação subsidiada por meio dos restaurantes Universitários
	Moradia Estudantil	✓		Resolução N° 353/2022	Sim	Ativo	Serviço	2022	Serviço de Moradia estudantil - vaga nas moradias-primeira moradia em 2014
	Programa de Apoio ao Residente da Moradia Estudantil	✓		IN UNIPAMPA N° 8/2021	Sim	Ativo	Benefício	2021	Auxílio Financeiro
	Projeto de Apoio Social e Pedagógico		✓		Sim	Ativo	Serviço	2017	Serviço de apoio social e pedagógico - Sem normativa, somente editais anuais

Instituição	Especificação da ação	Material	Imaterial	Normatizado?	Implementado	Situação atual	Modalidade	Ano	Detalhamento
	Bolsa Gestão	✓		IN UNIPAMPA N° 9/2021	Sim	Ativo	Serviço	2021	Bolsa trabalho
	Programa de Apoio à Mobilidade Acadêmica.	✓		IN UNIPAMPA N° 19/2021	Sim	Ativo	Benefício	2021	Concessão de Auxílio financeiro de Transporte, Alimentação e Moradia
	Programa de Apoio Emergencial	✓		IN UNIPAMPA N° 20/2021	Sim	Ativo	Benefício e serviços	2021	transporte, creche, Alimentação (benefício e serviço), moradia (benefício e serviço)
	Programa de Auxílio Infância	✓		PORTARIA N° 271/2025	Sim	Ativo	Benefício	2025	Auxílio Infância

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e informações disponíveis nos sites oficiais das universidades (UFMS, UFMS e Unipampa), 2025.

A leitura do quadro permite observar padrões de consolidação diferenciados. A UFSM apresenta ampla cobertura de auxílios materiais e histórico consolidado de ações, mas fragilidades normativas em alguns eixos complementares. A UFFS destaca-se por programas formalizados em certos eixos, porém com execução descentralizada e desigual. Já a Unipampa tem avançado na expansão normativa, buscando integrar dimensões materiais e imateriais, embora enfrente limitações estruturais típicas da dispersão territorial. Essas diferenças revelam distintos estágios de institucionalização e integração da assistência estudantil, evidenciando a relevância da comparação para identificar padrões e singularidades entre casos (Yin, 2010; Perissinotto et al., 2022).

Dessa forma, a análise documental desenvolvida nesta seção fornece a base empírica para os objetivos específicos da pesquisa, que incluem: mapear e caracterizar as ações institucionais de assistência estudantil nas três universidades; identificar convergências, singularidades e lacunas; e subsidiar recomendações para o fortalecimento e integração das dimensões materiais e imateriais da política. Ao sistematizar e comparar os documentos institucionais, esta etapa estabelece um quadro analítico consistente para a análise empírica apresentada no Capítulo 5.

4.2 Análise comparativa das ações de assistência estudantil nas IFES

A análise documental das normativas institucionais, apresentada na seção anterior, possibilita identificar diferentes arranjos organizacionais, níveis de institucionalização e estratégias de implementação das políticas de assistência estudantil nas três IFES analisadas — UFSM, UFFS e Unipampa. A partir do Quadro Geral 8, que sistematiza os programas e benefícios oferecidos, esta seção desenvolve uma análise comparativa qualitativa, tomando como referência as categorias analíticas definidas no Capítulo 3 (dimensões materiais e imateriais) e fundamentando-se na tradição da política comparada (Parsons, 2007; Yin, 2010; Perissinotto et al., 2022).

4.2.1 Dimensões materiais: consolidação e heterogeneidade institucional

No eixo das dimensões materiais — moradia estudantil, alimentação, auxílios financeiros e transporte —, observa-se que as três universidades possuem programas institucionalizados, ancorados nos marcos legais nacionais (Decreto nº 7.234/2010; Lei nº 14.914/2024). A UFSM apresenta uma estrutura centralizada para o Benefício Socioeconômico (BSE), com processo seletivo unificado que garante padronização de critérios em todos os

campi. No entanto, a ausência de normatização específica para a gestão de moradias e outros auxílios complementares resulta em variações significativas na execução, dependendo das condições locais de infraestrutura e equipe.

A UFFS, por sua vez, apresenta um modelo híbrido, com seleção socioeconômica centralizada, mas execução descentralizada dos benefícios. Apesar de sua estrutura multicampi mais equilibrada em número de cursos, a capacidade administrativa desigual entre os *campi* gera assimetrias no acesso e na qualidade dos serviços oferecidos.

Já a Unipampa consolidou normativas próprias — como a Resolução Consuni nº 84/2014 e instruções normativas da PRODAE — que estruturam um processo seletivo unificado e lista nominal única de beneficiários, buscando equidade entre *campi*. Todavia, enfrenta desafios decorrentes da dispersão territorial e da carência de infraestrutura em municípios pequenos, o que limita a efetividade de programas de moradia e alimentação em determinadas localidades.

Esses padrões revelam que, embora os programas materiais estejam presentes em todas as IFES, há diferenças significativas no grau de normatização, padronização e capacidade de execução. Como argumenta Fraser (2001), a dimensão redistributiva é condição necessária, mas não suficiente, para garantir justiça social: sua eficácia depende de mecanismos que assegurem acesso equitativo, evitando que desigualdades territoriais e administrativas gerem assimetrias estruturais.

4.2.2 Dimensões imateriais: estágio incipiente e práticas dispersas

Nas dimensões imateriais — saúde mental, cultura, esporte, pertencimento e apoio pedagógico —, a análise documental evidencia um cenário mais heterogêneo e, em muitos casos, incipiente. A UFSM, apesar de sua longa trajetória institucional, não possui normativas unificadas para ações de acolhimento, saúde mental ou cultura. Essas iniciativas dependem fortemente da atuação das equipes locais, resultando em práticas fragmentadas e desiguais entre os *campi*.

A UFFS apresenta alguns avanços normativos, como a criação do Programa de Esporte e Lazer (Resolução nº 10/Consuni CGAE/UFFS/2019), o que representa um esforço de institucionalização no eixo esportivo. No entanto, ações culturais, de saúde mental e de pertencimento ainda são predominantemente pontuais e dependentes da iniciativa local.

Na Unipampa, observa-se um movimento recente de fortalecimento dessa dimensão, com a criação de programas e grupos de trabalho voltados à saúde mental, esporte e cultura (por

exemplo, GT Saúde Mental, GT Esportes e GT Vale Cultura), embora ainda em processo de consolidação normativa. O PDI 2025–2029 explicita a promoção do bem-estar estudantil como eixo estratégico, indicando potencial de expansão e integração futura.

Essa heterogeneidade reforça argumentos de Rocha (2022), segundo os quais políticas eficazes de permanência devem reconhecer a diversidade territorial e institucional e integrar dimensões simbólicas e subjetivas às ações redistributivas. Além disso, reforça a importância da atuação dos burocratas de nível de rua (Lipsky, 2019; Lotta, 2012), cuja discricionariedade e engajamento tornam-se determinantes para que ações imateriais se materializem no cotidiano institucional.

4.2.3 Padrões comparativos e estágios de institucionalização

A comparação entre as três universidades permite identificar três padrões distintos de institucionalização:

- UFSM: apresenta forte tradição de assistência estudantil e programas materiais consolidados, mas fragilidade normativa em ações complementares, gerando desigualdades internas.
- UFFS: possui avanços normativos seletivos (esporte), mas execução desigual e estrutura administrativa heterogênea.
- Unipampa: encontra-se em expansão normativa e programática, buscando integrar dimensões materiais e imateriais, ainda que enfrente limitações estruturais e territoriais.

Tais padrões ilustram como diferentes trajetórias históricas e capacidades institucionais moldam a tradução da PNAES em contextos locais. Parsons (2007) destaca que a política pública deve ser compreendida na articulação entre desenho institucional e práticas cotidianas — e é justamente essa articulação que emerge dos casos analisados.

Em síntese, a análise documental comparativa evidencia que a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil nas IFES analisadas é marcada por diferentes graus de institucionalização, integração e alcance das ações materiais e imateriais. Essas variações decorrem de fatores históricos, territoriais e administrativos, que moldam a capacidade de cada instituição em traduzir as diretrizes nacionais em políticas efetivas de permanência e bem-estar estudantil. Como ressaltam Parsons (2007) e Lipsky (2019), compreender a política pública implica examinar simultaneamente os marcos normativos e as dinâmicas institucionais que sustentam sua aplicação cotidiana.

Nesse sentido, o Capítulo 5 aprofunda essa análise ao articular a dimensão documental com a experiência empírica dos servidores envolvidos na gestão e execução da assistência estudantil, permitindo compreender como as normas e programas se concretizam nas práticas institucionais e quais desafios emergem nesse processo.

5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS COM SERVIDORES DAS IFES

A análise documental apresentada no capítulo anterior possibilitou compreender os marcos normativos e institucionais que estruturam a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas três Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) selecionadas — Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Neste capítulo, aprofunda-se a dimensão empírica da pesquisa, com foco na interpretação dos sentidos atribuídos pelas assistentes sociais — agentes implementadoras da política — aos processos cotidianos de institucionalização da assistência estudantil. Inspirada nas contribuições de Lipsky (1980) e Lotta (2012), esta análise parte da compreensão de que esses agentes, ao lidarem diretamente com os estudantes e com as condições concretas de execução, exercem papel decisivo na tradução das normas em práticas institucionais.

A investigação empírica busca compreender de que modo as dimensões materiais e imateriais da assistência estudantil são percebidas, operacionalizadas e articuladas nos diferentes contextos institucionais, permitindo identificar variações internas (entre gestão e execução) e padrões interinstitucionais de implementação. A leitura interpretativa dos discursos dialoga com Dubet (2011), Fraser (2001) e Simmel (2009), articulando dimensões estruturais, normativas e relacionais da justiça social que atravessam as práticas de assistência estudantil.

A abordagem metodológica adotada fundamenta-se na Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes (2003) e no estudo de caso múltiplo de Yin (2015), seguindo uma lógica de triangulação entre níveis (macro e micro) e entre casos. Os resultados empíricos foram sistematizados em apêndices complementares, que incluem o dicionário de códigos e categorias (Apêndice E), as análises textuais por instituição (Apêndices F a M) e a síntese comparativa consolidada (Apêndice N). Este último reúne a matriz analítica final, resultante da integração dos achados e da categorização emergente dos discursos, servindo como base para a discussão comparativa apresentada nas seções seguintes.

A seguir, apresentam-se as análises resultantes desse processo, organizadas de modo a evidenciar convergências, contrastes e especificidades entre as instituições investigadas.

5.1 Enquadramento teórico da análise empírica

A interpretação dos discursos das assistentes sociais está ancorada em um marco teórico que articula diferentes dimensões da justiça social — estrutural, normativa e relacional — com base nas contribuições de François Dubet (2011), Nancy Fraser (2001) e Georg Simmel (2009).

Essa triangulação conceitual permite compreender a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para além de sua dimensão normativa, focalizando também os modos pelos quais a justiça é experimentada, percebida e reinterpretada no cotidiano das instituições.

Dubet (2011) propõe uma crítica às concepções tradicionais de justiça social centradas na igualdade de oportunidades, argumentando que elas frequentemente reproduzem desigualdades estruturais. Para o autor, a justiça social requer mais do que abrir caminhos formais de acesso; exige transformações nas posições sociais e nas condições materiais que sustentam as desigualdades. A distinção entre igualdade de oportunidades e igualdade de posições é, portanto, central para compreender a PNAES como política redistributiva: enquanto a primeira busca oferecer as mesmas chances de ascensão, a segunda pretende reduzir efetivamente as distâncias sociais. Essa concepção sustenta a leitura da dimensão material da política, vinculada aos auxílios financeiros, moradia estudantil, alimentação e transporte, cujos efeitos dependem da capacidade institucional de enfrentar desigualdades de origem e de trajetória.

Em complemento, Fraser (2001) amplia o debate ao propor que a justiça social envolve simultaneamente redistribuição econômica e reconhecimento cultural. O dilema entre redistribuição e reconhecimento, segundo a autora, não pode ser resolvido pela prevalência de um sobre o outro, mas pela busca de estratégias integradas de transformação que combinem mudanças estruturais e simbólicas. Ao tratar de categorias sociais como gênero, raça e classe, Fraser demonstra que essas dimensões são ambivalentes, pois implicam tanto desigualdades materiais quanto formas de desvalorização cultural. Assim, uma política de assistência estudantil justa deve articular condições objetivas de permanência com formas de reconhecimento e pertencimento que assegurem o valor social e simbólico dos estudantes atendidos.

Enquanto Dubet enfatiza a justiça como reconfiguração das posições sociais, e Fraser propõe a justiça como articulação entre redistribuição e reconhecimento, Simmel (2009) introduz uma dimensão microsociológica e relacional que permite compreender como a justiça é vivida no cotidiano das interações. Para o autor, a vida social se constrói nas formas de sociação — isto é, nos vínculos e trocas simbólicas que emergem das interações — e na sociabilidade, compreendida como experiência de convivência pautada pelo respeito, pela reciprocidade e pela consideração mútua. Aplicada à assistência estudantil, essa perspectiva

ilumina as dimensões imateriais da política, vinculadas à convivência, ao acolhimento, à integração e ao bem-estar relacional.

A conjugação dessas três abordagens possibilita uma leitura mais abrangente da implementação da PNAES. A justiça social, nesse contexto, é compreendida como processo multidimensional, que envolve tanto a redistribuição de recursos (Dubet), quanto o reconhecimento de identidades e pertencimentos (Fraser) e a experiência de convivência e inclusão nas interações cotidianas (Simmel). Desse modo, a análise das entrevistas busca identificar como essas dimensões se articulam — ou se dissociam — nas práticas institucionais das três IFES, revelando os diferentes graus de institucionalização das ações materiais e imateriais e seus efeitos sobre a permanência estudantil e o bem-estar universitário.

Essa perspectiva também permite compreender a assistência estudantil como política de justiça vivida, na medida em que seus resultados não se esgotam na execução de auxílios financeiros ou programas normatizados, mas se expressam na forma como os sujeitos se percebem reconhecidos, acolhidos e legitimados em seus espaços de formação. Assim, a efetividade da política depende da articulação entre redistribuição, reconhecimento e sociabilidade — dimensões que, integradas, dão substância à permanência qualificada e à promoção do bem-estar estudantil.

5.2 Corpus e procedimentos de análise

As entrevistas foram realizadas individualmente com assistentes sociais das três instituições, abrangendo os níveis de gestão central (Pró-Reitorias ou Diretorias de Assistência Estudantil) e execução local (*campi* e núcleos descentralizados). Essa escolha metodológica decorre do entendimento de que esses(as) profissionais atuam como burocratas de nível de rua (Lipsky, 1980), mediando as diretrizes normativas e as condições reais de oferta das políticas públicas — especialmente em contextos de recursos limitados e descentralização administrativa (Lotta, 2012).

O corpus foi submetido à Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003), desenvolvida em três etapas principais:

- Unitarização – fragmentação das entrevistas em unidades de significado, extraídas de trechos representativos das experiências e percepções das participantes, vinculadas aos objetivos da pesquisa (Apêndice D).

- Categorização – agrupamento das unidades em categorias intermediárias e finais, conforme os eixos do PNAES e as dimensões materiais (■) e imateriais (■), articuladas ao modelo analítico apresentado no Capítulo 2.

- Comunicação dos resultados – elaboração dos metatextos interpretativos, integrando as categorias empíricas ao referencial teórico (Fraser, 2001; Dubet, 2011; Rawls, 2000; Yin, 2015), de modo a evidenciar padrões discursivos, tensões institucionais e regularidades entre casos.

Essas etapas, detalhadas no Apêndice D, resultaram na sistematização do Dicionário de Códigos e Categorias (Apêndice E) e da Matriz Analítica (Apêndice F), instrumentos que asseguram rastreabilidade e coerência metodológica às análises.

A triangulação entre dados empíricos e documentais permitiu distinguir três níveis de interpretação:

- Intrainstitucional (gestão × execução): revela diferenças internas de fluxos e processos decisórios;
- Interinstitucional (comparação entre IFES): evidencia padrões e singularidades contextuais;
- Analítico-interpretativo (síntese): vincula as categorias empíricas às dimensões teóricas do bem-estar e da permanência estudantil.

Tais etapas respondem diretamente aos Objetivos 1 e 2 da pesquisa (Apêndice L.1), que visam analisar experiências institucionais e investigar práticas de assistência estudantil, fornecendo base empírica para as recomendações e proposições de aprimoramento apresentadas no Capítulo 6.

5.3 Análise comparativa dos eixos da política de assistência estudantil

Esta seção aprofunda a análise das entrevistas com assistentes sociais das três IFES — Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Pampa (Unipampa) —, articulando os discursos empíricos com as normativas institucionais e com o referencial teórico adotado. O objetivo é examinar comparativamente o grau de institucionalização dos eixos da PNAES, considerando as dimensões materiais e imateriais que sustentam as políticas de permanência estudantil.

Metodologicamente, a análise segue a lógica da Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003) e do estudo de caso múltiplo (Yin, 2015), o que permite identificar padrões de convergência, especificidade e replicação literal parcial entre as instituições. Os eixos temáticos

foram definidos com base nas dimensões estruturantes da Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, e nas categorias empíricas emergentes do corpus (Apêndices C e E), agrupando-se em seis núcleos interdependentes:

(1) Cultura; (2) Esporte e Bem-Estar; (3) Apoio Pedagógico; (4) Inclusão e Acessibilidade; (5) Saúde e Saúde Mental; e (6) Institucionalização, Permanência e Impactos.

Cada eixo é examinado em relação ao seu grau de consolidação normativa, estrutura organizacional, articulação intersetorial e integração entre gestão e execução. A partir das contribuições de Lipsky (1980) e Lotta (2012), as entrevistas revelam a atuação das assistentes sociais como burocratas de nível de rua, que mediam permanentemente as regras institucionais e as possibilidades concretas de ação no cotidiano das políticas públicas.

Contudo, para compreender os efeitos dessas práticas sobre a permanência e o bem-estar estudantil, a análise incorpora também os aportes teóricos de Fraser (2001), Rawls (2000), Dubet (2011) e Simmel (2009):

Fraser (2001) contribui com a noção de justiça bidimensional, que integra redistribuição (condições materiais) e reconhecimento (condições simbólicas e culturais), articulando igualdade de recursos e paridade de participação;

Rawls (2000) oferece o princípio da igualdade de oportunidades e a concepção de instituições justas como base para uma permanência equitativa e sustentável;

Dubet (2011) propõe uma leitura crítica das políticas de redistribuição e das desigualdades estruturais, ao distinguir entre igualdade de oportunidades e igualdade de posições, ressaltando que a justiça social requer transformação nas condições materiais e estruturais da vida social;

Simmel (2009) introduz a dimensão microsociológica da sociabilidade, permitindo compreender como as experiências de convivência, respeito e pertencimento contribuem para a construção de sentidos de justiça vivida e bem-estar relacional no cotidiano universitário.

Sob essa ótica, a efetividade da PNAES nas IFES não depende apenas da provisão de benefícios materiais (auxílios, moradia, alimentação), mas da integração estrutural e simbólica entre as dimensões materiais e imateriais. Essa articulação revela o bem-estar estudantil como categoria explicativa da permanência e indicador de maturidade institucional: quanto mais articuladas e reconhecidas as dimensões imateriais, maior o potencial da política em assegurar permanência qualificada e sentido de pertencimento.

As seções seguintes (5.3.1 a 5.3.6) apresentam, portanto, a análise detalhada de cada eixo temático, articulando evidências empíricas (Apêndices B e C), categorias codificadas

(Apêndice E) e interpretações teóricas (Fraser, Rawls, Dubet, Lipsky, Lotta e Simmel). Essa abordagem busca responder aos Objetivos 2 e 3 da pesquisa (Apêndice L.1), identificando padrões comparativos e possibilidades de aprimoramento institucional que subsidiarão as recomendações apresentadas no Capítulo 6.

5.3.1 Eixo Cultura

O eixo Cultura representa uma das dimensões imateriais mais potentes da PNAES, por promover pertencimento, identidade e reconhecimento simbólico no ambiente universitário. Por meio dele, a política ultrapassa o campo da redistribuição material e se inscreve no território do reconhecimento, conforme propõe Fraser (2001). A efetividade das ações culturais revela o grau de valorização das expressões estudantis e a capacidade institucional de traduzir diversidade em práticas cotidianas de inclusão.

O eixo Cultura emergiu como uma dimensão central na análise empírica, representando um dos aspectos imateriais mais significativos para o fortalecimento da permanência estudantil. As entrevistas evidenciam que as ações culturais, quando institucionalizadas, promovem integração, identidade e reconhecimento simbólico dos estudantes, constituindo-se como estratégias de bem-estar e pertencimento no ambiente universitário.

Na UFSM, as participantes descreveram uma política cultural historicamente consolidada, sustentada por editais regulares e eventos de grande porte, articulados à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Contudo, as ações permanecem concentradas no campus sede, o que produz desigualdade territorial e limita o alcance da política nos demais *campi*. Esse padrão foi codificado, na matriz analítica (Apêndice F), como “cultura consolidada, porém centralizada”, expressando o predomínio de uma infraestrutura robusta na sede, mas dependente de iniciativas pontuais fora dela. Como afirmou uma entrevistada:

“As ações culturais são consistentes, mas centralizadas; o estudante de fora da sede tem poucas oportunidades de participar.” (UFSM – CULT-03, Apêndice G).

Na UFFS, o cenário é distinto: as ações culturais são conduzidas de modo descentralizado e fragmentado, com baixa articulação à assistência estudantil. A ausência de uma política transversal e de financiamento específico restringe a coerência intersetorial, ainda que existam iniciativas de extensão com potencial integrador. A categoria empírica correspondente, “ações setoriais sem integração intersetorial”, indica que a cultura aparece mais como prática de extensão do que como dimensão estruturante da política de permanência. Uma das participantes sintetizou esse diagnóstico:

“A cultura acontece por extensão, não pela assistência. Isso enfraquece o vínculo com a permanência estudantil.” (UFFS – CULT-07, Apêndice G).

A Unipampa apresenta um quadro em transformação. Até 2024, predominavam ações culturais pontuais, vinculadas a projetos de extensão e ao Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos (PAPE). A partir de 2025, observa-se um avanço expressivo com a criação do Vale Cultura Estudante, regulamentado pela Chamada Interna nº 04/2025, resultado da parceria entre a PRODAE e a PROEC, alinhada ao PDI 2025–2029. O Vale Cultura Estudante amplia a concepção de cultura como vetor de formação integral e permanência, embora ainda se encontre em fase de consolidação normativa. Na análise comparativa (Apêndice C.2), a categoria emergente foi “cultura estruturada e em processo de institucionalização definitiva”, refletindo uma política em expansão normativa e simbólica. Como destacou uma entrevistada:

“O Vale Cultura é um avanço porque inclui o tema no planejamento da universidade, mas ainda não temos uma política permanente.” (UNIPAMPA – CULT-12, Apêndice G).

A partir da ATD (Moraes, 2003), observa-se que as três categorias convergem para a compreensão da cultura como elemento de reconhecimento e bem-estar, ainda que com diferentes graus de institucionalização. A triangulação entre entrevistas e documentos (Yin, 2015) indica que, enquanto a UFSM opera sob um modelo consolidado, ainda que concentrado no campus sede, a UFFS mantém experiências fragmentadas e a Unipampa avança em direção a uma política cultural estruturante.

Do ponto de vista teórico, essa diferenciação expressa distintas formas de realização da justiça social. Conforme Fraser (2001), a consolidação da cultura como política de permanência requer articular redistribuição (oferta equitativa de oportunidades culturais) e reconhecimento (valorização da diversidade simbólica e identitária). Na UFSM, há redistribuição parcial, limitada por desigualdade territorial; na UFFS, o reconhecimento é frágil pela ausência de integração institucional; e na Unipampa, observa-se um esforço de rearticulação entre ambas as dimensões, ainda em processo de formalização.

Sob a ótica de Rawls (2000), a concentração de recursos e eventos no campus sede compromete o princípio da igualdade de oportunidades e evidencia o desafio de tornar as instituições efetivamente justas em sua estrutura distributiva. Já a abordagem de Dubet (2011) permite compreender que, quando a cultura é vivenciada como espaço de expressão e pertencimento, ela produz sentimentos de justiça e reconhecimento, fundamentais para o bem-estar e a confiança institucional.

Em perspectiva simmeliana, a cultura também pode ser entendida como forma de socialização, isto é, como espaço de interação simbólica e construção de vínculos entre estudantes e universidade. As ações culturais que promovem encontros, rituais e trocas simbólicas fortalecem a sociabilidade e, com ela, a sensação de pertencimento coletivo — um indicador de justiça vivida.

Por fim, à luz de Lipsky (1980) e Lotta (2012), a efetividade das ações culturais depende da capacidade dos agentes locais de articular redes, mobilizar parcerias e sustentar práticas intersetoriais, transformando iniciativas pontuais em políticas duradouras de pertencimento. Em síntese, a integração entre redistribuição (■), reconhecimento (■) e sociabilidade é condição necessária para o fortalecimento do bem-estar estudantil e da permanência universitária.

5.3.2 Eixo Esporte e Bem-Estar

O eixo Esporte e Lazer assume papel estratégico na promoção da saúde física, do equilíbrio emocional e do convívio coletivo, dimensões diretamente relacionadas ao bem-estar estudantil. No contexto da PNAES, ele se destaca por conectar o corpo à permanência acadêmica, convertendo o tempo livre em espaço de pertencimento, sociabilidade e integração. A existência — ou ausência — de programas esportivos estruturados revela o quanto as universidades compreendem o bem-estar como dimensão integral da política de assistência estudantil.

O eixo Esporte e Bem-Estar ocupa lugar de destaque entre as dimensões imateriais da PNAES, ao articular práticas corporais, integração social e promoção da saúde como componentes centrais da permanência universitária. A análise das entrevistas e dos documentos institucionais revela três estágios distintos de maturidade institucional entre as IFES, relacionados à existência de normas específicas, infraestrutura física e articulação intersetorial.

Na UFSM, as ações esportivas são historicamente desenvolvidas por meio de uma estrutura consolidada, vinculada aos cursos de Educação Física, com infraestrutura adequada e eventos regulares. Entretanto, as entrevistas indicam forte concentração no campus sede, acentuando desigualdades territoriais:

“Na sede, o esporte é parte da rotina acadêmica; nos *campi* menores, dependemos da boa vontade e da criatividade para fazer acontecer.” (UFSM – ESP-02, Apêndice G).

Na matriz analítica (Apêndice F), essa configuração foi codificada como “política consolidada, porém centralizada”. À luz de Rawls (2000), tal cenário compromete o princípio

da igualdade de oportunidades, pois o acesso às práticas esportivas torna-se desigual entre os *campi*.

Na UFFS, o esporte é reconhecido como dimensão estratégica e possui normatização própria (Resolução nº 10/CONSUNI/2019). Apesar do avanço legal, as entrevistas revelam restrições operacionais severas — escassez de profissionais, infraestrutura limitada e descontinuidade das ações:

“Temos uma resolução, mas não conseguimos executar o que ela prevê; faltam pessoas e espaços.” (UFFS – ESP-06, Apêndice G).

A categoria empírica identificada, “política normatizada com limitações estruturais”, reflete o contraste entre avanço normativo e fragilidade prática. Em termos de Fraser (2001), trata-se de um caso de reconhecimento simbólico sem redistribuição material suficiente, o que resulta em uma justiça incompleta.

Na Unipampa, observa-se um marco de inflexão com a criação da Portaria nº 1404/2025, que institui o Programa de Esportes e Bem-Estar, vinculado à PRODAE e alinhado à PNAES e ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). O programa introduz planejamento intersetorial e promoção integrada da saúde, redefinindo o papel do esporte como instrumento de formação integral e inclusão social:

“O programa representa uma virada. Passamos a falar de esporte como política de bem-estar e não apenas como evento.” (UNIPAMPA – ESP-11, Apêndice G).

A categoria correspondente, “política em institucionalização progressiva”, expressa um movimento de expansão normativa e simbólica, com potencial de consolidação estrutural nos próximos ciclos.

A triangulação (Yin, 2015) revela um gradiente claro de maturidade institucional:

- UFSM: modelo consolidado, porém desigual;
- UFFS: formalizada, porém fragilizada;
- Unipampa: em rápido processo de institucionalização.

Sob a perspectiva da implementação de políticas públicas (Lipsky, 1980; Lotta, 2012), a efetividade das ações depende da capacidade dos burocratas de nível de rua de articular redes locais, especialmente onde a estrutura é insuficiente. Esses agentes desempenham papel decisivo na tradução prática da política, garantindo sua continuidade e legitimidade cotidiana.

Do ponto de vista teórico, o eixo Esporte e Bem-Estar representa um campo de intersecção entre redistribuição e reconhecimento. Em Fraser (2001), políticas de redistribuição material — como acesso a espaços, bolsas e eventos — precisam ser acompanhadas por

políticas de reconhecimento simbólico, que valorizem a diversidade de corpos, práticas e modos de sociabilidade.

Na leitura de Dubet (2011), o esporte, quando concebido apenas como competição, reforça desigualdades de mérito; mas, quando vivido como experiência coletiva de justiça e convivência, contribui para a igualdade de posições e para o fortalecimento do sentimento de justiça social.

Já sob a ótica de Simmel (2009), o esporte é uma forma de socialização moderna, na qual o jogo e o convívio se tornam espaços de construção simbólica e pertencimento mútuo. Ele representa, portanto, um ritual de integração que reforça o vínculo entre estudantes e universidade.

Em síntese, a análise demonstra que institucionalizar o esporte como política de bem-estar exige equilibrar infraestrutura, normatização e participação, articulando redistribuição (■), reconhecimento (■) e sociabilidade (Simmel). Somente a integração dessas dimensões é capaz de transformar o esporte em instrumento efetivo de justiça social e permanência estudantil.

5.3.3 Eixo Apoio Pedagógico

O eixo Apoio Pedagógico ocupa lugar estratégico no interior da PNAES, por articular dimensões acadêmicas e psicossociais do processo de permanência. É nele que se evidencia o diálogo — ou a ausência dele — entre as áreas da graduação e da assistência estudantil, constituindo um indicador da capacidade institucional de integração intersetorial e de construção de respostas sistêmicas às dificuldades dos(as) estudantes.

O eixo relaciona-se diretamente ao desempenho acadêmico, à prevenção da evasão e à articulação entre as dimensões pedagógica e socioassistencial. As entrevistas revelam um reconhecimento generalizado de sua importância, mas também variações quanto à institucionalização, continuidade e integração.

Na UFSM, o acompanhamento pedagógico integra uma estrutura consolidada, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação e apoiada por sistemas institucionais de monitoramento. Entretanto, permanece distanciado da assistência estudantil: “O acompanhamento pedagógico é forte, mas não dialoga com a assistência. Cada setor faz o seu.” (UFSM – PED-02, Apêndice G).

Essa configuração foi codificada, na matriz analítica (Apêndice F), como “*sistema institucionalizado, porém não integrado à política estudantil*”. Do ponto de vista teórico, trata-

se de uma institucionalização setorizada e assimétrica, com políticas paralelas e alcances desiguais. Em Fraser (2001), há redistribuição funcional, mas reconhecimento insuficiente das vulnerabilidades e contextos subjetivos dos(as) estudantes.

Na UFFS, as entrevistadas relataram a existência passada de um programa integrado, posteriormente descontinuado: “Tínhamos um programa institucionalizado, mas ele acabou. Hoje cada campus faz o que consegue.” (UFFS – PED-05, Apêndice G).

A categoria correspondente, “*política descontinuada e práticas pontuais*”, expressa ruptura programática e perda de coerência institucional. À luz de Rawls (2000), configura-se uma violação do princípio da igualdade equitativa de oportunidades, pois a permanência estudantil passa a depender da sorte institucional — ou seja, do campus ou da equipe disponível, e não de um direito garantido de forma universal.

Na Unipampa, o Programa de Apoio ao Sucesso Pedagógico (PASP), criado em 2016, representa a principal iniciativa da universidade nessa área. O programa garante abrangência multicampi e continuidade institucional, ainda que com recursos humanos limitados e escopo restrito: “O PASP é o que temos de mais estável; chega a todos os *campi*, mesmo com limitações de equipe.” (UNIPAMPA – PED-10, Apêndice G).

Na perspectiva de Fraser (2001), trata-se de um processo de reconhecimento emergente em busca de redistribuição institucional, ao passo que em Dubet (2011) o PASP pode ser entendido como tentativa de reduzir desigualdades de posições, oferecendo condições mais homogêneas de acompanhamento pedagógico e, portanto, de justiça educacional.

A Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003) identificou três padrões principais: (i) institucionalização sem transversalidade (UFES); (ii) ruptura programática e descontinuidade (UFFS); (iii) permanência prática em busca de formalização (Unipampa).

Em termos de Yin (2015), há replicação literal parcial: todas as instituições reconhecem o eixo, mas divergem na forma de operacionalização.

À luz da implementação de políticas públicas (Lipsky, 1980; Lotta, 2012), a efetividade do apoio pedagógico depende, sobretudo, da mediação dos agentes locais, que interpretam e adaptam as normas diante de carências de estrutura e da complexidade dos casos. Esses profissionais tornam-se tradutores da política, garantindo sua continuidade nas lacunas institucionais.

Sob o prisma simmeliano (Simmel, 2009), o apoio pedagógico também pode ser visto como forma de sociação, isto é, como espaço de encontro simbólico que produz reconhecimento

mútuo e pertencimento acadêmico. Esse vínculo relacional contribui para o bem-estar subjetivo e para a confiança institucional — dimensões essenciais da permanência qualificada.

Em síntese, o eixo Apoio Pedagógico evidencia que a permanência não depende apenas de mecanismos de redistribuição (■), mas também de reconhecimento (■) e sociabilidade (Simmel). O fortalecimento do bem-estar estudantil exige integração efetiva entre áreas acadêmicas e socioassistenciais, assegurando acompanhamento contínuo, prevenção de evasão e equidade de oportunidades no percurso formativo.

5.3.4 Eixo Inclusão e Acessibilidade

O eixo Inclusão e Acessibilidade expressa de forma direta o princípio de equidade que fundamenta a PNAES, ao tornar visível a diversidade das trajetórias estudantis e ao impor às universidades o desafio de remover barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. Mais do que garantir acesso, esse eixo traduz o compromisso institucional com a equidade e com o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da justiça educativa. Em termos teóricos, articula redistribuição e reconhecimento, conforme Fraser (2001), e concretiza a igualdade equitativa de oportunidades, nos termos de Rawls (2000).

Na UFSM, o Núcleo de Acessibilidade (NAE) opera com equipe multidisciplinar e apoio institucional consolidado, mas persiste a desigualdade territorial: “A inclusão é prioridade, mas os *campi* fora da sede ainda enfrentam limitações de acessibilidade e equipe.” (UFSM – INC-03, Apêndice G).

A categoria empírica correspondente, “*inclusão estruturada e institucionalização desigual*” (Apêndice F), revela um processo de institucionalização consolidada, porém com replicação parcial entre os *campi*. À luz de Rawls (2000), esse cenário representa uma violação da equidade, pois o direito à inclusão é assegurado formalmente, mas não se realiza de modo igualitário. Em termos de Yin (2015), trata-se de um caso de institucionalização sólida com desigualdade territorial.

Na UFFS, a inclusão é descentralizada e vinculada à PROGRAD, com práticas locais não padronizadas e pouca integração com a assistência estudantil: “As ações são boas, mas não há uma política de inclusão estudantil consolidada; cada campus resolve à sua maneira.” (UFFS – INC-07, Apêndice G).

A categoria identificada, “*ações setoriais sem política institucional consolidada*”, traduz um quadro de reconhecimento parcial, sem redistribuição suficiente para garantir condições equitativas. Em Fraser (2001), essa dissociação entre reconhecimento e

redistribuição gera justiça truncada, em que a valorização simbólica da diferença não se converte em igualdade material de condições.

Na Unipampa, a criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão (PROCADI) e da Divisão de Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA), pela Portaria nº 1603/2024, marca um salto qualitativo em direção a uma abordagem intersetorial e sistêmica. A presença de equipes multidisciplinares e o diálogo entre pró-reitorias fortalecem a integração entre assistência estudantil, inclusão e diversidade: “Hoje temos estrutura formal e equipes multidisciplinares. A inclusão está se tornando parte da permanência, e não um apêndice dela.” (UNIPAMPA – INC-12, Apêndice G).

A categoria empírica “*política intersetorial em construção e com integração crescente*” expressa um processo de expansão institucional e simbólica, em que redistribuição (estrutural) e reconhecimento (cultural) caminham de forma articulada, conforme a concepção de justiça bidimensional de Fraser (2001).

A Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003) sintetizou três padrões: (i) inclusão consolidada, porém centralizada (UFES); (ii) ações pontuais e fragmentadas (UFFS); (iii) inclusão intersetorial em expansão (Unipampa).

A efetividade dessas políticas depende do grau de institucionalização e da integração intersetorial, aspectos amplamente discutidos por Lipsky (1980) e Lotta (2012), que destacam o papel dos agentes de implementação na tradução cotidiana das políticas inclusivas.

À luz de Dubet (2011), as experiências de inclusão revelam a tensão entre igualdade de oportunidades (garantir o acesso) e igualdade de posições (garantir condições reais de permanência). Quando as universidades reduzem desigualdades estruturais e ampliam o reconhecimento das diferenças, produzem sentimentos de justiça social que fortalecem o pertencimento.

Em uma leitura simmeliana (Simmel, 2009), a inclusão pode ser compreendida como forma de sociação, na qual o convívio, a empatia e o reconhecimento cotidiano constroem vínculos de pertencimento e confiança institucional. Essa dimensão relacional complementa a perspectiva de Fraser (2001), configurando o que se pode denominar justiça vivida — quando o estudante se sente efetivamente parte da comunidade universitária.

Em síntese, o eixo Inclusão e Acessibilidade evidencia que a permanência estudantil requer mais do que políticas de acesso: exige a integração entre redistribuição (■), reconhecimento (■) e sociabilidade (Simmel). Somente a articulação dessas dimensões torna

possível uma inclusão plena, que combina equidade estrutural, respeito à diversidade e bem-estar relacional como fundamentos da justiça educativa.

5.3.5 Eixo Saúde e Saúde Mental

O eixo Saúde e Saúde Mental constitui um dos pilares fundamentais da assistência estudantil contemporânea, ao se vincular diretamente à promoção do bem-estar e à permanência qualificada. Em um cenário marcado pelo aumento das demandas relacionadas à saúde mental, sua consolidação nas universidades expressa a compreensão de que o direito à permanência não se limita a condições materiais, mas abrange o cuidado integral com o(a) estudante. Nesse sentido, as ações de saúde articulam-se às dimensões de reconhecimento e justiça relacional (Fraser, 2001), por fortalecerem vínculos e promoverem dignidade cotidiana e pertencimento institucional.

Na UFSM, observa-se uma trajetória consolidada, fortemente integrada ao SUS e aos cursos da área da saúde, com fluxos regulares e ações preventivas bem estruturadas. Contudo, persistem assimetrias territoriais: “Temos uma política bem estruturada na sede, mas os *campi* menores não contam com equipe completa; dependem de parcerias e boa vontade.” (UFSM – SAU-02, Apêndice G).

Essa configuração foi classificada como “*saúde institucionalizada de forma desigual*” (Apêndice F). À luz de Rawls (2000), a justiça distributiva manifesta-se de modo parcial, pois o acesso equitativo aos serviços não se realiza plenamente. Em termos de Yin (2015), trata-se de replicação incompleta — forte no centro, limitada nas bordas institucionais.

Na UFFS, a Resolução nº 10/CONSUNI/2019 prevê a promoção da saúde e o incentivo ao bem-estar estudantil. No entanto, as entrevistas evidenciam uma fragilidade operacional significativa:

“A gente tem a resolução, mas não tem equipe nem recursos para executar; depende de quem está disposto no campus.” (UFFS – SAU-07, Apêndice G).

A categoria emergente, “*política normatizada com fragilidade operacional*”, representa, em termos de Fraser (2001), uma situação de reconhecimento formal sem redistribuição material suficiente, ou seja, uma justiça incompleta, que valoriza o discurso sem garantir as condições estruturais para a execução.

Na Unipampa, a Portaria nº 1062/2025 institui o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes, articulando PRODAE, PROGEPE e PROCADI, em alinhamento com a Lei nº 14.914/2024 (PNAES) e com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. O programa representa um marco

institucional, ao consolidar uma abordagem intersetorial de promoção da saúde e cuidado psicossocial: “Antes eram ações pontuais; hoje temos um programa que integra as áreas e planeja as ações em rede.” (UNIPAMPA – SAU-10, Apêndice G).

A categoria correspondente, “*política emergente de saúde mental e bem-estar estudantil*”, expressa a institucionalização progressiva de uma agenda que amplia o conceito de assistência estudantil para além da dimensão material, incorporando práticas de cuidado, prevenção e pertencimento.

A Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003) identificou três padrões comparativos: (i) política consolidada, porém desigual (UFESM); (ii) política normatizada sem sustentação operacional (UFFS); (iii) política emergente e intersetorial (Unipampa).

Conforme Yin (2015), o padrão evidencia replicação parcial entre os casos, e, segundo Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012), a efetividade dessas políticas depende das mediações locais e da discricionariedade dos burocratas de nível de rua — neste caso, as(os) assistentes sociais, psicólogas(os) e demais profissionais que materializam a política no cotidiano, reinterpretando normas e suprimindo lacunas institucionais.

À luz de Dubet (2011), as práticas de cuidado integral expressam o deslocamento da justiça centrada em oportunidades para uma justiça das posições, ao reduzir desigualdades estruturais de acesso ao cuidado. Em Fraser (2001), essa integração entre redistribuição e reconhecimento constitui o núcleo da justiça relacional, que garante visibilidade às vulnerabilidades e responde às múltiplas dimensões da exclusão.

Complementarmente, Simmel (2009) oferece uma leitura relacional da saúde mental como forma de sociação, em que o vínculo, o diálogo e a empatia criam pertencimento e coesão simbólica. Assim, o cuidado se transforma em experiência de reconhecimento e justiça vivida, reforçando o sentido de comunidade acadêmica e de bem-estar coletivo.

Em síntese, o eixo Saúde e Saúde Mental revela que a permanência qualificada depende tanto da redistribuição (■) de recursos e serviços quanto do reconhecimento (■) das necessidades emocionais e relacionais dos(as) estudantes. Quando articuladas, essas dimensões produzem bem-estar, confiança institucional e sentimento de justiça social, pilares da efetividade da PNAES nas universidades federais.

5.3.6 Eixo Institucionalização, Permanência e Impactos

O eixo Institucionalização, Permanência e Impactos reflete o grau de maturidade da política de assistência estudantil dentro da estrutura universitária. Ele envolve a existência de

normas, fluxos e instâncias permanentes de coordenação, que garantem a continuidade das ações e sua integração com outras políticas de ensino, pesquisa e extensão. Essa dimensão traduz o movimento de consolidação da PNAES como política de Estado, conforme previsto na Lei nº 14.914/2024, e permite avaliar a transição de uma política compensatória para uma política de bem-estar e justiça educativa. Assim, o eixo sintetiza o nível de institucionalização e governança da assistência estudantil e sua correlação com resultados de permanência e bem-estar.

Na UFSM, há reconhecimento histórico da assistência estudantil e uma equipe tecnicamente qualificada, mas persistem fragilidades normativas e ausência de padronização entre *campi*, inclusive em eixos materiais como moradia estudantil. Cada unidade adota regras próprias, gerando desigualdades de tratamento e variações na execução das ações, inclusive nas dimensões imateriais, que carecem de integração intersetorial e diretrizes permanentes. “Na sede, tudo flui com equipe e recursos; nos *campi*, cada um busca soluções próprias para garantir atendimento.” (UFSM – INS-03, Apêndice G).

Categoria empírica: “*consolidação com desigualdade territorial*” (Apêndice F). À luz de Rawls (2000), esse quadro compromete a justiça distributiva, uma vez que o acesso equitativo à política é condicionado ao território. Em Yin (2015), configura-se replicação incompleta — estabilidade central combinada com assimetria periférica.

Na UFFS, observa-se formalização normativa consolidada e reconhecimento institucional da assistência estudantil como política permanente, porém com fragilidade operacional e orçamentária: “Temos resoluções bem escritas, mas sem equipe, orçamento e estrutura para colocar em prática.” (UFFS – INS-06, Apêndice G).

A categoria identificada, “*formalização sem materialidade*”, traduz uma situação de injustiça bidimensional (Fraser, 2001): há reconhecimento formal sem redistribuição efetiva, o que resulta em políticas que existem no papel, mas carecem de sustentação real para se concretizarem.

Na Unipampa, verifica-se um processo de expansão normativa e integração intersetorial, apoiado por instrumentos recentes — Portarias nº 1062/2025 e nº 1404/2025, Chamada Interna nº 04/2025 e a criação da PROCADI/DEIA. Essas medidas indicam amadurecimento institucional e governança em rede, com ações de cultura, esporte, saúde mental e inclusão incorporadas ao planejamento estratégico (PDI 2025–2029): “A assistência está deixando de ser só auxílio; virou política de pertencimento, com cultura, esporte e saúde mental dentro do planejamento institucional.” (UNIPAMPA – INS-12, Apêndice G).

Categoria: “*institucionalização estratégica em expansão*”, expressando amadurecimento normativo, integração intersetorial e consolidação simbólica da assistência estudantil como política de bem-estar.

A Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003) identificou três padrões comparativos: (i) consolidação com desigualdade territorial (UFESM); (ii) formalização fragilizada pela estrutura (UFFS); (iii) expansão normativa e intersetorial em curso (Unipampa).

De acordo com Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012), a consolidação de políticas públicas depende da interação dinâmica entre normas, estruturas e práticas, sustentada pela mediação dos burocratas de nível de rua, que transformam orientações gerais em ações concretas. Assim, a institucionalização da assistência estudantil é um processo vivo, continuamente negociado entre gestores(as) e executores(as).

Sob a ótica de Fraser (2001) e Dubet (2011), a maturidade institucional de uma política expressa a capacidade de articular redistribuição e reconhecimento dentro de uma estrutura de igualdade de posições, na qual os estudantes são tratados como sujeitos de direito e não como beneficiários assistenciais.

Em Simmel (2009), a consolidação institucional também adquire uma dimensão simbólica: é no reconhecimento recíproco e na sociabilidade cotidiana que se constroem os sentidos de pertencimento e a confiança coletiva — componentes essenciais da permanência e do bem-estar.

Em síntese, o eixo Institucionalização, Permanência e Impactos traduz o estágio de consolidação da PNAES nas IFES e revela que a efetividade da política não resulta apenas de normas formais, mas da integração entre redistribuição (■), reconhecimento (■) e pertencimento simbólico (Simmel). Essa articulação confere à política seu caráter de justiça vivida, na medida em que promove equidade, inclusão e bem-estar de modo concreto e sustentável.

A análise comparativa dos eixos da política (Seção 5.2) evidencia, assim, a diversidade de arranjos institucionais e as formas de apropriação da PNAES nos diferentes contextos universitários. No entanto, compreender como essas ações se concretizam no cotidiano requer deslocar o foco do conteúdo normativo para o processo de implementação. A seção seguinte realiza esse movimento analítico, comparando as percepções e práticas dos níveis de gestão e execução. Essa transição metodológica — do macroinstitucional ao microsocial — permite

identificar as tensões, mediações e adaptações que definem a efetividade da política no terreno concreto da assistência estudantil.

5.4 Comparações gestão × execução (perspectiva *bottom-up*)

A etapa de análise empírica dá continuidade à investigação documental, preservando a lógica comparativa entre as três IFES e os eixos da PNAES. Enquanto a análise documental (Capítulo 4) explorou o grau de formalização normativa e institucional da política — correspondente à dimensão macroinstitucional —, esta seção desloca o olhar para o nível microsocial da implementação, examinando como as normas e diretrizes são reinterpretadas, adaptadas e traduzidas em práticas cotidianas de permanência e bem-estar.

A comparação entre níveis de gestão e execução foi organizada a partir de categorias empíricas correspondentes aos eixos da PNAES — Cultura, Esporte e Bem-Estar, Apoio Pedagógico, Inclusão e Acessibilidade, Saúde e Saúde Mental, e Institucionalização —, garantindo simetria analítica com a estrutura apresentada na Seção 5.2.

As entrevistas foram tratadas segundo a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003) e interpretadas à luz do estudo de casos múltiplos (Yin, 2015), o que permitiu triangular dados empíricos, normativos e contextuais. Essa abordagem confere profundidade à leitura comparativa e possibilita compreender as mediações entre a norma e a prática, evidenciando como as políticas se materializam nas rotinas institucionais.

A fundamentação teórica segue a perspectiva *bottom-up* de Lipsky (1980; 2019), complementada por Lotta (2012), segundo a qual os burocratas de nível de rua — aqui representados pelas assistentes sociais e demais profissionais da assistência estudantil — exercem papel decisivo na coprodução das políticas públicas. Esses agentes, ao interagirem diretamente com os estudantes e lidarem com os limites estruturais e normativos, reinterpretam as diretrizes institucionais, ajustando-as às demandas concretas e às condições locais de trabalho.

Assim, a análise das diferenças entre gestão e execução permite apreender não apenas os graus de institucionalização observados em cada IFES, mas também as dinâmicas de agência, discricionariedade e negociação que moldam o modo como a PNAES se torna efetiva no cotidiano universitário. Essa leitura *bottom-up*, centrada na prática e na experiência, revela a política de assistência estudantil como um processo relacional e adaptativo, no qual a justiça distributiva (Rawls, 2000) e o reconhecimento (Fraser, 2001) são continuamente reconstruídos nas interações entre sujeitos e instituições.

5.4.1 Comparações por instituição

Esta subseção organiza a leitura comparativa por IFES — UFSM, UFFS e Unipampa —, articulando gestão × execução com base na Análise Textual Discursiva (ATD) e no desenho de estudos de caso múltiplos (Yin, 2015). A triangulação entre entrevistas e documentos institucionais (Apêndices C, E, F e G-rev.) permitiu sistematizar para cada instituição: (i) um diagnóstico sintético do padrão de institucionalização; (ii) as assimetrias de implementação e os mecanismos de mediação acionados no cotidiano (Lipsky, 1980; 2019; Lotta, 2012); e (iii) recomendações operacionais dirigidas à gestão e à execução. Cada caso encerra-se com a categoria-síntese (ATD), assegurando simetria analítica com a seção 5.2 e preparando a síntese transversal apresentada na subseção 5.3.3.

a) UFSM — consolidação seletiva e desigualdade territorial

Trajetória histórica, equipe qualificada e reconhecimento institucional coexistem com fragilidade normativa e ausência de padronização entre *campi*, inclusive em eixos ■ materiais. A ATD indicou as categorias “*centralização estrutural*” e “*autonomia compensatória*”.

Recomendação de gestão: elaborar normas-guia mínimas para moradia, saúde mental e inclusão; instituir rotinas intersetoriais regulares.

Recomendação de execução: sistematizar e difundir protocolos locais como boas práticas.

Categoria-síntese (ATD): *consolidação com desigualdade territorial*.

À luz de Fraser (2001), o caso da UFSM evidencia uma justiça predominantemente redistributiva, que garante recursos, mas ainda não assegura reconhecimento simbólico equitativo entre *campi*. Sob a ótica de Rawls (2000), a falta de padronização fere o princípio da igualdade equitativa de oportunidades, pois as condições de permanência variam conforme o território. Em Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012), a centralização da gestão reforça a dependência dos burocratas de nível de rua como mediadores da equidade, transformando o campo da execução em espaço de inovação e resistência institucional.

b) UFFS — formalização com fragilidade operacional


Arcabouço normativo consistente — exemplificado pela Resolução nº 10/CONSUNI/2019 — convive com execução limitada por equipe reduzida, infraestrutura precária e descontinuidade de ações. A política se sustenta em “redes artesanais” de implementação, com alta dependência da iniciativa local.

Recomendação de gestão: ampliar o quadro técnico mínimo por campus; formalizar parcerias institucionais com prefeituras e CAPS para suporte continuado.

Recomendação de execução: registrar práticas colaborativas bem-sucedidas e propor sua inclusão em editais e normativas internas, fortalecendo a memória institucional.

Na perspectiva de Dubet (2011), a experiência da UFFS expressa uma justiça inacabada, na qual o reconhecimento formal convive com desamparo estrutural. A vulnerabilidade institucional repercute na subjetividade das equipes, que constroem pertencimento e cuidado em meio à precariedade. Essa configuração confirma a leitura de Yin (2015) sobre replicação parcial: o modelo é formalmente reproduzido, mas assume feições distintas e mais frágeis nos *campi*.

c) Unipampa — expansão normativa e integração intersetorial

O ciclo recente de normatização — Portarias nº 1062/2025 e nº 1404/2025, Chamada Interna nº 04/2025 — fortalece a cooperação entre pró-reitorias e amplia a integração dos eixos  imateriais. Observa-se replicação literal progressiva (Yin, 2015), com amadurecimento institucional, embora persistam desafios associados à multicampia e à escassez de equipes.

Recomendação de gestão: adotar manuais operacionais simplificados, monitoramento periódico por indicadores e rotinas integradas entre PRODAE, PROGEPE, PROCADI e PROEC.

Recomendação de execução: consolidar experiências de acolhimento, cultura e esporte em relatórios multicampi, subsidiando a formalização de fluxos e a avaliação intersetorial.

Categoria-síntese (ATD): *institucionalização estratégica em expansão*.

O caso da Unipampa ilustra um estágio de amadurecimento institucional progressivo, em que normas e práticas convergem. Em Fraser (2001), observa-se uma transição entre redistribuição e reconhecimento, articulando justiça material e simbólica. Rawls (2000) reforça que o fortalecimento das condições institucionais amplia a equidade procedimental, enquanto Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012) destacam que a coprodução entre gestão e execução é o núcleo dessa consolidação.

Em conjunto, os três perfis demonstram que a efetividade da PNAES decorre da tradução cotidiana entre norma e prática: onde existem padrões mínimos e rotinas interssetoriais, as assimetrias se reduzem; onde faltam estrutura e padronização, prevalece a coprodução adaptativa dos implementadores, com maior variabilidade de resultados entre *campi*. Essa leitura sustenta a síntese comparativa interinstitucional apresentada na Seção 5.3.3.

5.4.2 Síntese comparativa interinstitucional

A partir das análises institucionais apresentadas na subseção anterior, esta síntese integra os resultados das três IFES — UFSM, UFFS e Unipampa —, evidenciando convergências e contrastes no processo de institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O objetivo é identificar padrões interinstitucionais e tendências evolutivas, articulando os achados empíricos às categorias teóricas de Lipsky (1980; 2019), Lotta (2012) e Yin (2015).

A leitura transversal dos casos permite visualizar um continuum entre consolidação centralizada, formalização fragilizada e integração em expansão, sintetizado no Quadro Geral 9, que resume o grau de maturidade institucional e a lógica de mediação entre gestão e execução em cada universidade.

Quadro Geral 9 - Ações e benefícios de assistência estudantil nas IFES analisadas

IFES	Padrão de institucionalização	Categoria-síntese (ATD)	Leitura teórica predominante
UFSM	Consolidação seletiva	Consolidação com desigualdade territorial	Predomínio da redistribuição sobre o reconhecimento; replicação parcial; equidade comprometida
UFFS	Formalização frágil	Formalização com fragilidade operacional	Reconhecimento formal sem redistribuição; redes artesanais de implementação; replicação dispersa
Unipampa	Expansão articulada	Institucionalização estratégica em expansão	Equilíbrio crescente entre dimensões materiais e imateriais; replicação literal progressiva

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados de entrevistas e documentos institucionais das três IFES (UFSM, UFFS e Unipampa), analisados à luz de Fraser (2001), Rawls (2000), Dubet (2011), Lipsky (1980; 2019), Lotta (2012) e Yin (2015).

O Quadro Geral 9 evidencia que, embora as IFES apresentem níveis distintos de maturidade institucional, todas caminham para um modelo de integração entre dimensões materiais e imateriais. Essa tendência confirma a hipótese de que o fortalecimento da PNAES ocorre quando a política ultrapassa o caráter compensatório e assume a forma de uma política de justiça ampliada, conforme propõe Fraser (2001).

Esse movimento demonstra que o bem-estar estudantil não é uma consequência acessória, mas o produto intencional de políticas que articulam redistribuição (■),

reconhecimento (■) e pertencimento simbólico, reforçando o caráter multidimensional da permanência.

A leitura comparada das três universidades revela que a institucionalização da PNAES segue tanto um gradiente de maturidade quanto um ciclo de aprendizagem interinstitucional. Cada caso oferece lições e pistas de aprimoramento para os demais:

- da UFSM, destaca-se a importância da estrutura e tradição institucional;
- da UFFS, emerge o valor das iniciativas locais e das redes colaborativas;
- da Unipampa, sobressai a inovação intersetorial e a atualização normativa em consonância com a Lei nº 14.914/2024.

Essa comparação reforça o argumento de que a consolidação da política de assistência estudantil é um processo cumulativo e adaptativo, sustentado pela circulação de práticas, saberes e aprendizados institucionais entre os diferentes níveis da federação e entre as próprias IFES.

Categoria-síntese geral (ATD): “A institucionalização da assistência estudantil avança da consolidação assimétrica à integração intersetorial, mediada pela ação cotidiana dos implementadores locais.”

5.5 Interpretação integrada e inferências analíticas

A interpretação integrada dos resultados obtidos nas três instituições — UFSM, UFFS e Unipampa — aprofunda a leitura iniciada na etapa empírica, articulando as evidências às categorias do modelo analítico do Capítulo 2. A partir da triangulação entre normas, práticas e discursos, observa-se que a efetividade da PNAES depende menos da existência formal de instrumentos legais e mais da capacidade institucional de articular dimensões materiais e imateriais de forma coordenada, contínua e equitativa. Essa constatação confirma o pressuposto central desta dissertação: a permanência qualificada requer não apenas suporte financeiro, mas também ações que promovam pertencimento, reconhecimento e bem-estar, ampliando o alcance da política como instrumento de justiça social.

Nessa perspectiva, as análises a seguir examinam como as práticas institucionais expressam diferentes modos de realização da justiça (Fraser, 2001; Rawls, 2016; Dubet, 2011) e como os agentes de implementação atuam na produção cotidiana de bem-estar e equidade (Lipsky, 2019; Lotta, 2012).

a) A dupla dimensão da justiça e o bem-estar estudantil - Em Fraser (2001), a justiça requer a conjugação entre redistribuição e reconhecimento. As evidências mostram que

instituições que integram ambas (como a Unipampa) geram experiências mais equitativas; já onde predomina a redistribuição monetária (UFFS), persistem déficits de reconhecimento. Na UFSM, a consolidação estrutural convive com desigualdade territorial. Em Rawls (2016), políticas que distribuem recursos, mas não asseguram participação simbólica equivalente, produzem justiça incompleta. O conceito de bem-estar estudantil traduz esse encontro entre justiça distributiva e justiça de reconhecimento, projetando-se como indicador de maturidade institucional.

b) A mediação dos implementadores e a justiça cotidiana - A política é coproduzida no cotidiano pelas equipes locais. Implementadores decidem prioridades, organizam fluxos e articulam redes, transformando norma em prática (Lipsky, 2019; Lotta, 2012). Essas mediações produzem justiça prática e materializam dimensões imateriais, como acolhimento, escuta e pertencimento. Em contextos multicampi, a autonomia local amplia o papel inovador dos técnicos e revela a capacidade de produzir soluções contextualizadas — uma expressão concreta da justiça em ação.

c) Processos de institucionalização e replicação - Em Yin (2015), os casos analisados indicam estágios distintos: UFSM (replicação parcial, solidez com assimetria), UFFS (replicação dispersa, fragilidade estrutural) e Unipampa (replicação literal progressiva, expansão normativa e intersetorial). Institucionalizar é transformar práticas em normas e normas em rotinas consolidadas (Moraes, 2003), mantendo coerência entre diretriz, gestão e execução. Esse processo de retroalimentação é o que confere estabilidade e previsibilidade à política, permitindo que as dimensões imateriais ganhem densidade institucional.

d) Bem-estar como categoria explicativa - O bem-estar emerge como categoria explicativa central da efetividade. Em Fraser (2001), ele expressa a integração entre redistribuição e reconhecimento; em Rawls (2016), aproxima-se da equidade procedimental; e em Dubet (2011), traduz a justiça vivida — isto é, a experiência concreta de coerência entre discurso e prática nas instituições. Em Simmel (2009), a sociabilidade aparece como forma relacional que sustenta esses vínculos de pertencimento e reconhecimento, permitindo compreender como a convivência cotidiana reforça o sentimento de justiça e inclusão. Onde há articulação entre assistência, saúde, cultura e pedagogia, cresce o pertencimento e o apoio percebido, ampliando a potência da PNAES como política de bem-estar.

A consolidação da assistência estudantil como política de Estado (Lei nº 14.914/2024) requer integrar redistribuição, reconhecimento e bem-estar, articulando estrutura normativa,

agência institucional e engajamento cotidiano. A PNAES não é apenas compensatória: é um projeto de justiça educativa em construção.

A consolidação da PNAES como política de Estado (Lei nº 14.914/2024) exige, portanto, mais do que a manutenção dos auxílios: requer o fortalecimento das estruturas institucionais, o reconhecimento do papel dos implementadores locais e a incorporação do bem-estar como princípio organizador da gestão universitária. A efetividade dessa política será tanto maior quanto mais for capaz de integrar dimensões redistributivas e imateriais, formando uma rede nacional de permanência que reconheça as diferenças regionais sem reproduzir desigualdades estruturais. Assim, o futuro da assistência estudantil no Brasil depende de um pacto institucional que una financiamento, cuidado e pertencimento como pilares da justiça educativa.

Em perspectiva final, as evidências analisadas consolidam o entendimento de que a PNAES, ao conjugar ações materiais e imateriais, representa um laboratório de justiça social no ensino superior brasileiro. As IFES, ainda que em diferentes estágios de institucionalização, demonstram capacidade de inovação e resiliência institucional frente às desigualdades. Assim, o próximo capítulo avança na reflexão propositiva, discutindo como transformar esses aprendizados em diretrizes permanentes de política pública, fortalecendo a PNAES como instrumento de justiça educativa e de promoção do bem-estar no âmbito das universidades federais.

As análises permitiram compreender, de forma integrada, os modos de implementação e institucionalização da PNAES nas três IFES — UFSM, UFFS e Unipampa —, evidenciando estratégias, limites e potencialidades em contextos multicampi e heterogêneos. A triangulação entre dados documentais e entrevistas (ATD, Moraes, 2003; estudo de casos, Yin, 2015) mostrou como normas e programas se transformam em práticas, revelando a coprodução cotidiana da política pelas equipes locais.

Em relação aos objetivos específicos: (i) a caracterização institucional (5.1 e 5.2) demonstrou diferentes graus de consolidação normativa e articulação intersetorial — UFSM (consolidação centralizada), UFFS (formalização com fragilidade operacional) e Unipampa (expansão e integração recentes); (ii) a análise *bottom-up* (5.3) evidenciou o papel decisivo dos burocratas de nível de rua (Lipsky, 2019) e das redes colaborativas (Lotta, 2012) na mediação entre diretrizes e práticas; (iii) a interpretação integrada (5.4) confirmou que a efetividade da PNAES depende da articulação entre redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001), equidade

de oportunidades (Rawls, 2016) e justiça vivida (Dubet, 2011), categorias que sustentam o conceito de bem-estar estudantil como resultado e condição da permanência.

De modo transversal, a maturidade institucional mostrou-se associada à integração entre dimensões materiais e imateriais, à coordenação intersetorial e à autonomia dos implementadores. Onde esses fatores se equilibram, arranjos pontuais transformam-se em práticas duradouras, produzindo políticas mais justas, sustentáveis e sensíveis às diversidades.

Os resultados apresentados fundamentam as Considerações Finais (Capítulo 6), que discutirão as implicações desses achados para o planejamento e a gestão das políticas de permanência nas universidades federais, indicando caminhos para uma assistência estudantil orientada pelo bem-estar e pela justiça social, em consonância com a Lei nº 14.914/2024.

6 SÍNTESE ANALÍTICA E RECOMENDAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA COM PERTENCIMENTO

Este capítulo retoma o percurso analítico desenvolvido ao longo da dissertação e apresenta as conclusões e recomendações decorrentes da investigação sobre a institucionalização e implementação da PNAES nas três IFES estudadas (Unipampa, UFSM e UFFS). A leitura aqui proposta articula, de forma integrada, os achados documentais e empíricos aos referenciais teóricos mobilizados: justiça como equidade (Rawls, 2002), justiça tridimensional — redistribuição, reconhecimento e paridade participativa — (Fraser, 2001; 2003; 2009), igualdade de posições e legitimidade institucional (Dubet, 2011), sociabilidade e pertencimento (Simmel, 2006) e mediação implementadora dos burocratas de nível de rua (Lipsky, 1980; 2019; Lotta, 2012).

Com base nesse arcabouço, demonstra-se que a permanência universitária qualificada depende da integração consistente entre dimensões materiais (■) e imateriais (■), de arranjos de governança intersetorial e de instrumentos de monitoramento sensíveis ao bem-estar e ao pertencimento. A análise comparativa evidencia trajetórias institucionais distintas, mas convergentes para um modelo híbrido, no qual o atendimento das necessidades básicas, que compõem a dimensão material, continua necessário, enquanto ações universais e coletivas — esporte, cultura, saúde mental, apoio pedagógico e convivência — tornam-se estruturantes da política.

O capítulo organiza-se em seis movimentos analíticos. No primeiro, a seção 6.1 apresenta a síntese analítica e o percurso da pesquisa, integrando metodologia, resultados e a trajetória da pesquisadora; na seção 6.2, interpreta-se o novo paradigma normativo inaugurado pela Lei nº 14.914/2024; na 6.3, examina-se a articulação entre dimensões materiais e imateriais nas práticas institucionais; na 6.4, discute-se a transição de um modelo centrado no atendimento das necessidades básicas por meio de concessão de benefícios diretos e de serviços de alimentação e moradia, para um arranjo que incorpora uma visão mais holística das vulnerabilidades enfrentadas pelos estudantes por meio de concessão de benefícios indiretos e universais; na 6.5, apresentam-se recomendações propositivas à Unipampa, organizadas em eixos estratégicos; e, por fim, na 6.6, consolidam-se considerações finais ampliadas, destacando contribuições conceituais, metodológicas e agendas futuras.

Sob essa moldura, a assistência estudantil é reafirmada como política pública de justiça social ampliada (Fraser, 2009), cujo sentido se realiza quando redistribuição, reconhecimento e pertencimento são experimentados cotidianamente pelos sujeitos e sustentados por instituições justas e socialmente legítimas.

6.1 Síntese do percurso da pesquisa

A pesquisa apresentada nesta dissertação foi conduzida a partir de uma abordagem integrada, articulando análise documental, entrevistas com assistentes sociais e servidores que atuam na execução e na gestão das políticas institucionais de assistência estudantil, e referenciais teóricos sobre justiça como equidade, justiça tridimensional (redistribuição, reconhecimento e paridade participativa), igualdade de posições e legitimidade institucional, sociabilidade e pertencimento, mediação implementadora dos burocratas de nível de rua no contexto da assistência estudantil.

Este capítulo apresenta a síntese interpretativa da dissertação, articulando os principais achados teóricos, documentais e empíricos. Retoma-se aqui o percurso metodológico e analítico empreendido, situando os resultados alcançados à luz do modelo material–imaterial. O objetivo é integrar os diferentes níveis da investigação — teórico, normativo e prático —, evidenciando de que modo a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se institucionaliza e se concretiza nas experiências cotidianas das universidades analisadas.

Nesse processo de construção analítica, torna-se fundamental retomar os fundamentos teóricos e metodológicos que orientaram a pesquisa, uma vez que eles estruturam a leitura dos dados e a interpretação das práticas institucionais. A articulação entre referenciais críticos, abordagem qualitativa e inserção profissional da pesquisadora confere densidade ao percurso investigativo, fortalecendo sua consistência científica e social.

Os objetivos desta investigação foram revisitados de forma a destacar não apenas metas formais, mas também os efeitos concretos observados nos campi estudados. Esse enfoque permitiu compreender como as dimensões materiais e imateriais da PNAES contribuem para a permanência e o bem-estar estudantil, conectando objetivos gerais e específicos à análise empírica subsequente.

A presente dissertação teve como objetivo central analisar o processo de implementação e institucionalização da PNAES em três Instituições Federais de Ensino Superior — Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) —, buscando compreender como as dimensões

materiais e imateriais da política se articulam na promoção da permanência e do bem-estar estudantil.

A questão norteadora — como as dimensões materiais e imateriais da PNAES se expressam e se institucionalizam nas práticas das universidades federais, influenciando a permanência e o bem-estar dos estudantes? — foi respondida mediante um percurso metodológico que integrou análise documental e empírica, articulando teoria, normativas e experiências práticas dos agentes implementadores.

Conforme o Quadro L.1 (Apêndice L), o objetivo geral foi compreender os modos de institucionalização das dimensões materiais e imateriais da assistência estudantil e sua relação com a promoção do bem-estar. Esse objetivo foi atingido ao demonstrar que a efetividade da PNAES não depende apenas da manutenção dos auxílios financeiros (dimensão material), mas da capacidade institucional de integrar ações imateriais — cultura, esporte, saúde mental, apoio pedagógico e inclusão — como componentes estruturantes da permanência qualificada.

Os objetivos específicos também foram plenamente contemplados no percurso analítico:

1 - Mapear a produção teórica e normativa sobre a assistência estudantil (Capítulos 2 e 3), o que resultou na construção do modelo analítico que distinguiu as dimensões materiais (■) e imateriais (■);

2 - Examinar o grau de institucionalização das ações nas três IFES (Capítulo 4), a partir da análise documental de normas, portarias e programas;

3 - Analisar os sentidos atribuídos pelos(as) assistentes sociais à política (Capítulo 5), com base na Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003) e no estudo de casos múltiplos (Yin, 2015);

4 - Propor recomendações de aprimoramento para a Unipampa (Seção 6.5), orientadas pela articulação entre redistribuição, reconhecimento e sociabilidade (Fraser, 2001; Dubet, 2011; Simmel, 2006).

A dimensão empírica do estudo, por sua vez, revela-se central para compreender como a política de assistência estudantil se materializa no cotidiano institucional. Os relatos, documentos e experiências analisados evidenciam a complexidade dos processos de gestão, implementação e acompanhamento das ações, bem como os desafios enfrentados na garantia da permanência estudantil.

A metodologia adotada combinou a Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003) e o estudo de caso múltiplo (Yin, 2015), permitindo uma triangulação entre níveis analíticos

(macro e micro) e tipos de dados (documentais e empíricos). A ATD revelou categorias emergentes nos discursos das assistentes sociais, enquanto o estudo de caso múltiplo forneceu o quadro comparativo entre as instituições, favorecendo a compreensão das variações de implementação.

O enfoque *bottom-up* (Lipsky, 1980; 2019; Lotta, 2012) foi decisivo para compreender os processos de execução da política. As assistentes sociais, como burocratas de nível de rua, operam na interface entre norma e realidade, reinterpretando diretrizes e adaptando práticas às condições locais. As falas das participantes evidenciam essa mediação entre prescrição e prática:

“A norma é sólida, mas no campus precisamos adaptar para que funcione com a nossa realidade.” (UFFS-EXEC-03)

“Temos boas portarias, mas sem equipe suficiente é difícil transformar norma em rotina.” (UNIPAMPA-EXEC-04)

Esses testemunhos ilustram o que Lipsky (1980; 2019) denomina discricionariedade implementadora — a margem de decisão e criatividade que os agentes exercem diante das limitações institucionais. Para Lotta (2012), essas mediações são constitutivas das políticas públicas e explicam por que sua efetividade depende tanto das condições estruturais quanto do engajamento e da capacidade reflexiva dos implementadores.

Nesse sentido, observa-se que a produção dos dados não se limita a um levantamento descritivo, mas constitui um espaço de diálogo entre diferentes perspectivas institucionais, profissionais e estudantis. Essa interação permite identificar contradições, avanços e tensionamentos que atravessam a política, contribuindo para uma leitura crítica e contextualizada da realidade investigada.

A condução desta pesquisa esteve profundamente vinculada à trajetória profissional da autora como servidora pública e gestora da Divisão de Assistência Estudantil (DAE/PRODAE) da Unipampa. A opção por não se afastar das funções institucionais durante o mestrado configurou-se como uma escolha metodológica e ética, fundamentada na compreensão de que a pesquisa em políticas públicas se fortalece quando dialoga diretamente com os processos concretos de gestão e implementação.

Essa inserção profissional possibilitou um movimento contínuo de retroalimentação entre produção acadêmica e ação institucional, no qual a reflexão teórica e a análise empírica contribuíram para a reformulação de práticas, a qualificação de processos decisórios e a

inovação organizacional. Nesse contexto, a pesquisa não se limitou à análise crítica da política, mas também atuou como instrumento de fortalecimento institucional.

Durante o período investigativo (2023–2025), esse processo resultou na criação e consolidação de programas, instrumentos normativos e estruturas administrativas, entre os quais se destacam: o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes (Portaria nº 1062/2025), o Programa de Esportes e Bem-Estar (Portaria nº 1404/2025) e o Vale Cultura Estudante (Chamada Interna nº 04/2025). Paralelamente, ocorreu a reorganização da DAE/PRODAE, com a constituição de novos núcleos temáticos, em consonância com o modelo material–imaterial proposto nesta dissertação.

Outro desdobramento relevante foi a criação do Grupo de Trabalho para propor a Política Institucional de Saúde Mental, no âmbito do CONSUNI, coordenado pela autora, evidenciando a articulação entre produção científica, gestão pública e inovação institucional.

Esses avanços expressam o impacto direto da pesquisa na realidade da Unipampa, evidenciando o potencial transformador das investigações aplicadas às políticas públicas quando articuladas à prática profissional. Mais do que um exercício acadêmico, este trabalho traduziu-se em ação política e administrativa concreta, que resultou em programas, estruturas e processos voltados à consolidação da assistência estudantil como política de bem-estar e pertencimento.

A experiência reforça a ideia de que o conhecimento científico pode e deve produzir efeitos emancipatórios no interior das instituições públicas, contribuindo para o aprimoramento de políticas que integram redistribuição, reconhecimento e sociabilidade (Fraser, 2001; Simmel, 2006).

Como sintetiza o registro reflexivo da autora:

“O mestrado foi também um exercício de gestão pública: as reflexões se tornaram ações, as ações se tornaram programas, e os programas consolidaram políticas.” (Reflexão da autora)

Em suma, a trajetória da pesquisadora inscreve esta dissertação na tradição da pesquisa-ação em políticas públicas, na qual a produção de conhecimento está intrinsecamente ligada à transformação institucional. A Unipampa, nesse contexto, constitui não apenas objeto de estudo, mas também espaço de experimentação e inovação, reafirmando a universidade pública como campo de justiça social, pertencimento e emancipação coletiva.

Além disso, a análise desenvolvida evidencia o papel estratégico da assistência estudantil na mediação entre desigualdades sociais e oportunidades acadêmicas. Ao reconhecer

as múltiplas vulnerabilidades que atravessam a trajetória dos estudantes, a política assume um caráter redistributivo, protetivo e formativo, ampliando suas possibilidades de impacto.

A análise comparativa das três IFES estudadas — Unipampa, UFSM e UFFS — permite identificar padrões de institucionalização das dimensões materiais e imateriais da política. Esse olhar integrador prepara a síntese interpretativa, destacando como os elementos normativos e a experiência cotidiana se articulam na promoção da permanência e do bem-estar estudantil.

Os capítulos 4 e 5 apresentaram, respectivamente, as análises documental e empírica que fundamentam as conclusões desta pesquisa. O Apêndice N consolida a matriz comparativa de institucionalização, sintetizando as diferenças entre gestão e execução nas três universidades.

A triangulação entre documentos e entrevistas revelou que:

- a UFSM apresenta consolidação seletiva e desigualdade territorial;
- a UFFS possui reconhecimento normativo, porém frágil redistribuição efetiva;
- a Unipampa demonstra institucionalização estratégica em expansão, com inovação intersetorial e fortalecimento dos eixos imateriais.

Essa leitura comparativa confirma a hipótese de que a maturidade institucional da política está diretamente relacionada ao equilíbrio entre as dimensões materiais e imateriais — perspectiva alinhada à justiça social ampliada de Fraser (2009), à equidade de oportunidades de Rawls (2002), à legitimidade social de Dubet (2011) e à sociabilidade de Simmel (2006).

Dessa forma, o percurso investigativo permite compreender a assistência estudantil como uma política em permanente construção, atravessada por disputas, aprendizados institucionais e reconfigurações normativas. Tal compreensão fortalece a análise subsequente, ao situar os resultados em uma perspectiva histórica, crítica e propositiva.

A síntese do percurso reafirma que a assistência estudantil é mais do que um instrumento compensatório: trata-se de uma política de justiça social em construção, cujos resultados se concretizam quando redistribuição (■), reconhecimento (■) e sociabilidade se entrelaçam.

A experiência nas IFES investigadas demonstra que as universidades que mais avançam na institucionalização da PNAES são aquelas que compreendem o bem-estar como dimensão estruturante da permanência.

No caso da Unipampa, esse processo encontra-se em curso, com resultados tangíveis decorrentes da prática de pesquisa articulada à gestão. A reflexão teórica e a ação administrativa retroalimentam-se, configurando um espaço fértil para a consolidação da assistência estudantil como política pública de Estado.

Em conclusão, os achados da pesquisa apontam que a efetividade da PNAES depende de um equilíbrio entre recursos materiais (repasso de recurso financeiro para o estudante, oferta de serviços de alimentação e moradia estudantil), ações para o atendimento da imaterial e mediação de agentes institucionais. Essa compreensão fundamenta a análise normativa subsequente, incluindo o impacto da Lei nº 14.914/2024, conectando síntese empírica e recomendações estratégicas para a consolidação da política.

A próxima seção aprofunda essa análise à luz da Lei nº 14.914/2024, discutindo a transição da assistência estudantil de uma política compensatória para uma política de bem-estar integral.

6.2 A PNAES e o novo paradigma da Lei nº 14.914/2024

A promulgação da Lei nº 14.914/2024 representa um marco regulatório para a assistência estudantil ao consolidar, em nível legal, diretrizes que reforçam a integração entre políticas materiais e imateriais. Esta seção analisa como os dispositivos normativos articulam princípios de redistribuição, reconhecimento e participação, contextualizando as mudanças em relação às práticas observadas nas IFES e preparando a reflexão sobre os desafios de implementação institucional.

A análise desenvolvida até aqui permite compreender que a assistência estudantil evoluiu historicamente de uma política de caráter compensatório para um projeto de justiça social ampliada. Nesse percurso, a Lei nº 14.914/2024 constitui um ponto de inflexão, ao transformar o PNAES em política de Estado e inaugurar um novo paradigma de permanência orientado não apenas pela redistribuição de recursos, mas também pelo reconhecimento das múltiplas vulnerabilidades e pela promoção do bem-estar integral.

A trajetória da assistência estudantil no Brasil percorre um caminho de progressiva consolidação institucional: da Portaria MEC nº 39/2007, que inaugurou as diretrizes iniciais, ao Decreto nº 7.234/2010, que conferiu maior organicidade à política, chegando finalmente à Lei nº 14.914/2024, que eleva a PNAES à condição de política pública permanente. O art. 3º, inciso II da nova lei — ao incluir a expressão “outras hipossuficiências associadas à vulnerabilidade social” — simboliza uma ruptura paradigmática: a vulnerabilidade deixa de ser concebida exclusivamente em termos de renda, passando a incorporar dimensões psicossociais,

relacionais, territoriais e culturais. Trata-se, portanto, de uma ampliação conceitual que redefine o horizonte da justiça educacional no país.

A promulgação da Lei nº 14.914/2024 representa um marco regulatório para a assistência estudantil no Brasil ao conferir status legal a uma política que, até então, encontrava-se fundamentada predominantemente em atos infralegais, especialmente no Decreto nº 7.234/2010. Ao instituir a Política Nacional de Assistência Estudantil como política de Estado, a nova lei consolida diretrizes voltadas à ampliação das condições de permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes das instituições federais de ensino, reforçando a integração entre dimensões materiais e imateriais da política.

A nova lei consolida dispositivos que reforçam a integração entre políticas materiais e imateriais e reorganiza o arcabouço programático, incorporando tanto programas já existentes quanto novos programas, com a finalidade de dar conta das múltiplas hipossuficiências associadas à vulnerabilidade social.

Nesse processo, o Programa de Assistência Estudantil (PAE), anteriormente estruturado no âmbito do Decreto nº 7.234/2010, é mantido como eixo central da política, passando a ser regulamentado em nível legal. A Lei nº 14.914/2024 preserva, em grande medida, a arquitetura institucional previamente estabelecida, mantendo os dez eixos estruturantes da assistência estudantil, ao mesmo tempo em que promove ajustes pontuais e amplia o escopo normativo para incorporar novas demandas e formas de vulnerabilidade social.

Essa inflexão conceitual encontra respaldo direto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 14.914/2024, ao estabelecer que as ações da PNAES devem considerar não apenas a insuficiência de condições financeiras, mas também “outras hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social”. Tal dispositivo explicita a ampliação do entendimento de vulnerabilidade, deslocando o foco exclusivo da dimensão econômica para uma abordagem mais abrangente, que inclui aspectos psicossociais, relacionais, territoriais e institucionais.

Embora os dez eixos da assistência estudantil já estivessem previstos desde a institucionalização do PNAES, o predomínio histórico da lógica redistributiva fez com que sua implementação se concentrasse, majoritariamente, no repasse de auxílios financeiros individuais. Nesse sentido, o novo marco legal não redefine os eixos, mas reorienta sua operacionalização, ao reconhecer a legitimidade de estratégias indiretas, universais e estruturantes, capazes de promover a permanência por meio de serviços, políticas institucionais e ações coletivas voltadas ao bem-estar integral dos estudantes.

Importa destacar, contudo, que a Lei nº 14.914/2024 ainda se encontra em processo de regulamentação e operacionalização, uma vez que sua efetividade depende da elaboração de normas complementares, da definição de fluxos administrativos e da consolidação de sistemas de monitoramento e avaliação. Esse período de transição envolve ajustes institucionais, reconfiguração de procedimentos e reorganização das rotinas de gestão, refletindo um movimento gradual de incorporação das diretrizes legais às práticas cotidianas das IFES.

Nesse sentido, a Lei nº 14.914/2024 representa não apenas um ponto de inflexão histórico ao consolidar a assistência estudantil como política pública permanente orientada pela justiça social ampliada, mas também um desafio regulatório e institucional. Sua efetividade depende da capacidade das instituições de traduzirem o novo marco normativo em práticas consistentes de governança, financiamento e acompanhamento, alinhadas às necessidades concretas dos estudantes e às múltiplas dimensões da permanência no ensino superior.

A compreensão desse novo paradigma normativo e institucional é sustentada por diferentes referenciais teóricos, que dialogam com os resultados da pesquisa e permitem analisar a assistência estudantil como política de justiça social ampliada.

Rawls (2002) propõe o princípio da igualdade equitativa de oportunidades, segundo o qual instituições justas devem assegurar condições reais de florescimento e não apenas acesso formal.

Fraser (2001; 2003; 2009) introduz a concepção de justiça bidimensional, articulando redistribuição e reconhecimento, e complementa-a com a noção de paridade participativa, que exige igualdade efetiva de voz e representação nos processos sociais e políticos.

Dubet (2011) acrescenta uma dimensão experiencial à justiça, ao defender que ela só se concretiza quando é vivida como coerência entre discurso e prática, e quando os sujeitos percebem legitimidade nas posições sociais que ocupam.

Complementarmente, Simmel (2006) contribui ao evidenciar que o bem-estar não se constrói apenas por meio da segurança material, mas na esfera relacional — na sociabilidade, nos vínculos e nas formas de convivência que produzem pertencimento e sentido coletivo.

As entrevistas realizadas nesta pesquisa confirmam empiricamente essa inflexão teórica e normativa. As falas das participantes revelam o deslocamento da vulnerabilidade econômica para um entendimento ampliado de vulnerabilidade social e emocional:

“Não é só renda que faz o estudante desistir, é o cansaço, o isolamento, a falta de pertencimento.” (UNIPAMPA-EXEC-06)

“A lei nova traz o reconhecimento de que a vulnerabilidade é plural.” (UFSM-GEST-02)

Essas percepções evidenciam a transformação da assistência estudantil em uma política que busca equilibrar redistribuição e reconhecimento, respondendo não apenas às necessidades de subsistência, mas também às demandas de convivência, saúde mental e integração acadêmica.

A Lei nº 14.914/2024 impõe, portanto, novas exigências às Instituições Federais de Ensino Superior. Em primeiro lugar, requer a institucionalização dos eixos imateriais — saúde mental, cultura, esporte, apoio pedagógico e inclusão — em pé de igualdade com os eixos materiais, superando a visão fragmentada da permanência. Em segundo, convoca à revisão dos mecanismos de monitoramento e financiamento, incorporando indicadores de bem-estar, pertencimento e participação ao lado dos tradicionais indicadores socioeconômicos.

Em síntese, a PNAES deixa de ser uma política compensatória e passa a configurar-se como uma política de bem-estar integral, em consonância com o paradigma da justiça social ampliada (Fraser, 2009). Nesse novo marco, a assistência estudantil deixa de atuar apenas na mitigação da pobreza e assume a tarefa de promover a dignidade, a saúde e a cidadania dos estudantes, reconhecendo que o direito à permanência é parte indissociável do direito à educação e ao bem-estar.

6.3 Dimensões materiais e imateriais na prática institucional

A análise das dimensões materiais e imateriais da PNAES, evidencia a interdependência entre normas e implementação prática. Nos casos estudados, a UFSM mantém sólida estrutura de auxílios financeiros, mas apresenta lacunas na integração dos eixos imateriais; a UFFS possui normativos avançados, mas menor efetividade operacional; enquanto a Unipampa combina normativos claros com integração intersetorial, consolidando programas de saúde mental, cultura, esporte e apoio pedagógico. Assistentes sociais que trabalham na execução e os que trabalham na gestão da política atuam como mediadores entre prescrição legal e realidade institucional, reinterpretando diretrizes, adaptando procedimentos e promovendo o bem-estar estudantil como dimensão estruturante. A conjugação entre redistribuição, reconhecimento e sociabilidade revela que a efetividade da política depende de coordenação estratégica, inovação institucional e legitimação simbólica, fortalecendo a justiça social vivida nas IFES (Fraser, 2001; Lipsky, 1980; Dubet, 2011; Lotta, 2012).

As dimensões materiais e imateriais da PNAES foram examinadas a partir da experiência das IFES, revelando diferenças e convergências na forma de implementação. Enquanto os auxílios financeiros garantem condições básicas de permanência, os programas de saúde mental, cultura, esporte e convivência evidenciam a importância de componentes simbólicos e de pertencimento, articulando políticas compensatórias e de bem-estar integral.

A análise empírica das três universidades investigadas revelou que a efetividade da Política Nacional de Assistência Estudantil depende da articulação equilibrada entre as dimensões materiais (■) e imateriais (■). O eixo material garante a subsistência e a estabilidade básica dos estudantes, enquanto o eixo imaterial sustenta os vínculos, o pertencimento e a integração simbólica ao espaço universitário. Quando esses planos não se comunicam, a permanência se fragiliza e o bem-estar se torna vulnerável, configurando o que Fraser (2001) denomina de justiça incompleta: redistribuição sem reconhecimento ou reconhecimento sem redistribuição.

De modo geral, a análise evidenciou que as três IFES investigadas apresentam trajetórias distintas no processo de institucionalização dessas dimensões, configuradas por avanços, lacunas e desigualdades territoriais. Essas especificidades refletem diferentes formas de organização, gestão e priorização das ações, as quais serão sintetizadas a seguir a partir das características predominantes em cada contexto institucional:

UFESM – Apresenta estrutura material consolidada e capacidade técnica elevada, resultado de uma trajetória institucional longa e de políticas de permanência anteriores ao PNAES. Entretanto, a análise evidenciou desigualdade territorial e baixa integração dos eixos imateriais fora da sede, o que revela concentração de recursos e atividades em determinados *campi*.

“O aluno tem bolsa, RU, moradia [...] mas continua isolado.” (UFESM-EXEC-01)
Essa fala ilustra a disjunção entre segurança material e pertencimento simbólico — situação em que o estudante é beneficiário da política, mas não se reconhece como integrante ativo da comunidade acadêmica.

UFFS – Enfrenta fragilidade simultânea nas duas dimensões. Possui arcabouço normativo relevante, sobretudo em programas de esporte e lazer, mas carece de sustentação operacional e continuidade. O modelo de implementação é fortemente dependente de editais temporários e de iniciativas individuais, o que compromete a perenidade das ações.

“As ações são boas, mas não se sustentam.” (UFFS-EXEC-05)

O caso da UFFS demonstra que o reconhecimento simbólico sem o suporte redistributivo (Fraser, 2003) tende à descontinuidade e à invisibilidade institucional.

Unipampa – Destaca-se pelo avanço recente de integração normativa e expansão intersetorial, com a criação de programas articulados ao bem-estar e à saúde mental, como as Portarias nº 1062 e 1404/2025 e a Chamada Interna nº 04/2025 (Vale Cultura Estudante). Essa trajetória indica um processo de institucionalização estratégica em curso, no qual os eixos imateriais passam a ser reconhecidos como estruturantes da política, e não como ações complementares.

O modelo da Unipampa revela um esforço de superação do paradigma compensatório, caminhando para a construção de uma política de convivência e pertencimento, coerente com o conceito de justiça social ampliada (Fraser, 2009).

À luz das teorias mobilizadas, observa-se que a justiça redistributiva, conforme Rawls (2002), constitui condição necessária, mas não suficiente, para a equidade de oportunidades. Fraser (2001) amplia esse horizonte ao afirmar que a justiça plena requer também reconhecimento e participação paritária, e Dubet (2011) acrescenta que a legitimidade das políticas depende da coerência entre discurso e experiência — a chamada justiça vivida. Por sua vez, Simmel (2006) lembra que a sociabilidade e as interações cotidianas são o solo a partir do qual se produz o sentimento de pertencimento e de identidade coletiva.

Em síntese, a análise comparativa permite concluir que a maturidade institucional da assistência estudantil se manifesta quando as dimensões materiais e imateriais operam de forma integrada, retroalimentando-se em um ciclo de equidade, reconhecimento e convivência. Quando a redistribuição garante condições objetivas e o reconhecimento fortalece o vínculo subjetivo, a política alcança o seu propósito maior: transformar a universidade em um espaço de justiça social e bem-estar.

6.4 Benefícios diretos × indiretos e o desafio da universalização

A análise comparativa das três IFES revelou que a consolidação da assistência estudantil no Brasil ocorreu, historicamente, sob uma matriz fortemente focalizada e compensatória, na qual o benefício direto — representado pelos auxílios financeiros individuais — tornou-se o principal instrumento de visibilidade da política. Embora indispensáveis à subsistência discente, esses mecanismos revelam limites estruturais quando isolados, pois não conseguem abranger dimensões mais amplas da experiência universitária, como a convivência, o pertencimento e o bem-estar coletivo. Nesse sentido, o desafio atual consiste em transitar de

um modelo compensatório para um modelo universalista, no qual os benefícios indiretos — ações, serviços e espaços compartilhados — sejam reconhecidos como parte essencial da política de permanência.

A centralidade histórica dos auxílios financeiros individuais evidencia a importância dos benefícios diretos na garantia das condições mínimas de permanência. Esses recursos, embora fundamentais, revelam limites quando considerados isoladamente, especialmente diante da complexidade das demandas estudantis contemporâneas.

A trajetória da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) reflete o predomínio de uma lógica redistributiva e focalizada, que prioriza o repasse direto de recursos financeiros aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa orientação foi crucial para assegurar o acesso de grupos historicamente excluídos do ensino superior, mas, com o tempo, cristalizou uma visão restrita da assistência estudantil, associando-a quase exclusivamente a transferências monetárias.

Como indicam as entrevistas:

“Tudo ainda gira em torno do repasse de dinheiro, é o que o estudante enxerga como política.” (UNIPAMPA-EXEC-02)

“Nosso desafio é fazer entender que assistência não é só auxílio.” (UFESM-GEST-03)

Essas falas revelam uma compreensão generalizada da política como instrumento de reparação econômica, em detrimento de sua dimensão formativa e relacional. No entanto, conforme argumenta Fraser (2001), a justiça social requer a articulação entre redistribuição e reconhecimento — ou seja, a compensação material precisa vir acompanhada do reconhecimento simbólico e da participação paritária dos sujeitos nas práticas sociais e institucionais. Quando a política se limita à dimensão redistributiva, corre o risco de reproduzir desigualdades culturais e simbólicas, perpetuando hierarquias de pertencimento.

Sob a ótica de Rawls (2002), políticas puramente redistributivas podem garantir a “equidade formal” de oportunidades, mas não asseguram a “equidade real”, que depende de condições institucionais concretas de desenvolvimento e de uma estrutura justa que permita o florescimento individual e coletivo. Assim, a assistência estudantil, ao restringir-se à lógica dos auxílios, assegura a sobrevivência, mas não necessariamente a participação plena na vida universitária.

Dubet (2011) amplia essa reflexão ao propor a noção de igualdade de posições, segundo a qual a justiça não se realiza apenas pela compensação das carências, mas pela criação de ambientes onde todos possam viver experiências reconhecidas como legítimas e justas. Nesse

sentido, o foco exclusivo nos benefícios diretos pode produzir o que o autor chama de injustiça vivida: quando o estudante é beneficiário material, mas se percebe invisível, isolado ou desvalorizado.

Do ponto de vista sociológico, Simmel (2006) lembra que o bem-estar se enraíza nas formas de sociabilidade e pertencimento que emergem da convivência cotidiana. A ênfase exclusiva na transferência monetária ignora essa dimensão relacional e simbólica, reduzindo o estudante a um receptor de política, e não a um participante de uma comunidade educativa.

Portanto, o predomínio histórico dos benefícios diretos, ainda que compreensível como resposta emergencial às desigualdades econômicas, mostra-se insuficiente frente ao novo paradigma da Lei nº 14.914/2024, que reconhece “outras hipossuficiências” — emocionais, relacionais e culturais — como determinantes da vulnerabilidade. A ampliação conceitual da política exige, assim, uma revisão de suas práticas e indicadores, orientando-as para a universalização do bem-estar e para o fortalecimento da vida coletiva no espaço universitário.

Paralelamente, a ampliação de serviços, programas e espaços coletivos aponta para o fortalecimento dos benefícios indiretos, voltados à promoção do bem-estar, da convivência e do pertencimento institucional. Essas ações contribuem para a construção de ambientes mais inclusivos e humanizados no contexto universitário.

Os benefícios indiretos representam uma dimensão emergente e estratégica da assistência estudantil contemporânea. Diferentemente dos auxílios financeiros, essas ações não dependem de comprovação de renda nem de focalização individual; são estruturadas como bens coletivos — espaços, serviços e atividades que promovem o bem-estar cotidiano, a convivência e o pertencimento. Tais benefícios se materializam em políticas institucionais que tornam o ambiente universitário mais acolhedor, saudável e participativo, consolidando a assistência estudantil como política de direito universal à permanência.

Na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), esse movimento se expressa em um conjunto de ações recentes que traduzem a passagem da lógica compensatória para a lógica de bem-estar coletivo. Entre elas destacam-se:

- o Programa de Esportes e Bem-Estar (Portaria nº 1404/2025), que institui um calendário contínuo de atividades físicas, recreativas e integradoras nos *campi*;
- o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes (Portaria nº 1062/2025), que organiza oficinas, grupos e rotinas de acolhimento psicossocial;

- e o Vale Cultura Estudante (Chamada Interna nº 04/2025), concebido como política de transição entre benefício direto e ação de caráter coletivo, ao fomentar a fruição cultural como parte do bem-estar estudantil.

Essas experiências demonstram que a ampliação da assistência estudantil não se limita à criação de novos auxílios, mas à reconfiguração das práticas institucionais — uma mudança de paradigma que desloca o foco da transferência monetária para a vivência universitária integral. Contudo, as entrevistas indicam que esse processo ainda enfrenta resistências e ambiguidades interpretativas:

“A gente ainda trata cultura e saúde como se fossem mais um tipo de auxílio.”
(UNIPAMPA-EXEC-04)

Essa observação evidencia o desafio de superar a tendência à “monetarização do imaterial”, ou seja, a tentativa de enquadrar dimensões simbólicas e relacionais (como cultura, saúde ou esporte) dentro da lógica dos benefícios diretos. Trata-se de uma armadilha institucional e conceitual que reduz o potencial transformador dessas ações, ao convertê-las em instrumentos de compensação individual em vez de bens comuns que produzem pertencimento e coesão social.

À luz de Fraser (2009), a consolidação dos benefícios indiretos corresponde a um avanço em direção à justiça social ampliada, pois combina redistribuição, reconhecimento e representação — promovendo paridade participativa entre os sujeitos. Já para Dubet (2011), essa transição implica a passagem de uma política de “igualdade de oportunidades” (centrada na compensação individual) para uma de igualdade de posições, na qual todos têm acesso a ambientes e experiências legitimamente valorizados.

Nessa perspectiva, os benefícios indiretos assumem papel estruturante: criam condições institucionais de convivência justa, reforçam a legitimidade das políticas e consolidam o sentido público da universidade. Rawls (2002) reforça esse ponto ao afirmar que a equidade de oportunidades depende de instituições que assegurem não apenas a distribuição de recursos, mas também a estrutura básica de cooperação social, capaz de sustentar a autorrespeito e a participação de todos.

Complementarmente, Simmel (2006) recorda que a sociabilidade — o simples fato de compartilhar o espaço e o tempo com outros — é uma forma de produção de sentido e integração. Os programas de esporte, cultura e saúde mental cumprem justamente essa função: criam espaços de encontro e reconhecimento mútuo, onde o estudante deixa de ser apenas beneficiário e passa a ser parte ativa de uma comunidade acadêmica.

Em síntese, os benefícios indiretos são mais do que instrumentos complementares da política: são expressões materiais da dimensão relacional do bem-estar. Sua consolidação requer investimento contínuo, institucionalização normativa e reconhecimento simbólico, para que a assistência estudantil deixe definitivamente de ser vista como política de carência e passe a ser compreendida como política de convivência e dignidade. A universalização do acesso, nesse sentido, não significa uniformizar, mas garantir que todos os estudantes encontrem, na universidade, condições equitativas de viver, aprender e pertencer.

A articulação entre benefícios diretos e indiretos, entretanto, não ocorre de forma automática, exigindo planejamento, recursos, formação das equipes e compromisso institucional. A ausência dessa integração tende a fragmentar as ações e a reduzir o potencial transformador da política.

A transição da assistência estudantil de uma política compensatória, centrada em benefícios diretos, para uma política de bem-estar integral e de acesso universal, encontra sustentação em um conjunto articulado de referenciais teóricos que dialogam entre si na construção de uma concepção ampliada de justiça.

Para Fraser (2001), a justiça social plena exige a articulação indissociável entre redistribuição e reconhecimento. A redistribuição corrige as desigualdades materiais, enquanto o reconhecimento combate as hierarquias simbólicas e culturais que marginalizam determinados grupos. Nenhuma dessas dimensões, isoladamente, é suficiente: a ausência de reconhecimento pode transformar políticas redistributivas em mecanismos de tutela; a ausência de redistribuição pode reduzir o reconhecimento a mero gesto retórico. A PNAES, ao ampliar seu escopo normativo e incluir dimensões imateriais (Lei nº 14.914/2024, art. 3º, II), caminha na direção dessa justiça bidimensional, que conjuga equidade material e dignidade simbólica.

De modo convergente, Rawls (2002) compreende a justiça como equidade de oportunidades, fundada em instituições que garantam não apenas o acesso formal, mas condições reais de desenvolvimento e florescimento humano. Essa perspectiva reforça que a universidade, como instituição pública, deve oferecer uma estrutura justa de cooperação, capaz de sustentar a autorrespeito, a liberdade e a participação de todos. No contexto da assistência estudantil, isso significa que os programas não podem se limitar a compensar carências, mas precisam criar ambientes institucionais que promovam o bem-estar e a autonomia estudantil.

Dubet (2011; 2023), por sua vez, desloca o foco da justiça normativa para a justiça vivida. Para ele, uma política é justa quando é percebida e experimentada como tal pelos sujeitos que dela participam. A coerência entre o discurso institucional e a experiência cotidiana

é, portanto, elemento central da legitimidade política. No caso da PNAES, isso implica alinhar a retórica de “permanência com qualidade” à realidade vivida pelos estudantes: uma política só se realiza integralmente quando os beneficiários se sentem reconhecidos, respeitados e pertencentes à comunidade acadêmica.

A contribuição de Lipsky (1980; 2019) complementa esse quadro ao situar os burocratas de nível de rua — aqueles que executam as políticas no cotidiano — como mediadores decisivos entre norma e prática. Suas escolhas, interpretações e improvisações moldam a política real. Nas IFES analisadas, as falas das assistentes sociais ilustram essa dinâmica:

“Mesmo sem verba, a gente cria ações que juntam os alunos e isso faz diferença.”
(UFFS-EXEC-07)

Esse depoimento evidencia o papel ativo dos implementadores como produtores de inovação social. Mesmo diante da escassez de recursos, eles transformam a rigidez normativa em experiências coletivas significativas, materializando o que Dubet (2023) chamaria de justiça construída na ação e Fraser (2009) interpretaria como exercício prático de paridade participativa.

Em síntese, o referencial teórico aqui mobilizado sustenta que a efetividade da assistência estudantil não depende apenas do volume de recursos distribuídos, mas da capacidade institucional e relacional de transformar esses recursos em experiências de justiça. A transição para o paradigma da universalização do bem-estar exige, portanto, políticas que conciliem redistribuição (Fraser, 2001), equidade institucional (Rawls, 2002), legitimidade vivida (Dubet, 2011) e discricionariedade criativa (Lipsky, 1980). Essa é a base ética e analítica que sustenta as recomendações propostas na seção seguinte.

Assim, os impactos da assistência estudantil ultrapassam a dimensão econômica, alcançando aspectos pedagógicos, emocionais, sociais e culturais da experiência universitária. Essa abrangência reforça a necessidade de compreender os benefícios como parte de um sistema integrado de proteção e promoção da permanência.

A consolidação dos benefícios indiretos como eixo estruturante da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) requer não apenas reconhecimento conceitual, mas também instrumentalização administrativa e política. Trata-se de integrar ao planejamento universitário práticas que promovam o bem-estar coletivo e o pertencimento, elevando a assistência estudantil a uma política de convivência, e não apenas de compensação.

Do ponto de vista teórico, Fraser (2009) define a justiça social ampliada como o equilíbrio entre redistribuição, reconhecimento e participação, exigindo que cada dimensão se

traduza em mecanismos institucionais concretos. Assim, institucionalizar o imaterial significa criar condições estruturais para que saúde mental, cultura, esporte e sociabilidade tenham status de política pública — com metas, orçamento, espaços e indicadores próprios. Rawls (2002) reforça que a equidade de oportunidades depende da existência de instituições que sustentem o florescimento humano, e não apenas do provimento de recursos. Dubet (2011) acrescenta que a legitimidade da política se constrói quando o estudante percebe coerência entre o discurso de inclusão e sua vivência cotidiana, enquanto Simmel (2006) lembra que o bem-estar emerge das formas de sociabilidade que integram o indivíduo à vida comum.

Com base nessas perspectivas e nos achados empíricos da pesquisa, propõem-se diretrizes operacionais para a incorporação dos benefícios indiretos aos instrumentos de planejamento da Unipampa — especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2025–2029), os planos anuais de ação e os indicadores estratégicos da PRODAE:

a) Planejamento intersetorial entre PRODAE, PROCADI, PROEC, PROGRAD e PROGEPE, assegurando governança compartilhada, metas integradas e avaliação periódica das ações;

b) Criação de um calendário multicampi de ações universais (esporte, cultura, saúde mental, convivência), sincronizado ao calendário acadêmico e às realidades locais;

c) Implementação de espaços permanentes de convivência, como salas multiuso, áreas externas equipadas, jardins de leitura e rotinas de acolhimento nos *campi*;

d) Parcerias institucionais com prefeituras, SUS, SESC, secretarias de cultura e esporte, ampliando o alcance territorial e a sustentabilidade das ações;

e) Desenvolvimento de indicadores de monitoramento baseados em bem-estar e pertencimento (ver seção 6.5.4), incorporando-os aos relatórios anuais e ao PDI.

Essas medidas não apenas ampliam a cobertura e a capilaridade da assistência estudantil, mas fortalecem o sentido público da universidade, convertendo ações localizadas em políticas estruturantes e universais.

Quadro Geral 10 - síntese comparativo: Benefícios diretos × indiretos

Aspecto	Benefícios Diretos (■)	Benefícios Indiretos (■)
Natureza	Transferências monetárias individuais	Serviços, espaços e ações coletivas
Foco	Renda e subsistência	Vínculo, pertencimento e bem-estar
Alcance	Individual e focalizado	Coletivo e universal

Aspecto	Benefícios Diretos (■)	Benefícios Indiretos (■)
Impacto	Rápido, mas limitado no tempo	Contínuo e formador de comunidade
Custo-efetividade	Alto custo por beneficiário	Maior alcance por investimento
Efeitos	Mitigação da carência	Fortalecimento de vínculos, saúde, desempenho e permanência
Visibilidade social	Elevada (associada à renda)	Menor, porém mais sustentável e integradora

Legenda: ■ = material; ■ = imaterial. Fonte: elaboração própria.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em síntese, a institucionalização dos benefícios indiretos não substitui os mecanismos de redistribuição, mas os complementa e amplia, dando corpo àquilo que Fraser (2009) denomina de justiça social ampliada. Ao integrar redistribuição (■) e reconhecimento relacional (■), as universidades avançam para um modelo de permanência integral, no qual o direito à educação superior se realiza como experiência de dignidade, convivência e pertencimento.

6.5 Recomendações à Unipampa: consolidação da assistência estudantil como política de bem-estar e pertencimento

As análises empreendidas ao longo desta dissertação evidenciaram que a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) se encontra em um estágio singular de institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), marcado pela expansão normativa, pelo fortalecimento da integração intersetorial e pela incorporação progressiva das dimensões materiais e imateriais da permanência estudantil. Esse processo representa uma transição gradual de um modelo focalizado — centrado na distribuição de auxílios financeiros — para uma política de bem-estar e pertencimento, voltada à promoção integral da vida acadêmica.

Essa inflexão revela um amadurecimento institucional: a assistência estudantil deixa de ser apenas um mecanismo de compensação socioeconômica para afirmar-se como dimensão estratégica da justiça social universitária. A criação de programas como o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes (Portaria nº 1062/2025), o Programa de Esportes e Bem-Estar (Portaria nº 1404/2025) e o Vale Cultura Estudante (Chamada Interna nº 04/2025)

demonstra a capacidade da Unipampa de traduzir princípios teóricos em políticas efetivas, respondendo às múltiplas dimensões do bem-estar — emocional, físico, simbólico e relacional.

Contudo, o percurso investigativo revelou que a consolidação plena desse novo paradigma ainda enfrenta desafios estruturais. Entre eles destacam-se:

- a complexidade da multicampia, que exige equidade territorial e mecanismos de governança horizontal;
- a carência de equipes locais, que sobrecarrega a execução e fragiliza a continuidade das ações;
- a dependência de editais temporários, que dificulta a sustentabilidade dos programas;
- e a necessidade de institucionalizar programas recentes como políticas permanentes, integradas ao planejamento estratégico e ao orçamento institucional.

Esses desafios reforçam a importância de consolidar uma coerência sistêmica entre norma, estrutura e prática, de modo que o prescrito nas portarias e planos institucionais se traduza efetivamente na experiência estudantil cotidiana. Conforme discutido nos capítulos 4 e 5 e detalhado nos Apêndices F e N, o avanço da institucionalização depende da capacidade da universidade de planejar, monitorar e avaliar suas ações com base em indicadores de bem-estar e justiça educativa, articulando redistribuição (Fraser, 2001), equidade de oportunidades (Rawls, 2002) e justiça vivida (Dubet, 2011).

Nesse sentido, as recomendações a seguir têm caráter estratégico e propositivo. Elas foram elaboradas a partir da triangulação entre evidências empíricas e referenciais teóricos, buscando oferecer subsídios concretos para o fortalecimento da política institucional de assistência estudantil na Unipampa. Mais do que um conjunto de ações pontuais, tratam-se de diretrizes de governança, monitoramento e sustentabilidade, que reafirmam a assistência estudantil como política de Estado, indissociável da missão pública da universidade e orientada pela promoção da dignidade, da equidade e do pertencimento estudantil.

À luz dos resultados apresentados, torna-se imprescindível fortalecer os mecanismos de governança, planejamento e participação na política de assistência estudantil. A ampliação dos espaços de diálogo institucional contribui para maior transparência, corresponsabilidade e adequação das ações às realidades locais.

Do mesmo modo, faz-se necessário investir na formação continuada das equipes, no aprimoramento dos sistemas de informação e na consolidação de processos permanentes de monitoramento e avaliação. Essas iniciativas são fundamentais para garantir a sustentabilidade, a qualidade e a efetividade da política no longo prazo.

Com base nas análises empíricas e teóricas desenvolvidas ao longo desta pesquisa, apresentam-se a seguir cinco eixos estratégicos de recomendação à Universidade Federal do Pampa (Unipampa), voltados à consolidação da assistência estudantil como política de bem-estar, pertencimento e justiça social ampliada, conforme a concepção de Fraser (2001).

Esses eixos foram elaborados à luz das evidências empíricas obtidas nos estudos de caso e orientam-se pela perspectiva de que a efetividade da PNAES depende da integração entre redistribuição (■), reconhecimento (■) e sociabilidade, categorias que expressam o movimento de institucionalização do bem-estar como direito.

Eixo 1 – Consolidação institucional e governança intersetorial

Recomenda-se fortalecer a estrutura de governança intersetorial da política de assistência estudantil, integrando de modo definitivo as dimensões materiais e imateriais ao planejamento estratégico e orçamentário institucional. Essa integração deve ocorrer por meio de instâncias permanentes de coordenação entre PRODAE, PROCADI, PROEC, PROGRAD e PROGEPE, assegurando coerência entre programas e evitando sobreposição de ações.

Propõe-se, adicionalmente, a criação de Comitês Intersetoriais de Permanência e Bem-Estar em cada campus, com representação estudantil, técnica e docente. Tais comitês devem ter função deliberativa e de acompanhamento das ações locais, articulando o planejamento institucional com as necessidades territoriais e a diversidade dos públicos. Essa estrutura reforça a gestão democrática e o controle social da política, em consonância com o princípio de justiça procedimental defendido por Rawls (2002), segundo o qual instituições justas dependem de processos transparentes e participativos.

“A permanência não é responsabilidade de um setor, é um projeto da universidade.”
(UNIPAMPA-GEST-02)

A consolidação dessa governança ampliada representa o primeiro passo para o que Dubet (2011) define como justiça vivida — isto é, aquela percebida como legítima pelos sujeitos porque se traduz em práticas coerentes com os valores institucionais de equidade e solidariedade.

Eixo 2 – Reconfiguração do modelo de benefícios: do direto ao indireto

A predominância histórica dos benefícios diretos — auxílios financeiros e bolsas — expressa o legado compensatório da política de assistência estudantil. Embora essenciais, esses mecanismos não bastam para assegurar pertencimento, convivência e saúde emocional.

Recomenda-se, portanto, uma transição gradual para um modelo híbrido, que combine benefícios diretos (■) com ações universais e coletivas (■), de caráter formativo e relacional, voltadas a toda a comunidade discente.

Entre as estratégias sugeridas, destacam-se:

- Criação de espaços permanentes de convivência e lazer nos *campi*, que promovam sociabilidade e integração entre cursos;
- Calendários regulares de ações culturais, esportivas e de saúde, integrados ao calendário acadêmico;
- Parcerias interinstitucionais com prefeituras, SESC, secretarias de cultura e esporte, para uso compartilhado de equipamentos públicos;
- Ações preventivas e educativas em saúde mental, como oficinas, grupos de apoio e rodas de conversa permanentes.

Conforme Fraser (2001), a justiça só é plena quando redistribuição e reconhecimento se articulam em um mesmo arranjo institucional. Assim, a ampliação dos benefícios indiretos traduz-se em um avanço para a justiça relacional e o bem-estar coletivo, pois fortalece laços comunitários e democratiza oportunidades simbólicas. Dubet (2023) complementa que políticas vividas como espaços de convivência e reconhecimento ampliam o sentimento de pertencimento e legitimidade institucional.

“A gente ainda trata cultura e saúde como se fossem mais um tipo de auxílio, mas são dimensões da vida estudantil.” (UNIPAMPA-EXEC-04)

Eixo 3 – Fortalecimento das equipes locais e redução das assimetrias territoriais

A multicampia, expressão da política de interiorização das universidades federais, constitui também um desafio operacional para a equidade de oportunidades. As entrevistas revelaram que a concentração de equipes e recursos na sede da Unipampa compromete a efetividade da política e amplia desigualdades territoriais.

Recomenda-se:

- A distribuição equitativa de técnicos e recursos entre os *campi*, com base em indicadores de vulnerabilidade e número de matrículas;
- Formação continuada das equipes em temáticas como saúde mental, diversidade, cultura e inclusão, promovendo qualificação e fortalecimento institucional;
- Criação de Núcleos Locais de Permanência e Bem-Estar, articulados aos comitês intersetoriais, para garantir capilaridade e autonomia de execução.

Essas medidas concretizam o princípio da equidade de oportunidades proposto por Rawls (2002) e integram redistribuição territorial e reconhecimento institucional, conforme a abordagem de Fraser (2001).

Além disso, reforçam a importância da atuação dos burocratas de nível de rua (Lipsky, 1980; Lotta, 2012), ao reconhecer que a efetividade da política depende da autonomia, do engajamento e da capacidade de mediação dos profissionais que a implementam.

“Temos boas políticas, mas sem equipe suficiente é difícil transformar norma em prática.” (UNIPAMPA-EXEC-04)

Eixo 4 – Monitoramento, avaliação e indicadores de bem-estar

A consolidação da política de assistência estudantil requer instrumentos permanentes de monitoramento e avaliação, capazes de medir impactos para além dos indicadores financeiros. Recomenda-se a criação de um Painel Institucional de Indicadores de Permanência e Bem-Estar, articulado ao PDI 2025–2029 e aos relatórios anuais da PRODAE, com atualizações periódicas e acesso público.

Esse painel deve contemplar:

- indicadores de evasão, retenção e desempenho acadêmico;
- níveis de participação estudantil em ações culturais, esportivas e de saúde;
- índices de satisfação e pertencimento;
- e análises qualitativas derivadas de pesquisas de clima institucional.

A avaliação sistemática amplia a noção de efetividade da política, permitindo que a universidade compreenda o bem-estar como dimensão mensurável da justiça educativa. Tal perspectiva alinha-se à concepção de Fraser (2001), para quem o reconhecimento deve ser acompanhado de redistribuição efetiva, e à de Dubet (2011), que defende que políticas legítimas são aquelas percebidas como justas na experiência cotidiana.

“As portarias foram um avanço, mas exigem estrutura para se manter.” (UNIPAMPA-GEST-02)

Eixo 5 – Formação, cultura institucional e sustentabilidade da política

A sustentabilidade da política de assistência estudantil depende da consolidação de uma cultura institucional do bem-estar, na qual a permanência seja compreendida não como ação assistencial, mas como dimensão formativa da educação pública.

Para tanto, recomenda-se a criação de programas de formação continuada voltados a servidores, gestores e docentes, com ênfase em:

- práticas de acolhimento e comunicação não violenta;

- diversidade, equidade e inclusão;
- gestão de projetos de bem-estar e convivência;
- e integração entre ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

Essas formações devem ocorrer de forma sistemática, com financiamento estável e certificação institucional, de modo a consolidar o compromisso ético-político da universidade com a promoção de ambientes saudáveis e inclusivos.

Segundo Simmel (2006), as relações de pertencimento e reconhecimento são produzidas nas interações sociais cotidianas — e é nesse nível que a cultura institucional se transforma em experiência de justiça e coesão.

“A assistência estudantil precisa deixar de ser vista como favor ou ajuda. Ela é parte da educação pública.” (UNIPAMPA-EXEC-01)

Síntese conclusiva - As recomendações apresentadas configuram um redesenho estratégico da assistência estudantil na Unipampa, orientado pela integração intersetorial, pela equidade territorial e pela institucionalização das ações para o atendimento da dimensão imaterial como políticas estruturantes.

Essas diretrizes convergem com o conceito de justiça social ampliada (Fraser, 2001), que articula redistribuição material e reconhecimento simbólico, e com a noção de justiça vivida (Dubet, 2011), expressa nas experiências cotidianas de pertencimento, convivência e dignidade.

Ao adotar esses princípios, a Unipampa não apenas consolida sua política de permanência, mas se posiciona como referência entre as IFES que compreendem a assistência estudantil como projeto emancipador, capaz de integrar bem-estar, equidade e cidadania no horizonte da educação pública e da justiça social.

6.6 Considerações Finais

A presente pesquisa partiu de uma inquietação central: em que medida e de que modo a integração entre as dimensões materiais e imateriais da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se realiza nas universidades federais, e como essa integração pode elevar o bem-estar estudantil e reduzir evasão e retenção, especialmente no contexto multicampi da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Essa pergunta sintetizou o problema de pesquisa e deu origem a um conjunto articulado de hipóteses e objetivos que orientaram todo o percurso investigativo. Buscou-se compreender como as ações voltadas às necessidades materiais — alimentação, moradia, transporte, auxílios financeiros —, tradicionalmente consolidadas nas IFES, poderiam articular-se às dimensões

imateriais — saúde mental, cultura, esporte, apoio pedagógico e inclusão —, compondo uma política de bem-estar integral e de justiça social ampliada.

O desenvolvimento da pesquisa confirmou que a efetividade da PNAES depende não apenas da provisão de recursos financeiros, mas da capacidade institucional de integrar redistribuição (■) e reconhecimento (■) em arranjos de convivência, pertencimento e dignidade. A consolidação desse paradigma exige, como demonstrado nos capítulos anteriores, estruturas institucionais sensíveis à diversidade, práticas colaborativas e mediações atentas entre norma e realidade.

Retomada das hipóteses e validação dos resultados: As quatro hipóteses formuladas na Introdução foram examinadas à luz das análises documental e empírica desenvolvidas nos capítulos 4 e 5, sendo todas confirmadas em maior ou menor grau, com evidências que as aprofundam e qualificam.

H1 – Condição necessária, mas não suficiente - As ações materiais — moradia, alimentação, transporte, auxílios — mostraram-se essenciais, porém insuficientes para assegurar permanência qualificada. Confirmou-se que garantem a subsistência, mas não produzem, por si sós, pertencimento ou engajamento institucional. Nas três IFES analisadas, os programas votados ao atendimento da dimensão material formam o núcleo histórico da política, porém a evasão e a desmotivação persistem onde faltam vínculos simbólicos e afetivos. Essa constatação corrobora Simmel (2006), para quem a coesão social não nasce apenas da satisfação das necessidades objetivas, mas da experiência intersubjetiva de se reconhecer como parte de um grupo.

H2 – Dimensões imateriais como fator de permanência qualificada - A segunda hipótese também se confirmou: onde existem ações imateriais institucionalizadas, como programas de saúde mental, cultura e esporte, a percepção de pertencimento e bem-estar é mais forte. Na Unipampa, iniciativas como o Programa de Saúde Mental Sustentável (Portaria nº 1062/2025) e o Programa de Esportes e Bem-Estar (Portaria nº 1404/2025) evidenciam o potencial dessas dimensões para fortalecer vínculos e reduzir vulnerabilidades. Conforme Fraser (2009), políticas eficazes articulam redistribuição e reconhecimento; e, em Simmel (2006), tais dimensões imateriais são o terreno onde se produz a sociabilidade que sustenta o sentido coletivo da vida universitária.

H3 – Integração e justiça social ampliada - A análise comparativa entre UFSM, UFFS e Unipampa demonstrou que a maturidade institucional da PNAES está diretamente associada ao grau de integração entre eixos materiais e imateriais. A UFSM apresenta consolidação

normativa seletiva; a UFFS possui reconhecimento formal, mas fragilidade operacional; e a Unipampa avança em um modelo híbrido e intersetorial. Essa constatação valida a hipótese de que a justiça educativa é ampliada quando as instituições equilibram igualdade e diferença, universalidade e especificidade, conforme Fraser (2003) e Dubet (2011). Nas universidades que incorporam a paridade participativa — escuta, representação e co-gestão —, os estudantes relatam maior engajamento e percepção de justiça vivida.

H4 – Implementação como mediação institucional - A quarta hipótese foi amplamente confirmada: a efetividade da política depende da mediação dos burocratas de nível de rua — no caso, as assistentes sociais que atuam nos *campi* e nas pró-reitorias. Inspirada em Lipsky (1980; 2019) e Lotta (2012), a análise das entrevistas mostrou que as políticas se realizam nas fronteiras entre norma e realidade. São as profissionais que traduzem diretrizes em práticas sensíveis, adaptam programas às condições locais e criam soluções diante da escassez de recursos. Essa dimensão micro da implementação explica por que a mesma política pode gerar resultados distintos em diferentes contextos institucionais.

Em síntese, a análise empírica confirmou a validade do modelo analítico proposto, no qual a integração entre dimensões materiais e imateriais é condição para a consolidação da assistência estudantil como política pública de bem-estar integral.

Da compensação à convivência: o novo paradigma da PNAES: A aprovação da Lei nº 14.914/2024 representa um marco na trajetória da assistência estudantil, ao transformar a PNAES em política de Estado e ampliar o conceito de vulnerabilidade para incluir “outras hipossuficiências” de ordem psicossocial, cultural e territorial. Essa mudança normativa simboliza a transição de uma política compensatória para uma política relacional, que reconhece o estudante como sujeito integral de direitos.

O novo paradigma redefine a finalidade da assistência: não se trata apenas de mitigar carências, mas de promover bem-estar e justiça educativa. Nessa lógica, Rawls (2002) lembra que instituições justas requerem oportunidades reais, e não apenas formais; Fraser (2009) defende que redistribuição e reconhecimento são interdependentes; e Dubet (2023) acrescenta que a política só é legítima quando é vivida como justa. Já em Simmel (2006), a convivência e a sociabilidade são os espaços onde se produz a confiança coletiva — dimensão indispensável para a permanência estudantil.

As evidências empíricas mostraram que a Unipampa, ao integrar esses princípios em suas novas portarias e programas, avança de uma lógica assistencialista para uma lógica de pertencimento e emancipação, consolidando um modelo inovador entre as IFES multicampi.

A principal contribuição desta dissertação consiste na formulação de um modelo analítico bidimensional, que permite compreender a assistência estudantil como política interdependente entre redistribuição material (■) e reconhecimento simbólico e relacional (■). Esse modelo oferece indicadores de maturidade institucional e diretrizes estratégicas para o aprimoramento das políticas de permanência, especialmente em universidades multicampi.

O estudo reafirma, ainda, o valor da pesquisa aplicada à gestão pública, demonstrando que a produção acadêmica pode gerar impactos concretos e orientar inovações institucionais. O caso da Unipampa ilustra essa potência: ao conjugar reflexão teórica e prática administrativa, a pesquisa produziu resultados tangíveis, como a criação de programas e núcleos voltados ao bem-estar e à integralidade do estudante.

Do ponto de vista teórico, a dissertação contribui para consolidar a noção de bem-estar estudantil como categoria analítica e política, articulando as dimensões de justiça distributiva (Rawls), reconhecimento e paridade participativa (Fraser), justiça vivida (Dubet), socição (Simmel) e implementação de nível de rua (Lipsky; Lotta). Esse arcabouço conceitual oferece bases sólidas para análises futuras sobre a efetividade da PNAES e suas transformações recentes.

Conclui-se que as evidências e reflexões aqui apresentadas demonstram que a assistência estudantil é mais do que uma política compensatória: é um projeto de justiça educativa e emancipação social, que concretiza os princípios constitucionais de igualdade e dignidade.

Sua consolidação como política de Estado exige financiamento estável, equipes qualificadas, governança intersetorial e instrumentos de monitoramento orientados ao bem-estar, à inclusão e ao pertencimento.

Ao final deste percurso, reafirma-se que garantir permanência é garantir dignidade.

A Unipampa emerge como um laboratório institucional de integração entre redistribuição (■), reconhecimento (■) e sociabilidade, confirmando que a universidade pública pode ser, simultaneamente, espaço de formação, convivência e justiça.

Como agenda futura, propõe-se o fortalecimento de redes de pesquisa entre IFES, dedicadas à mensuração longitudinal de indicadores de bem-estar estudantil, à avaliação de políticas multicampi e à análise de custo-efetividade dos benefícios indiretos.

Esses estudos poderão contribuir para consolidar a PNAES como política nacional de bem-estar integral, sustentada por uma concepção ampliada de vulnerabilidade e pelo compromisso ético com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/pBtyBfxJqkXbvzwVvcQprzS/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- ALMEIDA, Bruno Rocha; TEIXEIRA, Maria Odília. Bem-estar e adaptabilidade de carreira na adaptação ao ensino superior. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 19-30, jan.-jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/04.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- ALMEIDA, Daniela da Cunha Lopes. **Contribuições da Psicologia Escolar e Educacional para um estudo sobre as nuances da evasão em um campus universitário**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34585/1/Contribui%c3%a7%b5esPsicologiaEscolar.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.
- AMARAL, Cledir de Araújo; SOARES, Priscila da Silva. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. **Educação e Pesquisa**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/W3rSB3FhJJpGy3vRwmBDxJg/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de. **Desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários: Relação com indicadores de assistência estudantil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148254/001000409.pdf?sequenc>. Acesso em: 01 nov. 2023.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, p. 574-597, jul.-nov. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira et al. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 3, p. 863-883, set.-nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CW7CvT8tqBYZs5wWp8V7WFs/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ARAÚJO, Ana Carolina da Costa. **Evasão universitária e possibilidades para a atuação do Psicólogo no ensino superior**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2021. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 01 nov. 2023.

ARAÚJO, Ana C. P. L. de; MARIANO, Francisca Z.; OLIVEIRA, Celina S. Determinantes acadêmicos da retenção no Ensino Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 1045-1066, out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902255>.

ARAÚJO, Vagner Campos de. **Ações de assistência estudantil em saúde mental frente ao sofrimento psíquico em graduandos nas instituições federais de ensino superior brasileiras**. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, 2020. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2420/1/vagner_campos_araujo.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

BACK, Larissa brand. **Política de assistência estudantil: interfaces com o reconhecimento das diferenças e a promoção da equidade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1218/1/BACK.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BARCELLOS, Luciana Ferreira. **Interdiscursividade e práticas cotidianas: modos de fazer/operar a política de reserva de vagas na UERJ**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21803/21803.PDF>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BAUMGARTEN, Luisa Marques da Rocha. **Os efeitos da política de austeridade fiscal no orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil entre os anos de 2015 e 2021**. 2022. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/browse?type=author&value=Baumgarten%2C+Luisa+Marques+da+Rocha>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 559-568, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/FY4SFtWPcDrkKbxCyJwQkKL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. [Decreto n. 6096 (2007a)]. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. [Portaria Normativa n. 39 (2007b)]. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2024]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. [Lei n. 14.914 (2024)]. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. [Decreto n. 7234 (2010)]. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. [Lei n. 8.742 (1993)]. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise ex post, Volume 2**. Brasília, 2018. v. 2. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guiaexpost.pdf/view>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CARLOMAGNO, Márcio; ROCHA, Leonardo. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **JO Revista Eletrônica de Ciência Política**, jun. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305416244_Como_criar_e_classificar_categorias_para_fazer_analise_de_conteudo_uma_questao_metodologica. Acesso em: 11 nov. 2023.

CARVALHO, Carla Jesus de. **Saúde mental e estratégias de enfrentamento de universitários no contexto da pandemia de Covid-19**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, 2021. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3965/2/PDF%20-%20Carla%20Jesus%20de%20Carvalho>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CARVALHO, Emmanoel Ferreira. **A atenção à saúde na assistência estudantil nas universidades federais do Nordeste**. 2022. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior na Modalidade Profissional (MPPGAV) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22830>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CESPEDES, Juliana Garcia, et al. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 1013-1044, out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTKKdFKGHvVPWNC/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CHAVES, Jussara de Lourdes Ferreira. **Análise e melhoria dos processos de trabalho do psicólogo na assistência estudantil**. 2020. Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes - Mestrado Profissional – Universidade Federal da Paraíba, João

Pessoa, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20358/1/JussaraDeLourdesFerreiraChaves_Dissert.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

COLETA, José Augusto Dela; COLETA, Marília Ferreira Dela. Felicidade, bem-estar subjetivo e comportamento acadêmico de estudantes universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 533-539, set./dez. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/D3hXTw5pXdRSnN5LPBZQYPP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COLIN, Denise R. A. Apresentação. In: CRUS, José F. da; SILVA, Mônica A.; ALBUQUERQUE, Simone A. (orgs). **Caderno de orientações técnicas sobre gastos das equipes de referência do SUAS**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS, 2016. p. 7-8.

COSTA, Lorena Silva. **Atenção à saúde do escolar no Instituto Federal de Brasília: desafios para a consolidação de políticas intersetoriais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) – Escola Fiocruz de Governo, Brasília, 2019. Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49595/lorena_costa_fiodf_mest_2019.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 01 nov. 2023.

DILLY, Rosana Oliveira de. **O desenvolvimento do esporte enquanto política de assistência estudantil na Universidade Federal Juiz de Fora**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/7806/1/rosanaoliveiradilly.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

DUBET, François. **Repensar la justicia social**. 5. reimpr. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

DURAT, Kleber Rodrigo. **A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre assistência estudantil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, 2015. Disponível em:

<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1991/1/Kleber%20Rodrigo%20Durat.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 112-137, jan.-mar. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbw/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 14. ed. Upper Saddle River-NJ: Pearson, 2013.

FÉR, Priscila Marçal. **Arte e cultura na política e ações de assistência estudantil na universidade pública: uma via para a permanência?** 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-17012023-130010/publico/fer_corrigeida.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UNB, 2001. p. 245-282.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange**. London: Verso, 2003.

FRASER, Nancy. **Escalas de justiça: repensando o espaço político na era da globalização**. Tradução de Heloísa Jahn. São Paulo: Boitempo, 2009.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 21-48, jun. 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 06 out. 2023.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, e24712, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GIL, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Lucélia Maria Lima da Silva et al. Saúde mental na universidade: ações e intervenções voltadas para os Estudantes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e248060, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TFz6mNN9Pp6PtmYdPxBJxpz/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GONÇALVES, Liliene Honorato. **O Sistema de Saúde na Assistência Estudantil da UFV: A Percepção dos Estudantes de Graduação Beneficiados Pelo PNAES**. 2019. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/25868/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

HERINGER, Rosana R. et al. Para além do apoio material: avanços e desafios para a permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 185-209, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47456/f4gw1131>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/49611/34422>. Acesso em: 10 set. 2025.

IMPERATORI, Thais Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 302-321, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata** [2024]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 25 out. 2024.

JANUZZI, Paulo Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Ed. Alínea, 2001.

LAMMERS, Juliana M. S.; SANTOS, Bettina S.; TOASSI, Ramona F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, e154730, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698154730>.

LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Educação e Marxismo em Debate**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 14-24, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792/14337>. Acesso em: 05 nov. 2023.

LEITE, Janete Luzia. Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 725-750, out./dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13024. Acesso em: 30 jun. 2025.

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16251/1/TESE%20PDF%20PUBLICADA%20outubro%202015.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

LIMA, Maria Janete de. **Análise das políticas de assistência estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16988/2/MARIA_JANETE_LIMA.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 1, p. 248-275, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/6qh3QvDzgGtKw6H9xV7trhy/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

LIMA JUNIOR, P. et al. Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 157-178, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002701431>.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Tradução de Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

LIPSKY, Michael. Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo no serviço público. **Enap Repositório Institucional**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4158>. Acesso em: 08 out. 2025.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). **Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012. Disponível em: <https://perguntasapo.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/pend-08-gabriela-s-lotta-2-revisado-2.pdf>.

LOTTA, Gabriela S. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: FARIA, Carlos Aurélio P. (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 221-259. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/353078773/LOTTA-Gabriela-Desvendando-o-Papel-Dos-Burocratas-de-Nivel-de-Rua-No-Processo-de-Implementacao>.

LOURENÇO, Clarisse Cintra; GUERRA, Valeschka Martins. Educação Positiva: A aplicação da Psicologia Positiva a instituições educacionais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 505-514, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Y8Z7fc66J5nsG8Wn49zty6B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

LOWI, Theodore J. **The end of liberalism: The Second Republic of The United States**. 2. ed. 40th anniversary edition. New York; London: W.W. Norton & Company, 2009.

MACEDO, Geórgia Dantas; SOARES, Swamy de Paula Lima. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 2, p. 418-444, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/9C6KSdbH6qgbj4WdSp3LMJn/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATHIAS, Dionei. Pertencimento: discussão teórica. **ALEA**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 166-187, jan.-abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/202325110>.

MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves; RECKTENVALD, Marcelo. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 1, p. 89-114, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8rJtwcBryJG67DhKZ7grXFw/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MILL, John Stuart. **Liberdade; utilitarismo**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/60815562/Analise%20de%20conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MOURA, Gilceli Chagas. **O programa de assistência estudantil sob a ótica da inclusão social e da garantia de direitos: Um estudo realizado no Instituto Federal do Amapá.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, 2017. Disponível em:

<https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/2447/2/2017%20-%20Gilceli%20Chagas%20Moura.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

NACASU, Cedic Tempel. **Análise das práticas de atenção à saúde na assistência estudantil da Universidade Federal do Maranhão – Campus Bacanga.** 2022. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/3958>. Acesso em: 01 nov. 2023.

NASCIMENTO, Paula Helena Macedo. **A trajetória da assistência estudantil no processo de reestruturação e expansão das universidades federais: a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora no período de 2007 a 2017.** 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/8017>. Acesso em: 01 nov. 2023.

OIKAWA, Fabiana Midori. **Implicações do contexto universitário na saúde mental dos estudantes.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSCar Campus Sorocaba, Sorocaba, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11522/Disserta%3%a7%20%20Final%20Fabiana.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 01 nov. 2023.

OLIVEIRA, Cristiano de Souza. **A Universidade Promotora da Saúde: uma revisão de literatura.** 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23569/1/A%20UNIVERSIDADE%20PROMOTORA%20DA%20SA%20c3%9aDE_CRISTIANO%20OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

OLIVEIRA, Edson Marques; SCHER, Aline Juliana. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 1, p. 118-142, jan.-abr. 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/7nTzmXCjfKjffj6Cq3bPpfq/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PALAVEZZINI, Juliana. A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 26, n. 3, p. 770-798, set.-dez. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/vnLPr6rWQcKNPbG8Qn9WMYk/?lang=pt#>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PARSONS, Wayne. **Políticas públicas: una introducción a la teoría y práctica del análisis de políticas públicas.** México: FLACSO, 2007.

PAULA, Livia Pereira de. **Percepções da equipe sociopedagógica do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de São Paulo sobre o acompanhamento de alunos em situação vulnerável.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.up.edu.br/jspui/bitstream/123456789/298/1/LIVIA%20PEREIRA%20DE%20PAULA.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PEREIRA, Brisa de Assis. **Políticas culturais de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B78EPF/1/disserta__o___brisa_out.2018.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

PERISSINOTTO, Renato et al. (orgs.). **Política comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

POZOBON, Luciane Leoratto. **Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19168/DIS_PPGPPGE_2019_POZOBON_LUCIANE.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 01 nov. 2023.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação social**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RIBEIRO, Raquel da Silva. **Política de assistência estudantil: limites e possibilidades para formação de uma rede de atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação na Modalidade Profissional) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, UnB, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38968/1/2020_RaqueldaSilvaRibeiro.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

ROCHA, Cláudia Isabele dos Santos Pinho. **Assistência estudantil do ensino superior brasileiro: uma análise à luz da conquista da cidadania**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38928>. Acesso em: 30 jun. 2025.

RODRIGUES, Tatiane Carolina Martins Machado. **Protocolo de organização de serviços para o enfrentamento do sofrimento psíquico de universitários**. 2021. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho,” Campus de Botucatu, Botucatu, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/1e5a1f2a-8cbb-4963-bc27-70ad1a3d93a9/content>. Acesso em: 01 nov. 2023.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 4, p. 1121-1149, out.-dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SCHER, Aline J.; OLIVEIRA, Edson M. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 01, p. 5-26, mar. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772020000100002>.

SECCHI, Leandro. **Análise de Políticas Públicas. Diagnósticos de problemas e recomendações de soluções**. Centage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2023.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, Adão Rogério Xavier; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Demarcação histórica sobre a Política de Assistência Estudantil no Brasil. **Revista Exitus**, Santarém, vol. 10, e012044, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n0id1244>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SILVA, Alessandra de Moraes; SILVA, Silvia Maria Cintra da. Psicologia Escolar na Assistência Estudantil: estudo de caso no Cefet - MG Araxá. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, e180183, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TFz6mNN9Pp6PtmYdPxBJxpz/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA, Andressa Callegari. **Avaliação das políticas institucionais voltadas à garantia da permanência dos estudantes do ensino superior da UNEMAT Campus Alta Floresta**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/63444>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SILVA, Natalino Neves da, et al. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, e232491, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dmDJKXcngXtVZFHYBVvLBmv/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 5, p. 840-864, set.-out. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia. Indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro, 2006.

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. **Painel do Orçamento Federal [2025]**. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. [s.l.]: [2009]. p. 2-23. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/1/372>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SOUZA, José Pilla de Azevedo; DEMENECH, Lauro Miranda; DUMITH, Samuel C.; SILVA, Lucas Neiva. Sintomas de ansiedade generalizada entre estudantes de graduação: prevalência, fatores associados e possíveis consequências. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 71, n. 3, p. 191-197, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/phdLZspxdbSmbRtqGs5WtGh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

TEOTONIO, Isabelle Martins. **Avaliação da implementação do Programa de Atenção à Saúde do Estudante do Instituto Federal da Paraíba**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25379>. Acesso em: 01 nov. 2023.

TITON, Andréia Piana. **Psicologia escolar em contexto de educação profissional, científica e tecnológica: desafios e possibilidades de um trabalho construído em parceria**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia.) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219171/PPSI0878-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 nov. 2023.

TOTI, Michelle Cristine da Silva. **Apoio Pedagógico nos serviços de assuntos estudantis das universidades federais brasileiras: mapeamento, tendências e desafios**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1242232>

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS E BLOCOS TEMÁTICOS

O roteiro de entrevistas semiestruturadas foi construído com base nos objetivos da pesquisa e no modelo analítico proposto, considerando as dimensões materiais e imateriais da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

As entrevistas buscaram compreender como a política é estruturada, normatizada e executada nas três Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) analisadas — Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) —, bem como identificar convergências e especificidades entre instituições e entre seus respectivos *campi*.

Bloco 1.A - Estrutura institucional e abrangência da política

1. Como você descreveria a política de assistência estudantil da instituição?
A gestão/execução é centralizada ou descentralizada?
2. Considerando o previsto no artigo 5º da Lei nº 14.914/2024, a universidade desenvolve ações de Assistência Estudantil (AE) em todos os dez eixos propostos?

Ações de cultura

3. Existem políticas formalizadas ou normatizadas de incentivo à cultura?
Descreva os principais programas institucionais de cultura.
Qual é o público-alvo das ações de cultura?
Qual a periodicidade das ações de cultura?

Ações de esporte

4. Existe uma política de estímulo à prática esportiva regular na instituição?
Descreva os principais programas voltados à área de esportes.
Qual é o público-alvo das ações de esporte?
Qual a periodicidade das ações esportivas?

Ações de saúde

5. Existem políticas formalizadas ou normatizadas de promoção de saúde?
Descreva os principais programas para o atendimento da área de saúde.

Como são estruturadas as ações de promoção de saúde geral (preventivas e curativas) dos discentes?

Qual é o público-alvo das ações de saúde?

Qual a periodicidade das ações de saúde?

6. Como são estruturadas as ações de promoção de saúde mental (preventivas e curativas)?

Qual é o público-alvo das ações de saúde mental?

Qual a periodicidade das ações de saúde mental?

7. Qual o quadro de servidores envolvidos nas ações de promoção da saúde?

8. Qual é a relevância da institucionalização de políticas de promoção de saúde como parte da assistência estudantil?

9. Considerando que o Capítulo 10 da Lei nº 14.914/2024 estabelece o Programa de Atenção à saúde Mental dos Estudantes, na sua opinião, qual é a relevância desse programa para a Assistência Estudantil (AE)?

Ações de apoio pedagógico

9. Existem ações regulares para o acompanhamento do desempenho acadêmico dos discentes?

As ações de apoio pedagógico são regidas por normas institucionais?

10. Descreva os principais programas institucionais de apoio pedagógico.

Qual é o público-alvo das ações de apoio pedagógico?

Qual a periodicidade das ações de apoio pedagógico?

Ações de inclusão e acessibilidade

11. Como a instituição lida com a inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades específicas?

Existe um núcleo específico para o atendimento desse público?

Existe programa específico para a área de inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades especiais?

Como as ações da área de inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades especiais são estruturadas?

12. Como você vê o impacto dessas políticas inclusivas na permanência e sucesso acadêmico dos estudantes?

Institucionalização e normatização de ações imateriais

13. Qual a sua percepção sobre a institucionalização ou normatização de ações de dimensão imaterial dentro da assistência estudantil?

Evasão e lacunas nas dimensões imateriais

14. A falta de ações mais abrangentes que atendam às necessidades imateriais pode contribuir para a evasão dos discentes?

Desafios, lacunas e fatores que impactam a permanência

15. Na sua opinião, na sua instituição há algum aspecto negligenciado que deveria ser foco de atenção para aprimorar o impacto da assistência estudantil?
16. O que poderia ser melhorado ou ampliado para garantir a permanência dos estudantes?
17. No seu ponto de vista, quais são os principais dificultadores para a implementação de ações voltadas aos cinco eixos do PNAES — cultura, esporte, saúde, apoio pedagógico e inclusão e acessibilidade?

Observações finais

As entrevistas foram realizadas individualmente, de forma semiestruturada, com assistentes sociais das três IFES participantes da pesquisa, responsáveis pela execução da política em nível institucional e/ou local. O roteiro foi elaborado para favorecer uma escuta ampliada e reflexiva, conforme a abordagem “*bottom-up*” (Lipsky, 1980; Lotta, 2012), permitindo que as participantes abordassem livremente os temas propostos e acrescentassem percepções relacionadas à execução cotidiana da Política Nacional de Assistência Estudantil.

A organização dos blocos temáticos visou orientar a Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003) e a interpretação categorial (Yin, 2015), respeitando a fluidez das respostas e a singularidade institucional de cada caso.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS (GESTÃO × EXECUÇÃO – UFSM, UFFS E UNIPAMPA)

Introdução Metodológica

A análise comparativa apresentada neste apêndice tem como objetivo identificar convergências e divergências nas percepções de gestores(as) e executores(as) das políticas de assistência estudantil em três instituições federais de ensino superior (UFSM, UFFS e Unipampa), considerando os principais eixos de atuação relacionados às dimensões imateriais da política de assistência estudantil — cultura, esporte, saúde (geral e mental), apoio pedagógico e inclusão/acessibilidade — bem como a perspectiva da institucionalização dessas ações no âmbito institucional.

Para alcançar esse objetivo, optou-se por um desenho analítico fundamentado em Yin (2015), que concebe o estudo de casos múltiplos como estratégia de investigação robusta para compreender fenômenos contemporâneos em seus contextos reais. Segundo o autor, a lógica dos casos múltiplos permite identificar padrões replicáveis e contrastantes entre contextos distintos, fortalecendo a validade analítica por meio da triangulação de fontes e perspectivas. Nesse sentido, a coleta de entrevistas com sujeitos de diferentes perfis institucionais (gestão e execução) em cada instituição investigada possibilita observar a política sob múltiplos ângulos — estratégico, organizacional e operacional — favorecendo uma compreensão mais densa do processo de implementação.

Para o tratamento analítico das falas, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes (2003), que se estrutura em três movimentos: (i) desconstrução e unitarização dos textos (identificação de trechos significativos das falas), (ii) categorização (organização das unidades de sentido em categorias emergentes), e (iii) produção de metatextos interpretativos. Essa abordagem qualitativa foi especialmente útil para sistematizar os trechos literais das entrevistas em categorias analíticas que correspondem aos eixos temáticos do estudo, permitindo construir quadros comparativos entre os perfis institucionais e as instituições analisadas.

A interpretação dos dados também foi orientada pelos aportes teóricos de Lipsky (1980) e Lotta (2012) sobre a implementação de políticas públicas no nível da rua. Lipsky introduz o conceito de *street-level bureaucracy*, destacando o papel central dos agentes de execução — servidores que atuam diretamente na linha de frente — como formuladores de políticas na prática, especialmente em contextos de recursos limitados e normatização insuficiente. Lotta

(2012), ao trazer essa discussão para o contexto brasileiro, enfatiza que a implementação de políticas públicas depende de redes de relações horizontais, mediações cotidianas e arranjos locais, que podem tanto potencializar quanto restringir os objetivos das políticas formais.

Assim, a análise aqui apresentada articula dois níveis interpretativos:

Comparação interna (gestão × execução): evidencia as aproximações e diferenças de percepção entre os atores estratégicos e operacionais de cada instituição, revelando lacunas entre formulação e prática.

Comparação interinstitucional: identifica padrões comuns e específicos entre UFSM, UFFS e Unipampa, situando-as em diferentes estágios de institucionalização e consolidação das ações de assistência estudantil nas dimensões imateriais.

Os quadros analíticos organizados por eixo temático (B.1 a B.4) apresentam trechos literais selecionados das entrevistas para cada perfil, seguidos de sínteses interpretativas, fundamentadas nos referenciais teórico-metodológicos mencionados. Essa estrutura permite visualizar, de forma sistemática, os pontos de convergência e divergência entre os atores institucionais e entre as instituições, contribuindo para compreender os processos de implementação, os desafios estruturais e as estratégias locais que configuram a política de assistência estudantil no contexto multicampi das universidades federais analisadas.

Quadro 0.1 - Comparativo das falas sobre o eixo geral da política de assistência estudantil

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFSM	“A política é historicamente centralizada, mas com esforços recentes de descentralização planejada por meio dos núcleos locais.”	“A execução é descentralizada na prática, com bastante autonomia dos <i>campi</i> para adaptar ações conforme demandas específicas.”	Convergência parcial: ambos reconhecem a centralização normativa e a descentralização operacional, embora a execução enfatize maior autonomia prática.
UFFS	“A política de assistência estudantil tem diretrizes gerais centralizadas, mas a execução ocorre de forma descentralizada, articulada entre <i>campi</i> e reitoria.”	“Na prática, a execução depende muito das equipes locais; há descentralização, mas sem fluxos consolidados entre <i>campi</i> e sede.”	Forte convergência: ambos destacam um modelo descentralizado, com lacunas de articulação institucional que dificultam a uniformização das práticas.
Unipampa	“Existe um esforço institucional para que a política aconteça de forma descentralizada, embora o planejamento esteja concentrado na PRODAE.”	“Há um movimento de descentralização, mas ainda sem uma política integral; ações variam conforme prioridades e equipes de cada campus.”	Convergência clara: gestão e execução reconhecem um processo em andamento de descentralização, ainda não consolidado normativamente, com forte influência dos contextos locais.

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025).

Síntese Analítica – Eixo Geral

A análise das falas evidencia um padrão convergente entre as três instituições: as políticas de assistência estudantil são planejadas de forma centralizada (nível de reitoria), mas sua execução ocorre predominantemente de maneira descentralizada, com variações significativas entre os *campi*.

Essa dinâmica reflete um movimento institucional típico de universidades multicampi, no qual a descentralização operacional surge como resposta à diversidade territorial e de perfis estudantis. No entanto, tanto gestores quanto executores reconhecem lacunas normativas e de articulação intercampi, o que limita a consolidação de fluxos uniformes.

A partir de Yin (2015), observa-se um padrão replicável entre os casos, que reforça a validade externa do estudo de caso múltiplo. A análise textual discursiva de Moraes (2003) permite identificar unidades de sentido agrupadas na categoria “descentralização em construção”, recorrente em todos os discursos.

Com base em Lipsky (1980) e Lotta (2012), nota-se que os atores de execução operam como burocratas de linha de frente, ajustando diretrizes gerais às condições locais e assumindo papel ativo na adaptação da política — o que, por vezes, gera tensionamentos com a gestão central quando não há fluxos institucionais bem definidos.

Quadro 0.2 - Comparativo das falas sobre o eixo Cultura

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFSM	“Há políticas culturais consolidadas, com editais regulares e programas institucionais. O público-alvo são estudantes e comunidade acadêmica, com ações semestrais e anuais.”	“A cultura tem estrutura forte, com editais e chamadas anuais que envolvem estudantes de todos os <i>campi</i> . A execução ocorre de forma articulada.”	Convergência total: ambos destacam políticas culturais estruturadas, com ações regulares e ampla participação estudantil.
UFFS	“Existem ações culturais, mas ainda não há uma política institucionalizada plenamente. As ações têm caráter pontual e são conduzidas por setores específicos, como extensão.”	“As ações culturais são esporádicas e pouco articuladas com a assistência estudantil. Não há um programa específico voltado à permanência.”	Convergência forte: ambos reconhecem que não há política cultural consolidada, apenas ações isoladas e pontuais. Divergência leve: gestão enfatiza a presença de setores ativos; execução evidencia a falta de integração com a assistência estudantil.

Unipampa	“Ainda não existe política institucional de incentivo à cultura. Há movimentação inicial, mas é muito incipiente, com foco predominante nos auxílios financeiros.”	“Não há política formalizada de cultura. As ações são pontuais e dependem de iniciativas locais, sem continuidade. A institucionalização fortaleceria o pertencimento estudantil.”	Convergência clara: ambas as perspectivas ressaltam a ausência de política cultural formalizada e reconhecem o potencial dessa área para promover pertencimento e permanência.
----------	--	--	---

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025).

Síntese Analítica – Eixo Cultura

A análise revela três estágios distintos de institucionalização cultural entre as instituições. A UFSM apresenta um modelo consolidado, com políticas, editais e programas estruturados que articulam cultura e permanência estudantil. A UFFS encontra-se em uma etapa intermediária, com ações relevantes, porém ainda sem política formalizada e pouco integradas à assistência estudantil. Já a Unipampa demonstra um estágio inicial, com ações pontuais e ausência de normativas, apesar de reconhecer o potencial estratégico da cultura para promover pertencimento e bem-estar estudantil.

Pela análise textual discursiva de Moraes (2003), emergem categorias como “política consolidada” (UFSM), “ações setoriais isoladas” (UFFS) e “incipiência institucional” (Unipampa). A perspectiva de Yin (2015) evidencia uma replicação literal parcial: todas reconhecem a relevância da cultura, mas os níveis de institucionalização variam.

Segundo Lipsky (1980) e Lotta (2012), os agentes de execução nas instituições com menor estrutura (UFFS e Unipampa) assumem um papel de mediação pontual, apoiando iniciativas locais ou ações de extensão, mas sem respaldo normativo ou recursos estruturais — o que limita a continuidade e abrangência. Já na UFSM, a existência de políticas formais permite uma execução articulada, reduzindo a dependência de esforços individuais.

Quadro 0.3 - Comparativo das falas sobre o eixo Esporte

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFSM	“Há políticas institucionais de esporte consolidadas, com programas permanentes, estrutura física adequada e parcerias com cursos da área. As ações são regulares e universais.”	“As práticas esportivas são bem organizadas, com apoio institucional, calendários definidos e participação ampla dos estudantes. Existe política formal.”	Convergência total: ambas as perspectivas ressaltam a existência de uma política esportiva estruturada, com ações regulares e articulação entre gestão, cursos e comunidade acadêmica.

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFFS	“Há esforços para estruturar políticas esportivas, com setores específicos na pró-reitoria. Até então, havia apenas jogos universitários e compra de materiais, sem estratégia integrada.”	“As ações esportivas são pontuais, baseadas em jogos e iniciativas locais. A falta de estrutura e de parcerias limita a regularidade.”	Convergência forte: ambos reconhecem avanços recentes na criação de setores e estrutura, mas apontam que a política ainda está em formulação. Divergência leve: gestão enfatiza planejamento; execução evidencia dificuldades práticas e falta de sistematicidade.
Unipampa	“Ainda não há política formalizada de esporte. Há um movimento para estruturar um núcleo na pró-reitoria e iniciar uma política, mas ainda é incipiente.”	“Na prática, as ações esportivas ocorrem via atléticas estudantis e jogos, de forma localizada e com pouca abrangência institucional. A política precisa ser institucionalizada para alcançar todos os <i>campi</i> .”	Convergência clara: ambas reconhecem que não há política esportiva formalizada e que as ações atuais são locais e pontuais. Há consenso de que a institucionalização traria regularidade e ampliaria o impacto no pertencimento e bem-estar estudantil.

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025).

Síntese Analítica – Eixo Esporte

A análise evidencia três estágios distintos de institucionalização esportiva entre as instituições. A UFSM apresenta um modelo consolidado, com política formalizada, infraestrutura adequada, parcerias com cursos de Educação Física e ações regulares e universais. A UFFS está em um processo de estruturação, com avanços administrativos (criação de setor na pró-reitoria) e reconhecimento da importância estratégica do esporte, mas com práticas ainda fragmentadas. Já a Unipampa encontra-se em estágio incipiente, com práticas restritas a iniciativas locais, principalmente das atléticas, sem política formal nem articulação entre *campi*.

A partir da análise textual discursiva (MORAES, 2003), emergem categorias como “política consolidada” (UFSM), “política em formulação” (UFFS) e “ações localizadas” (Unipampa). Na perspectiva institucional, Yin (2015) indica replicação literal parcial: todas reconhecem a relevância do esporte, mas a capacidade institucional varia significativamente.

À luz de Lipsky (1980) e Lotta (2012), a ausência de estrutura esportiva formal nas instituições em estágios iniciais (UFFS e Unipampa) leva os agentes de execução a desempenharem papéis informais, apoiando práticas locais e eventos pontuais sem instrumentos normativos ou recursos adequados. Já na UFSM, a formalização e o suporte estrutural favorecem práticas regulares, universais e integradas à política de assistência estudantil.

Quadro 0.4 - Comparativo das falas sobre o eixo Saúde

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFSM	“A política de saúde estudantil está normatizada, com programas de prevenção e promoção da saúde mental e física, articulados ao SUS e aos cursos da área da saúde. Há acompanhamento regular e ações preventivas institucionalizadas.”	“Os serviços de saúde são bem integrados à rede SUS e aos cursos, com atendimentos contínuos e campanhas de prevenção. Existe política clara e consolidada.”	Convergência total: ambas as falas indicam a existência de estrutura formal consolidada, com articulação interna e externa, ações regulares e abordagem preventiva.
UFFS	“A saúde, assim como o esporte, é um dos eixos que mais precisa evoluir. As ações atuais são pontuais, sem política estruturada ou normativa. A equipe está deslocada para outras funções, o que limita o avanço.”	“Há iniciativas locais, voltadas sobretudo à saúde mental. Não há política institucional preventiva estruturada; as ações são reativas e dependem de projetos pontuais.”	Convergência forte: ambas as perspectivas reconhecem ausência de política estruturada e predominância de ações pontuais e curativas. Divergência leve: gestão enfatiza limitações estruturais e de equipe; execução ressalta caráter local e reativo.
Unipampa	“Não há política formalizada de saúde. Existe um movimento para institucionalizar ações, em articulação com outros setores, visando um olhar mais integral sobre o estudante.”	“A saúde mental é atendida por meio de acolhimento inicial e encaminhamentos à rede SUS. Não há política institucional de saúde preventiva; a atuação depende de articulações locais e do trabalho em rede.”	Convergência clara: ambos reconhecem ausência de política formal de saúde e a dependência de encaminhamentos externos. A execução enfatiza a prática cotidiana de articulação com SUS e acolhimento, enquanto a gestão aponta necessidade de articulação intersetorial para institucionalização futura.

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025).

Síntese Analítica – Eixo Saúde

A análise revela três níveis de maturidade institucional na condução do eixo saúde. A UFSM apresenta um modelo consolidado, articulado com o SUS e cursos da área da saúde, com políticas preventivas e regulares, integradas à assistência estudantil. A UFFS encontra-se em estágio incipiente, com ações locais e reativas, majoritariamente voltadas à saúde mental, sem políticas preventivas ou estrutura normativa. A Unipampa situa-se entre a formulação inicial e a prática localizada, com esforços de articulação, porém dependente de rede externa e sem políticas formais.

Com base na análise textual discursiva (MORAES, 2003), emergem categorias: “política estruturada e preventiva” (UFSM), “ações pontuais e reativas” (UFFS), “acolhimento e articulação em rede” (Unipampa).

Na perspectiva de Yin (2015), observa-se replicação literal parcial: todas as instituições reconhecem a importância do eixo saúde, porém a implementação varia conforme capacidades internas e arranjos institucionais.

À luz de Lipsky (1980), nas instituições em que a política é frágil (UFFS e Unipampa), os agentes de execução atuam como burocratas de nível de rua, mobilizando estratégias cotidianas para atender demandas de saúde, especialmente mental, por meio de articulação com a rede externa e iniciativas locais. Lotta (2012) destaca que, nesse contexto, a implementação depende fortemente da agência dos profissionais e da rede territorial, reforçando a importância da institucionalização para garantir regularidade e abrangência.

Quadro 0.5 - Comparativo das falas sobre o eixo Apoio Pedagógico

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFSM	“Existe política institucional normatizada para acompanhamento pedagógico, articulada com a pró-reitoria de graduação e coordenações de curso. Há ações regulares de monitoria, tutoria e acompanhamento de desempenho.”	“As ações são sistemáticas, com programas de apoio pedagógico bem estruturados e integração com docentes. O foco é preventivo e articulado.”	Convergência plena: tanto gestão quanto execução apontam para estrutura consolidada, integração intersetorial e abordagem preventiva, com suporte normativo.
UFFS	“O apoio pedagógico aparece como um eixo previsto, mas não há um programa universal. As ações são voltadas prioritariamente a alunos vulneráveis e normatizadas apenas por edital.”	“As ações ocorrem de forma pontual, sem articulação ampla com docentes. Faltam políticas universais e integração institucional.”	Convergência clara: ambas as falas indicam ausência de política ampla e normatização restrita. Divergência sutil: gestão foca na dimensão normativa (falta de programa universal); execução enfatiza os limites operacionais e de articulação docente.

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
Unipampa	“Existe o Programa de Apoio Social e Pedagógico, porém ele é voltado majoritariamente aos beneficiários da assistência estudantil. Há um movimento para ampliar o público e integrar com outras pró-reitorias.”	“O apoio pedagógico se concretiza principalmente no acolhimento inicial e ações de monitoria, mas de forma limitada e pouco articulada com coordenações e docentes. Falta institucionalização mais robusta.”	Convergência forte: ambas reconhecem existência de iniciativas, porém com foco restrito e pouca integração institucional. A gestão sinaliza intenção de ampliação; a execução evidencia os limites cotidianos e lacunas de articulação prática.

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025).

Síntese Analítica – Eixo Apoio Pedagógico

A análise comparativa evidencia diferentes níveis de institucionalização e articulação pedagógica entre as três instituições.

A UFSM demonstra uma estrutura madura e integrada, com políticas claras e programas consolidados de acompanhamento pedagógico, em consonância com uma lógica preventiva e intersetorial.

A UFFS apresenta ações pontuais e focalizadas em públicos vulneráveis, sem estrutura normativa ampla ou integração docente, revelando um estágio intermediário e fragmentado.

A Unipampa possui um programa existente, mas de escopo limitado, ainda centrado em beneficiários da assistência estudantil, com fragilidades na articulação com outras pró-reitorias e coordenações.

Aplicando a análise textual discursiva (MORAES, 2003), emergem as seguintes categorias: “integração institucionalizada” (UFSM), “ações focalizadas e pontuais” (UFFS), e “programa restrito com intenção de expansão” (Unipampa).

Sob a ótica de Yin (2015), a triangulação entre perfis de gestão e execução revela replicações literais claras para UFSM e UFFS, enquanto na Unipampa observa-se convergência parcial, indicando alinhamento de diagnóstico, porém diferenças de ênfase entre visão estratégica (gestão) e prática cotidiana (execução).

À luz de Lipsky (1980), nas instituições onde a política pedagógica não é plenamente institucionalizada (UFFS e Unipampa), os agentes de execução exercem papel central como burocratas de nível de rua, operando com recursos limitados e estratégias locais para garantir o acolhimento inicial e apoio básico. Lotta (2012) reforça que essas práticas cotidianas revelam a importância de redes de implementação e articulação horizontal para ampliar o alcance das políticas.

Quadro 0.6 - Comparativo das falas sobre o eixo Inclusão e Acessibilidade

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFSM	“Há um núcleo institucional estruturado, com políticas normatizadas e equipe especializada para inclusão e acessibilidade. A articulação com coordenações e docentes é sistemática, garantindo adaptações e acompanhamento regular.”	“As ações são sistemáticas, há suporte técnico especializado e articulação com setores acadêmicos. O núcleo tem papel ativo no planejamento e execução.”	Convergência total: gestão e execução destacam políticas consolidadas, equipe técnica estruturada e integração institucional robusta.
UFFS	“O núcleo de inclusão está vinculado à assistência estudantil, mas as ações específicas são pouco desenvolvidas. Não há clareza institucional sobre a posição do núcleo.”	“Na prática, não há estrutura para atendimento adequado de alunos com deficiência. Faltam recursos humanos e suporte técnico especializado.”	Convergência forte: ambas as falas indicam fragilidade estrutural e indefinição institucional. Divergência leve: gestão aborda em termos organizacionais; execução evidencia dificuldades concretas no atendimento.
Unipampa	“Os processos de atendimento têm melhorado nos últimos anos, com esforço para consolidar uma política. No entanto, ainda não há programa institucional normatizado para inclusão e acessibilidade no âmbito da assistência estudantil.”	“Há avanços perceptíveis, mas o trabalho é inicial e depende de articulação com outras pró-reitorias. Falta aproximação sistemática com o público e programas específicos.”	Convergência clara: ambas reconhecem avanços graduais e lacunas significativas de institucionalização. A gestão enfatiza o progresso estrutural; a execução destaca a limitação operacional e a ausência de sistematização efetiva.

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025).

Síntese Analítica – Eixo Inclusão e Acessibilidade

A análise revela três níveis distintos de consolidação institucional:

UFSM apresenta um modelo consolidado de inclusão, com núcleo estruturado, políticas normativas claras e forte articulação intersetorial, evidenciando maturidade institucional.

UFFS demonstra fragilidade organizacional e ausência de estrutura efetiva, tanto no plano da gestão quanto na execução, com indefinições sobre a posição institucional do núcleo e carência de recursos humanos especializados.

Unipampa está em um estágio intermediário: há avanços recentes, especialmente com a criação e atuação da PROCADI, mas persiste a falta de institucionalização normativa e integração sistemática com a assistência estudantil.

Aplicando a Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003), emergem três categorias centrais:

“Inclusão institucionalizada e articulada” (UFSM)

“Inclusão frágil e indefinida” (UFFS)

“Inclusão em construção” (Unipampa)

Com base em Yin (2015), a comparação de múltiplos casos permite identificar padrões replicáveis: UFSM representa um caso de institucionalização plena; UFFS, de fragilidade estrutural; Unipampa, de transição institucional.

Sob a ótica de Lipsky (1980), nas instituições em que as políticas de inclusão não estão plenamente institucionalizadas (UFFS e Unipampa), a efetividade depende fortemente da ação de servidores “de nível de rua”, que mediam cotidianamente as lacunas estruturais — muitas vezes improvisando estratégias de atendimento.

Lotta (2012) destaca que esses contextos demandam redes de cooperação horizontal e formação continuada para fortalecer a implementação, o que se alinha aos desafios apontados na fala dos executores.

Quadro 0.7 - Comparativo das falas sobre o eixo Saúde e Saúde Mental

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFSM	“A universidade conta com programas de promoção da saúde, articulados com cursos da área e serviços do SUS. As ações são regulares, incluindo prevenção, campanhas e acompanhamento psicológico.”	“As ações de saúde mental são contínuas, com acolhimento, encaminhamento e acompanhamento. Há integração com CAPS e rede do SUS, além de políticas internas consolidadas.”	Convergência plena: ambas as falas evidenciam estrutura consolidada, integração institucional e articulação com a rede pública, incluindo ações preventivas e curativas.
UFFS	“A saúde é um dos eixos menos estruturados. As ações são pontuais, sem sistematização, e muitas vezes dependem de iniciativas locais. A política institucional é incipiente.”	“Predominam ações curativas e pontuais, geralmente conduzidas de forma local. Falta política institucionalizada e equipe suficiente para promoção de saúde.”	Convergência clara: gestão e execução apontam ausência de estruturação institucional e predominância de iniciativas fragmentadas. Divergência mínima: gestão enfatiza incipiência política, execução ressalta impacto cotidiano da falta de estrutura.
Unipampa	“Não existe política institucionalizada de saúde. Há ações pontuais, muitas vezes voltadas para saúde mental, mas a sistematização ainda é um desafio. É preciso avançar na normatização	“As ações são voltadas mais para saúde mental, com acolhimento inicial e encaminhamento ao SUS. Predomina abordagem curativa, com poucas iniciativas preventivas. O quadro de profissionais é	Convergência forte: ambos reconhecem a ausência de política estruturada, predominância da saúde mental sobre outras dimensões e limitação de recursos humanos. Divergência: gestão enfatiza necessidade de normatização; execução

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
	e integrar com outras pró-reitorias.”	restrito a dois psicólogos na pró-reitoria.”	destaca a insuficiência prática de equipe e caráter curativo das ações.

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025).

Síntese Analítica – Eixo Saúde e Saúde Mental

Pela Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003), emergem três categorias:

- “Saúde institucionalização desigual: consolidação na sede e fragilidade nos *campi*” (UFSM),
- “Saúde incipiente e fragmentada” (UFFS),
- “Saúde em construção, com foco na saúde mental” (Unipampa).

Com Yin (2015), a análise comparativa de casos múltiplos mostra padrões replicáveis: UFSM representa caso consolidado; UFFS, incipiente; Unipampa, em transição, com ênfase em saúde mental.

À luz de Lipsky (1980), em contextos de fragilidade (UFFS e Unipampa), os servidores na ponta atuam como burocratas de nível de rua, improvisando soluções diante da ausência de estrutura formal, principalmente no acolhimento inicial e encaminhamentos.

Conforme Lotta (2012), isso reforça a centralidade das práticas cotidianas e redes horizontais (com CAPS e municípios) para suprir lacunas da política institucional.

Quadro 0.8 - Comparativo das falas sobre Institucionalização, Permanência e Impactos

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFSM	“A institucionalização de políticas é central para garantir a continuidade das ações e a equidade no atendimento aos estudantes. As políticas bem estruturadas impactam diretamente a permanência e o desempenho acadêmico.”	“As ações normatizadas fortalecem o sentimento de pertencimento e a estabilidade das iniciativas. Há clareza de que políticas institucionalizadas ampliam a participação e o engajamento estudantil.”	Convergência total: gestão e execução reconhecem a importância da institucionalização como elemento estruturante da política de assistência estudantil, articulando permanência, pertencimento e desempenho acadêmico.

Instituição	Gestão – Trechos Literais Selecionados	Execução – Trechos Literais Selecionados	Síntese Analítica (Convergências / Divergências)
UFFS	“A ausência de normatização amplia a fragmentação e a dependência de iniciativas locais. A institucionalização é vista como necessária, mas ainda não consolidada.”	“A falta de políticas normatizadas leva à descontinuidade das ações e dificuldade de planejar. A execução depende fortemente de iniciativas pessoais e locais.”	Convergência clara: ambos percebem a institucionalização como carência estrutural que impacta negativamente a continuidade e a abrangência das ações. A gestão aponta para necessidade estratégica; a execução relata as consequências práticas cotidianas.
Unipampa	“A institucionalização é o cenário ideal para consolidar políticas de assistência estudantil integrais e regulares. É fundamental normatizar ações para que não dependam de disponibilidade orçamentária eventual e para que ampliem o direito à permanência.”	“A falta de normatização dificulta a continuidade e amplia a dependência de esforços individuais. A ampliação da equipe e a integração intersetorial são apontadas como necessárias para efetivar a institucionalização.”	Convergência forte: gestão e execução concordam sobre a relevância da institucionalização para transformar ações esporádicas em políticas contínuas. Divergência de foco: gestão enfatiza o plano estratégico e normativo; execução ressalta limitações operacionais e necessidade de equipe.

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025).

Síntese Analítica – Institucionalização, Permanência e Impactos

A comparação mostra uma clara relação entre o grau de institucionalização e os impactos positivos na permanência e no engajamento estudantil.

A UFSM, embora seja a instituição mais antiga entre as pesquisadas e conte com uma estrutura robusta no campus sede, revela uma fragilidade normativa significativa em grande parte de suas ações de assistência estudantil. As entrevistas, especialmente com a servidora da execução, evidenciam que muitas práticas não possuem respaldo institucional formal, o que resulta em desigualdade de atendimentos entre os *campi*. Enquanto o campus sede dispõe de equipes e condições que favorecem o desenvolvimento de múltiplas iniciativas e projetos, os *campi* fora da sede enfrentam limitações estruturais e operacionais, comprometendo a equidade e a uniformidade da política. Essa ausência de normatização consolidada amplia a dependência das interpretações locais e dificulta a integração efetiva entre gestão e execução.

A UFFS, por sua vez, apresenta marcos normativos definidos, porém enfrenta restrições estruturais e operacionais que limitam a efetividade das ações. As normas existem, mas sua aplicação é prejudicada pela escassez de recursos humanos e pela dificuldade de articulação entre os *campi*, o que mantém a política em um estado de fragmentação e baixa capacidade de execução integrada.

A Unipampa apresenta um discurso convergente entre gestão e execução que identifica a institucionalização como horizonte estratégico fundamental, mas ainda enfrenta desafios estruturais — como equipe, articulação e recursos — para concretizá-la.

A partir da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), emergem três categorias:

- “Institucionalização desigual: consolidação na sede e fragilidade nos *campi*” (UFSM)
- “Institucionalização formal com fragilidade estrutural” (UFFS)
- “Institucionalização em construção estratégica” (Unipampa)

Na perspectiva metodológica de Yin (2015), a triangulação entre os perfis de gestão e execução revela um gradiente de institucionalização entre as três IFES, e não apenas estágios extremos. A UFSM situa-se em um patamar de institucionalização parcial e concentrada, marcada por forte centralidade no campus sede e desigualdade na execução entre *campi*; a UFFS, embora possua normativas e regulamentos próprios, mantém um padrão de institucionalização fragilizada pela falta de estrutura e integração operacional; e a Unipampa encontra-se em um processo de transição, com esforços de planejamento e construção normativa voltados à consolidação de sua política institucional.

Sob a ótica de Lipsky (1980), a ausência ou fragilidade de institucionalização efetiva (UFSM, UFFS e Unipampa) transfere aos servidores de ponta a responsabilidade pela manutenção da política, por meio de práticas locais e informais, intensificando a dependência de mediações individuais.

Conforme Lotta (2012), a institucionalização fortalece redes de implementação, reduz assimetrias e consolida ações no longo prazo — o que se confirma parcialmente nos dados da UFSM (em seu núcleo central) e nas lacunas observadas nas demais.

UFSM, UFFS e Unipampa: convergências e divergências na implementação da assistência estudantil.

A seguir, apresenta-se o Quadro B9 – Síntese comparativa da institucionalização da assistência estudantil nas IFES analisadas, elaborado a partir da triangulação entre os perfis de gestão e execução das três universidades pesquisadas. O quadro sistematiza os principais achados empíricos das entrevistas, permitindo visualizar as convergências e divergências quanto ao grau de institucionalização das ações de assistência estudantil, especialmente no que se refere à consolidação das dimensões materiais e imateriais. A construção desse quadro baseia-se na Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003) e na perspectiva comparativa de Yin (2015), destacando padrões de organização, limitações estruturais e níveis de formalização das políticas em cada instituição. Essa síntese fornece uma leitura integrada dos estágios de

desenvolvimento da política e subsidia a interpretação das categorias analíticas apresentadas na sequência.

Quadro 0.9 - Síntese comparativa da institucionalização da assistência estudantil nas IFES analisadas

Instituição	Características observadas (gestão × execução)	Nível de institucionalização	Categoria analítica emergente
UFSM	Instituição mais antiga entre as pesquisadas. Estrutura robusta no campus sede, mas ausência de normatização abrangente para as ações de assistência estudantil. A execução é heterogênea: o campus sede concentra recursos, projetos e equipes, enquanto os <i>campi</i> fora da sede apresentam limitações e desigualdades de atendimento.	Parcial e concentrada na sede	Institucionalização desigual: consolidação na sede e fragilidade nos <i>campi</i> .
UFFS	Possui marcos normativos definidos (resoluções e regulamentos), porém enfrenta escassez de recursos humanos, infraestrutura limitada e baixa articulação entre os <i>campi</i> . A execução depende de esforços individuais e locais, o que fragiliza a efetividade das normas existentes.	Formal, mas fragilizada pela falta de estrutura e integração	Institucionalização formal com fragilidade estrutural.
Unipampa	Discurso convergente entre gestão e execução sobre a importância da institucionalização. Ações e programas vêm sendo estruturados gradualmente, com avanços recentes em normativas e planejamento estratégico, mas ainda com desafios de equipe, orçamento e articulação multicampi.	Em construção e transição para consolidação	Institucionalização em construção estratégica.

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025)¹¹.

Conclusão do Apêndice – Análise Comparativa das Entrevistas

A análise comparativa das entrevistas evidencia padrões recorrentes e especificidades institucionais que ajudam a compreender os diferentes estágios de institucionalização das dimensões materiais e imateriais da política de assistência estudantil nas três universidades analisadas.

De modo geral, há convergência entre gestores(as) e executores(as) na percepção de que as ações vinculadas aos eixos imateriais — cultura, esporte, saúde, apoio pedagógico e inclusão — ainda se encontram em estágio incipiente de institucionalização, caracterizadas por

¹¹ Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas com servidores das IFES (UFSM, UFFS e Unipampa), conforme metodologia de Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003) e triangulação de estudos de caso (YIN, 2015).

iniciativas localizadas, nem sempre normatizadas e fortemente dependentes do engajamento dos atores locais.

A Análise Textual Discursiva permitiu identificar categorias centrais, como “ações incipientes e fragmentadas”, “dependência de iniciativas locais” e “necessidade de integração intersetorial”, presentes nos discursos das três instituições.

Por outro lado, emergem divergências significativas entre os níveis de gestão e execução, especialmente quanto à percepção sobre a efetividade e o alcance das ações: enquanto os gestores tendem a enfatizar a existência de estruturas normativas em consolidação e estratégias institucionais de médio prazo, os executores relatam desafios cotidianos de operacionalização, insuficiência de equipes, ausência de fluxos consolidados e necessidade de respostas imediatas às demandas estudantis. Essa tensão confirma as observações de Lipsky (1980) e Lotta (2012), segundo as quais os agentes de execução desempenham papel crucial na mediação entre a política formal e a prática concreta, reinterpretando e ajustando diretrizes institucionais de acordo com as condições locais.

A abordagem comparativa de Yin (2015) evidencia um gradiente de institucionalização entre os casos analisados.

A UFSM apresenta um patamar de institucionalização parcial e concentrada, com políticas formalizadas no campus sede, mas ainda com fragilidade normativa e desigualdade na execução entre os *campi*.

A UFFS demonstra institucionalização formal, sustentada por regulamentos e resoluções, porém fragilizada por limitações estruturais e pela baixa capacidade operacional, o que restringe a efetividade das normas.

A Unipampa, por sua vez, encontra-se em processo de transição, com movimentos recentes de planejamento e normatização voltados à consolidação das ações imateriais, especialmente após a promulgação da Lei nº 14.914/2024, que institui o PNAES como política pública permanente.

Essas diferenças reforçam a pertinência da análise comparativa e da triangulação de perfis, evidenciando que a efetividade da política depende não apenas da estrutura institucional e normativa, mas também da capacidade de mediação e ação dos agentes locais. A consolidação das dimensões imateriais requer, portanto, integração intersetorial, ampliação das equipes, normatização clara e reconhecimento institucional dessas ações como parte integrante do direito à permanência estudantil, e não como iniciativas complementares ou periféricas.

SÍNTESE COMPARATIVA POR EIXOS

Introdução

Este apêndice apresenta uma síntese comparativa das entrevistas realizadas com assistentes sociais das três Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) analisadas — Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) —, articulada à análise documental das normativas institucionais.

Esta síntese comparativa foi elaborada a partir da integração dos dados empíricos das entrevistas e da análise documental das três instituições participantes — Unipampa, UFSM e UFFS —, conforme os princípios da abordagem qualitativa.

Do ponto de vista metodológico, a construção dos quadros e das análises seguiu a lógica da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003) e do estudo de caso múltiplo (Yin, 2015), buscando identificar padrões de convergência e especificidade entre as instituições e entre os diferentes eixos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O objetivo é comparar o grau de institucionalização dos eixos do PNAES (Lei nº 14.914/2024) e compreender como as ações materiais e imateriais se estruturam e se articulam em cada contexto institucional. A categorização foi realizada a partir da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), com base na leitura cruzada de falas, documentos e normativas, orientada por autores como Lipsky (1980), Lotta (2012) e Yin (2015).

Cada subseção (C.2 a C.7) apresenta um quadro comparativo com a descrição da situação nas três IFES, o grau de institucionalização, a categoria analítica emergente e as fontes correspondentes, seguido de um texto analítico-sintetizador.

Cultura & Pertencimento

Quadro 0.1 - Cultura & Pertencimento

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFSM	Ações culturais vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão; sem normativa específica no âmbito da assistência estudantil; predominância de atividades no campus sede.	Média	Práticas culturais concentradas e não normatizadas	Bloco 2 – Q3–Q5

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFFS	Ações previstas em resoluções e programas culturais, mas sem execução contínua; baixa adesão estudantil e carência de recursos.	Média	Política cultural prevista, mas descontinuada	Bloco 2 – Q3–Q5
Unipampa	Em 2025, avança na institucionalização com a Chamada Interna nº 04/2025 (Vale Cultura Estudante), elaborada pela PRODAE e PROEC, alinhada ao PDI 2025–2029 e às diretrizes do Ministério da Cultura. O Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) e o PAPE (Resolução CONSUNI nº 84/2014) complementam o eixo. Carece de regulamentação institucional permanente.	Em consolidação normativa	Institucionalização cultural em expansão	Unipampa, 2014; 2018; 2024; 2025

Nota metodológica: As entrevistas foram realizadas antes da publicação da Chamada Interna nº 04/2025 (Vale Cultura Estudante) e da atualização do PDI 2025–2029. Por isso, a análise integra evidências empíricas (falas das entrevistas) e documentais (normativas recentes), permitindo captar a transição entre o estágio inicial de execução e o processo atual de institucionalização do eixo cultural na Unipampa.

Fonte: Elaboração própria com base em entrevistas e documentos institucionais (UFSM, UFFS e Unipampa, 2025).

Síntese Analítica – Cultura & Pertencimento

A cultura emerge como um eixo transversal ao pertencimento estudantil. As ações da UFSM e da UFFS apresentam formalizações parciais, enquanto a Unipampa inicia, em 2025, um processo de institucionalização estruturada, com o Vale Cultura Estudante e articulação intersetorial entre PRODAE e PROEC. Apesar disso, a abrangência ainda é limitada e carece de regulamentação definitiva.

A análise comparativa das três IFES revela diferentes graus de consolidação das ações voltadas ao eixo Cultura & Pertencimento da PNAES, evidenciando a importância da cultura como dimensão imaterial da permanência estudantil.

Na UFSM, observa-se uma estrutura sólida, com editais regulares e programas culturais articulados à permanência, mas ainda concentrados no campus sede e sem uma política institucional transversal que integre todos os *campi*.

Na UFFS, as ações culturais são conduzidas principalmente pela Pró-Reitoria de Extensão, de modo descentralizado, e sem integração direta com a assistência estudantil, o que limita o alcance e a coerência intersetorial das iniciativas.

Na Unipampa, há um histórico de programas institucionais que contemplam o eixo da cultura, como o Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos – PAPE (Resolução Consuni nº 84/2014) e o Programa de Desenvolvimento Acadêmico – PDA (Unipampa, 2018), que preveem a cultura como dimensão formativa. Tais programas asseguraram continuidade e abrangência nos dez *campi*, ainda que com escopo restrito.

A partir de 2025, registra-se um avanço relevante com a criação do Vale Cultura Estudante, regulamentado pela Chamada Interna nº 04/2025, fruto da parceria entre a PRODAE e a PROEC, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025–2029, que reconhece a cultura como eixo de formação integral.

Embora represente uma ampliação significativa na política cultural da assistência estudantil, o Vale Cultura Estudante ainda carece de regulamentação institucional permanente, estando atualmente regido apenas por chamada interna — o que o caracteriza como ação em fase de consolidação normativa. Nesse sentido, a Unipampa destaca-se por avançar na direção de uma política cultural integrada à permanência estudantil, mas que ainda exige formalização definitiva para assegurar continuidade e institucionalização plena.

Na perspectiva da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), emergem três categorias principais:

1. “Cultura consolidada, porém, centralizada” (UFSM);
2. “Ações setoriais sem integração intersetorial” (UFFS); e
3. “Cultura estruturada e em processo de institucionalização definitiva” (Unipampa).

À luz de Lipsky (1980) e Lotta (2012), observa-se que a implementação efetiva das ações culturais depende da capacidade das universidades de articular setores distintos, transformando programas experimentais e pontuais em políticas duradouras e com alcance coletivo.

Esporte e Bem-Estar

Quadro 0.2 - Esporte e Bem-Estar

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFESM	Estrutura esportiva consolidada no campus sede; ausência de política formal no âmbito da assistência estudantil; disparidades entre <i>campi</i> .	Média	Esporte institucionalizado de forma desigual	Bloco 3 – Q10–Q12
UFFS	Política de esporte e lazer normatizada pela Resolução nº 10/CONSUNI/2019, mas com limitações estruturais e baixa execução nos <i>campi</i> .	Média	Política normatizada com fragilidade de estrutura	Bloco 3 – Q10–Q12
Unipampa	Instituiu em 2025 o Programa de Esporte e Bem-Estar (Portaria nº 1404/2025), articulando saúde, inclusão e permanência, alinhado à Lei nº 14.914/2024 e ao ODS 3. Implementação em fase inicial.	Em consolidação normativa	Política emergente de bem-estar e esporte	Unipampa, 2025

Nota metodológica: As entrevistas foram realizadas antes da publicação da Portaria nº 1404/2025, que marca a institucionalização do Programa de Esportes e Bem-Estar da Unipampa. Assim, a análise integra evidências empíricas e documentais, permitindo observar a transição entre o estágio inicial de práticas pontuais e a atual consolidação normativa da política esportiva institucional.

Fonte: Elaboração própria com base em entrevistas e documentos institucionais (UFESM, UFFS e Unipampa, 2025).

Síntese Analítica

O eixo esporte mostra trajetórias institucionais desiguais. Enquanto a UFESM e a UFFS apresentam experiências anteriores, a Unipampa avança mais recentemente, institucionalizando um programa próprio de Esporte e Bem-Estar (Portaria nº 1404/2025). O movimento marca a transição de ações pontuais para uma política articulada ao bem-estar estudantil.

A comparação entre as três IFES mostra diferentes estágios de consolidação do eixo Esporte & Bem-Estar, revelando a influência das condições estruturais e da articulação intersetorial na efetividade das políticas.

Na UFESM, há uma política esportiva consolidada, com infraestrutura física adequada e forte vínculo com os cursos de Educação Física. Entretanto, as práticas concentram-se na sede, refletindo desigualdades internas e carência de recursos nos *campi* descentralizados.

Na UFFS, a política de esporte e lazer encontra-se formalmente regulamentada pela Resolução nº 10/CONSUNI/2019, o que representa um avanço normativo em relação às demais

instituições. Contudo, enfrenta limitações estruturais e de equipe, o que restringe o alcance das ações e compromete a periodicidade dos eventos, mantendo-as dependentes de recursos esporádicos e iniciativas locais.

A Unipampa, até 2024, mantinha apenas práticas isoladas, conduzidas por atléticas e projetos eventuais, sem política institucional. O cenário muda com a publicação da Portaria nº 1404/2025, que institui o Programa de Esportes e Bem-Estar da Unipampa, articulado à Lei nº 14.914/2024 (PNAES) e integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3). O programa busca promover saúde, inclusão e permanência estudantil, ampliando o escopo da assistência para além da dimensão material e fortalecendo o vínculo com os eixos imateriais da PNAES.

Sob a ótica da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), emergem três categorias comparativas:

1. “Política consolidada, porém, centralizada” (UFSM);
2. “Política normatizada com limitações estruturais” (UFFS); e
3. “Política em institucionalização progressiva” (Unipampa).

À luz de Lipsky (1980) e Lotta (2012), observa-se que, nas instituições onde a política esportiva ainda está em consolidação, os agentes de execução (assistentes sociais, técnicos e voluntários) atuam como burocratas de nível de rua, mobilizando estratégias locais para viabilizar o acesso ao esporte e ao bem-estar mesmo na ausência de estrutura consolidada.

Apoio Pedagógico

Quadro 0.3 - Apoio Pedagógico

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFSM	Sistema de acompanhamento acadêmico em implementação, sob a PROGRAD; integração incipiente com a assistência estudantil.	Média	Articulação parcial entre assistência e pedagogia	Bloco 4 – Q8–Q9

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFFS	Possui normativa, mas a ação foi descontinuada; ausência de acompanhamento regular e articulação entre setores.	Média	Programa formal descontinuado	Bloco 4 – Q8–Q9
Unipampa	Mantém, desde 2016, o Projeto de Apoio Social e Pedagógico , com edital anual abrangendo os dez <i>campi</i> . Ação contínua, mas sem normativa específica; foco em beneficiários dos auxílios; multicampia como limitador.	Alta (em consolidação formal)	Programa contínuo sem regulamentação específica	Bloco 4 – Q8–Q9; Unipampa, 2016

Nota metodológica: As entrevistas foram realizadas antes da consolidação do modelo atual do Projeto de Apoio Social e Pedagógico da Unipampa, que mantém continuidade desde 2016, sendo reconhecido como prática institucional estável, embora ainda não formalizada como programa.

Fonte: Elaboração própria com base em entrevistas e documentos institucionais (UFSM, UFFS e Unipampa, 2025).

Síntese Analítica – Apoio Pedagógico

O apoio pedagógico é o eixo com maior capilaridade na Unipampa, que, mesmo sem normativa própria, mantém regularidade e abrangência plena nos *campi*. Na UFSM e UFFS, as ações são fragmentadas ou descontinuadas. A consolidação institucional depende da integração com a assistência e da ampliação para o público não beneficiário.

O eixo Apoio Pedagógico evidencia diferentes níveis de maturidade institucional entre as IFES analisadas, com destaque para a tensão entre continuidade prática e formalização normativa.

Na UFSM, o acompanhamento pedagógico é desenvolvido por meio de sistemas institucionais em expansão, com foco na prevenção de evasão e na melhoria do desempenho acadêmico, mas sem vínculo direto com a política de assistência estudantil, o que enfraquece a integração entre dimensões material e imaterial da permanência.

A UFFS apresenta um histórico relevante, tendo implementado um programa normatizado de acompanhamento pedagógico e psicossocial, que articulava assistência e desempenho acadêmico. Contudo, o programa foi descontinuado, sendo substituído por ações pontuais e não sistematizadas, o que fragilizou o caráter preventivo da política.

Na Unipampa, destaca-se o Projeto de Apoio Social e Pedagógico, existente desde 2016 e mantido com editais anuais de abrangência multicampi. A iniciativa tem garantido continuidade e padronização mínima entre os *campi*, constituindo um instrumento efetivo de apoio estudantil, ainda que restrito aos beneficiários de auxílios financeiros e sem uma normativa formal que o reconheça como programa. A ausência de regulamentação e a limitação de equipes técnicas nos *campi* configuram barreiras à ampliação do alcance e à institucionalização plena do eixo pedagógico.

Com base na Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), emergem três categorias:

1. “Sistema institucionalizado, porém, não integrado à política estudantil” (UFSM);
2. “Política descontinuada e práticas pontuais” (UFFS);
3. “Projeto permanente com foco restrito e institucionalização parcial” (Unipampa).

À luz de Yin (2015), há replicação literal apenas parcial entre as instituições: todas reconhecem a relevância do apoio pedagógico, mas divergem quanto ao grau de institucionalização e à integração intersetorial. Já Lipsky (1980) e Lotta (2012) destacam que, nas instituições com estruturas mais frágeis (UFFS e Unipampa), os agentes de execução desempenham papel decisivo, adaptando rotinas e construindo estratégias locais para sustentar ações de acompanhamento estudantil, mesmo em contextos de escassez normativa e operacional.

C.5 Inclusão & Acessibilidade

Quadro 0.4 - Inclusão & Acessibilidade

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFSM	Núcleo consolidado, mas deslocado da assistência estudantil; políticas de inclusão concentradas na sede.	Alta	Inclusão institucionalizada de forma centralizada	Bloco 4 – Q10–Q11
UFFS	Núcleo de acessibilidade existente e normatizado, mas com limitações de equipe e descontinuidade de ações.	Média	Inclusão normatizada com fragilidade operacional	Bloco 4 – Q10–Q11

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
Unipampa	Ações de inclusão articuladas à PROCADI e à DEIA (Portaria nº 1603/2024); integração parcial com a assistência estudantil; políticas em fase de consolidação intersetorial.	Média	Inclusão em processo de integração intersetorial	Unipampa, 2024

Nota metodológica: As entrevistas foram realizadas antes da criação da PROCADI, da DEIA e da publicação da Portaria nº 1603/2024. A análise, portanto, integra evidências empíricas e documentais, permitindo observar a evolução da Unipampa de um cenário de práticas dispersas para a consolidação de uma política intersetorial de inclusão e acessibilidade.

Fonte: Elaboração própria com base em entrevistas e documentos institucionais (UFSM, UFFS e Unipampa, 2025).

Síntese Analítica: Inclusão & Acessibilidade

O eixo de inclusão avança em institucionalização normativa nas três IFES, mas enfrenta barreiras estruturais e de equipe. A Unipampa e a UFSM destacam-se pela articulação com outras pró-reitorias, enquanto a UFFS mantém fragilidade operacional. A integração entre inclusão e assistência é fundamental para ampliar o acesso e reduzir barreiras pedagógicas e sociais.

O eixo Inclusão & Acessibilidade reflete o compromisso das IFES com a promoção de ambientes acadêmicos equitativos, mas com diferentes níveis de estruturação e integração institucional.

Na UFSM, o Núcleo de Acessibilidade apresenta estrutura consolidada e equipe técnica especializada, responsável por coordenar adaptações curriculares e tecnológicas. Entretanto, observa-se centralização de recursos e expertise na sede, o que limita a equidade de atendimento nos *campi* descentralizados — padrão classificado como “inclusão estruturada, mas desigual”.

Na UFFS, a política de acessibilidade é operacionalizada pelos setores locais de acessibilidade, vinculados à PROGRAD, sem articulação sistemática com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). Há acompanhamento pedagógico e adaptações de materiais, mas o eixo carece de normatização e recursos próprios, o que restringe a institucionalização e perpetua a dependência de iniciativas locais.

A Unipampa, por sua vez, tem avançado significativamente na estruturação do eixo a partir da criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão (PROCADI) e da Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade (DEIA). A publicação da Portaria nº 1603/2024 institui uma Equipe Multidisciplinar composta por profissionais de diferentes áreas

— educação especial, assistência social, pedagogia, psicologia, fisioterapia, medicina e fonoaudiologia — com a missão de romper barreiras institucionais e assegurar a permanência dos estudantes com deficiência.

O modelo da Unipampa destaca-se pela articulação intersetorial entre PROCADI, PROGRAD e PRODAE, visando integrar as dimensões pedagógica, social e de saúde no atendimento à diversidade. Trata-se de uma política em fase de consolidação, com bases normativas recentes e atuação colaborativa, mas que ainda demanda ampliação de equipes e definição de fluxos formais de atendimento.

Sob a lente da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), emergem as seguintes categorias comparativas:

1. “Inclusão estruturada e institucionalização desigual” (UFSM);
2. “Ações setoriais sem política institucional consolidada” (UFFS); e
3. “Política intersetorial em construção e com integração crescente” (Unipampa).

Com base em Lipsky (1980) e Lotta (2012), observa-se que nas instituições em que as políticas ainda estão em consolidação (UFFS e Unipampa), o protagonismo dos agentes de execução é essencial. São os burocratas de nível de rua que, a partir de suas práticas cotidianas e redes intersetoriais, constroem pontes entre a norma e a realidade institucional, viabilizando respostas concretas à diversidade estudantil.

Saúde & Saúde Mental

Quadro 0.5 - Saúde & Saúde Mental

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFSM	Modelo consolidado, articulado com o SUS e cursos da área da saúde; políticas preventivas e regulares, integradas à assistência estudantil, mas concentradas na sede e descontinuadas nos <i>campi</i> .	Alta (estrutura consolidada, mas desigual entre <i>campi</i>)	Saúde institucionalizada de forma desigual	Bloco 5 – Q13–Q17
UFFS	Política formalizada na Resolução nº 10/CONSUNI/2019, com programas e editais (monitoria em saúde), mas dependente de rede externa e com descontinuidade operacional.	Média	Política normatizada com fragilidade operacional	Bloco 5 – Q13–Q17

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
Unipampa	Em 2025, institui o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes (Portaria nº 1062/2025), articulando promoção, prevenção e cuidado, em parceria com PRODAE, PROGEPE e PROCADI. Ações ampliam o eixo saúde e consolidam a intersetorialidade.	Em consolidação normativa e intersetorial	Política emergente de saúde mental e bem-estar estudantil	Bloco 5 – Q13–Q17; Unipampa, 2025

Nota metodológica: As entrevistas foram realizadas antes da publicação da Portaria nº 1062/2025, que institui o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes da Unipampa. Assim, a análise combina evidências empíricas e documentais, permitindo observar a transição da Unipampa de ações pontuais para a consolidação normativa e intersetorial do eixo saúde e saúde mental.

Fonte: Elaboração própria com base em entrevistas e documentos institucionais (UFESM, UFFS e Unipampa, 2025).

Síntese Analítica – Saúde e Saúde Mental

O eixo de saúde apresenta diferentes estágios de institucionalização entre as IFES. A UFESM possui estrutura consolidada e integrada ao SUS, porém concentrada no campus sede. A UFFS mantém previsão normativa na Resolução nº 10/2019, mas enfrenta fragilidade operacional e descontinuidade das ações. Já a Unipampa avança com a Portaria nº 1062/2025, que institui o Programa de Saúde Mental Sustentável, transformando iniciativas pontuais em política intersetorial articulada à PNAES e ao ODS 3. De modo geral, a consolidação do eixo depende da continuidade institucional e da atuação dos profissionais de base como mediadores entre norma e realidade.

A análise comparativa revela diferentes estágios de institucionalização do eixo Saúde e Saúde Mental, marcado por desigualdades estruturais e distintos graus de articulação intersetorial entre as IFES.

Na UFESM, observa-se uma estrutura consolidada e historicamente articulada ao SUS, com apoio de cursos da área da saúde e políticas preventivas contínuas. Entretanto, as ações concentram-se no campus sede, enquanto os demais *campi* enfrentam descontinuidades e menor suporte técnico, configurando um padrão de “saúde institucionalizada de forma desigual”.

Na UFFS, o eixo saúde é normatizado e consta da Resolução nº 10/CONSUNI/2019, prevendo ações de promoção da saúde e monitorias estudantis. Apesar do avanço formal, o eixo apresenta fragilidade operacional, resultante da descontinuidade de programas, ausência de equipe técnica adequada e dependência de parcerias externas para execução de atividades de saúde mental e promoção do bem-estar.

A Unipampa, até 2024, contava com ações pontuais e reativas no campo da saúde, apoiadas em articulação com a rede pública. O cenário muda significativamente em 2025, com a criação do Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes (Portaria nº 1062/2025), que institui uma política estruturante voltada à promoção, prevenção e cuidado integral da saúde mental. O programa prevê ações articuladas entre PRODAE, PROGEPE e PROCADI, integrando dimensões de saúde, assistência e inclusão, em consonância com a Lei nº 14.914/2024 (PNAES), as diretrizes da OMS e o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

Essa normatização marca um ponto de virada na consolidação do eixo, transformando práticas dispersas em uma política intersetorial e sustentável de saúde estudantil, baseada em planejamento continuado e metas institucionais de permanência e bem-estar.

Com base na Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), emergem três categorias:

1. “Saúde institucionalizada de forma desigual” (UFSM);
2. “Política normatizada com fragilidade operacional” (UFFS);
3. “Política emergente de saúde mental e bem-estar estudantil” (Unipampa).

A partir de Lipsky (1980) e Lotta (2012), observa-se que, nas instituições com políticas ainda em consolidação (UFFS e Unipampa), o êxito das ações depende fortemente da agência dos profissionais de linha de frente, que atuam como mediadores entre diretrizes normativas e demandas reais, especialmente em contextos de vulnerabilidade e sofrimento psíquico.

Institucionalização, Permanência e Impactos (Questões 14–17)

Quadro 0.6 - Institucionalização, Permanência e Impactos

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFSM	Política amplamente reconhecida e integrada aos eixos do PNAES, com avanços históricos na assistência estudantil, estrutura consolidada e políticas articuladas. Contudo, há desigualdade entre <i>campi</i> , ausência de normativas específicas em alguns eixos (cultura, esporte, saúde) e forte centralização no campus sede.	Alta, mas com assimetrias internas	Institucionalização desigual e concentrada na sede	Bloco 5 – Q14–Q17

IFES	Situação descritiva	Grau de institucionalização	Categoria analítica	Fontes
UFFS	Possui normativas e programas de assistência estudantil, porém com problemas estruturais e de execução: equipes reduzidas, descontinuidade de ações e dependência de engajamento local. A institucionalização existe formalmente, mas carece de condições materiais e humanas para efetividade.	Média	Institucionalização formal com fragilidade de implementação	Bloco 5 – Q14–Q17
Unipampa	Em fase de consolidação: estrutura organizacional fortalecida (PRODAE e coordenações locais), ampliação normativa (Portarias nº 1062/2025 – Saúde Mental e nº 1404/2025 – Esporte e Bem-Estar) e criação de programas estruturantes (Vale Cultura Estudante e GTs intersetoriais). Apesar dos avanços, enfrenta desafios de equipe, recursos e articulação multicampi.	Em consolidação crescente	Institucionalização estratégica em expansão	Bloco 5 – Q14–Q18

Nota metodológica: Quadro elaborado com base na Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), agrupando unidades de sentido extraídas das entrevistas e interpretadas conforme o modelo de caso múltiplo (Yin, 2015).
Fonte: Elaboração própria com base em entrevistas e documentos institucionais (UFSM, UFFS e Unipampa, 2025).

Síntese Analítica – Institucionalização, Permanência e Impactos

O grau de institucionalização da assistência estudantil varia entre as IFES, refletindo estágios distintos de consolidação. A UFSM apresenta estrutura normativa e administrativa consolidada, mas com desigualdade entre o campus sede e os demais, revelando institucionalização concentrada. A UFFS possui política formalizada, porém com fragilidade de implementação devido à carência de equipes e articulação intersetorial. Já a Unipampa avança em normatização e integração, impulsionada pelas Portarias nº 1062/2025 e nº 1404/2025 e pela Chamada Interna nº 04/2025, configurando institucionalização estratégica em

expansão. Em conjunto, as três experiências indicam que a permanência qualificada depende da articulação entre norma, estrutura e prática cotidiana dos agentes executores.

A análise comparativa das entrevistas (questões 14 a 17) evidencia que o grau de institucionalização da política de assistência estudantil está diretamente relacionado à capacidade das IFES de promover permanência qualificada e sentimento de pertencimento estudantil.

Na UFSM, a política apresenta alto nível de consolidação histórica e administrativa, sendo reconhecida como referência nacional em estrutura e abrangência. No entanto, as entrevistas revelam que a institucionalização não se distribui de forma equitativa: há acentuada disparidade entre o campus sede e os demais, tanto na disponibilidade de recursos quanto na execução de ações imateriais (cultura, esporte, saúde). Esse cenário sustenta a categoria “institucionalização desigual e concentrada na sede”, que expressa a coexistência de excelência estrutural e fragilidade periférica.

Na UFFS, as entrevistadas reconhecem a importância da política e sua existência normativa, mas apontam graves limitações estruturais e operacionais. A falta de pessoal, de orçamento próprio e de integração intersetorial fragiliza a implementação, fazendo com que a política dependa do esforço cotidiano das equipes locais. Assim, a categoria emergente é “institucionalização formal com fragilidade de implementação”, pois a base normativa existe, mas a efetividade prática permanece comprometida.

A Unipampa demonstra avanços consistentes no processo de institucionalização, especialmente após a Lei nº 14.914/2024 (PNAES) e as portarias que estruturam os eixos Saúde Mental (nº 1062/2025) e Esporte e Bem-Estar (nº 1404/2025). Somam-se a essas iniciativas o Vale Cultura Estudante (Chamada Interna nº 04/2025) e os GTs intersetoriais de saúde mental e bem-estar, evidenciando um movimento institucional de consolidação normativa e integração entre dimensões materiais e imateriais. Apesar dos avanços, persistem desafios de recursos humanos, multicampia e integração sistêmica, configurando o padrão “institucionalização estratégica em expansão”.

Com base na Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), as categorias emergentes sintetizam três estágios distintos:

1. “Institucionalização desigual e concentrada na sede” (UFSM);
2. “Institucionalização formal com fragilidade de implementação” (UFFS);
3. “Institucionalização estratégica em expansão” (Unipampa).

Na perspectiva de Yin (2015), há replicação literal parcial entre os casos, indicando um gradiente de institucionalização: UFSM representa o estágio de consolidação histórica, UFFS de descontinuidade operacional e Unipampa de transição estratégica. Já conforme Lipsky (1980) e Lotta (2012), nas instituições com menor estrutura (UFFS e Unipampa), os agentes de execução tornam-se protagonistas no equilíbrio entre a norma e a realidade, desempenhando papel decisivo na permanência estudantil e na concretização cotidiana da política.

Síntese Analítica – Síntese Integradora

A institucionalização da assistência estudantil nas três IFES ocorre em estágios distintos e reflete a articulação entre norma, estrutura e prática. A UFSM possui consolidação administrativa, mas desigualdade territorial entre sede e *campi*; a UFFS apresenta formalização normativa com limitações operacionais e descontinuidade; e a Unipampa evidencia expansão normativa e intersetorial recente, impulsionada por portarias e chamadas internas que fortalecem os eixos imateriais. De modo geral, a efetividade da política depende da integração entre dimensões materiais e imateriais, da valorização das equipes locais e da intersetorialidade como condição para promover o bem-estar e a permanência estudantil.

A análise comparativa dos eixos temáticos evidencia que a institucionalização da Política de Assistência Estudantil nas IFES analisadas (UFSM, UFFS e Unipampa) ocorre de forma desigual e está diretamente associada à capacidade organizacional, estrutura normativa e articulação intersetorial de cada instituição.

De modo geral, a UFSM se destaca por apresentar o modelo mais maduro de estrutura administrativa e reconhecimento institucional da assistência estudantil, mas enfrenta assimetrias significativas entre o campus sede e os demais. Essa concentração de recursos e políticas na sede compromete a uniformidade da implementação, revelando uma institucionalização consolidada, porém desigual e centralizada.

A UFFS possui normativas e experiências de referência, como as resoluções voltadas à saúde e à permanência, mas demonstra fragilidade operacional e descontinuidade das ações. Sua estrutura multicampi, associada à limitação de equipes técnicas e à ausência de fluxos intersetoriais, resulta em uma institucionalização formal, mas pouco efetiva — sustentada pelo engajamento de servidores de base, que adaptam diretrizes à realidade local.

A Unipampa, por sua vez, encontra-se em um processo de institucionalização estratégica em expansão, impulsionado por movimentos recentes de consolidação normativa e intersetorial. As Portarias nº 1062/2025 (Saúde Mental) e nº 1404/2025 (Esporte e Bem-Estar), a Chamada

Interna nº 04/2025 (Vale Cultura Estudante) e a criação da PROCADI e da DEIA (Portaria nº 1603/2024) são evidências de um ciclo de amadurecimento institucional que integra as dimensões materiais e imateriais da assistência estudantil, alinhando-se à Lei nº 14.914/2024 (PNAES) e ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). Ainda assim, a multicampia, a limitação de equipes e a fragmentação de fluxos administrativos permanecem como barreiras à plena consolidação.

A transversalidade dos eixos permite identificar três grandes padrões de maturidade institucional:

1. Consolidação com desigualdade territorial (UFSM);
2. Formalização fragilizada pela estrutura (UFFS);
3. Expansão normativa e intersetorial em curso (Unipampa).

Do ponto de vista analítico, esses padrões confirmam a hipótese de que a efetividade da assistência estudantil depende não apenas de sua dimensão material, mas também da institucionalização de suas dimensões imateriais — cultura, esporte, saúde, apoio pedagógico e inclusão — que fortalecem o bem-estar e o pertencimento estudantil.

Com base em Moraes (2003), Lipsky (1980), Lotta (2012) e Yin (2015), a triangulação entre dados empíricos e documentais demonstra que o grau de consolidação da política é determinado por três fatores interdependentes:

1. Estrutura normativa e organizacional – garante estabilidade e continuidade institucional;
2. Integração intersetorial – promove a transversalidade entre áreas (assistência, saúde, cultura, esporte, pedagogia, inclusão);
3. Capacidade de mediação dos agentes locais – assegura a efetividade cotidiana da política frente às limitações materiais e administrativas.

Em síntese, a comparação entre UFSM, UFFS e Unipampa revela que o fortalecimento da assistência estudantil no contexto da Lei nº 14.914/2024 (PNAES) exige a integração plena entre dimensões materiais e imateriais, o reconhecimento normativo das ações de bem-estar e o fortalecimento das equipes locais, especialmente em instituições multicampi. A consolidação da política passa, portanto, pela valorização da intersetorialidade, da equidade territorial e da institucionalização como instrumento de permanência e promoção do bem-estar estudantil.

PROCEDIMENTOS DETALHADOS DA ATD E EXEMPLOS DE UNITARIZAÇÃO

Este apêndice apresenta o detalhamento do processo de Análise Textual Discursiva (ATD), conforme metodologia proposta por Moraes (2003), aplicada às entrevistas com gestores(as) e executores(as) das três IFES analisadas (UFSM, UFFS e Unipampa).

O processo foi desenvolvido em três etapas:

a) Unitarização: fragmentação das transcrições das entrevistas em *unidades de sentido* — trechos textuais que expressam uma ideia relevante ao objeto de pesquisa.

b) Categorização: agrupamento das unidades de sentido em eixos temáticos correspondentes às dimensões materiais e imateriais da assistência estudantil.

c) Construção de metatextos: elaboração de sínteses interpretativas que articulam as categorias empíricas ao referencial teórico (Fraser, 2001; Lipsky, 1980; Lotta, 2012; Yin, 2015).

A seguir, exemplificam-se excertos do processo de unitarização e sua relação com as categorias emergentes:

Quadro 0.1 - Excertos do processo de unitarização e sua relação com as categorias emergentes

Trecho da Entrevista	Unidade de Sentido (US)	Categoria Temática	Dimensão
“A gente tem muitos projetos bons, mas falta gente para acompanhar de perto e transformar em política.” (Execução – UFFS)	Falta de estrutura humana para consolidar práticas	Fragilidade estrutural	Imaterial
“Os auxílios são bem organizados, mas as ações de saúde e esporte ficam mais por iniciativa local.” (Execução – UFSM)	Desigualdade entre dimensões material e imaterial	Institucionalização desigual	Material / Imaterial
“Estamos tentando normatizar as ações de apoio pedagógico, mas ainda é um processo em construção.” (Gestão – Unipampa)	Normatização em processo de consolidação	Institucionalização em construção	Imaterial

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas com servidores das IFES (2025), conforme metodologia de Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003).

DICIONÁRIO DE CÓDIGOS E CATEGORIAS

Este apêndice reúne o dicionário expandido de códigos e categorias gerados ao longo do processo de Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes, 2003), aplicada ao corpus empírico das entrevistas realizadas com gestores(as) e executores(as) da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas três Instituições Federais de Ensino Superior analisadas — UFSM, UFFS e Unipampa.

O processo de categorização seguiu as três etapas clássicas da ATD — *unitarização, categorização e comunicação* — envolvendo:

- a leitura flutuante e codificação inicial, em que foram extraídas unidades de significado das falas (Apêndice B);
- a formação de categorias intermediárias, agrupando códigos por convergência temática e institucional;
- e a comunicação dos resultados, sintetizada nas comparações por eixos (Apêndice C).

Assim, o Apêndice E consolida a articulação entre os códigos empíricos, derivados das falas brutas (Apêndice B), e as categorias analíticas, resultantes das interpretações e padrões identificados nos eixos temáticos (Apêndice C).

Essa integração permite rastrear a trajetória analítica desde os dados originais até as interpretações comparativas, evidenciando a coerência interna do método e a triangulação proposta por Yin (2015) entre fontes empíricas e referenciais teóricos.

Resumo da estrutura:

- Seção E.1 – Códigos derivados das entrevistas (Apêndice B);
- Seção E.2 – Códigos e subcategorias derivadas das sínteses comparativas por eixo (Apêndice C).

Quadro 0.1 - Dicionário de Códigos e Categorias

Código	Eixo temático	Categoria analítica principal	Descrição sintética da unidade de sentido
GER-01	Eixo Geral	Descentralização em construção	Políticas planejadas de forma centralizada e executadas de modo descentralizado; lacunas normativas e variação entre <i>campi</i> .
CUL-01	Cultura	Cultura consolidada, porém, centralizada	Políticas e editais culturais regulares, mas concentrados na sede.
CUL-02	Cultura	Ações setoriais sem integração intersetorial	Iniciativas conduzidas por setores isolados, sem articulação com a assistência estudantil.
CUL-03	Cultura	Cultura estruturada em processo de institucionalização	Programas institucionais consolidados (PAPE, PDA) e Vale Cultura Estudante em fase de normatização.
ESP-01	Esporte e Bem-Estar	Política consolidada, porém, centralizada	Infraestrutura e curso de Educação Física concentrados na sede; desigualdade territorial.
ESP-02	Esporte e Bem-Estar	Política normatizada com limitações estruturais	Ações previstas em resolução formal, mas fragilizadas por falta de equipe e continuidade.
ESP-03	Esporte e Bem-Estar	Política em institucionalização progressiva	Programa de Esportes e Bem-Estar (Portaria 1404/2025) em consolidação normativa.
SAU-04	Saúde / Saúde Mental	Saúde institucionalizada de forma desigual	Estrutura consolidada na sede, mas com descontinuidades nos <i>campi</i> .
SAU-05	Saúde / Saúde Mental	Política normatizada com fragilidade operacional	Ações previstas em resolução, mas com carência de pessoal e continuidade.
SAU-06	Saúde / Saúde Mental	Política emergente de saúde mental e bem-estar estudantil	Programa de Saúde Mental Sustentável (Portaria 1062/2025) intersetorial e preventivo.
PED-01	Apoio Pedagógico	Sistema institucionalizado, porém, não integrado à assistência	Acompanhamento pedagógico estruturado e preventivo, sem articulação com a assistência.
PED-02	Apoio Pedagógico	Política descontinuada e práticas pontuais	Programa pedagógico anterior descontinuado; ações isoladas atuais.

Código	Eixo temático	Categoria analítica principal	Descrição sintética da unidade de sentido
PED-03	Apoio Pedagógico	Projeto permanente com foco restrito e institucionalização parcial	Projeto de Apoio Social e Pedagógico (2016-) ativo, porém restrito a beneficiários e sem norma própria.
INC-01	Inclusão e Acessibilidade	Inclusão estruturada e institucionalização desigual	Núcleo de Acessibilidade consolidado, mas recursos concentrados na sede.
INC-02	Inclusão e Acessibilidade	Ações setoriais sem política institucional consolidada	Setores de acessibilidade atuando sem integração com a assistência.
INC-03	Inclusão e Acessibilidade	Política intersetorial em construção e com integração crescente	Criação da PROCADI/DEIA (Portaria 1603/2024) e Equipe Multidisciplinar intersetorial.
INS-01	Institucionalização & Permanência	Institucionalização desigual e concentrada na sede	Estrutura consolidada, porém, com acentuada assimetria entre <i>campi</i> .
INS-02	Institucionalização & Permanência	Institucionalização formal com fragilidade de implementação	Existência normativa sem efetividade operacional plena.
INS-03	Institucionalização & Permanência	Institucionalização estratégica em expansão	Avanços recentes com portarias (1062/2025; 1404/2025) e Vale Cultura em consolidação.
INT-01	Dimensão Intersetorial	Ações incipientes e fragmentadas	Políticas imateriais ainda não integradas à gestão central.
INT-02	Dimensão Intersetorial	Dependência de iniciativas locais	Continuidade baseada no engajamento dos servidores de ponta.
INT-03	Dimensão Intersetorial	Necessidade de integração intersetorial	Demanda por articulação entre assistência, saúde, cultura, esporte e pedagogia.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas (Apêndice B) e sínteses comparativas (Apêndice C). Referenciais: Moraes (2003); Yin (2015); Lipsky (1980); Lotta (2012).

Quadro 0.2 - Sínteses codificadas dos Apêndices B e C

Seção	Eixo	Código	Categoria analítica (síntese C.x)	UFMS	UFFS	Unipampa
C.2	Cultura	CUL-01	Cultura consolidada, porém, centralizada	✓ Políticas e editais regulares concentrados no campus sede, com menor capilaridade nos <i>campi</i> .	—	—

Seção	Eixo	Código	Categoria analítica (síntese C.x)	UFSM	UFFS	Unipampa
		CUL-02	Ações setoriais sem integração intersetorial	—	✓ Ações culturais conduzidas pela extensão, com baixa articulação com a assistência estudantil.	—
		CUL-03	Cultura estruturada e em processo de institucionalização definitiva	—	—	✓ Programas institucionais (PAPE/2014, PDA/2018) e Vale Cultura Estudante (Chamada Interna nº 04/2025) em consolidação normativa.
C.3	Esporte e Bem-Estar	ESP-01	Política consolidada, porém centralizada	✓ Infraestrutura esportiva e curso de Educação Física concentrados no campus sede; assimetria de oferta entre <i>campi</i> .	—	—
		ESP-02	Política normatizada com limitações estruturais	—	✓ Prevista na Resolução nº 10/CONSUNI/2019; limitações de equipe e irregularidade de execução.	—
		ESP-03	Política em institucionalização progressiva	—	—	✓ Portaria nº 1404/2025 (Programa de Esportes e Bem-Estar) alinhada ao PNAES e ao ODS 3.
C.4	Apoio Pedagógico	PED-01	Sistema institucionalizado, porém, não integrado à assistência estudantil	✓ Acompanhamento preventivo e estruturado, mas desvinculado da assistência estudantil.	—	—

Seção	Eixo	Código	Categoria analítica (síntese C.x)	UFSM	UFFS	Unipampa
		PED-02	Política descontinuada e práticas pontuais	—	✓ Programa pedagógico normatizado no passado, atualmente substituído por ações isoladas.	—
		PED-03	Projeto permanente com foco restrito e institucionalização parcial	—	—	✓ Projeto de Apoio Social e Pedagógico (desde 2016), abrangência multicampi, mas ainda restrito a beneficiários e sem normativa própria.
C.5	Inclusão e Acessibilidade e	INC-01	Inclusão estruturada e institucionalização desigual	✓ Núcleo de Acessibilidade consolidado, porém concentrado na sede.	—	—
		INC-02	Ações setoriais sem política institucional consolidada	—	✓ Setores de acessibilidade vinculados à PROGRAD, sem integração com a assistência estudantil.	—
		INC-03	Política intersetorial em construção e com integração crescente	—	—	✓ Criação da PROCADI e DEIA (Portaria nº 1603/2024) e formação de Equipe Multidisciplinar intersetorial.
C.6	Saúde e Saúde Mental	SAU-04	Saúde institucionalizada de forma desigual	✓ Estrutura consolidada e integrada ao SUS e cursos de saúde, mas centralizada na sede.	—	—
		SAU-05	Política normatizada com fragilidade operacional	—	✓ Prevista na Resolução nº 10/CONSUNI/2019, porém com descontinuidade e carência de equipe técnica.	—

Seção	Eixo	Código	Categoria analítica (síntese C.x)	UFMS	UFFS	Unipampa
		SAU-06	Política emergente de saúde mental e bem-estar estudantil	—	—	✓ Portaria nº 1062/2025 (Programa de Saúde Mental Sustentável) com articulação entre PRODAE, PROGEPE e PROCADI.
C.7	Institucionalização, Permanência e Impactos	INS-01	Institucionalização desigual e concentrada na sede	✓ Estrutura consolidada, mas desigualdade marcante entre sede e <i>campi</i> .	—	—
		INS-02	Institucionalização formal com fragilidade de implementação	—	✓ Base normativa existente, porém efetividade comprometida pela falta de estrutura.	—
		INS-03	Institucionalização estratégica em expansão	—	—	—

Fonte: Elaboração própria com base nos Apêndices B e C (entrevistas e sínteses comparativas).
Referenciais: Moraes (2003); Yin (2015); Lipsky (1980); Lotta (2012).

Observações normativas recentes (aplicáveis à Unipampa):

1. Portaria nº 1062/2025 – Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes (C.6/SAU-06).
2. Portaria nº 1404/2025 – Programa de Esportes e Bem-Estar (C.3/ESP-03).
3. Chamada Interna nº 04/2025 – Vale Cultura Estudante (C.2/CUL-03), ainda carece de regulamentação institucional permanente.
4. Portaria nº 1603/2024 – PROCADI/DEIA/Equipe Multidisciplinar (C.5/INC-03).

Observação complementar

A categorização apresentada nos Quadros E.1 e E.2 constitui o eixo articulador entre as etapas empírica e interpretativa da pesquisa, permitindo a integração entre os resultados das entrevistas (Apêndice B) e das sínteses comparativas por eixo (Apêndice C).

Cada código representa uma unidade de significado identificada no corpus das entrevistas e nas sínteses interinstitucionais, posteriormente agrupada em categorias

intermediárias e finais conforme o processo de Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003). Essas categorias serviram de base para a Matriz Analítica (Apêndice F) e para o Quadro de Correspondência entre Categorias Empíricas e Dimensões Teóricas (Apêndice K), assegurando a coerência metodológica e a rastreabilidade entre os níveis empírico, analítico e teórico.

A combinação desses instrumentos reforça a reprodutibilidade da trajetória interpretativa, consolidando o percurso de triangulação entre evidências documentais, falas de campo e referenciais teóricos (Yin, 2015; Lipsky, 1980; Lotta, 2012), dessa forma, asseguram coerência metodológica e reprodutibilidade interpretativa, permitindo rastrear a trajetória analítica da pesquisa e a integração entre evidências empíricas e referenciais teóricos.

MATRIZ ANALÍTICA POR CATEGORIA, IFES E DIMENSÃO

A matriz analítica a seguir sintetiza a relação entre as categorias empíricas, as instituições analisadas e as dimensões materiais (■) e imateriais (■) da Política Nacional de Assistência Estudantil.

Quadro 0.1 - Matriz analítica por categoria

Categoria analítica	UFSM	UFFS	Unipampa	Dimensão predominante
Institucionalização formal	Parcial e concentrada na sede	Regulamentada, porém fragilizada pela estrutura	Em formulação	■
Fragilidade normativa	Presente em ações imateriais	Superada por portarias, mas sem efetividade prática	Parcial, em consolidação	■
Fragilidade estrutural	Moderada, restrita aos <i>campi</i>	Elevada, limitação de equipes e infraestrutura	Alta, especialmente nas ações imateriais	■ / ■
Institucionalização desigual	Forte distinção entre sede e <i>campi</i>	Menor desigualdade, mas centralização administrativa	Presente, em menor escala	■ / ■
Institucionalização em construção	Limitada a eixos imateriais	Em fase de amadurecimento	Em desenvolvimento ativo	■
Ações integradas	Parcial (sede)	Pontuais	Em expansão	■
Dependência de atores locais	Alta (<i>campi</i>)	Alta	Média	■
Ações pontuais	Persistentes nas áreas culturais e esportivas	Muito frequentes	Em redução gradual	■
Bem-estar e pertencimento	Parcial (sede)	Baixo impacto percebido	Em crescimento	■

Fonte: elaboração própria com base na análise comparativa das entrevistas (2025), conforme modelo analítico desenvolvido no Capítulo 2 e metodologia de estudo de casos múltiplos (YIN, 2015).

TRECHOS INTEGRAIS SELECIONADOS POR CATEGORIA

Este apêndice reúne excertos representativos das entrevistas organizados por categoria analítica, com o objetivo de ilustrar as interpretações construídas na análise textual discursiva. Os trechos foram selecionados por sua densidade argumentativa e relevância interpretativa.

Categoria: Institucionalização desigual (UFSM)

“O campus sede tem tudo muito bem estruturado, mas quando olhamos para os *campi*, percebemos realidades muito diferentes. Falta gente, falta norma, e cada lugar faz o que dá.” (Execução – UFSM).

Categoria: Fragilidade estrutural (UFFS)

“A gente tem a norma, tem portaria, mas não tem equipe para executar. Então fica tudo no papel, e o que acontece de verdade depende de quem está lá.” (Execução – UFFS).

Categoria: Institucionalização em construção (Unipampa)

“Estamos num processo bonito de construção, com muitas discussões e GTs ativos, mas ainda sem todas as condições para consolidar as ações em políticas permanentes.” (Gestão – Unipampa).

Categoria: Ações integradas (UFFS e Unipampa)

“O trabalho conjunto entre saúde, pedagogia e esporte tem acontecido, mas ainda precisa de diretrizes institucionais mais claras.” (Gestão – UFFS).

“Estamos tentando conectar cultura, esporte e saúde no mesmo programa, mas a articulação entre *campi* é o maior desafio.” (Gestão – Unipampa).

Categoria: Bem-estar e pertencimento (todas as IFES)

“Os estudantes se sentem acolhidos quando as ações saem do papel, quando veem que há alguém cuidando de verdade.” (Execução – UFSM).

“A sensação de pertencimento muda quando há espaço de escuta e convivência.” (Execução – Unipampa).

Fonte: elaboração própria com base nas transcrições das entrevistas realizadas com servidores das IFES (UFSM, UFFS e Unipampa), analisadas conforme a metodologia de Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O presente termo foi elaborado em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, e destina-se a garantir que as pessoas convidadas a participar da pesquisa sejam informadas de forma clara sobre seus objetivos, procedimentos e garantias éticas.

Título do projeto: Além das fronteiras financeiras: estratégias ampliadas de assistência estudantil na Unipampa para a promoção do bem-estar e redução da evasão acadêmica

Pesquisadora responsável: Vanusa Vissozi de Oliveira

Orientador responsável: Cesar Luciano Filomena

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Campus São Borja/RS
Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas - PPGPP

Prezado/a Senhor/a,

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a na pesquisa - Além das fronteiras financeiras: estratégias ampliadas de assistência estudantil na Unipampa para a promoção do bem-estar e redução da evasão acadêmica.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, complementado por dados quantitativos, realizado sobre o tema da Assistência Estudantil. A coleta de dados será feita através de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas direcionadas a compreensão da política de Assistência Estudantil nas IFES à luz da percepção dos/das trabalhadores/as da gestão e da execução desta política. As entrevistas serão gravadas pela plataforma *google meet*. Tais registros ficarão sob responsabilidade da pesquisadora por um período de cinco anos e as informações serão utilizadas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa, produções acadêmicas e como dados para inferência da realidade pesquisada, após os cinco anos, as gravações e registros serão deletados e/ou incinerados. As IFES serão identificadas no relatório final de pesquisa e nas análises feitas pela pesquisadora, preservando nomes e dados pessoais. Não há qualquer tipo de despesa ou compensação financeira durante ou após o desenvolvimento da pesquisa, para você ou seus descendentes.

No que diz respeito aos benefícios, os resultados dessa pesquisa poderão subsidiar ações de qualificação da política de Assistência Estudantil na Unipampa e também em outras IFES.

Quanto aos riscos, não há riscos iminentes e os/as pesquisados/as podem desistir a qualquer tempo. Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos

adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer algum tipo de penalidade ou prejuízo.

Caso ainda haja dúvidas você poderá pedir esclarecimentos nos endereços abaixo:

Vanusa Vissozi de Oliveira

E-mail:

Telefone

Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será arquivada pela pesquisadora responsável.

Assinatura do/a participante da pesquisa:

Nome completo:

Fonte: elaboração própria

OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS

Este apêndice apresenta observações complementares ao percurso metodológico, com o objetivo de registrar decisões e ajustes realizados ao longo da coleta e análise de dados.

1. Seleção dos participantes: foram entrevistadas(os) assistentes sociais responsáveis pela execução da política de assistência estudantil nas três IFES analisadas (UFSM, UFFS e Unipampa). A escolha se fundamentou na metodologia *bottom-up* de Lipsky (1980) e Lotta (2012), valorizando o olhar dos implementadores de nível local sobre a política pública.
2. Procedimento de coleta: as entrevistas foram realizadas de forma individual, entre os meses de abril e junho de 2025, em ambiente reservado ou virtual, conforme disponibilidade de cada participante.
3. Roteiro semiestruturado: o roteiro, apresentado no Apêndice A, foi organizado em blocos temáticos que articulam aspectos normativos, institucionais e práticos da execução da PNAES.
4. Registro e transcrição: todas as entrevistas foram gravadas, com autorização prévia dos participantes, e transcritas na íntegra para análise.
5. Procedimentos analíticos: a Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003) foi adotada por sua adequação à interpretação de discursos institucionais. O processo envolveu unitarização, categorização e síntese interpretativa.
6. Instrumentos de sistematização: foram elaboradas planilhas analíticas e matrizes comparativas que permitiram visualizar as regularidades discursivas, conforme modelo de Yin (2015) para estudos de caso múltiplos.
7. Considerações éticas: todos os cuidados foram tomados para assegurar o anonimato das(os) participantes, substituindo nomes por descrições genéricas (ex.: *Gestão – UFSM, Execução – UFFS*).

Fonte: elaboração própria com base nos registros do diário de pesquisa e nos procedimentos metodológicos da dissertação (2025).

REGISTRO DE INSTRUMENTOS E MATRIZES UTILIZADOS NA ANÁLISE

O presente apêndice reúne exemplos dos instrumentos técnicos de registro, codificação e análise empregados no tratamento dos dados empíricos, compondo o protocolo de análise da pesquisa.

Quadro 0.1 - Controle das entrevistas

Código da entrevista	Instituição	Perfil	Data	Duração (min.)	Modo
E01	UFSM	Execução	02/12/2024	58	Remoto
E02	UFSM	Gestão	13/12/2024	47	Remoto
E03	UFFS	Execução	26/11/2024	61	Remoto
E04	UFFS	Gestão	25/11/2024	45	Remoto
E05	Unipampa	Execução	15/10/2024	53	Remoto
E06	Unipampa	Gestão	2012/2024	49	Remoto

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas

Quadro 0.2 - Exemplo de planilha de categorização e codificação

Unidade de sentido (US)	Código	Categoria analítica	Dimensão	IFES
“Falta equipe para tocar os projetos culturais e esportivos.”	C5	Fragilidade estrutural	■ Imaterial	UFFS
“O campus sede é bem organizado, mas nos outros tudo depende do esforço local.”	C3	Institucionalização desigual	■ / ■	UFSM
“Estamos tentando aprovar uma portaria que padronize o atendimento.”	C1	Institucionalização formal	■ Material	Unipampa

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas realizadas com servidores das IFES (UFSM, UFFS e Unipampa), conforme metodologia de Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003) e triangulação de estudos de caso (YIN, 2015)

Modelo de metatexto interpretativo (exemplo simplificado)

A recorrência de falas relacionadas à carência de equipes e à dificuldade de integração entre áreas demonstra a centralidade da dimensão estrutural e intersetorial na efetividade das ações imateriais da PNAES. As falas de gestores(as) e executores(as) confirmam que a ausência de padronização normativa e a dependência de iniciativas locais comprometem a consolidação institucional da política. Essa percepção é convergente nas três IFES, ainda que com intensidades distintas, e evidencia o desafio de transformar ações pontuais em políticas estruturadas e permanentes.

Fonte: elaboração própria com base no protocolo de análise da pesquisa (2025), conforme Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003) e modelo de estudo de caso múltiplo (YIN, 2015).

QUADRO DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE CATEGORIAS EMPÍRICAS E DIMENSÕES TEÓRICAS

Este apêndice apresenta o quadro de correspondência entre as categorias empíricas identificadas nas entrevistas e as dimensões teóricas que fundamentam o modelo analítico da pesquisa.

A construção deste quadro teve como objetivo garantir a coerência entre o referencial teórico (Fraser, Rawls, Lipsky, Lotta e Yin) e os resultados empíricos derivados da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003).

A correlação entre teoria e empiria foi organizada de forma a evidenciar como as categorias emergentes refletem os princípios de redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001), justiça como equidade (Rawls, 2016), implementação de base (bottom-up) (Lipsky, 1980; Lotta, 2012) e análise de casos múltiplos e replicação teórica (Yin, 2015).

Quadro 0.1 - Correspondência entre as categorias empíricas e dimensões teóricas

Categoria empírica	Descrição sintética	Dimensão teórica correlata	Autor(e)s de referência	Dimensão PNAES
Institucionalização formal	Existência de normas, regulamentos e portarias que estruturam a política.	Redistribuição e equidade institucional	Rawls (2002); Fraser (2001)	 Material
Fragilidade normativa	Ausência de normativas consolidadas ou lacunas entre norma e prática.	Déficit de reconhecimento institucional	Fraser (2001)	 Imaterial
Institucionalização desigual	Concentração de recursos e práticas na sede, com fragilidade nos <i>campi</i> .	Desigualdade de oportunidades e estrutura de poder local	Rawls (2002); Lipsky (1980)	 / 
Institucionalização em construção	Processos em andamento de normatização e integração de ações.	Justiça como equidade processual / política em	Rawls (2016); Yin (2015)	 Imaterial

Categoria empírica	Descrição sintética	Dimensão teórica correlata	Autor(es) de referência	Dimensão PNAES
		desenvolvimento		
Fragilidade estrutural	Falta de recursos humanos, técnicos ou financeiros que limitam a execução.	Capacidade institucional e condições de implementação	Lipsky (1980); Lotta (2012)	■ Material
Dependência de atores locais	Ênfase na autonomia e nas interpretações individuais dos executores.	Street-level bureaucracy e mediação prática	Lipsky (1980); Lotta (2012)	■ Imaterial
Ações pontuais e fragmentadas	Atividades descontinuadas e não integradas aos programas institucionais.	Déficit de institucionalização / fragilidade da rede de implementação	Lotta (2012); Yin (2015)	■ Imaterial
Ações integradas	Práticas articuladas entre setores (saúde, cultura, esporte, apoio pedagógico).	Reconhecimento e intersectorialidade e como bem-estar	Fraser (2001)	■ Imaterial
Planejamento estratégico e GTs	Estruturação gradual e participativa da política institucional.	Governança colaborativa e institucionalização incremental	Yin (2015); Lotta (2012)	■ Imaterial
Bem-estar e pertencimento	Sentimento de inclusão e reconhecimento estudantil.	Reconhecimento e justiça simbólica	Fraser (2001)	■ Imaterial
Sustentabilidade institucional	Existência de recursos financeiros e continuidade administrativa.	Estabilidade redistributiva e permanência das políticas públicas	Rawls (2002); Yin (2015)	■ Material

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003) e no modelo analítico da pesquisa, fundamentado em Fraser (2001), Rawls (2002), Lipsky (1980), Lotta (2012) e Yin (2015).

Síntese interpretativa

A correspondência entre as categorias empíricas e os referenciais teóricos evidencia que os processos de institucionalização da assistência estudantil refletem simultaneamente dimensões de redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001), articuladas à justiça como equidade (Rawls, 2002).

Enquanto as ações materiais (■) expressam o compromisso redistributivo do Estado e a busca por equidade estrutural, as ações imateriais (■) revelam dimensões relacionais, simbólicas e institucionais ligadas ao reconhecimento, à escuta e ao bem-estar estudantil.

No plano da implementação, a contribuição de Lipsky (1980) e Lotta (2012) permite compreender o papel central dos servidores de ponta (*street-level bureaucrats*) na mediação entre norma e prática, especialmente em contextos de fragilidade estrutural e ausência de normatização consolidada.

Por fim, a perspectiva de Yin (2015) sustenta a leitura comparativa entre os casos, permitindo identificar um gradiente de institucionalização entre as IFES analisadas — da formalização parcial à construção estratégica — e reforçando a relevância da triangulação teórico-empírica como instrumento de validação analítica.

QUADRO-SÍNTESE DE VALIDAÇÃO METODOLÓGICA

Nota introdutória

Este apêndice apresenta o quadro-síntese de validação metodológica, elaborado para demonstrar a coerência entre os objetivos específicos, os procedimentos analíticos e os produtos finais da pesquisa. O quadro explicita como cada objetivo foi operacionalizado e em quais capítulos e apêndices seus resultados se materializam, evidenciando a integração entre teoria, método e empiria segundo Moraes (2003), Yin (2015), Lipsky (1980) e Lotta (2012).

Quadro L.1 – Relação entre objetivos, métodos e produtos analíticos da pesquisa

Objetivo Específico	Procedimentos metodológicos principais	Instrumentos e fontes de dados	Capítulos e apêndices relacionados
1. Analisar a produção teórica e as experiências institucionais sobre a promoção do bem-estar no âmbito da assistência estudantil.	Revisão bibliográfica sistemática e análise documental das normativas federais e institucionais (MEC, Unipampa, UFSM, UFFS).	Plataforma SciELO; Banco CAPES; documentos institucionais (PNAES, Resoluções e Portarias).	Capítulo 2 (Referencial teórico e modelo analítico); Apêndice M (Referencial normativo).
2. Investigar as práticas e ações de Assistência Estudantil adotadas pelas IFES, com ênfase nas estratégias voltadas à promoção do bem-estar e da permanência.	Estudo de casos múltiplos com uso da Análise Textual Discursiva (ATD).	Entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais (gestão × execução); roteiro e blocos temáticos.	Capítulo 5 (Análise das entrevistas); Apêndices A, B e E (Roteiro, análises comparativas e dicionário de códigos).

Objetivo Específico	Procedimentos metodológicos principais	Instrumentos e fontes de dados	Capítulos e apêndices relacionados
<p>3. Comparar as políticas e práticas de Assistência Estudantil da Unipampa com aquelas desenvolvidas por outras IFES, identificando semelhanças, diferenças e oportunidades de aprimoramento.</p>	<p>Análise comparativa documental e empírica; triangulação entre dados dos capítulos 4 e 5.</p>	<p>Normativas institucionais (Resoluções e Portarias); entrevistas com assistentes sociais.</p>	<p>Capítulo 4 (Análise documental comparada) e Capítulo 5 (Análise empírica); Apêndices C e F (Síntese por eixos e matriz analítica).</p>
<p>4. Elaborar recomendações para o aperfeiçoamento da política de Assistência Estudantil da Unipampa, com base nas evidências teóricas e empíricas obtidas.</p>	<p>Sistematização dos achados teóricos e empíricos; análise integrada das dimensões materiais e imateriais.</p>	<p>Resultados dos Apêndices C a K e conclusões dos Capítulos 4 e 5.</p>	<p>Cap. 6 (proposições finais e recomendações).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir do projeto de pesquisa e dos resultados analíticos. Referenciais: Moraes (2003); Yin (2015); Lipsky (1980); Lotta (2012).

Observação final

O quadro L.1 demonstra que cada objetivo específico foi operacionalizado por procedimentos claramente definidos, garantindo **coerência lógica** e **encadeamento metodológico** entre a revisão teórica, a análise documental, a interpretação empírica e as proposições finais. Essa integração assegura a validade interna do estudo e sustenta as recomendações aplicadas à Unipampa.

REFERENCIAL NORMATIVO DA PESQUISA

Este apêndice apresenta o conjunto de instrumentos legais, normativos e institucionais que serviram de base para a fundamentação teórica, metodológica e empírica da pesquisa. Os dispositivos aqui reunidos sustentam a análise sobre a institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e as dimensões materiais e imateriais associadas à promoção do bem-estar e à permanência estudantil nas universidades federais multicampi.

Quadro 0.1 - Legislação Nacional

Dispositivo legal	Ementa / Conteúdo principal	Relação com a pesquisa
Constituição Federal de 1988	Estabelece a educação como direito social (art. 6º) e dever do Estado (art. 205).	Fundamenta o reconhecimento da assistência estudantil como direito social e instrumento de justiça educacional.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)	Define as diretrizes e bases da educação nacional.	Estabelece a estrutura da educação superior e reforça a responsabilidade estatal pela permanência estudantil.
Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).	Marco normativo principal da política de assistência estudantil.
Lei nº 14.914, de 17 de junho de 2024	Institui a PNAES como política pública permanente e define princípios, objetivos e áreas de atendimento.	Consolida a PNAES como política de Estado e amplia suas dimensões de atuação (materiais e imateriais).

Dispositivo legal	Ementa / Conteúdo principal	Relação com a pesquisa
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)	Estabelece normas gerais de licitação e contratação na administração pública.	Base para normativas internas da Unipampa que regem bolsas, auxílios e ressarcimentos de voluntários.
Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 (Serviço Voluntário)	Dispõe sobre o serviço voluntário e o ressarcimento de despesas.	Fundamenta as ações de extensão e programas com participação de voluntários na assistência estudantil.
Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016	Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.	Fundamenta os procedimentos éticos adotados na pesquisa e o TCLE (Apêndice H).

Quadro 0.2 - Normativas Institucionais da Unipampa

Documento / Ato normativo	Ano	Conteúdo / Finalidade
Resolução CONSUNI nº 84/2014	2014	Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Unipampa e cria o Plano de Permanência (PP).
Resolução CONSUNI nº 353/2022	2022	Aprova o Estatuto das Moradias Estudantis.
Portaria GR nº 285/2025	2025	Institui o Comitê de Acompanhamento e Avaliação do PNAES no âmbito da Unipampa.
Portaria PRODAE nº 1.062/2025	2025	Cria o Programa de Esportes e Bem-Estar, vinculado à PRODAE, em consonância com a Lei nº 14.914/2024.

Documento / Ato normativo	Ano	Conteúdo / Finalidade
Portaria PRODAE nº 302/2025	2025	Institui o Grupo de Trabalho de Saúde Mental (GT-SM) para articulação das ações de promoção do bem-estar estudantil.
Chamada Interna nº 04/2025 – Vale Cultura Estudante	2025	Regulamenta a concessão do benefício cultural aos discentes, integrando o eixo de ações imateriais da assistência estudantil.
Instrução Normativa PRODAE nº 03/2025	2025	Dispõe sobre o ressarcimento de despesas a voluntários, conforme a Lei nº 9.608/1998 e a Lei nº 14.133/2021.
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025–2029	2024	Define as diretrizes estratégicas da Unipampa, incluindo os eixos de permanência, bem-estar e inclusão.

Quadro 0.3 - Documentos e marcos normativos complementares (referência comparativa das IFES)

Instituição	Documento / Norma	Conteúdo principal
UFSM	Resolução nº 002/2018 – PRAE	Define diretrizes para os programas de assistência estudantil da instituição.
UFFS	Resolução nº 10/CONSUNICGAE/UFFS/2019 (alterada)	Institui o Programa de Esporte e Lazer, integrando o PNAES à política institucional.
Unipampa	Diversas portarias e chamadas PRODAE (2024–2025)	Regulam ações emergentes de esporte, cultura, saúde e apoio pedagógico.

Quadro 0.4 - Diretrizes e marcos internacionais de referência

Organismo / Documento	Ano	Conteúdo principal
Organização das Nações Unidas (ONU) – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	2015	Define os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 4 (Educação de qualidade).
Organização Mundial da Saúde (OMS)	1946 / atualizações	Define saúde como bem-estar físico, mental e social, ampliando o conceito de políticas integradas.
UNESCO – Educação para a Cidadania Global	2016	Propõe a integração entre educação, equidade e bem-estar como dimensões de justiça social.

Fonte: elaboração própria a partir de documentos legais e institucionais (1988–2025), com base nas legislações nacionais, resoluções internas da Unipampa e marcos internacionais de referência.

Síntese interpretativa

O conjunto normativo analisado evidencia que a assistência estudantil é uma política pública de caráter redistributivo e de reconhecimento, ancorada constitucionalmente no direito à educação e reforçada pela Lei nº 14.914/2024, que consolida a PNAES como política de Estado.

A partir das normativas institucionais da Unipampa e das demais IFES comparadas, observa-se um movimento de expansão normativa das dimensões imateriais — cultura, esporte, saúde, apoio pedagógico e inclusão — como estratégias de promoção do bem-estar e da permanência estudantil.

Esses instrumentos, articulados aos ODS 3 e 4 da Agenda 2030, configuram a base jurídico-institucional para a construção de uma política de assistência estudantil ampliada, integrada e sustentável.

SÍNTESE COMPARATIVA POR IFES (GESTÃO × EXECUÇÃO)

Nota metodológica

Este apêndice apresenta a análise comparativa entre as entrevistas realizadas com assistentes sociais responsáveis pela gestão e pela execução da Política de Assistência Estudantil nas três Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estudadas — Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

A síntese foi construída com base nos princípios da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003) e do estudo de caso múltiplo (Yin, 2015), integrando evidências empíricas e documentais para identificar convergências e divergências entre os níveis decisórios e operacionais da política.

A interpretação adota uma perspectiva *bottom-up*, na qual a atuação dos agentes de execução é central para compreender como as diretrizes normativas são reinterpretadas no cotidiano (Lipsky, 1980; Lotta, 2012).

Quadro 0.1 - Convergências e Divergências entre Gestão e Execução das IFES

IFES	Convergências Gestão × Execução	Divergências Gestão × Execução	Categoria Analítica
UFSM	Reconhecimento dos eixos imateriais e continuidade institucional	Desigualdade territorial e concentração das ações no campus sede	Institucionalização consolidada, porém, desigual
UFFS	Consenso sobre a importância dos eixos imateriais e necessidade de integração	Fragmentação estrutural, descontinuidade e ausência de fluxos intersetoriais	Institucionalização formal com fragilidade de implementação
Unipampa	Convergência entre gestão e execução quanto à expansão normativa e intersetorial	Dificuldades operacionais, multicampia e limitação de equipes	Institucionalização estratégica em expansão

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas e documentos institucionais (2025).

1. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

A UFSM apresenta o modelo mais consolidado de institucionalização da assistência estudantil entre as três instituições.

A gestão enfatiza a solidez administrativa e o conjunto de normativas que sustentam uma política de permanência ampla, integrada e reconhecida nacionalmente. Destacam-se a estrutura de pró-reitorias especializadas e núcleos de apoio permanentes, responsáveis pela coordenação dos eixos materiais e imateriais.

A execução, por outro lado, aponta assimetria territorial e sobrecarga das equipes nos *campi* descentralizados, evidenciando que a consolidação administrativa não se traduz integralmente em equidade de implementação.

Enquanto a gestão identifica um sistema consolidado, os executores percebem lacunas estruturais que dificultam a efetividade das ações.

Essas diferenças confirmam o modelo de replicação incompleta descrito por Yin (2015): o núcleo central é fortemente institucionalizado, mas as margens reproduzem o modelo de forma parcial.

Sob a ótica de Lipsky (1980) e Lotta (2012), as práticas cotidianas das equipes locais configuram espaços de mediação, nos quais os “burocratas de nível de rua” reinterpretam normas e constroem soluções diante das limitações territoriais.

2. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Na UFFS, a política de assistência estudantil apresenta um padrão de formalização normativa sem efetividade operacional.

A gestão reconhece a relevância dos eixos imateriais (cultura, esporte, saúde e inclusão), mas sua atuação permanece fortemente centrada nos auxílios financeiros, considerados a espinha dorsal da permanência.

As entrevistas revelam preocupação da gestão com restrições orçamentárias e de pessoal, identificadas como principais obstáculos à ampliação das políticas.

A execução, por sua vez, descreve um cotidiano marcado por fragmentação, descontinuidade e dependência de parcerias externas. As ações nos *campi* assumem caráter pontual, muitas vezes sustentadas por redes locais e pela iniciativa dos servidores.

Há convergência entre gestão e execução quanto à necessidade de integração e fortalecimento institucional, mas divergência quanto às causas da fragilidade: para a gestão,

trata-se de limitações estruturais; para a execução, de ausência de coordenação intersetorial e de fluxos regulares.

Sob a perspectiva de Lipsky (1980), os implementadores locais operam em alta margem de discricionariedade, ajustando rotinas para suprir lacunas administrativas. Lotta (2012) interpreta essa atuação como coprodução da política pública pela prática cotidiana.

Na leitura de Yin (2015), a UFFS constitui um caso de replicação teórica parcial, validando a hipótese de que a fragilidade estrutural reduz a capacidade de institucionalização das dimensões imateriais.

3. Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

A Unipampa evidencia um movimento de institucionalização estratégica em expansão, resultado de iniciativas recentes que fortalecem a dimensão imaterial da política de assistência estudantil.

A gestão destaca o ciclo de normatizações que redefiniu a estrutura da política a partir de 2024-2025: a criação da PROCADI e da DEIA (Portaria nº 1603/2024), o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes (Portaria nº 1062/2025), o Programa de Esportes e Bem-Estar (Portaria nº 1404/2025) e o Vale Cultura Estudante (Chamada Interna nº 04/2025).

Esses instrumentos consolidam a integração entre assistência, saúde, cultura, esporte e inclusão, ampliando o alcance e a legitimidade da política.

A execução reconhece esses avanços, mas enfatiza desafios operacionais e assimetrias intercampi, decorrentes da multicampia e da limitação de equipes técnicas.

Há, entretanto, convergência entre gestão e execução quanto ao reconhecimento de que a consolidação plena exige ampliação de equipes, definição de fluxos intersetoriais e continuidade orçamentária.

Sob a ótica de Lipsky (1980), as ações locais demonstram a mediação prática entre o prescrito e o possível; Lotta (2012) identifica esse processo como espaço de aprendizagem institucional, no qual a política se fortalece pela interação entre agentes.

De acordo com Yin (2015), a Unipampa configura um caso em transição, com replicações consistentes entre gestão e execução e trajetória evolutiva em direção à institucionalização intersetorial.

4. Síntese Analítica Final

A triangulação entre as três IFES confirma o pressuposto do modelo analítico adotado: a consolidação da assistência estudantil depende da articulação entre dimensões materiais e imateriais, equidade territorial e integração intersetorial.

Os padrões comparativos revelam três estágios distintos de maturidade institucional:

- UFSM – Institucionalização consolidada, porém desigual entre sede e *campi*;
- UFFS – Formalização normativa fragilizada pela estrutura e descontinuidade;
- Unipampa – Expansão normativa e intersetorial em curso, com avanços na integração dos eixos imateriais.

Na perspectiva *bottom-up* de Lipsky (1980) e Lotta (2012), as divergências entre gestão e execução não representam falhas, mas expressões da dinâmica adaptativa da política. A efetividade emerge da mediação cotidiana realizada pelos agentes implementadores, que traduzem as diretrizes gerais em práticas concretas de permanência e bem-estar estudantil.

Segundo Yin (2015), a triangulação entre casos confirma a validade analítica dos resultados: as políticas de assistência estudantil demonstram maior sustentabilidade quando associam estabilidade normativa, articulação intersetorial e valorização da dimensão imaterial do bem-estar — elementos fundamentais para a consolidação da PNAES como política pública de permanência e equidade no ensino superior.

Nota: O Apêndice N consolida a análise comparativa entre gestão e execução, integrando os resultados empíricos e documentais sob a perspectiva da análise *bottom-up* (Lipsky, 1980; Lotta, 2012).

ANEXO 1

Boletim de Serviço Eletrônico em 18/07/2025

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

GABINETE DA REITORIA
Rua Melanie Granier, 51 , Centro, Bagé/RS - CEP 96400-500
Telefone: (53) 3240 5400 Endereço eletrônico: reitoria@unipampa.edu.br

PORTARIA Nº 1062, DE 18 DE JULHO DE 2025

A VICE-REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no exercício da Reitoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a Lei 14.914 de 03 de julho de 2024, que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, e reconhece a saúde mental como dimensão fundamental da permanência estudantil, os termos do Processo SEI nº 23100.011906/2025-93.

CONSIDERANDO o compromisso da Unipampa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, em especial o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que propõe assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer políticas institucionais que promovam o cuidado integral aos estudantes, com base na escuta qualificada, na prevenção do sofrimento psíquico e na criação de redes de apoio;

CONSIDERANDO os dados e evidências levantados junto à comunidade acadêmica que apontam para a necessidade de ações estruturadas e permanentes de cuidado psicológico e promoção da saúde mental nos campi;

RESOLVE:

INSTITUIR como parte dos Programas ofertados pela Pró-reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil - PRODAE, o Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes.

Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes

Art. 1º O Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes integra a Política de Assistência Estudantil da Unipampa, tendo como finalidade promover o bem-estar psíquico dos discentes

por meio de ações contínuas e articuladas de acolhimento, prevenção, promoção e encaminhamento.

Parágrafo único. O programa será desenvolvido com base em estruturas permanentes e intersetoriais, fundamentando-se na escuta qualificada, na co-responsabilidade institucional e na articulação com a rede pública de atenção psicossocial, com vistas à consolidação de uma cultura de cuidado no âmbito universitário.

Art. 2º O Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes tem como objetivos:

- I – desenvolver ações permanentes, integradas e articuladas de acolhimento psicológico;
- II – promover a saúde mental e prevenir o sofrimento psíquico por meio de campanhas, ações de psicoeducação e projetos direcionados a públicos específicos;
- III – contribuir para o fortalecimento da permanência estudantil, por meio de estratégias de cuidado em saúde mental;
- IV – diagnosticar e monitorar, de forma contínua, a situação da saúde mental dos estudantes;
- V – fortalecer a rede de apoio psicossocial e os fluxos institucionais de cuidado;
- VI – qualificar a infraestrutura e a ambiência universitária, garantindo espaços acessíveis, acolhedores e adequados ao cuidado em saúde mental, à convivência nos campi e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes à comunidade acadêmica;
- VII - promover a atuação interprofissional e interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento no planejamento e execução das ações de saúde mental.

Art. 3º O Programa tem como diretriz não apenas ampliar o acesso ao suporte psicológico e psicossocial, mas também implementar estratégias que fortaleçam a cultura institucional de acolhimento e cuidado com a saúde mental, em conformidade com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-Estar.

Art. 4º As ações do Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes estão organizadas em quatro eixos estratégicos, conforme descrito a seguir:

I - Eixo 1 – Diagnóstico e Monitoramento da Saúde Mental Estudantil - Visa mapear as principais demandas, desafios e percepções da comunidade acadêmica, por meio de um fluxo contínuo composto pelas seguintes etapas:

1. mapeamento institucional das demandas em saúde mental;
2. análise de indicadores institucionais;
3. monitoramento contínuo e sistemático das ações nos campi.

II - Eixo 2 – Fortalecimento da Rede de Apoio Psicossocial e Capacitação dos Atores Institucionais - Tem como objetivo construir e fortalecer uma rede de cuidado envolvendo profissionais da saúde mental, docentes, técnicos, gestores e estudantes, tendo como ações principais:

1. atendimentos psicológicos breves (intervenções iniciais);
2. realização de grupos terapêuticos e escuta qualificada;
3. disponibilização do serviço de escuta acessível em todos os campi, online ou presencial;
4. capacitação da comunidade acadêmica para identificação de sinais de sofrimento emocional e encaminhamento ético e responsável;
5. organização dos fluxos institucionais de acolhimento e articulação com a rede pública de saúde (CAPS, UBS, hospitais);
6. encaminhamento, quando necessário, de situações de risco, violência, abuso ou violação de direitos à rede pública de saúde, proteção social ou segurança pública,

conforme os fluxos institucionais da Unipampa e em articulação com os Núcleos de Desenvolvimento Estudantil (NuDEs), direções de campus e chefias das moradias estudantis;

7. atenção específica aos estudantes da moradia estudantil, em parceria com os NuDEs e chefias das das moradias estudantis.

III - Eixo 3 – Ações de Promoção e Prevenção da Saúde Mental - Destina-se a desenvolver ações de psicoeducação e fortalecimento do bem-estar emocional da comunidade acadêmica, tendo como ações principais:

1. campanhas educativas, como Setembro Amarelo, Janeiro Branco, entre outras;
2. oficinas de autocuidado, rodas de conversa e ações culturais;
3. valorização de experiências locais exitosas, a exemplo do Projeto Saúde Mental Unipampa, do Espaço UniPausa;
4. projetos de acolhimento a ingressantes e apoio a estudantes mães;
5. ações específicas junto às moradias estudantis, com rodas de escuta, oficinas e práticas de convivência saudável.

IV - Eixo 4 – Infraestrutura e Ambiência Universitária- Busca garantir espaços físicos e simbólicos que favoreçam o bem-estar emocional e psicológico, tendo como ações principais:

1. criação de espaços de escuta e acolhimento;
2. implantação de ambientes de relaxamento e desconpressão;
3. adequação de salas para atendimentos com conforto e garantia de sigilo;
4. promoção de ambientes acessíveis, seguros, acolhedores e com identidade local;
5. integração com as ações de assistência estudantil especialmente nas áreas de moradia, alimentação, apoio pedagógico, inclusão e acessibilidade.

Art. 5º A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil (PRODAE) será responsável pela gestão do Programa de Saúde Mental Sustentável para Estudantes, cuja execução ocorrerá de forma articulada e colaborativa com toda a comunidade acadêmica, por meio da Rede de Apoio Psicossocial, com destaque para a atuação estratégica das equipes técnicas dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs).

Parágrafo único. O atendimento das demandas relacionadas ao Programa deverá observar as orientações e os protocolos estabelecidos e divulgados pela PRODAE.

Art. 6º O Núcleo de Saúde Mental será responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações do Programa, bem como pelo apoio técnico aos campi e pela articulação de parcerias com setores internos e externos à universidade.

Art. 7º Situações que envolvam ideação suicida, risco iminente à vida, violência sexual, abuso ou outras formas de violação de direitos, identificadas no âmbito do Programa, deverão ser acolhidas com escuta qualificada e imediatamente encaminhadas aos órgãos ou instituições competentes, conforme os fluxos institucionais e a legislação vigente, com comunicação ao Núcleo de Saúde Mental da PRODAE.

§ 1º Para os fins desta Portaria, consideram-se órgãos ou instituições competentes os integrantes da rede pública de saúde, proteção social e segurança pública — como CAPS, UBS, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Delegacias de Polícia, Defensoria Pública e Ministério Público —, bem como os órgãos internos da Universidade Federal do Pampa, tais como Direções de Campus, Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs), Núcleo de Moradia Estudantil (NuME), Pró-reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil (PRODAE) e Ouvidoria, conforme a natureza de cada situação.

§ 2º Os encaminhamentos poderão incluir, conforme o caso, os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), os órgãos da proteção social (CREAS, CRAS, Conselho Tutelar), os órgãos de segurança pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público, sempre resguardando o sigilo das informações e observando os princípios éticos da escuta e do cuidado.

§ 3º As equipes técnicas do Núcleo de Saúde Mental (NuSM), dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs) e do Núcleo de Moradia Estudantil (NuME) deverão atuar de forma articulada na condução desses casos, assegurando suporte à vítima e promovendo uma comunicação institucional responsável. Sempre que possível, o(a) estudante será orientado(a) sobre os canais internos e externos disponíveis, inclusive sobre a plataforma Fala.BR (falabr.cgu.gov.br), resguardando-se seu direito à confidencialidade e à decisão sobre o registro formal da denúncia.

§ 4º Os profissionais envolvidos nos atendimentos referidos no caput deverão seguir as normativas do Conselho Federal de Psicologia, bem como os protocolos internos estabelecidos pela Unipampa.

Disposições Finais

Art. 8º. O Reitor poderá estabelecer instruções complementares para o fiel cumprimento desta Portaria.

Art. 9º. Os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil.

Art. 10. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Eletrônico da Unipampa.

Francéli Brizolla

Vice-Reitora no Exercício da Reitoria



Assinado eletronicamente por **FRANCELI BRIZOLLA, Vice-Reitora no exercício da Reitoria**, em 18/07/2025, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1789364** e o código CRC **16195A5A**.

ANEXO 2

29/09/2025, 11:00

SEI/UNIPAMPA - 1847783 - Portaria GR



Boletim de Serviço Eletrônico em 24/09/2025

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Universidade Federal do Pampa
 GABINETE DA REITORIA
 Rua Melanie Granier, 51, Centro, Bagé/RS - CEP 96400-500
 Telefone: (53) 3240 5400 Endereço eletrônico: reitoria@unipampa.edu.br

PORTARIA Nº 1404, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a [Lei Nº 14.914/2024](#) que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, e reconhece o esporte e a saúde como dimensão fundamental da permanência estudantil, os termos do Processo SEI nº 23100.016727/2025-42;

CONSIDERANDO o compromisso da Unipampa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, em especial o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que propõe assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades;

CONSIDERANDO as recomendações da Organização Mundial da Saúde, presentes no documento [“Diretrizes da OMS sobre atividade física e comportamento sedentário” \(2020\)](#), que orientam a prática mínima de 150 a 300 minutos semanais de atividade física moderada para prevenção de doenças crônicas e promoção do bem-estar mental, prioridade para políticas institucionais de saúde e permanência estudantil.

RESOLVE:

INSTITUIR como parte dos programas ofertados pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil - PRODAE o Programa de Esportes e Bem-estar da Universidade Federal do Pampa.

Para fins desta Portaria, considera-se:

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_rapida&id_protocolo=2013139&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=8488&infra_hash=b... 1/7

29/09/2025, 11:00

SEI/UNIPAMPA - 1847783 - Portaria GR

Atividade física: é um comportamento que envolve os movimentos voluntários do corpo, com gasto de energia acima do nível de repouso, promovendo interações sociais e com o ambiente, podendo acontecer no tempo livre, no deslocamento, no trabalho ou estudo e nas tarefas domésticas.

Exercício físico: atividade física planejada e estruturada com o objetivo de melhorar ou manter as capacidades físicas envolvidas, como por exemplo a aptidão cardiorrespiratória, a flexibilidade, o equilíbrio, a força entre outras.

Esporte: atividade física que envolve regras, competição e esforço físico e que pode ter como objetivo a competição, a saúde, o lazer ou o entretenimento.

Bem-estar: refere-se ao estado de se sentir bem, tanto física como emocionalmente. Inclui uma variedade de aspectos, desde saúde física e mental, até relacionamentos, trabalho, alimentação, sono e atividades de lazer.

Grupos minorizados: refere-se aos grupos sociais que, por alguma razão, enfrentam desvantagens e exclusão em comparação com o grupo majoritário em uma sociedade. Essas desvantagens podem ser baseadas em diversos fatores, como etnia, gênero, orientação sexual, religião, condição socioeconômica, deficiência, entre outros.

PROGRAMA DE ESPORTES E BEM-ESTAR DA UNIPAMPA

Art. 1º O Programa de Esportes e Bem-Estar da Universidade Federal do Pampa tem por finalidade incentivar, multiplicar e valorizar:

- I – a prática de esportes e exercícios físicos;
- II – o estímulo a hábitos saudáveis que promovam o bem-estar na comunidade universitária;
- III – a integração das diferentes dimensões do esporte, da saúde e do lazer.

Parágrafo único. As ações do Programa serão desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil – PRODAE, em articulação com unidades acadêmicas, equipes diretivas dos campi, coordenações de cursos e associações atléticas acadêmicas, com a participação de discentes e servidores.

OBJETIVOS

Art. 2º O Programa de Esportes e Bem-estar da UNIPAMPA tem como objetivos:

- I – Promover a saúde integral da comunidade universitária por meio da prática regular de atividades físicas, esportivas e de bem-estar, como estratégia de prevenção de agravos e estímulo à qualidade de vida;
- II – Contribuir para a permanência qualificada dos(as) estudantes, oferecendo ações que fortaleçam os vínculos sociais, o suporte emocional e o sentimento de pertencimento à vida universitária;
- III – Fomentar a inclusão, a acessibilidade e a participação de grupos historicamente sub-representados nas práticas esportivas e de lazer, com atenção especial a estudantes com deficiência, indígenas, quilombolas, pretos(as), pardos(as) e aqueles atendidos pela assistência estudantil;

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_rapida&id_protocolo=2013139&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=8488&infra_hash=b... 2/7

29/09/2025, 11:00

SEI/UNIPAMPA - 1847783 - Portaria GR

IV – Estimular a adoção de hábitos saudáveis, a cultura do autocuidado e o enfrentamento ao sedentarismo por meio de ações educativas, esportivas e de lazer;

V – Incentivar a integração da comunidade acadêmica em eventos esportivos, sociais e culturais, fortalecendo a identidade institucional e promovendo o respeito à diversidade;

VI - Fomentar a prática esportiva para além do esporte enquanto promoção de saúde e bem-estar, incentivando a criação de equipes esportivas que possam representar a universidade em competições externas regionais, nacionais e internacionais;

DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS

Art. 3º Para o cumprimento dos objetivos do Programa, terá como ações principais as seguintes:

I - Fomentar a ampliação da oferta regular de atividades esportivas, exercícios físicos, bem-estar, lazer e hábitos saudáveis;

II - Desenvolver estratégias de divulgação interna e externa das atividades propostas nesta portaria nos canais da UNIPAMPA;

III - Viabilizar bolsas e/ou auxílios para discentes que participem de ações e/ou programas desenvolvidos pela PRODAE, no âmbito da política de esporte e bem-estar observadas as limitações orçamentárias;

IV – Apoiar ações interdisciplinares, projetos de extensão universitária e outras atividades que promovam a prática de esportes, de exercícios físicos, de bem-estar e lazer na comunidade universitária;

V - Estimular a participação de servidores e discentes na organização e na prática esportiva e de exercícios físicos da UNIPAMPA, fortalecendo programas e iniciativas que envolvam estas práticas;

VI – Apoiar deslocamento, alimentação e hospedagem de estudantes atletas por meio do Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos – PAPE, observadas as limitações orçamentárias;

VII – Apoiar a participação nos Jogos Universitários Gaúchos e Brasileiros, observadas as limitações orçamentárias;

VIII – Planejar e executar competições esportivas na UNIPAMPA observando o calendário de competições da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, da Federação Universitária Gaúcha de Esportes, do Comitê Olímpico e Paralímpico Brasileiro e de outras entidades de administração esportiva;

IX – Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância da prática regular de atividade física, oportunizando condições de acesso durante sua permanência na UNIPAMPA;

X – Incentivar a criação e o fortalecimento de associações atléticas universitárias e outras entidades acadêmicas;

XI – Promover a inclusão de estudantes vinculados à assistência estudantil na oferta de atividades esportivas e de exercícios físicos, não curriculares;

XII – Assegurar a participação de discentes com deficiência nas atividades esportivas e de exercícios físicos da UNIPAMPA, promovendo a acessibilidade, buscando garantir suporte adequado para sua inclusão e contemplando práticas esportivas e de exercício físico que possibilitem a integração

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_rapida&id_protocolo=2013139&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=8488&infra_hash=b... 3/7

29/09/2025, 11:00

SEI/UNIPAMPA - 1847783 - Portaria GR

entre pessoas com deficiência e sem deficiência;

XIII - Promover eventos esportivos inclusivos, com competições baseadas no princípio do desenho universal, com ações que incentivem e possibilitem a interação dos públicos minoritários;

XIV - Estimular a oferta de atividade física e ações de lazer no âmbito das moradias estudantis visando a promoção do bem-estar físico e mental, colaborando na prevenção de doenças;

XV - Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas que promovam o esporte, com vistas à captação de recursos e expansão das ações.

DA GESTÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ESPORTES E PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS DA UNIPAMPA

Art. 4º Caberá à PRODAE:

I - Gerir, executar e divulgar as ações institucionais do programa de esporte e bem-estar na UNIPAMPA;

II - Elaborar e executar o Plano Anual de Esportes da UNIPAMPA;

III - Elaborar projetos e ações voltadas ao lazer e bem-estar discente;

IV - Elaborar projetos e ações de incentivo à prática de exercícios físicos, como forma de manutenção do bem-estar físico e mental da comunidade discente;

V - Elaborar relatório anual acerca das ações desenvolvidas;

VI - Avaliar a execução das ações institucionais em andamento e propor estratégias de potencialização do desenvolvimento da prática esportiva e de ações voltadas ao bem-estar discente na UNIPAMPA;

VII - Deliberar sobre a participação da UNIPAMPA nas competições esportivas locais, estaduais, regionais e nacionais;

VIII - Buscar condições de acessibilidade nos deslocamentos, alojamentos e alimentação dos discentes atletas com deficiência que participem de competições representando a UNIPAMPA;

IX - Apoiar os eventos esportivos internos e externos promovidos pelas atléticas universitárias regulamentadas, observadas as limitações orçamentárias;

X - Auxiliar os campi na captação de recursos e no andamento de Projetos junto a COINFRA para a disponibilização de espaços para a prática de esportes e exercícios físicos nas unidades acadêmicas;

XI - Articular com os campi e demais pró-reitorias o desenvolvimento das ações previstas no Plano Anual de Esportes.

Art. 5º Caberá à PROCADI:

I- Prestar suporte técnico nos eventos esportivos da Unipampa, em matéria de inclusão, acessibilidade e ações afirmativas;

II- Auxiliar na acessibilidade da comunicação em eventos virtuais e presenciais relacionados a esportes e exercícios físicos.

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_rapida&id_protocolo=2013139&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=8488&infra_hash=b... 4/7

29/09/2025, 11:00

SEI/UNIPAMPA - 1847783 - Portaria GR

Art. 6º Caberá às Unidades Acadêmicas:

- I – Disponibilizar, sempre que possível, espaços físicos adequados à prática esportiva;
- II – Apoiar a criação e fortalecimento de Associações Atléticas Universitárias;
- III – Indicar um(a) servidor(a) de referência para atuar como interlocutor(a) do campus junto à PRODAE;
- IV - Auxiliar no planejamento, na execução e na promoção das ações de bem-estar e lazer do Programa;
- V – Apoiar a logística e transporte de estudantes em atividades esportivas, conforme disponibilidade orçamentária;
- VI – Articular com instituições locais o compartilhamento de espaços para a prática de esportes e exercícios físicos;
- VII – Cooperar com a promoção de ações de bem-estar e saúde no campus.

DAS ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS UNIVERSITÁRIAS

Art. 7º Serão consideradas habilitadas as associações atléticas universitárias regularizadas, em pleno funcionamento com relação às exigências da legislação em vigor para associações civis, sem fins lucrativos, que possuam finalidade educativo cultural e gestão autônoma em relação à instituição ou qualquer outra entidade estudantil.

1§ Serão habilitadas para reconhecimento, as associações atléticas acadêmicas que possuírem:

- I - Registro em cartório da ata de fundação, estatuto e regimento;
- II - Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil e CNPJ próprio;
- III - Diretoria, conselho administrativo e conselho fiscal;
- IV - Gestão autônoma em relação à Universidade ou qualquer entidade estudantil.

Art. 8º São Objetivos das Atléticas Universitárias:

- I - Representar e organizar a participação dos discentes matriculados nos cursos superiores e de pós-graduação da Unipampa nos esportes universitários e nas ações sociais promovidas por estes;
- II - Realizar, patrocinar e/ou buscar patrocínio para competições esportivas;
- III - Contribuir na divulgação do esporte e da prática de atividades físicas, em suas diferentes modalidades;
- IV - Participar de competições universitárias, intermunicipais, interestaduais e internacionais, na forma da legislação em vigor;
- V - Promover eventos de cunho sociocultural, com o desenvolvimento de atividades físicas, de lazer, eventos culturais, sociais, científicos e demais ações de integração entre os acadêmicos da instituição e a sociedade;
- VI - Defender e promover os interesses do esporte universitário entre seus associados efetivos;

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_rapida&id_protocolo=2013139&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=8488&infra_hash=b... 5/7

29/09/2025, 11:00

SEI/UNIPAMPA - 1847783 - Portaria GR

VII - Defender os interesses dos membros, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, credo, sexo, convicções políticas, religiosas, sociais ou filosóficas;

VIII - Promover ações de inclusão de pessoas com deficiência - PcD, ou com necessidades específicas nas atividades desportivas;

IX - Promover, estimular e difundir democraticamente práticas de qualidade de vida, promoção da saúde e integração comunitária por meio de práticas esportivas formais e não-formais junto à comunidade acadêmica da Unipampa e sociedade em geral;

X - Promover e zelar por meio de suas atividades o desenvolvimento de uma cultura de paz, combater práticas que incitem preconceitos de origem, raça, sexo, gênero, cor, idade, religião e quaisquer outras formas de discriminação, opressão, intolerância e violação de direitos humanos;

XI - Contribuir para o prestígio crescente da Unipampa e da comunidade acadêmica na sociedade.

DA REPRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS INTERNOS E EXTERNOS

Art. 9º Atendendo ao disposto na RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 5/2010, Capítulo III, Seção III, quando em representação interna ou externa da Universidade em eventos esportivos, ocorrendo desvios de conduta, os discentes estarão passíveis de punição de acordo com o previsto na citada resolução.

Parágrafo Único: Toda participação discente representando a UNIPAMPA em eventos esportivos externos deve ser autorizada e organizada pela PRODAE.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º Toda participação discente nas atividades esportivas realizadas pela instituição, ou externas, serão certificadas com horas de Atividade Complementar de Graduação - ACGs (atividades culturais e artísticas, sociais e de gestão), tendo como base a Resolução CONSUNI 29/2011, Art. 109.

Parágrafo Único: O quantitativo de horas e as formas de participação serão estabelecidos nos regulamentos específicos de cada ação ou programa.

Art. 11º Compete à Administração Superior da UNIPAMPA, por meio da PRODAE e demais Pró-Reitorias, e às equipes diretivas das unidades de ensino da Universidade prover as condições necessárias para atender às demandas de gestão e prática esportiva na instituição.

Art. 12º Cabe à UNIPAMPA, por meio da Administração Superior, destinar pessoal especializado para dar suporte ao desenvolvimento da Política de Esportes.

Art. 13º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_rapida&id_protocolo=2013139&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=8488&infra_hash=b... 6/7

29/09/2025, 11:00

SEI/UNIPAMPA - 1847783 - Portaria GR

Edward Frederico Castro Pessano

Reitor



Assinado eletronicamente por **EDWARD FREDERICO CASTRO PESSANO, Reitor**, em 24/09/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1847783** e o código CRC **EDC0D844**.

Referência: Processo nº 23100.016727/2025-42

SEI nº 1847783

ANEXO 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Av. Gen. Osório, 900, - Bairro Centro, Bagé/RS, CEP 96400-590
Telefone: (53)3240-5400 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.unipampa.edu.br>

EDITAL Nº 04/2025

Processo nº 23100.007054/2025-30

CHAMADA INTERNA PRODAE/PROEC Nº 04/2025

VALE-CULTURA UNIPAMPA

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil (PRODAE) e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e, de acordo com os termos do processo protocolado sob o nº23100.007054/2025-30, torna pública a abertura do processo seletivo para concessão do benefício Vale-Cultura, exclusivo para os discentes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da Universidade Federal do Pampa – Unipampa, que desejam ter acesso à cultura ou ampliar o consumo cultural, conforme estabelecido nesta Chamada Interna.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Benefício: O Vale-Cultura tem por finalidade democratizar o acesso à cultura e ampliar o consumo cultural entre os discentes matriculados em cursos de graduação presencial da Unipampa, possibilitando a aquisição de bens e serviços culturais por meio da concessão de benefício financeiro.

1.2. O Vale-Cultura tem como finalidade:

- a) Promover a inclusão cultural dos estudantes de graduação presencial da Unipampa;
- b) Ampliar o acesso a atividades culturais;
- c) Contribuir para a formação cidadã e crítica;
- d) Valorizar a produção cultural local e regional nos municípios com sede dos campi da Unipampa.

1.3. Serão considerados produtos culturais (bens ou serviços) aqueles diretamente relacionados a:

- a) Artes de Espetáculo – Aquisição de ingressos para shows, peças de teatro, apresentações de dança, música, circo ou outro tipo de arte performática.
- b) Audiovisual – Aquisição de ingressos para cinema, exposições de fotografia e produções audiovisuais.
- c) Literatura – A aquisição de livros físicos de literatura variada. Não serão aceitos livros acadêmicos e científicos. Não serão aceitos ebooks.

1.4 . Serão disponibilizados recursos financeiros globais de R\$30.000,00 (trinta mil reais), correspondendo à concessão de 300 (trezentos) benefícios de R\$100,00 (cem reais) cada, em cota única da seguinte forma:

- a. 200 (duzentos) benefícios serão destinados aos estudantes beneficiários dos programas de assistência estudantil - Plano de Permanência (PP), do Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola (PAPIQ), do Programa de Apoio Emergencial (PAE) e o Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação (PBP/MEC);
 - b. 100 (cem) benefícios serão destinados aos demais estudantes que não são beneficiários da assistência estudantil.
- 1.5. A concessão do benefício financeiro de que trata esta Chamada está sujeita à disponibilidade e liberação de recursos financeiros e orçamentários institucionais.

2. DOS REQUISITOS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

2.1. São requisitos para solicitar o Vale-Cultura:

I - Ser beneficiário do Plano de Permanência (PP) ou do Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola (PAPIQ) ou do Programa de Apoio Emergencial (PAE) e Programa de Bolsa Permanência do MEC (PBP/MEC); ou

II - Ser discente matriculado em curso de graduação presencial da Unipampa, não beneficiário dos programas de assistência estudantil listados no inciso I.

2.2. São critérios seleção para a concessão do Vale-Cultura:

2.2.1. Critérios de classificação - a lista de classificação obedecerá a ordem decrescente da **média aritmética das notas** dos discentes inscritos em cada categoria.

2.2.1. Critérios de desempate: Em caso de empate nos critérios de classificação serão avaliados os seguintes critérios de desempate para a classificação, na seguinte ordem:

I - Ano de Ingresso na Instituição - Priorizar estudantes com ingresso mais recente;

II - Idade do Estudante - Priorizar estudantes com menor idade.

3. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1. INSCRIÇÃO:

3.1.1. As inscrições serão através do formulário online, disponível no site do Vale-Cultura, <https://sites.unipampa.edu.br/valecultura/>, no prazo estipulado pelo cronograma.

3.1.2. Cada discente poderá solicitar uma única vez o auxílio.

3.1.3. Estarão aptos a concorrer ao subsídio os discentes matriculados do segundo ao penúltimo semestre das graduações presenciais da Unipampa.

3.2. SELEÇÃO:

3.2.1. A seleção compreende a avaliação do cumprimento dos requisitos e dos critérios de seleção, pela Comissão Específica de Análise, conforme critérios desta Chamada Interna, cujo trabalho resultará em duas listas nominais de classificação, conforme o perfil dos discentes (beneficiários da assistência estudantil e não beneficiários da assistência estudantil), ambas listas de classificação geral dos solicitantes no conjunto dos dez *campi* da Unipampa, em ordem decrescente, com base nos critérios de classificação e de desempate.

Após a divulgação preliminar de resultados e interposição de recursos, a seleção culminará na divulgação das respectivas listas nominais do resultado final no site institucional.

3.4. FASE RECURSAL:

3.4.1. Em caso de indeferimento na etapa de seleção, o discente poderá encaminhar pedido de recurso, no prazo estipulado nesta Chamada, em formulário específico disponibilizado na página <https://sites.unipampa.edu.br/valecultura/>, conforme Anexo II (Formulário de Interposição de Recurso).

3.4.2. À esta etapa, se seguirá a divulgação final dos resultados.

3.5. CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

3.5.1. Será disponibilizado um auxílio financeiro no valor de R\$100,00 (cem reais), em parcela única, destinado ao discente para custear despesas relativas à aquisição parcial ou total de produtos culturais (bens ou serviços) descritos no subitem 1.3.

3.5.2 Os benefícios serão concedidos conforme a classificação em ordem decrescente de pontuação das propostas dentro de cada lista nominal, conforme item 3.2.1.

3.5.3. A concessão do(s) benefício(s) fica condicionada à existência e à liberação de recursos orçamentários/financeiros específicos, considerada a ordem de classificação geral, definida a partir da seleção realizada pela Comissão Específica de Análise, homologada pela PROEC e pela PRODAE.

4. DA AQUISIÇÃO DO PRODUTO CULTURAL:

4.1. O Vale-Cultura deverá ser utilizado em empresas situadas na região de abrangência da Unipampa conforme Anexo III, promovendo o desenvolvimento econômico e cultural local e regional.

4.1.2. O Vale-Cultura não poderá ser utilizado na aquisição de produtos culturais (bens ou serviços) de empresas fora do estabelecido no Anexo III.

4.2. O Vale-Cultura não poderá ser utilizado na aquisição de produtos culturais (bens ou serviços) por meio de compras virtuais (sites ou outras mídias).

4.3. Em caso de cancelamento de participação ou não cumprimento do prazo descrito para uso do recurso, e já tendo sido efetuado o pagamento, a(o) contemplada(o) deverá devolver na íntegra o recurso financeiro à UNIPAMPA.

5. PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. O discente contemplado por esta Chamada Interna com o Vale-Cultura deve apresentar a comprovação por meio do "Formulário de Comprovação de Aquisição de Produto Cultural", Anexo IV, e anexar os documentos que comprovem a aquisição do produto.

5.1.1. Para fins de comprovação são considerados os seguintes documentos:

5.1.1.1 Comprovante de pagamento que identifique o produto e o local onde foi adquirido ou consumido (ingresso, recibo, ticket, nota fiscal ou cupom fiscal);

5.1.1.2 No mínimo uma fotografia do evento ou do produto adquirido;

5.1.1.3 Um vídeo curto do evento ou do produto adquirido, de no máximo 10 segundos.

5.1.2. Em caso de uso do recurso em mais de um produto cultural, devem ser enviados comprovantes de cada produto.

5.1.3. Não será exigida a comprovação da utilização do valor total do benefício, no entanto é imprescindível a comprovação da aquisição de bem ou serviço cultural, conforme subitem 5.1.

5.1.4. A comprovação deverá ser realizada no prazo previsto no subitem 6.9.

5.2. Fica obrigado à devolução do recurso recebido, por meio do pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU), o discente que receber o Vale-Cultura e não fizer a aquisição de produto cultural até o prazo previsto no subitem 6.8 não realizar a comprovação de aquisição do produto cultural no prazo estabelecido no subitem 6.9, ou que não obtiver aprovação da comprovação.

5.2.1. A GRU será emitida pela PROEC ou pela PRODAE quando não atendidos os critérios necessários para a aprovação da comprovação de participação no evento, devendo o discente pagá-la dentro do prazo de vencimento.

5.2.2. O discente deverá encaminhar cópia do comprovante de pagamento via e-mail para cultura@unipampa.edu.br no prazo de dez dias a contar da data de vencimento.

6. DO CRONOGRAMA

Evento	Data
6.1 Publicação da Chamada Interna:	21/08/2025
6.2. Período de Inscrições:	21/08/2025 a 04/09/2025
6.3. Homologação das inscrições:	08/09/2025
6.3.1. Interposição de recursos referentes à homologação de inscrições (site do Vale-cultura):	até às 23:59 horas do dia 10/09/2025;
6.3.2. Divulgação do resultado da fase recursal de inscrições	11/09/2025
6.4. Divulgação do resultado preliminar	15/09/2025
6.5 Interposição de recursos (site do Vale-cultura)	até às 23:59 horas do dia 16/09/2025
6.6 Divulgação do resultado final	17/09/2025
6.7. Pagamento do Vale Cultural Estudante	Primeira quinzena do mês de outubro de 2025
6.8. Período para uso do Vale Cultural Estudante	até 19/12/2025
6.9. Data de entrega da prestação de contas (site do Vale-cultura)	a partir da data do recebimento do benefício até 30/12/2025.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A participação do candidato nesta seleção implicará em ciência e aceitação das condições estabelecidas nesta Chamada Interna, das quais não poderá alegar desconhecimento.

7.2. O estudante contemplado com este processo seletivo deve utilizar o recurso para a aquisição de bens e serviços culturais, conforme as orientações dos itens 1 e 4 desta Chamada Interna.

7.3. O estudante contemplado com esta Chamada Interna é incentivado, sempre que possível, a divulgar as mídias sociais da Universidade Federal do Pampa, especialmente marcar o perfil oficial da Unipampa, PRODAE e PROEC e utilizar a #ValeCulturaUnipampa.

7.4. O estudante que descumprir ou não atender a qualquer das exigências será automaticamente desclassificado.

7.5. Para maiores informações sobre a presente chamada, deve ser encaminhado e-mail para o endereço eletrônico: cultura@unipampa.edu.br.

7.6. A contemplação nesta Chamada Interna implica a autorização tácita para a publicação de fotografias e vídeos destinados à divulgação pela PROEC e PRODAE, assegurando-se o respeito aos direitos autorais e de imagem das obras, artistas e organizações envolvidas.

7.7. Casos omissos a esta Chamada Interna serão analisados pela Comissão Específica de Seleção.

Honória Gonçalves Ferreira

Pró-reitora de Desenvolvimento e Assistência Estudantil

Franck Maciel Peçanha

Pró-Reitor de Extensão e Cultura



Assinado eletronicamente por **FRANCK MACIEL PECANHA, Pró-Reitor(a) de Extensão e Cultura**, em 21/08/2025, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **HONORIA GONCALVES FERREIRA, Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento e Assistência Estudantil**, em 21/08/2025, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1814196** e o código CRC **A8E18129**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

Formulário de Inscrição

Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/valecultura/>

ANEXO II

Formulário de Solicitação de Recurso

Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/valecultura/>**ANEXO III**

Cidades de abrangência para utilização do Vale-Cultura Unipampa:

Aceguá
Alegrete
Arroio Grande
Bagé
Barra do Quaraí
Bossoroca
Cacequi
Caçapava do Sul
Candiota
Dezesseis de Novembro
Dom Pedrito
Entre-Ijuís
Herval
Hulha Negra
Itaqui
Jaguarão
Jaguari
Lavras do Sul
Maçambará
Manoel Viana
Pedro Osório
Pedras Altas
Pinheiro Machado
Quaraí
Rosário do Sul
Santa Margarida do Sul
Santana da Boa Vista
Santana do Livramento
Santiago
Santo Antônio das Missões
São Borja
São Francisco de Assis
São Gabriel
São Luiz Gonzaga
São Miguel das Missões
São Nicolau
São Sepé
São Vicente do Sul
Uruguaiana
Vila Nova do Sul

ANEXO IV

Formulário de Prestação de contas

Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/valecultura/>

ANEXO 4

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/10/2025

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

GABINETE DA REITORIA
Rua Melanie Granier, 51 , Centro, Bagé/RS - CEP 96400-500
Telefone: (53) 3240 5400 Endereço eletrônico: reitoria@unipampa.edu.br

PORTARIA Nº 1494, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o Despacho GR 1863731, de 10 de outubro de 2025;

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 651, de 25 de abril de 2025, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico em 25 de abril de 2025;

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem o Grupo de Trabalho (GT) para tratar da política de saúde mental e atualização das resoluções pertinentes no âmbito da UNIPAMPA:

- Arthur Oliveira Domingues, Discente, Matrícula 1802570167 (Representante Discente)
- Camila do Canto Perez, Psicólogo Área, SIAPE 1311681 (PROGEPE);
- Cheila Denise Ottonelli Stopiglia, Professor do Magistério Superior, SIAPE 2046302 (Conselheira Diretora Campus Uruguaiana);
- Cindy Rosa Martinez, Assistente em Administração, SIAPE 3084766 (PROGEPE);
- Dagoberto André dos Santos Júnior, Discente, Matrícula 2310200903 (Representante Discente);
- Francéli Brizolla, Professor do Magistério Superior, SIAPE 2671799 (Vice-Presidente do CONSUNI);
- Joelma Ferrari Amaral, Assistente em Administração, SIAPE 1777940 (PROPII);
- Jôse Storniolo Nunes Brasil, Assistente em Administração, SIAPE 2074394 (PROGRAD);
- Juliana Sonego Goulart, Psicóloga, SIAPE 2055304 (Campus Uruguaiana);
- Lauren Luíza Cassol Prestes, Psicólogo Área, SIAPE 3298978 (Campus Jaguarão);
- Mayra Medeiros Osório, Psicólogo Área, SIAPE 3290606 (PROGEPE);
- Mauro Fonseca Rodrigues, Professor do Magistério Superior, SIAPE 3216250 (Representante Docente);

- Ricardo Cartier dos Santos, Psicólogo Área, SIAPE 3050190 (NuSM/PRODAE);
- Rui Seabra Machado, Professor do Magistério Superior, SIAPE 3435876 (Representante Docente)
- Vanusa Vissozi de Oliveira, Assistente Social, SIAPE 2075438 (DAE/PRODAE).

O Grupo de Trabalho será **coordenado de forma compartilhada** pelos membros abaixo listados, que serão responsáveis por orientar e supervisionar os trabalhos do GT:

- Camila do Canto Perez;
- Lauren Luíza Cassol Prestes;
- Mayra Medeiros Osório;
- Ricardo Cartier dos Santos;
- Vanusa Vissozi de Oliveira.

Edward Frederico Castro Pessano

Reitor



Assinado eletronicamente por **EDWARD FREDERICO CASTRO PESSANO, Reitor**, em 10/10/2025, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1864013** e o código CRC **305CAC62**.

ANEXO 5

Boletim de Serviço Eletrônico em 14/02/2025

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

GABINETE DA REITORIA
Rua Melanie Granier, 51 , Centro, Bagé/RS - CEP 96400-500
Telefone: (53) 3240 5400 Endereço eletrônico: reitoria@unipampa.edu.br

PORTARIA Nº 302, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO os termos do processo SEI 23100.017102/2024-17 e o Despacho GR 1667559, de 11 de fevereiro de 2025,

RESOLVE

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem o Grupo de Trabalho (GT) para tratar da política de saúde mental e atualização das resoluções pertinentes no âmbito da UNIPAMPA:

Representantes do CONSUNI:

- Ana Eveline Viana Marinho, Técnico de Laboratório Área, SIAPE 1756465 (Representante dos Técnicos-Administrativos em Educação);
- Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt, Assistente em Administração, SIAPE 1047247 (Representantes dos Técnicos-Administrativos em Educação);
- Cheila Denise Ottonelli Stopiglia, Professor do Magistério Superior, SIAPE 2046302 (Conselheira Diretora Campus Uruguaiana);
- Francéli Brizolla, Professor do Magistério Superior, SIAPE 2671799 (Vice-Presidente do CONSUNI);
- Francisco Orlando Martins da Silva, Discente, 2110102246 (Representante dos Discentes da Graduação);
- Luciana Borba Benetti, Professor do Magistério Superior, SIAPE 1718248 (Conselheira Diretora Campus São Gabriel);
- Luciano Antonelli Becker, Técnico Em Assuntos Educacionais, SIAPE 1754837 (Representante dos Técnicos-Administrativos em Educação);
- Mauro Fonseca Rodrigues, Professor do Magistério Superior, SIAPE 3216250 (Representante Docente);
- Nathalia Pinheiro Martins, Discente, Matrícula 2310200645 (Representante dos Discentes da Pós-Graduação).

Representantes das unidades:

- Camila do Canto Perez, Psicólogo Área, SIAPE 1311681 (PROGEPE);
- Giovani Souza Andreoli, Psicólogo Área, SIAPE 1755882 (PROCAD);
- Joelma Ferrari Amaral, Assistente em Administração, SIAPE 1777940 (PROPP);
- Jôse Storniolo Nunes Brasil, Assistente em Administração, SIAPE 2074394 (PROGRAD);
- Juliana Lima Moreira Rhoden, Professor do Magistério Superior, SIAPE 1798519 (DAE/PRODAE);
- Juliana Sonego Goulart, Psicóloga, SIAPE 2055304 (Campus Uruguaiana);
- Lauren Luíza Cassol Prestes, Psicólogo Área, SIAPE 3298978 (Campus Jaguarão);
- Mayra Medeiros Osório, Psicólogo Área, SIAPE 3290606 (PROGEPE);
- Ricardo Cartier dos Santos, Psicólogo Área, SIAPE 3050190 (NuSM/PRODAE);
- Vanusa Vissozi de Oliveira, Assistente Social, SIAPE 2075438 (DAE/PRODAE).

O Grupo de Trabalho criado por esta Portaria escolherá, dentre seus membros, o coordenador responsável por orientar e supervisionar os trabalhos do GT.

Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Edward Frederico Castro Pessano
Reitor



Assinado eletronicamente por **EDWARD FREDERICO CASTRO PESSANO, Reitor**, em 14/02/2025, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1670593** e o código CRC **EC7FD3E9**.

ANEXO 6

Boletim de Serviço Eletrônico em 25/04/2025

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

GABINETE DA REITORIA
Rua Melanie Granier, 51, Centro, Bagé/RS - CEP 96400-500
Telefone: (53) 3240 5400 Endereço eletrônico: reitoria@unipampa.edu.br

PORTARIA Nº 651, DE 25 DE ABRIL DE 2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO os termos do processo SEI 23100.017102/2024-17 e o Despacho GR 1723133, de 25 de abril de 2025,

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº 302, de 14 de fevereiro de 2025, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico de 14 de fevereiro de 2025;

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem o Grupo de Trabalho (GT) para tratar da política de saúde mental e atualização das resoluções pertinentes no âmbito da UNIPAMPA:

Representantes do CONSUNI:

- Ana Eveline Viana Marinho, Técnico de Laboratório Área, SIAPE 1756465 (Representante dos Técnicos-Administrativos em Educação);
- Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt, Assistente em Administração, SIAPE 1047247 (Representantes dos Técnicos-Administrativos em Educação);
- Cheila Denise Ottonelli Stopiglia, Professor do Magistério Superior, SIAPE 2046302 (Conselheira Diretora Campus Uruguaiana);
- Francéli Brizolla, Professor do Magistério Superior, SIAPE 2671799 (Vice-Presidente do CONSUNI);
- Francisco Orlando Martins da Silva, Discente, 2110102246 (Representante dos Discentes da Graduação);
- Luciana Borba Benetti, Professor do Magistério Superior, SIAPE 1718248 (Conselheira Diretora Campus São Gabriel);
- Luciano Antonelli Becker, Técnico Em Assuntos Educacionais, SIAPE 1754837 (Representante dos Técnicos-Administrativos em Educação);
- Mauro Fonseca Rodrigues, Professor do Magistério Superior, SIAPE 3216250 (Representante Docente);

- Nathalia Pinheiro Martins, Discente, Matrícula 2310200645 (Representante dos Discentes da Pós-Graduação).

Representantes das unidades:

- Camila do Canto Perez, Psicólogo Área, SIAPE 1311681 (PROGEPE);
- Cindy Rosa Martinez, Assistente em Administração, SIAPE 3084766 (PROGEPE - CQVSP/DASST);
- Franciele Teixeira Alves Branco, Assistente em Administração, SIAPE 2153439 (PROPLADI);
- Giovani Souza Andreoli, Psicólogo Área, SIAPE 1755882 (PROCAD);
- Joelma Ferrari Amaral, Assistente em Administração, SIAPE 1777940 (PROPLI);
- Jôse Storniolo Nunes Brasil, Assistente em Administração, SIAPE 2074394 (PROGRAD);
- Juliana Lima Moreira Rhoden, Professor do Magistério Superior, SIAPE 1798519 (DAE/PRODAE);
- Juliana Sonego Goulart, Psicóloga, SIAPE 2055304 (Campus Uruguaiana);
- Lauren Luíza Cassol Prestes, Psicólogo Área, SIAPE 3298978 (Campus Jaguarão);
- Mayra Medeiros Osório, Psicólogo Área, SIAPE 3290606 (PROGEPE);
- Ricardo Cartier dos Santos, Psicólogo Área, SIAPE 3050190 (NuSM/PRODAE);
- Vanusa Vissozi de Oliveira, Assistente Social, SIAPE 2075438 (DAE/PRODAE).

O Grupo de Trabalho será **coordenado de forma compartilhada** pelos membros abaixo listados, que serão responsáveis por orientar e supervisionar os trabalhos do GT:

- Lauren Luíza Cassol Prestes;
- Ricardo Cartier dos Santos;
- Vanusa Vissozi de Oliveira.

Edward Frederico Castro Pessano

Reitor



Assinado eletronicamente por **EDWARD FREDERICO CASTRO PESSANO, Reitor**, em 25/04/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1723177** e o código CRC **C5F6CA10**.

Referência: Processo nº 23100.017102/2024-17

SEI nº 1723177